

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

CATARINE MOSCATO STURZA

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DE JORNALISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE SOB
O IMPACTO DO FIM DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA**

CAMPO GRANDE – MS
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS

CATARINE MOSCATO STURZA

**AVALIAÇÃO DO ENSINO DE JORNALISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE SOB
O IMPACTO DO FIM DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Luiz Martins

CAMPO GRANDE – MS
2015

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação teve a colaboração e o apoio de inúmeras pessoas e instituições, sem as quais eu não teria condições de realizar sozinha.

Agradeço, primeiramente, a Deus, porque sem Ele eu não conseguiria tornar real esse sonho.

Aos meus pais, Maristela Moscato Sturza e José Adolfo Iriam Sturza, pelo amor incondicional, educação e apoio em mais uma etapa da minha formação. Obrigada por não terem medido esforços para me proporcionarem as melhores oportunidades. Em especial, agradeço a meu pai, por sempre estar disposto a mais uma leitura e discussão sobre essa dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Comunicação da UFMS e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por viabilizarem esta pesquisa.

Aos professores Marcos Paulo da Silva e Juliano Carvalho, membros da banca examinadora de defesa dessa dissertação, pelo entusiasmo com que receberam meu trabalho e contribuições, fundamentais para a conclusão desta jornada.

Agradeço a professora Katarini Miguel pelo grande apoio, amizade e incentivo recebido em todos os momentos.

Aos professores e coordenadores dos cursos investigados, pela disponibilidade em fornecer o material pesquisado.

Ao meu orientador professor Gerson Luiz Martins, pelo acompanhamento desde o início de minha formação superior. Foram inúmeras sugestões e até “puxões de orelha” que permitiram meu avanço profissional, conduzindo-me à realização de mais esta etapa em minha carreira.

Aos colegas de mestrado, pelos encontros em sala de aula e fora dela que renderam muitas experiências, risadas e troca de ideias.

Aos amigos de caminhada, futuros mestres, Claudia Camargo, Guilherme Cavalcante e Ethiene Carvalho, que acompanharam nesse período minhas angústias e alegrias, sempre dispostos a ouvir e me fazer acreditar que tudo daria certo.

Enfim, ao meu noivo Leonardo, pelo apoio no dia a dia e pela paciência, principalmente, nos últimos meses de mestrado, e por compreender a importância disso para a minha vida.

*“Não há nada que satisfaça tanto a alma humana como a história,
seja qual for a maneira como tenha sido escrita”.*

Tobias Peucer

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões sobre a construção da profissão, formação universitária e obrigatoriedade do diploma em jornalismo. O objetivo geral foi analisar os impactos do fim da exigência do diploma no ensino de jornalismo da região Centro-Oeste do Brasil. Em 17 de junho de 2009, o Supremo Tribunal Federal pôs fim à exigência do diploma ao exercício profissional do jornalismo. Desta forma, em um primeiro momento, a revisão bibliográfica fomenta discussões sobre a profissionalização e a questão identitária do jornalismo. O ensino de jornalismo e a obrigatoriedade do diploma para exercício da atividade também são pontos discutidos na fundamentação teórica. A pesquisa de campo compreende o desenvolvimento do ensino superior em Jornalismo após o fim da obrigatoriedade do diploma na região Centro-Oeste do Brasil. São avaliadas as seguintes instituições públicas e privadas: Brasília (UnB e UniCEUB), Goiás (UFG e PUC-GO), Mato Grosso (UFMT e UNIC) e Mato Grosso do Sul (UFMS e UCDB). Os dados são obtidos por meio de análises do processo seletivo para ingresso no curso, Projeto Político-Pedagógico, estrutura curricular, e questionários aplicados a alunos concluintes e coordenadores dos cursos analisados. O período estudado foi o de 2009 a 2013, os quatro anos seguintes à decisão do STF. Os resultados permitiram concluir que os itens do Projeto Político-Pedagógico das instituições analisadas estão, ainda, atrelados às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001 e poucas mudanças foram feitas nestes documentos após o fim da exigência do diploma. Observou-se que as estruturas curriculares sofreram alterações nos últimos anos, principalmente, nas disciplinas de formação específica do jornalismo, ou seja, foi dada ênfase nos conteúdos profissionais e um consequente *déficit* em outras áreas de conhecimento da formação básica. A avaliação dos questionários respondidos por 79 alunos concluintes e quatro coordenadores mostrou que, a maioria, é a favor da obrigatoriedade do diploma. No entanto, considera que o fim de sua exigência, em 2009, não influenciou no curso que estuda ou coordena. A avaliação dos processos seletivos, de 2009 a 2013, mostrou que houve uma diminuição na procura pelo curso de jornalismo após a queda do diploma e, consequente, diminuição na relação candidato/vaga. Com isso, concluiu-se que, a maior mudança verificada nos cursos de jornalismo das instituições analisadas diz respeito à menor procura nos anos seguintes à decisão do STF.

Palavras-chave: Jornalismo. Profissão. Ensino. Diploma. Centro-Oeste. Brasil.

ABSTRACT

This paper presents reflections on the construction of the profession, university education and compulsory degree in Journalism. The general goal was to analyze the impact of the end of the requirement of the diploma in Journalism education in the Midwest region of Brazil. On June 17th, 2009, the Supreme Court put an end to the diploma requirement for professional practice of journalism. Thus, at first, the literature review fosters discussions on the professionalization and the identity issue of Journalism. Education in Journalism and the obligation of having a degree to exercise the activity in a professional way are also discussed in the theoretical basis points. Field research includes the development of higher education in Journalism after the end of compulsory diploma in the Midwest region of Brazil. The following public and private institutions are evaluated: Brasilia (UNB and UniCEUB), Goiás (UFG and PUC-GO), Mato Grosso (UFMT and UNIC) and Mato Grosso do Sul (UFMS and UCDB). The information is obtained through deep analysis of the selection process for admission to the course, political-pedagogical project, curriculum, and questionnaires given to graduating students and coordinators of the courses analyzed. The study period was from 2009 to 2013, the following four years from the Supreme Court decision. The results showed that the items of the political-pedagogical project of the analyzed institutions are still attached to the National Curriculum Guidelines of 2001 and few changes were made in these documents after the end of the diploma requirement. It was observed that the curricular structures have changed in recent years, mainly in the disciplines of specific journalism training, that is, it was given emphasis on professional content, and a consequent deficit in other areas of knowledge in basic training. The evaluation of questionnaires answered by 79 graduating students and four coordinators showed that the majority is in favor of mandatory law. However, it considers that the end of its requirement in 2009 did not influence the course studying or coordinates. The evaluation of the selection process from 2009 to 2013 showed that there was a decrease in demand for admission to studying journalism after the fall of the diploma, and consequently, decrease in applicant / opening ratio. Thus, it is concluded that the biggest change observed in journalism courses in the institutions analyzed is about the lower demand in the years following the Supreme Court decision.

Keywords: Journalism. Profession. Education. Degree. Midwest. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página institucional do processo seletivo da UniCEUB.....	120
Figura 2 - Página do vestibular da PUC-GO.....	121
Figura 3 - Página institucional do vestibular da UNIC.....	124
Figura 4 - Página institucional do vestibular da UNIC.....	124
Figura 5 - Página institucional do vestibular da UNIC.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparativo do conteúdo dos currículos.....	109
Gráfico 2 - Comparativo do conteúdo básico nos currículos.....	110
Gráfico 3 - Comparativo do conteúdo específico nos currículos.....	111
Gráfico 4 - Grupo <i>Epistemologia e Teorias</i>	115
Gráfico 5 - Grupo <i>Edição, Redação e Produção de Texto</i>	115
Gráfico 6 - Grupo <i>Fotografia e Imagem</i>	116
Gráfico 7 - Grupo <i>Internet e Tecnologias</i>	116
Gráfico 8 - Relação Candidato x Vaga nas instituições públicas - 2009 a 2013.....	127
Gráfico 9 - Conhecimento do Projeto Político Pedagógico.....	132
Gráfico 10 - Linha pedagógica do curso.....	133
Gráfico 11 - Relação teoria x prática.....	135
Gráfico 12 - Área mais forte.....	136
Gráfico 13 - Avaliação da infraestrutura.....	137
Gráfico 14 - Avaliação do corpo docente.....	138
Gráfico 15 - Avaliação do curso.....	138
Gráfico 16 - Realização de estágio na área.....	141
Gráfico 17 - Importância do estágio na formação.....	142
Gráfico 18 - Preparo para o mercado de trabalho.....	143
Gráfico 19 - Obrigatoriedade do diploma.....	145
Gráfico 20 - Decisão do STF x qualidade do curso.....	146
Gráfico 21 - Influência da queda do diploma no mercado de trabalho.....	147
Gráfico 22 - Mudanças no ensino de jornalismo após a queda do diploma.....	148
Gráfico 23 - Conhecimento do Projeto Político Pedagógico.....	149
Gráfico 24 - Linha Pedagógica do curso.....	149
Gráfico 25 - Relação teoria x prática.....	151
Gráfico 26 - Área mais forte do curso.....	151

Gráfico 27 - Avaliação da infraestrutura.....	152
Gráfico 28 - Avaliação do corpo docente.....	153
Gráfico 29 - Avaliação do curso.....	154
Gráfico 30 - Escolha pelo curso de Jornalismo.....	156
Gráfico 31- Realização do estágio na área.....	157
Gráfico 32 - Intenção em exercer a profissão.....	158
Gráfico 33 - Concordância com a obrigatoriedade do diploma.....	160
Gráfico 34 - Decisão do STF x mudanças no mercado de trabalho.....	162
Gráfico 35 - Decisão do STF x mudanças no ensino de jornalismo.....	163
Gráfico 36 - Linha pedagógica do curso.....	164
Gráfico 37 - Relação teoria x prática.....	165
Gráfico 38 - Avaliação do corpo docente.....	167
Gráfico 39 - Avaliação da infraestrutura.....	168
Gráfico 40 - Justificativas para não influência na escolha do curso nas IES públicas.....	169
Gráfico 41 - Justificativas que influenciaram ou não na escolha do curso nas IES privadas.	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização da fase tradicional e moderna na identidade profissional do jornalista.....	42
Quadro 2 - Quantidade de cursos de Jornalismo de 1970 a 2010.....	47
Quadro 3 - Comparação dos itens do Projeto Político Pedagógico da UFMS.....	75
Quadro 4 - Currículo UnB – 2009.....	83
Quadro 5 - Comparativo dos currículos UniCEUB - 2008 e 2011.....	85
Quadro 6 - Comparativo dos grupos de disciplinas UniCEUB - 2008 e 2011.....	88
Quadro 7 - Currículo UFG 2009.....	90
Quadro 8 - Comparativo dos currículos PUC-GO - 2006 e 2010.....	92
Quadro 9 - Comparativo dos grupos de disciplinas PUC-GO - 2006 e 2010.....	96
Quadro 10 - Comparativo dos currículos UFMS - 2009 e 2010.....	98
Quadro 11 - Comparativo dos grupos de disciplinas UFMS - 2009 e 2010.....	101
Quadro 12 - Currículo UCDB - 2007.....	103
Quadro 13 - Currículo UFMT - 2009.....	105
Quadro 14 - Currículo de 2009.....	107
Quadro 15 - Processo seletivo UnB - 2009 a 2013.....	118
Quadro 16 - Vestibular UFG - 2009 a 2013.....	120
Quadro 17 - Vestibular UFMT - 2009 a 2013.....	123
Quadro 18 - Vestibular UFMS - 2009 a 2013.....	126

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cursos de Jornalismo na região Centro-Oeste do Brasil.....	21
Tabela 2 - Instituições analisadas e número total de alunos.....	23
Tabela 3 - Respostas obtidas por IES.....	24
Tabela 4 - Ano de criação e reconhecimento dos cursos.....	68
Tabela 5 - Nomenclatura, tipo, duração e turno do curso.....	68
Tabela 6 - Avaliação da estrutura curricular.....	134
Tabela 7 - Atendimento da expectativa com o curso.....	139
Tabela 8 - Escolha pelo curso de jornalismo.....	140
Tabela 9 - Justificativa da falta de preparo.....	144
Tabela 10 - Decisão do STF x escolha pelo Jornalismo.....	145
Tabela 11 - Influência da queda do diploma na qualidade do curso.....	146
Tabela 12 - Avaliação da estrutura curricular.....	150
Tabela 13 - Atendimento das expectativas com o curso.....	153
Tabela 14 - Escolha pelo curso de Jornalismo.....	156
Tabela 15 - Justificativas da falta de preparo na formação dos jornalistas.....	159
Tabela 16 - Influência da queda do diploma na escolha pelo jornalismo.....	160
Tabela 17 - Influência da queda do diploma na qualidade do curso.....	161
Tabela 18 - Disciplinas ministradas pelo coordenador da UFG.....	172
Tabela 19 - Disciplinas ministradas pelo coordenador da UFMS.....	172
Tabela 20 - Disciplina ministrada pelo coordenador da UFMT.....	173
Tabela 21 - Disciplinas ministradas pelo coordenador da UCDB.....	175

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABECOM - Associação Brasileira de Escolas de Comunicação
ABI - Associação Brasileira de Imprensa
Alaic - Asociación Latinoamericana de Investigadores de Comunicación
ANJ - Associação Nacional de Jornais
Ascom - Assessoria de Comunicação da PUC-GOÍÁS
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJ - Comissão de Constituição e Justiça
CEPEA - Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
Cespe - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos
CFE - Conselho Federal de Educação
Ciespal - Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMPÓS - Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação
CONSAD - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CONSUN - Conselho Universitário
COPEVE - Comissão Permanente de Processo Seletivo
DCJ - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENECOS - Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
E-Sic - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAC - Faculdade de Comunicação
Facomb - Faculdade de Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia
FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas
FIC - Faculdade de Informação e Comunicação
FIJ - Federação Internacional de Jornalistas
FNPJ - Fórum Nacional de Professores de Jornalismo
FURB - Universidade Regional de Blumenau
ICINFORM - Instituto de Ciências da Informação
IES - Instituição de Ensino Superior
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Disciplinares da Comunicação
Labcom - Laboratório de Comunicação
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PECs - Propostas de Emendas à Constituição

PPP - Projeto Político Pedagógico
PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
PUC-PR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sindjorce - Sindicato dos Jornalistas no Ceará
Sisu - Sistema de Seleção Unificada
STF - Superior Tribunal Federal
TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
UDF - Universidade do Distrito Federal
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFPE - Universidade Federal do Pernambuco
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UnB - Universidade de Brasília
Unesp - Universidade Estadual Paulista
UNIC - Universidade de Cuiabá
UniCEUB - Centro Universitário de Brasília
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
METODOLOGIA.....	20
CAPÍTULO 1 - CAPÍTULO 1. JORNALISMO: IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E FIM DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA.....	27
1.1 Breve histórico do jornalismo enquanto profissão.....	27
1.2 Profissão? Jornalista!.....	33
1.3 Leis, Códigos e Regulamentação da profissão.....	35
1.4 A identidade jornalística e seu caráter epistemológico.....	39
1.5 Formação Universitária em Jornalismo.....	43
1.5.1 Histórico.....	43
1.5.2 Currículo e Diretrizes.....	48
1.5.3 Dilema: a relação teoria <i>versus</i> prática.....	50
1.5.4 Novas Diretrizes Curriculares.....	52
1.6 Fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.....	56
CAPÍTULO 2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM JORNALISMO NA REGIÃO CENTRO- OESTE APÓS O FIM DA EXIGÊNCIA DO DIPLOMA.....	67
2.1 Projeto Político Pedagógico.....	67
2.1.1 Distrito Federal.....	68
2.1.2 Goiás.....	71
2.1.3 Mato Grosso do Sul.....	74
2.1.4 Mato Grosso.....	78
2.1.5 Comparativo dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições.....	80
2.2 Estruturas Curriculares.....	81
2.2.1 Distrito Federal.....	82
2.2.2 Goiás.....	89
2.2.3 Mato Grosso do Sul.....	98
2.2.4 Mato Grosso.....	104
2.2.5 Comparativo dos currículos das instituições.....	109

CAPÍTULO 3 - PROCESSOS SELETIVOS PARA INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES.....	118
3.1 Distrito Federal.....	118
3.2 Goiás.....	120
3.3 Mato Grosso.....	122
3.4 Mato Grosso do Sul.....	125
3.5 Comparativo Geral das instituições.....	127
CAPÍTULO 4. O ENSINO DE JORNALISMO E O FIM DA EXIGÊNCIA DO DIPLOMA NA OPINIÃO DOS ALUNOS CONCLUINTE E COORDENADORES DE CURSOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE.....	131
4.1 Avaliação dos alunos concluintes.....	131
4.1.1 Instituições Públicas.....	132
4.1.2 Instituições Privadas.....	148
4.1.3 Comparativo das instituições públicas e privadas.....	163
4.1.3.1 O ensino de Jornalismo.....	163
4.1.3.2 A obrigatoriedade do diploma.....	168
4.2 Avaliação dos coordenadores de curso.....	171
4.2.1 Instituições Públicas.....	172
4.2.2 Instituições Privadas.....	175
4.2.3 Comparação das Instituições.....	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	185
APÊNDICES.....	195

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da imprensa no Brasil, assim como em vários países, esteve relacionado com a política. No século XIX, os jornais brasileiros encontravam na política uma forma de sustento. Os jornalistas eram um grupo formado por candidatos a política ou membros de partidos (RIBEIRO, 2003). O jornalismo se constituiu como um espaço para ascensão social, no qual escritores, literatos, intelectuais e advogados disputavam espaço. “Jornalismo, política e literatura eram muitas vezes atividades que se confundiam” (PETRARCA, 2007, p. 72).

No início do século XX há um maior crescimento da imprensa e, conseqüentemente, do jornalismo. Os jornais impressos têm maior número de tiragens e anúncios. Algumas características marcaram o jornalismo como uma profissão não consolidada, diferente do que acontece com a Medicina ou Direito, como baixos salários, difíceis condições de trabalho e legislações tardias (ROCHA, 2004).

Com a criação dos primeiros cursos de jornalismo no país, na década de 1930 e 1940, a carreira de jornalista, antes exercida como ocupação por muitos, desenvolve-se como atividade profissional.

As primeiras iniciativas quanto à formação universitária no Brasil datam do início da década de 1930 com a Universidade do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, que funcionou apenas quatro anos por decreto do Estado Novo. Após decretos para regulamentação da profissão em 1938 e organização dos cursos de jornalismo em 1946, nasceu a Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em São Paulo, criada em 1947 (MARQUES DE MELO, 1974). Desde então, inúmeros cursos de Jornalismo foram criados no país com o objetivo de preparar estudantes a atividade jornalística.

Para Traquina (2005a, p. 105), os jornalistas sempre buscaram o estabelecimento de “objetivos essenciais do processo de profissionalização: 1) maior liberdade e autonomia; 2) estatuto social identificado com as profissões de médico e advogado”. No entanto, apenas na segunda metade do século XX se deu o processo de profissionalização do jornalismo no Brasil (TRAQUINA, 2005a; RENAULT, 2012; FIDALGO, 2008). Neste período foram construídos valores e representações sobre a formação da identidade do jornalista.

Em 17 de outubro de 1969, o Decreto-Lei n. 972, passa a exigir o diploma de curso superior em jornalismo, registrado pelo Ministério da Educação, para o exercício da profissão de jornalista no país.

Em 2001, uma liminar concedida pela juíza substituta Carla Abrantkoski Rister deu fim a obrigatoriedade do diploma para exercício profissional no país. Idas e vindas à respeito do fim ou não da obrigatoriedade do diploma ocorreram até que, em junho de 2009, o juiz Gilmar Mendes do Superior Tribunal Federal (STF) decidiu pela não exigência do diploma para exercício profissional do jornalismo.

A decisão atendia ao Recurso Extraordinário (RE) 511961 movido pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo no Ministério Público Federal do estado. O argumento utilizado como base pelos ministros é que a exigência do diploma comprometia a liberdade de expressão e do pensamento, tendo em vista que a informação é um direito social, garantido pelo inciso XIV, artigo 5º da Constituição Brasileira: “é assegurado a todos o acesso à informação” (BRASIL, 1988). Para o STF, a obrigatoriedade de um diploma específico vai contra ainda os incisos IX – no qual “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; e XIII – “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, 1988).

A decisão trouxe à tona outra discussão: a adequação do ensino teórico/prático para as constantes mudanças do jornalismo, nas quais universidades começaram a repensar essa formação com mudanças no Projeto Pedagógico, principalmente nas estruturas curriculares dos cursos de Jornalismo.

A escolha do tema se deu da junção de dois fatores de interesse da autora: o ensino de jornalismo e o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional. Em 2010, a autora defendeu a monografia “Perfil do Ensino de Jornalismo em Mato Grosso do Sul: uma avaliação pelo corpo discente” para o título de Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O trabalho abordava a formação universitária no estado a partir das estruturas curriculares (primeira instituída e última em andamento) e questionários aplicados aos alunos. Após o trabalho de conclusão de curso veio o interesse em investigar a situação do ensino de Jornalismo na região Centro-Oeste do país pós decisão do STF, tema no qual as pesquisas ainda são tímidas.

O contexto no qual está inserido o aluno de Jornalismo, em meio ao avanço tecnológico que provocou mudanças na forma de produção, edição e disseminação das notícias; e à queda da obrigatoriedade do diploma, demanda pesquisas que contribuam a uma melhor reflexão do ensino de jornalismo no país. Por isso, a pesquisa reacende as implicações sobre o fim da obrigatoriedade do diploma. Pesquisas desta natureza servem como ponto de

discussão para profissionais e pesquisadores da área. Com estudos sobre o perfil do ensino atual de jornalismo é possível fazer previsões e até propor estratégias para a resolução de problemas que impactam tanto o mercado de trabalho, como a formação na área.

O objetivo desta dissertação é estudar e analisar o impacto do fim da exigência do diploma na formação universitária em jornalismo da região Centro-Oeste do Brasil. Cada estado da região tem uma instituição pública e uma privada analisada. As instituições analisadas compreendem os três estados da região, além do Distrito Federal. São elas: Universidade de Brasília (UnB), Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade de Cuiabá (UNIC), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Foram verificados os seguintes itens: relação candidato/vaga (procura/oferta) e a entrada de alunos de cada instituição, Projeto Político-Pedagógico, com foco na estrutura curricular, e questionários aplicados aos alunos concluintes em 2013 (que entraram na graduação em 2010, um ano após a decisão do STF) e coordenadores.

A dissertação é dividida em quatro capítulos: “Jornalismo: importância da profissão, formação universitária e fim da obrigatoriedade do diploma”, “Projeto Político Pedagógico”, “Processos seletivos” e “Avaliação dos concluintes e coordenadores de curso”. No início do capítulo 1 é apresentado um apanhado histórico da profissão de jornalista no Brasil. Discute-se ainda o papel do jornalismo na sociedade e seu caráter epistemológico. O ensino de jornalismo no mundo e no Brasil é introduzido com um retrospecto histórico e discussão de alguns dilemas enfrentados até hoje, como a relação teoria *versus* prática. O referencial teórico demonstra que não se deve separar a formação acadêmica dos jornalistas com a questão da profissionalização. Por fim, o capítulo traz a questão do fim do diploma para exercício do jornalismo. Nessa parte, a polêmica é caracterizada desde o início dos anos 2000, quando as discussões tomaram maiores proporções na esfera acadêmica e profissional até a decisão do STF de 17 de junho de 2009 de pôr fim à exigência do diploma para a atividade profissional.

No capítulo 2 começa a análise da pesquisa, que investiga as mudanças no ensino de jornalismo dos cursos da região Centro-Oeste do Brasil pós-fim da obrigatoriedade do diploma. Neste capítulo é analisado o Projeto Político Pedagógico e, depois, o currículo de cada instituição.

O capítulo 3 traz dados referentes aos processos seletivos das instituições investigadas. São levantados o número de vagas e a quantidade de candidatos, ou seja, a relação candidato/vaga para ingresso nas instituições analisadas.

Por fim, o capítulo 4 compreende o resultado da aplicação de questionários junto aos alunos concluintes e coordenadores de cursos da região Centro-Oeste. Num primeiro momento, um perfil é traçado sobre as avaliações dos alunos concluintes a partir de questionários que compreendem perguntas sobre avaliação do curso, jornalismo como profissão e fim da obrigatoriedade do diploma. Na segunda parte é apresentada a visão dos coordenadores de curso, das instituições públicas e privadas, quanto ao ensino de jornalismo e o fim da exigência do diploma para exercício da profissão. Os questionários aplicados aos alunos concluintes e coordenadores dos cursos investigados contribuem para a composição de um perfil destas instituições em relação ao ensino de jornalismo e a obrigatoriedade do diploma. A opinião dos alunos frente ao jornalismo, o ensino e o diploma compõem a avaliação feita na região Centro-Oeste sob a ótica do fim do diploma.

METODOLOGIA

Esta pesquisa constitui-se um estudo necessário à investigação dos temas ensino de Jornalismo e fim da obrigatoriedade do diploma. Foi escolhido o método qualiquantitativo por ser a forma mais adequada de analisar a amplitude do universo, aqui entendido como a região Centro-Oeste do país. O método misto auxilia na compreensão e explicação mais ampla do objeto (GIDENS, 2012). Desse modo, o problema da pesquisa e o processo de construção do conhecimento norteiam o pesquisador a "utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adéquam à sua questão de pesquisa" (GÜNTHER, 2006, p. 207). Por isso, a pesquisa contemplou tanto a quantificação como a quantificação dos fatos observados e levantados.

Inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica como fonte de pesquisa acerca do assunto. O procedimento metodológico utilizado teve como objetivo incitar reflexões sobre o tema, suscitadas e fundamentadas em referências conceituais e teóricas que auxiliam na investigação científica.

Para as discussões sobre ensino, jornalismo e fim da exigência do diploma foram escolhidos autores que trazem reflexões à temática para embasar a maior parte da pesquisa. Foram fundamentais para o entendimento do jornalismo as reflexões de Meditsch (2007; 2012), Pulitzer (2009), Fidalgo (2008) e Traquina (2005a; 2005b). Para a questão do diploma foi utilizada, ainda, a obra *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa a sociedade*, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) de 2002.

A pesquisa compreendeu a busca de dados nos cursos de jornalismo da Região Centro-Oeste. Foram utilizadas fontes bibliográficas-documentais, como os Projetos Políticos-Pedagógicos dos cursos analisados, cedidos pelos coordenadores das Instituições de Ensino Superior (IES) ou encontrados nos portais de cada uma delas. A intenção é a reflexão a partir de elementos que o compõem: histórico, justificativa, competências, objetivos, áreas de atuação, responsabilidade social, corpo docente, perfil e estruturas curriculares.

Foi utilizada a metodologia quantitativa para a aplicação de questionários com os alunos concluintes de 2013 nas instituições dos três estados, além do Distrito Federal. A seleção dos alunos concluintes justifica-se pela entrada destes em 2010 – um ano após o fim da obrigatoriedade do diploma.

a) Pesquisa de Campo

A fase inicial da pesquisa de campo foi o mapeamento dos cursos de jornalismo da região Centro-Oeste do Brasil. Para a coleta de dados foram utilizadas três formas de busca: o sistema E-Mec (consulta de Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados) do portal do Ministério da Educação (MEC)¹, o portal do Guia do Estudante da Editora Abril² e uma pesquisa exploratória na Internet, principalmente em portais de ensino superior de instituições do Centro-Oeste. Foram contabilizados 31 cursos (13 no Distrito Federal, sete em Goiás, seis em Mato Grosso e seis em Mato Grosso do Sul), como mostra tabela abaixo:

Tabela 1 – Cursos de Jornalismo na região Centro-Oeste do Brasil

(continua)

UF	CIDADE	IES
Distrito Federal	Brasília	UNB
	Brasília	UCB
	Brasília	UniCeub
	Brasília	UNIP
	Brasília	UCD
	Brasília	IESB
	Brasília	Uniero
	Brasília	Icesp
	Brasília	Anhaguera
	Brasília	Uniplan
	Brasília	FAB
	Brasília	Facitec
	Brasília	Faculdade Alvorada
Goiás	Goiânia	UFG
	Goiânia	PUC-GO
	Goiânia	ALFA
	Goiânia	Faculdade Araguaia
	Goiânia	UNIP
	Goiânia	FASAM
	Rio Verde	Faculdade Objetivo
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	UFMS
	Campo Grande	Uniderp
	Campo Grande	UCDB
	Campo Grande	Estácio de Sá
	Dourados	Unigran

¹ Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>>

² Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/>>

Tabela 1 – Cursos de Jornalismo na região Centro-Oeste do Brasil

(continuação)

Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	AEMS
Mato Grosso	Cuiabá	UFMT
	Barra do Garças	UFMT
	Cuiabá	UNIC
	Cuiabá	UniRondon
	Alto Araguaia	Unemat
	Sinop	Fasipe

Fonte: elaborada pela autora.

O objeto de análise desta pesquisa são as instituições das capitais de cada estado: Goiânia (GO), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), além de Brasília (DF). Para o recorte e escolha do *corpus* foram selecionadas as instituições que tivessem o maior número de alunos, sendo uma pública e uma privada por cidade. Foi utilizado o critério de maior notoriedade e popularidade, que se justifica pelo fato de que os cursos analisados são os mais antigos e com maiores trajetórias pedagógicas. Assim, contribuem com mais elementos à discussão sobre ensino de jornalismo na região. Esse critério se une ao de representatividade geográfica, com isso a amostra tem maior abrangência regional. O levantamento de dados sobre o número total de alunos de cada instituição foi realizado via contato telefônico ou e-mail.

A finalidade da pesquisa de campo foi mostrar o impacto do fim da exigência do diploma no ensino de jornalismo da região Centro-Oeste. Para isso, foi escolhida para aplicação de questionários a turma concluinte de 2013, alunos que entraram no curso de jornalismo em 2010 (um ano após o fim do diploma, ou seja, com conhecimento da decisão do STF). Para que todas as etapas da pesquisa fossem realizadas era preciso encontrar instituições que tivessem essa turma.

Uma peculiaridade encontrada durante o levantamento de dados foi que em Mato Grosso do Sul, a instituição privada mais antiga e de maior quantidade de alunos é a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp/Anhanguera). No entanto, não havia alunos concluintes ou matriculados no oitavo semestre em 2013, uma vez que no período de 2010 a 2012 não houve turma de ingressantes no curso. Essa informação fez com que a escolha da instituição privada em Mato Grosso do Sul passasse para a Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), com o 2º maior número de alunos em universidades privadas de Campo Grande.

Abaixo a tabela das instituições públicas e privadas da região Centro-Oeste analisadas nesta pesquisa e o, respectivo, número total de alunos:

Tabela 2 – Instituições analisadas e número total de alunos

UF	SIGLA	IES	NATUREZA	Nº TOTAL DE ALUNOS
DF	UnB	Universidade de Brasília	Pública	31.578
	UniCEUB	Centro Universitário de Brasília	Privada	14.291
GO	UFG	Universidade Federal de Goiás	Pública	23.028
	PUC-GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Privada	26.000*
MS	UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Pública	15.844
	UCDB	Universidade Católica Dom Bosco	Privada	15.000*
MT	UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso	Pública	15.000*
	UNIC	Universidade de Cuiabá	Privada	20.000*

* Média de alunos cedida pela instituição.

Fonte: elaborada pela autora.

Foram formulados dois questionários, para concluintes de 2013 (Apêndice I) e para coordenadores (Apêndice II) dos cursos analisados.

O questionário dos alunos concluintes contém 17 perguntas, algumas com divisões em itens: *a*, *b* e *c*. São 12 perguntas fechadas e cinco de múltipla escolha. Há entre as fechadas, três questões de avaliação e três abertas para justificativa.

Para elaboração das perguntas foram utilizadas, em sua maioria, critério de avaliação, ou seja, os estudantes avaliam o ensino e o fim da obrigatoriedade do diploma em questões fechadas e de múltipla escolha. Algumas questões foram baseadas em estudo semelhante feito por Tomás Eon Barreiro (2013) intitulado *O ensino superior de Jornalismo na visão dos estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná*.

Para não causar insegurança aos alunos que o respondessem, o questionário é iniciado com perguntas gerais até chegar às específicas. As questões abertas dão maior liberdade aos estudantes analisados nas respostas. As perguntas também foram feitas de modo que quem respondesse fosse “levado gradativamente de um quadro de referência a outro – facilitando o entendimento e as respostas” (GOODE e HATT, 1969 *apud* MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 211).

Os questionários foram aplicados de novembro de 2013 a setembro de 2014, com os alunos do último semestre de cada uma das oito instituições analisadas entre Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. A UFMT havia entrado em greve em 2013,

por isso, a aplicação de questionários teve que ser adiada para 2014, ano em que os alunos estariam no último semestre de aula. Foram aplicados os questionários *in loco* nas instituições PUC-GO, UFG, UFMS, UniCEUB e por e-mail nas instituições, UnB, UNIC, UFMT e UCDB. O intuito foi conseguir respostas do maior número possível de alunos por IES.

A amostra não-probabilística foi feita por conveniência, o que conforme Gil (2002, p. 94) significa que “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”.

O *corpus* (número de alunos que responderam a pesquisa) e o universo da pesquisa (total de alunos concluintes) ficaram assim estabelecidos:

Tabela 3 – Respostas obtidas por IES

UF	IES	Corpus	Universo
DF	UNB	3	31
	UniCEUB	12	80
GO	UFG	17	46
	PUC-GO	36	52
MS	UFMT	3	14
	UNIC	4	6
MT	UFMS	3	37
	UCDB	1	7
Total		79	273
Públicas		26	128
Privadas		53	145

Ao fim da pesquisa de campo verificou-se um baixo índice de questionários respondidos em amostras enviadas por e-mail. Esta menor taxa de respostas pode ser explicada pelo tamanho do questionário (17 perguntas) e pela não disponibilidade de algumas pessoas em participar, problema que pode ser encontrado em uma amostra realizada por conveniência. Com isso, a análise das respostas dos concluintes foi dividida em perfis: de instituições públicas (UnB, UFG, UFMS, UFMT) e de instituições privadas (PUC-GO, UCDB, UNIC e UniCEUB).

Por fim, é apresentada a análise dos questionários aplicados aos coordenadores dos cursos analisados. O questionário foi composto de 12 perguntas: duas abertas, cinco de múltipla escolha e cinco fechadas com abertura para justificativa. A avaliação envolveu os seguintes itens: *dados da Graduação e Pós-Graduação; disciplinas ministradas;*

autoavaliação e dificuldades; conteúdos e/ou disciplinas ausentes e importantes na formação do jornalista; e fim da obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo.

Os questionários foram encaminhados por e-mail a todos coordenadores dos cursos analisados: UnB, UniCEUB, PUC-GO, UFG, UFMS, UCDB, UFMT e UNIC. Assim, como nos questionários aplicados aos alunos, esta etapa é dividida em: públicas e privadas. No entanto, foram obtidas apenas quatro respostas, de três professores de instituições públicas (UFG, UFMS e UFMT) e um de instituição privada (UCDB).

b) Categorização, tabulação e análise dos dados

Para responder a questão principal da pesquisa, se houve ou não mudanças no ensino após o fim da obrigatoriedade do diploma na região Centro-Oeste do país, foi preciso analisar os seguintes itens: Projeto Político Pedagógico (PPP) com foco na estrutura curricular, relação candidato/vaga no processo seletivo e questionários aplicados a alunos concluintes e coordenadores dos cursos. Com isso, o período analisado compreendeu 2010 a 2013.

Em junho de 2009 ocorreu o fim da exigência do diploma para exercício profissional. Alterações realizadas nos PPPs e, principalmente, nos currículos seriam colocadas em vigor em 2010, o que resultou na escolha do período inicial de análise.

A análise do PPP das instituições teve como base as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN, 2001) do MEC, na qual são delimitados os seguintes componentes: *Criação, Histórico, Objetivo Geral, Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades, Infraestrutura, Corpo Docente, Acompanhamento e Avaliação e integração Ensino, Pesquisa e Extensão*. Inicialmente, é feita uma análise de cada instituição e, ao fim, uma geral e comparativa. As estruturas curriculares, item importante à formação, são caracterizadas em um tópico específico na análise.

Estudos desta natureza, sobre o currículo das instituições da região Centro-Oeste, foram realizados anteriormente, mas sem atender-se às modificações anteriores e posteriores ao fim da obrigatoriedade do diploma. Cristiane Hengler Corrêa Bernardo e Inara Barbosa Leão publicaram na Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom) em 2012 o artigo *Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional*, que analisa as matrizes dos cursos de Jornalismo de todas as regiões do Brasil e classifica as disciplinas em três divisões: conhecimento e compreensão; aplicação e análise/avaliação; e, síntese/comunicação. Ana

Carolina Temer e José Antônio Cirino apresentaram o artigo *O Ensino de Comunicação Social no Centro-Oeste do Brasil: análise crítica da matriz curricular das graduações das Universidades Federais* no Congresso Brasileiro de Comunicação (Intercom) em 2014, que compara as disciplinas existentes nas instituições federais da região Centro-Oeste (UnB, UFMT, UFMS e UFG).

Inicialmente, demonstra-se e caracteriza-se a realidade das estruturas curriculares de cada curso pesquisado, para então, no fim ser feita uma análise comparativa das instituições.

A fim de compreender as modificações após o fim da obrigatoriedade do diploma nos cursos de jornalismo investigados foi necessário avaliar o impacto no processo seletivo (vestibular) de ingresso ao ensino superior. Nesta etapa da pesquisa, o período de análise foi estendido para melhor obtenção de dados e visualização da diferença de 2009 (antes) e 2010 (pós-queda do diploma). Os processos seletivos das instituições compreendidas nesta pesquisa foram analisados no período de 2009 a 2013 para revelar se houve ou não diminuição na relação candidato/vaga, ou seja, uma menor ou maior procura para o curso de jornalismo após o fim da obrigatoriedade do diploma. A busca pelos dados foi realizada, em sua maioria, nos portais de vestibulares das instituições analisadas. As informações referentes aos processos seletivos da UFMS e UFMT foram solicitadas ao Ministério da Educação (MEC), via formulário eletrônico, no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (E-Sic)³.

A tabulação e os gráficos constituíram-se instrumentos qualitativos para melhor análise e discussão qualificada dos dados, além de ser uma técnica importante de síntese no estudo. Os dados da pesquisa (interpretação dos resultados com geração de gráficos) formam um diagnóstico do perfil do ensino de jornalismo na região Centro-Oeste a partir da ótica do Projeto Pedagógico e dos concluintes para/com a formação universitária. Temas como, qualidade do ensino, relação teoria x prática, exigência da formação universitária e mudanças pós-queda da obrigatoriedade do diploma são listados por fazerem parte das principais perguntas do questionário aplicado nas instituições.

³ Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>>.

CAPÍTULO 1. JORNALISMO: IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO, FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA E FIM DA OBRIGATORIEDADE DO DIPLOMA

Neste capítulo é apresentado um breve histórico da atividade jornalística no Brasil. Nesse sentido, para entender a importância do jornalismo foi necessário levar em conta o processo de profissionalização e o desenvolvimento da atividade. São considerados alguns aspectos importantes que fizeram com que a atividade se tornasse uma profissão, como as principais leis, estatutos e regulamentos da profissão de jornalista no Brasil.

Em um segundo momento, o capítulo apresenta um histórico do ensino de jornalismo a partir de alguns aspectos e características inerentes à formação universitária no país. Por fim, discorre-se sobre o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional, ocorrida em junho de 2009 após decisão do Superior Tribunal Federal (STF).

1.1. Breve histórico do jornalismo enquanto profissão

A atividade jornalística passou por diversas transformações ao longo da história. O termo ‘repórter’ foi definido, primeiramente, em 1836 e significava pessoas que procuravam notícias, uma “nova raça de jornalistas” (TRAQUINA, 2005a, p. 69).

A nova função passou a se tornar uma carreira no século XIX nos Estados Unidos. O cargo de repórter e novas técnicas de informação (reportagem, entrevista e crônica) nasceram com a Guerra da Secessão, que aconteceu de 1861 a 1865. De acordo com Sousa (2001, p. 23-24) “durante a Guerra da Secessão os jornalistas tomaram consciência da sua identidade como corpo profissional porque, de algum modo, constataram que eram muitos e que faziam o mesmo trabalho”. Foi também durante a Guerra da Secessão que surgiu a técnica da pirâmide invertida (do mais importante da notícia para o menos importante), devido o uso do telégrafo para transmissão das informações à redação.

Para Traquina (2005a, p. 35-40), o jornalismo atual tem suas raízes no século XIX, “o surgimento do jornalismo enquanto atividade remunerada está ligado [...] à emergência dos *mass media*, a imprensa”. Esta,

foi alimentada pela crescente conquista de direitos fundamentais, como a liberdade, cerne de lutas políticas seculares que incendiaram revoltas e revoluções, valor central da emergência de um novo conceito de governo – a democracia.

Em Portugal, assim como na Europa, segundo Coelho (2015, p. 33), no início da imprensa a atividade jornalística era uma ocupação, “que mobilizava, sobretudo, intelectuais e escritores, mas também figuras com ambição política, que usavam o jornal como veículo de promoção pessoal”.

No Brasil, a imprensa foi estabelecida com a vinda da Corte portuguesa em 1808 e nas décadas seguintes a profissão de jornalista estava relacionada à política e às artes. Ser jornalista representava um espaço importante para a projeção de partidos e políticos, pois era por meio de um emprego no jornal que se fortalecia a carreira na política durante o período colonial (RIBEIRO, 2003).

Petrarca (2007, p. 65) também se refere ao século XIX como uma época de “intensa atividade política”. Muitos escritores e literatos atuavam na imprensa com objetivo de promover obras literárias e conquistar um espaço na burocracia pública. O jornalismo ainda “constituía-se como um espaço importante em que era possível fazer um uso político da sua formação em Direito. Um espaço chave na articulação da formação acadêmica e profissional com a atuação política” (PETRARCA, 2007, p. 67). Alguns dos principais cargos em jornais da época eram ocupados por profissionais formados em Direito. Em 1889, Rui Barbosa era redator-chefe do *Diário de Notícias*. Em 1891, Quintino Bocaiuva ocupava o cargo de editor executivo do jornal *O País*.

De acordo com Barbosa (2007, p. 85), no século XIX os cargos na imprensa eram preenchidos por meio de indicações. Autodidatas e jovens entre 16 e 20 anos, que cursavam Direito, constituíam a maioria dos jornalistas. A imprensa dependia de “favores e favorecimentos oficiais para garantir a sua sobrevivência”.

Para Diniz (2010), o intuito era gerar ascensão social. Intelectuais utilizavam a profissão como trampolim para fazer carreira na burocracia estatal ou para influir no cenário político. Alguns políticos acreditavam que, por trabalhar na redação, qualquer jornalista comandava a opinião pública.

Com a expansão da imprensa, segundo Traquina (1993, p. 23-24), surgiu o conceito de *Quarto Poder*, “em que a defesa e vigilância da nova força chamada ‘opinião pública’ é invocada como dever e actua como legitimadora da nova força social que é a imprensa”. A imprensa foi denominada, assim, em relação aos outros três poderes: executivo, legislativo e judicial.

Durante o século XIX, o jornalismo era exercido como uma ocupação, uma atividade dentre as várias realizadas por literatos, escritores e advogados. A atividade jornalística não era vista ainda como uma profissão (DINIZ, 2010, PETRARCA, 2007).

Os jornalistas passaram a ser um corpo de profissionais autônomo, com *status* de profissão, nos Estados Unidos no final do século XIX, segundo Petrarca (2007, p. 76), quando foram fundados os primeiros cursos de jornalismo e a imprensa passou a se desvincular da política e da literatura. No entanto, “essa imprensa norte-americana, livre do campo literário, apresentou-se presa aos valores do campo econômico”. Conforme explica a autora, essa relação foi ainda mais intensificada no século seguinte devido o investimento das ações das empresas jornalísticas na bolsa de valores.

No Brasil não foi diferente. Marques de Melo (2000) também afirma que a profissão de jornalista no Brasil começou, de fato, na passagem do século XIX para o século XX. Com a criação dos primeiros cursos brasileiros de Jornalismo em Instituições de Ensino Superior (IES) na década de 40 iniciou um período de profissionalização da carreira e com ele, cargos foram criados para diferenciar cada função da redação:

[...] havia o repórter auxiliar, de setor, noticiarista, redator auxiliar. Havia o pauteiro, responsável pelas indicações que seria apurado durante o dia, o tituleiro, especialista em fazer títulos em um tempo em que os jornais diagramados, pelo diagramador, com cálculos manuais para “fechar” os espaços de textos e fotos, e paginados (montados), pelo paginador, em páginas no formato que seria caminhado a seção de fotolito, antes de ir para a impressão, sem falar no revisor, responsável pela correção de erros ortográficos e gramaticais (RENAULT, 2012, p. 104).

Conforme Lage (2002, p. 57) no início do século XX, a profissão de jornalista no Brasil tinha dois níveis: a dos “jornalistas de verdade” e a dos “falsos jornalistas”, profissionais que tinham “carteiras funcionais de sindicatos (o verdadeiro e os fantasmas), de associações existentes e inexistentes, de veículos reais ou fictícios”. O autor ainda comenta sobre duas categorias éticas dentre os jornalistas:

Os que viviam de salários pagos pelos veículos ou trabalhavam efetivamente em dois ou três empregos (não apenas recebiam vencimentos em empresas públicas ou privadas); e os que desenvolviam seu próprio negócio, associando-se a bandidos ou policiais-bandidos, intermediando o acesso a verbas oficiais, descobrindo segredos das pessoas para chantageá-las. A situação mais triste era a dos jornalistas que, embora competentes, entravam nessas jogadas, por pura insegurança (LAGE, 2002, p. 57).

Os jornalistas constituíam um grupo que desempenhava diversas atividades. Havia os que tinham “forte atuação em partidos políticos”, os que usavam a imprensa para se consagrar escritores e os que, de fato, se dedicavam as reportagens e ao fazer notícias (PETRARCA, 2007, p. 80).

Os jornais impressos tiveram uma ascensão ainda maior nesse período, pois houve um aumento de tiragens e anúncios. Segundo Sodré (1999, p. 296), ocupavam espaço nas edições não apenas assuntos policias, “mas também os esportivos e até mundanos”. “Aos homens de letra, a imprensa impõe, agora, que escrevam menos elaborações assinadas sobre assuntos de interesse restrito do que o esforço para se colocarem em condições de redigir objetivamente reportagens, entrevistas, notícias”.

A profissão se tornava um recurso para atuar na organização política do país.

Nas décadas de 1920 e 1930, o jornalismo, assim como a literatura e algumas instituições como as de ensino superior, foi colocado a serviço da recuperação da nacionalidade e tornou-se um instrumento de transformação social e política (PETRARCA, 2007, p. 111).

Durante o Estado Novo, período em que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, a atividade jornalística teve sua liberdade de imprensa cerceada pela ação da censura (BARBOSA, 2007, PETRARCA, 2007). Em 1934 foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo, entre elas a principal tarefa era “vigiar a produção discursiva da imprensa” (BARBOSA, 2007, p. 121). Neste período, vários jornais sofreram com a ação policial. *Diário Carioca* e *Diário de Notícias* não concordaram com o sistema do governo e, segundo Barbosa (2007), tiveram suas portas fechadas e dirigentes presos.

Em 1946, durante Assembleia Constituinte, foi declarada a Constituição de 1946, que estabelecia no capítulo II “a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura”⁴.

A década de 60 foi o período de maior investimento do governo nas empresas de comunicação, principalmente em 1964, época do Golpe Militar (PETRARCA, 2007). Naquele ano, os jornalistas conviveram com um novo período de censura. Jobim (1984, p. 25) afirma que havia muitas formas de pressão e controle dos meios de comunicação. Qualquer conteúdo que fazia oposição à presidência de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) e aos militares deveria ser excluído. “[...] violências contra jornais e jornalistas se verificavam aqui

⁴ Disponível em: <http://www.soleis.com.br/ebooks/Constituicoes4-27.htm>. Acesso em: 15 dez. 2014.

e ali, fora dos grandes centros, e pressão se exercia sobre a atividade jornalística, por parte de autoridades encarregadas da segurança”.

Para Traquina (2005a, p. 79-80), o jornalismo, desde o início, foi uma atividade com difíceis condições de trabalho, pouco prestígio, ameaças e baixos vencimentos. Uma tática para se ganhar mais em alguns países era “esticar” a matéria, já que boa parte dos repórteres recebia pela produção de cada coluna que escrevia. “Este sistema de pagamento contribuía também para mais sensacionalismo nas notícias porque assegurava melhores hipóteses de publicação e, portanto, de pagamento ao jornalista”. Outra forma de os jornalistas receberem mais era complementar seus rendimentos com propaganda, “incluindo nomes de produtos e políticos, a troco de uma retribuição monetária” (TRAQUINA, 2005a, p. 79-80).

Nos Estados Unidos, nas décadas de 60 e 70, surge um novo gênero, o Novo Jornalismo (*New Journalism*), com uma proposta de narrativa mais literária. “Com o advento deste segundo Novo Jornalismo, o jornalista passa a ser encarado como um intérprete activo da realidade enquanto o jornalismo se perspectiva como um fenômeno da mente e da linguagem” (SOUSA, 2001, p. 30). Destacaram-se autores como Truman Capote e Tom Wolfe, com as obras *A Sangue Frio* e *Radical Chique* e o *Novo Jornalismo*, respectivamente.

Nos anos 70 e 80 houve uma diminuição de cargos e funções nas redações de todo o mundo devido a fatores econômicos como o preço do papel e a redução de custos das empresas (RENAULT, 2012).

Sousa (2001, p. 32) afirma ainda que na década de 80 começaram a se formar grandes grupos multimidiáticos, e com eles, uma convergência de conteúdos:

A concentração da propriedade, facilitada pela desregulamentação, dificulta aos jornalistas insatisfeitos num determinado lugar a obtenção de um emprego noutra órgão de informação (há menos empregadores). O aproveitamento de sinergias dentro dos grupos promove a homogeneização de conteúdos, ao mesmo tempo que reduz os custos de produção (SOUSA, 2001, p. 32).

Em mesmo período, são criadas as assessorias de imprensa e de comunicação. Segundo Rocha (2004, p. 102-103), os assessores eram profissionais autônomos responsáveis por prestar “serviço a uma ou várias empresas, de qualquer segmento, divulgando-as na mídia”. Eles passam a disputar trabalho com os jornalistas, e com isso, são “discriminados”, além de “mal remunerados”.

O desenvolvimento das chamadas “novas Tecnologias de Informação e Comunicação” (TICs), como o uso dos telefones e computadores nas redações, foi outra justificativa para as

“novas mudanças” no jornalismo (SOUSA, 2001, p. 31). Nos anos 80, “tornaram-se correntes novos gêneros jornalísticos, como os infográficos, e alargou-se o leque de assuntos noticiáveis”.

O advento da Internet chega às redações dos meios de comunicação nos anos 90. As informações passam a ser distribuídas, por meio da Internet, para qualquer lugar do mundo. Com uma maior interatividade entre jornalistas, jornais e público, os leitores passaram a contribuir para a produção das notícias, com envio de informações, fotos ou vídeos dos acontecimentos, “tornando-se espécies de co-autores dessas produções” (BARBOSA, 2007, p. 223).

O jornalismo feito na Internet é entendido como ciberjornalismo, terminologia adotada junto à maioria dos autores espanhóis. De acordo com Salaverría (2005), por ser uma especialidade que utiliza o ciberespaço para investigar, produzir e difundir conteúdos jornalísticos. O ciberjornalismo compreende algumas características como: instantaneidade, hipertextualidade, multimídia, interatividade, personalização, memória e atualização contínua (SALAVERRIA, 2005, MIELNICZUK, 2004).

De acordo com Sousa (2001, p. 32), houve uma reconfiguração do sistema jornalístico. “A Internet, sobretudo o subsistema da *World Wide Web* (WWW), ‘roubou’ ao jornalista parte do seu papel de gestor privilegiado dos fluxos de informação, isto é, do seu papel de *gatekeeper*⁵”.

Segundo Barbosa (2007), a chegada dos computadores e da Internet nas redações, assim como novos programas para edição de texto e editoração eletrônica fizeram com que as funções diminuíssem e o próprio jornalista passasse a fazer todas as etapas do trabalho jornalístico, desde a pauta até a edição. Para Canavilhas (2009, p. 51), as novas ferramentas introduziram “um processo de convergência de meios, de linguagens e de funções, conduzindo a uma concentração das tarefas”. Com isso, os jornalistas passaram a se tornar profissionais multitarefas ou multiplataformas.

⁵ Vale ressaltar a *Teoria do Gatekeeper*, postulado por David Manning White em 1950. De acordo com esta teoria, só viram notícia aqueles acontecimentos que passam por um portão (*gate*) e, o jornalista é o selecionador, ou seja, o porteiro (*gatekeeper*).

1.2 Profissão? Jornalista!

Nelson Traquina é um dos autores que aprofundam a questão do jornalismo enquanto profissão. Ele utiliza “jornalismo” como “campo do jornalismo” ou “campo jornalístico”. Assim como Pierre Bordieu⁶, Traquina (2005a, p.26) afirma que:

A existência de um campo implica a existência de um número ilimitado de agentes sociais (jogadores) que querem mobilizar o jornalismo como recurso para as suas estratégias jornalísticas; um enjeu ou prêmio que os ‘jogadores’ disputam, as notícias; e um grupo especializado, isto é, profissionais do campo, que reivindicam possuir um monopólio de conhecimentos ou saberes especializados, nomeadamente o que é notícia e sua construção.

Segundo Traquina (2005a, p. 94), para entender o conceito de profissão é preciso o distinguir de ocupação. Na língua inglesa há uma diferença entre os termos *occupation* e *profession*, “a primeira designa atividade remunerada, enquanto o termo *profession* é reservado para atividades mais prestigiadas e tradicionais, tais como a medicina e o direito”.

Uma profissão tem “uma série de poderes e privilégios” (GREENWOOD, 1957, *apud* TRAQUINA, 2005a, p. 103). O autor recorre a Greenwood para conceituar o termo ‘carreira’, que para ele significa uma vida dedicada as “boas ações”, um termo em referência a uma ocupação profissional. Um profissional faz de seu trabalho sua vida, por isso “o ato de embarcar numa carreira profissional é semelhante nalguns aspectos à entrada numa ordem religiosa”.

Greenwood (*apud* TRAQUINA, 2005a, p. 94) enumera cinco atributos necessários à caracterização de uma ocupação como profissão: 1) a existência de um corpo sistemático de teorias que servem de base para a prática; 2) a preponderância de um sentimento de autoridade profissional; 3) a ratificação pela comunidade da autoridade dos “agentes especializados”, inclusive de seu poder de exigir controle sobre a admissão de novos profissionais; 4) a existência de um código regulador de ética formal; 5) a existência de uma cultura profissional.

Uma profissão tem campo profissional diferente de outras, e esse, implica no domínio de uma linguagem especializada e diferenciada em relação aos “não profissionais” (TRAQUINA, 2005a). Conforme o autor, “uma ocupação não-profissional tem fregueses;

⁶ Resumidamente, o autor entende que campo “é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças” (BORDIEU, 1997, p.57).

uma ocupação profissional tem clientes”, a diferença está onde reside a teoria sistemática: “o profissional impõe o que é bom ou mau para o cliente” (TRAQUINA, 2005a, p.103).

Para entender o jornalismo como profissão, Traquina (2005a, p. 129-130) utiliza a teoria democrática que se baseia na ideia de que o jornalismo “deve ser um veículo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos” – um jornalismo “guardião dos cidadãos”. Com isso, cabe aos jornalistas serem profissionais comprometidos “com os valores da profissão em que agem de forma desinteressada, fornecendo informações, ao serviço de opinião pública, e em constante vigilância na defesa da liberdade e da própria democracia”. Nesta teoria, os jornalistas estão do lado da opinião pública e contra o poder.

Nesse mesmo âmbito, Joaquim Fidalgo (2008, p. 11) questiona: “É o jornalismo uma profissão? Ou é, antes, uma ocupação?”. Para ele, antes de se chegar a uma conclusão, é preciso antes relembrar o conceito de ‘profissão’.

Fidalgo reconstitui por meio dos paradigmas funcionalista e interacionista o processo de profissionalização do jornalismo. Para o funcionalismo é considerado profissão aquela que tem um conjunto de atributos definidos. O autor utiliza Dubar e Tripier (1998, *apud* FIDALGO, 2008, p. 18) para demonstrar que as características essenciais de uma profissão são:

Especialização de serviços que permitam satisfazer uma clientela, a criação de associações profissionais que protejam este grupo da ‘invasão’ de pessoas não qualificadas e que fixem códigos de ética para os qualificados, e o estabelecimento de uma formação específica, baseada num corpo teórico e num conjunto de técnicas, permitindo a aquisição e o desenvolvimento de uma cultura profissional própria.

Com base no paradigma interacionista o processo de profissionalização é um processo natural, no qual as pessoas fazem como forma de realização pessoal. Para Dubar e Tripier (1998, *apud* FIDALGO, 2008, p. 23) há processos de interação que fazem os membros de uma comunidade se auto-organizarem. As carreiras são influenciadas conforme a interação com os outros e com o ambiente de trabalho. Nesse paradigma um ser se torna profissional por meio de uma ‘conversão identitária’, ou seja, se identifica com ela, e se torna um médico, um advogado – é uma nova identidade⁷ profissional feita de novas definições (1998, *apud* FIDALGO, 2008, p. 24).

⁷ Identidade é aqui entendida como na concepção de sujeito pós-moderno de Stuart Hall (2005), ou seja, um núcleo ou essência de um ser que não é fixo ou permanente. O sujeito assume determinada identidade em determinado momento, e ela é definida historicamente, não biologicamente.

Fidalgo (2008, p. 25) utiliza o conceito de afirmação profissional dentro da matriz interacionista, que significa

um processo dinâmico, evolutivo, tanto no interior das pessoas como no seu espaço social e no contexto da divisão do trabalho, bem como no interior dos grupos ocupacionais em busca de uma afirmação e sedimentação enquanto profissões.

Dubar e Tripier (1998, *apud* FIDALGO, 2008, p. 18) contribuem para a Sociologia das Profissões e abordam as chamadas ‘novas teorias’ das profissões nas quais os profissionais são como “actores coletivos do mundo econômico que conseguiram fechar o seu mercado de trabalho e estabelecer um monopólio de controlo das suas próprias actividades de trabalho”.

O conceito de profissionalização que, segundo Fidalgo (2008, p. 40-41), surgiu do paradigma funcionalista como um “estudo do modo como, em determinadas circunstâncias, uma ocupação profissional pode passar ao estatuto de profissão”. O autor utiliza o conceito ainda do funcionalismo como “qualificação teórica e competência técnica, experiência e *expertise* prática”. O profissionalismo não é apenas um conjunto de características de uma determinada profissão, mas, a representação que esse grupo profissional traz de si, em discursos e exercício da atividade.

No fim do século XIX e início do século XX, com a necessidade de uma afirmação da identidade profissional, os jornalistas “se viram confrontados com o desafio da profissionalização” (FIDALGO, 2008, p. 50). Para ele, o jornalismo passou de uma ocupação para uma profissão.

Para Traquina (2005a, p. 24) a pergunta está mal formulada, o certo seria: “o jornalismo caminha ou não na direção do tipo ideal⁸ de profissão”? E a resposta para ele é sim, “quem ainda responde não ignora mais de 150 anos de história do jornalismo”.

1.3 Leis, Códigos e Regulamentação da profissão

A profissionalização do jornalismo se desenvolveu ainda mais com a criação de sindicatos, associações, estatutos e o desenvolvimento de cursos superiores. O grupo profissional precisava “de afirmar o seu território próprio, a sua autonomia e a sua identidade, para com isso se valorizar” (FIDALGO, 2008, p. 114).

⁸ Traquina (2005a) coloca como “tipo ideal” a carreira da medicina.

No fim do século XIX e início do século XX surgiram os códigos deontológicos do jornalismo - códigos de conduta apropriados à profissão, ou seja, comportamentos e deveres dos jornalistas em relação aos membros da sociedade e aos colegas de profissão. Este,

não define apenas normas para os membros da comunidade, mas esboça também todo um *ethos* para os membros composto por conceitos básicos como o universalismo (todos os clientes são tratados sem discriminação), o distanciamento (nenhum interesse próprio influencia as ações do jornalista), um princípio de equidistância em relação aos diversos agentes sociais (designado como imparcialidade ou objetividade do profissional) e o ideal de serviço à comunidade (TRAQUINA, 2005a, p. 119-120).

Traquina (2005a) ainda emprega às normas profissionais do campo jornalístico a liberdade, a associação com a verdade e a objetividade. O jornalista deve ter autonomia e independência nas suas relações de trabalho, como em qualquer outra profissão.

A Suécia estabeleceu um código deontológico em 1900 que passou a vigorar no país a partir de 1920. Na França, o Sindicato Nacional de Jornalistas aprovou em 1918 uma Carta de Deveres dos Jornalistas em nível nacional. Essa carta ajudou outros países da Europa a desenvolverem um código de ética. Em 1935 foi aprovado um estatuto para a profissão na França, para então, ser instituída, a partir de 1936, a carteira profissional de jornalista. Em 1939, a Federação Internacional de Jornalistas (FIJ) aprovou o código deontológico internacional (TRAQUINA, 2005a).

Em Portugal, as primeiras associações surgiram durante a segunda metade do século XIX. Em 1924 foi criada pelo Sindicato dos Profissionais de Imprensa de Lisboa uma carteira de identidade aos “profissionais de imprensa”, iniciativa que “se destinava a facilitar a circulação e acesso aos locais onde se desenrolavam eventos noticiáveis, além de conceder alguns descontos em alojamentos, refeições e transportes” (FIDALGO, 2008, p. 139). Em 1941, o sindicato instituiu a Carteira Profissional de Jornalista apenas aos filiados. O estatuto da profissão fora publicado, pela primeira vez, em 1943 e, em 1976 a aprovação do primeiro código deontológico (FIDALGO, 2008).

Na Bélgica, desde a lei de 30 de dezembro de 1963 é exigido, para exercício da profissão, título de jornalista profissional. No entanto, não há exigência de diploma para atuar na atividade (MATHIEN, 1995).

No Brasil, o primeiro instrumento legal regulamentador da profissão foi o Decreto-Lei 910, assinado por Getúlio Vargas em 1938 sob o Estado Novo, que definia o jornalista, segundo Neveu (2006, p. 186-187), como “o trabalhador intelectual cuja função se estende

desde a busca de informações até a redação de notícias”. De acordo com Rocha (2004), o jornalista deveria ser brasileiro, maior de idade, sem antecedentes criminais. O decreto ainda estabelecia uma jornada de cinco horas, que podia ser prorrogada por mais duas horas, com compensação financeira.

Houve ainda outros dois atos sobre o regulamento da profissão de jornalista. O Decreto-Lei 5.480, de 1943, que instituiu o primeiro curso superior de jornalismo do país. O Decreto-Lei 7.037, de 1944, fixava a remuneração mínima e definia as funções dos jornalistas, além de classificar o fotógrafo como auxiliar do jornalista. “Nesse decreto, todos que trabalhassem em imprensa teriam de se titular como jornalistas, desde o diretor ao arquivista” (PETRARCA, 2007, p. 113).

O primeiro Código de Ética aprovado no país data de 1949 após Congresso Nacional de Jornalistas, promovido pela FENAJ, em Salvador-BA. Ele estabelece os deveres fundamentais do jornalismo; das empresas jornalísticas e dos jornalistas profissionais,

cuja atividade deverá orientar-se sob princípios que elevem e dignifiquem o homem”. Considerava indeclinável dever das empresas “coibir a publicação de estampas e fotografias que possam ferir o pudor público, a dignidade e o decoro de alguém” e julgava defeso ao jornalista “empregar termos cuja dubiedade possa produzir no ânimo do leitor impressão contrária àquela que normalmente deve surgir do fato noticiado ou comentado, especialmente se possa ferir o pudor público ou a dignidade e o decoro de alguém (BELTRÃO, 1960, p. 197).

Em 4 agosto de 2007, Congresso Extraordinário dos Jornalistas, realizado em Vitória-ES atualizou, pela última vez, o Código de Ética⁹ brasileiro. O texto contém cinco capítulos: Capítulo I - Do direito à informação; Capítulo II - Da conduta profissional do jornalista; Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista; Capítulo IV - Das relações profissionais; e, Capítulo V - Da aplicação do Código de Ética e disposições finais.

Outros três decretos¹⁰ foram sancionados, antes da regulamentação profissional definitiva, para diferenciação de funções. Em 22 de agosto de 1961 foi publicado o Decreto nº 51.218¹¹, que regulamentava o Decreto-Lei nº 910, de novembro de 1938, sobre o exercício da profissão de jornalista. Em 1962 era acrescentado o cargo de fotógrafo a de jornalista.

⁹ Disponível em:

<http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

¹⁰ Decretos, respectivamente: números 51218 de 22 de agosto de 1961, 1177/62 de 12 de junho de 1962 e 53263 de 13 de dezembro de 1963.

¹¹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51218-22-agosto-1961-390868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2015.

“Considera-se jornalista profissional aquele cuja função, remunerada e habitual compreende a busca ou documentações de informações, inclusive fotográficas, à redação de matéria” (MARANHÃO FILHO, 1995, p. 57). O decreto nº 53.263 de 12 de dezembro de 1963¹² aprovava o regulamento sobre o registro de jornalismo profissional, no qual o profissional que mantivesse uma prova de estágio de trinta e seis meses consecutivos ou de quarenta e dois meses interrompidos podia pedir registro de jornalista.

A regulamentação profissional foi estabelecida pelo Decreto-Lei nº 972 de 17 de outubro de 1969 no qual era exigido o diploma para exercício da atividade:

Art 4º O exercício da profissão de jornalista requer prévio registro no órgão regional competente do Ministério do Trabalho e Previdência Social que se fará mediante a apresentação de: [...] V - diploma de curso superior de jornalismo, oficial ou reconhecido registrado no Ministério da Educação e Cultura ou em instituição por este credenciada, para as funções relacionadas de “a” a “g” no artigo 6º (BRASIL, 1969, p. 2).

O documento considerava que a profissão de jornalista compreende qualquer uma das seguintes atividades:

a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário; b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão; c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada; d) planejamento, organização, direção e eventual execução de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada; e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea a; f) ensino de técnicas de jornalismo; g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação; h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem; i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias; j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação; l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico (BRASIL, 1969, p. 1).

A rotina no interior das redações não teve grandes mudanças após a exigência do diploma para exercício da profissão. De acordo com Guimarães (2006, p. 187-188), o fato “não alterou de imediato a forma de recrutamento dos profissionais pelas redações, quer pela resistência das empresas em assimilar este novo perfil, quer pela inexistência de profissionais graduados em número suficiente”.

¹² Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53263-12-dezembro-1963-393221-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 jan. 2015.

1.4 A identidade jornalística e seu caráter epistemológico

Para entender a importância da atividade jornalística é preciso compreender antes o papel social do jornalismo. Nelson Traquina defende três questões básicas para estudos do jornalismo: “Qual o papel dos jornalistas na produção de notícias? Por que as notícias são como são? Afinal, qual o papel do jornalismo na sociedade?” (TRAQUINA, 2005b, p. 145).

O jornalismo é uma atividade ligada às relações humanas. Traquina (2005a, p. 118) escreve que o cliente do jornalista é a fonte de informação, e “o sigilo profissional é tanto uma pedra angular no desempenho das suas atividades profissionais como o é no caso dos médicos e advogados”. Para o autor, a relação com as fontes é de propriedade privada dos jornalistas, e são vistas como uma questão de honra.

Traquina (2005a, p. 26) entende que parte da população tem um certo fascínio pelo jornalismo porque a atividade dá um certo poder. A possibilidade de trabalhar num meio de comunicação carrega com ela, um modo de se tornar conhecido, de obter favores e espaços políticos.

Os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção de notícias, e, por consequência, na construção da realidade. Há alguns momentos, ao nível individual, durante a realização de uma reportagem ou na redação da notícia, quando é decidido quem entrevistar ou que palavras serão utilizadas para escrever a matéria, de mais poder consoante a sua posição na hierarquia da empresa, e coletivamente como os profissionais de um campo de mediação que adquiriu cada vez mais influência com a explosão midiática, tornando evidente que os jornalistas exercem poder.

Mais do que modelar o conhecimento das pessoas, o jornalismo tem uma ação importante na construção da realidade. Ele exerce um papel único na sociedade atual, o de ajudar os indivíduos a compreender a realidade ao seu redor. Para Berger e Luckman (2011) na obra *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, livro publicado inicialmente em 1966, a realidade da vida cotidiana é apreendida num mundo de tipificações, ou seja, na qual o indivíduo torna comum uma conduta. É por meio das interações cotidianas e dos meios de comunicação que os indivíduos encontram as bases para a construção de sua identidade.

Para Luiz Beltrão (1960, p. 65-67), a atividade jornalística é de extremo interesse social, é “essencial à vida das coletividades, como uma instituição social que, no mundo moderno, assume posição da mais alta relevância”. O autor entende que o “jornalismo é a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à

sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum”.

De acordo com Eduardo Meditsch (1997, p. 8), o jornalismo opera no campo lógico do senso comum e, por isso, é uma forma de conhecimento, assim como a ciência. Seus resultados não são exatos como os da ciência, mas, as informações passadas pelos jornalistas operam na construção do senso comum.

Enquanto a ciência, abstraindo um aspecto de diferentes fatos, procura estabelecer as leis que regem as relações entre eles, o Jornalismo, como modo de conhecimento, tem a sua força na revelação do fato mesmo, em sua singularidade, incluindo os aspectos forçosamente desprezados pelo modo de conhecimento das diversas ciências (MEDITSCH, 1997, p. 8).

José Marques de Melo é outro pesquisador que defende a profissão como uma forma de manutenção e revigoração das instituições democráticas. Em audiência pública do Ministério da Educação (MEC), divulgada em 18 de maio de 2009 no portal da Internet¹³ da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo, o jornalista e professor considerou o jornalismo como “o oxigênio da democracia”.

Essas discussões sobre o jornalismo levantam dificuldades em relação a seu *status* epistemológico. O pesquisador Jorge Pedro Sousa (2006, p.4) afirma que a preocupação de muitos cursos ainda é a de formar “comunicólogos” em vez de jornalistas¹⁴. Para ele, “a universidade diluiu a formação de jornalistas e a investigação sobre jornalismo na filosofia, nas ciências humanas e sociais em geral e nas ditas ciências da comunicação em particular”, o que dificulta o desenvolvimento da formação superior em jornalismo.

Nesse mesmo âmbito, Barreiros (2013, p. 89) entende que o jornalismo “padece da dificuldade de sua definição epistemológica”, e uma das explicações pode estar na manutenção como subárea da Comunicação e não como especialidade (BARREIROS, 2013, p. 89). O jornalismo tem uma identidade própria e discussões sobre o caráter epistemológico da profissão e sua importância à sociedade repercutem no “prestígio do curso e mesmo na sua inserção no mundo da academia, tendo peso, por exemplo, na visão que os organismos oficiais como a Capes e o CNPq¹⁵ têm do curso” (BARREIROS, 2013, p. 89-90). Segundo

¹³ Disponível em: <<http://www.oabsp.Org.br/noticias/2010/05/18/formacao-multimedia-e-etica-predominam-na-audiencia-publica-sobre-diretrizes-curriculares-do-curso-de-jornalismo/>>. Acesso em: 12 nov. 2013;

¹⁴ O que ocorria até 2014, já que a partir de 2015 os cursos precisam ser intitulados “Bacharel em Jornalismo”, em vez de “Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo” conforme as novas Diretrizes Curriculares em Jornalismo (DCJ/MEC, 2013);

¹⁵ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

Tabela das Áreas de Conhecimento (TAC) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹⁶, o Jornalismo é uma subárea da Comunicação nas Ciências Sociais Aplicadas.

Na atividade jornalística há uma identidade própria dos profissionais, que o diferenciam de outro grupo. “A existência de uma identidade profissional implica, por sua vez, a definição de como ser jornalista e como estar na profissão, isto é, um *ethos* profissional” (TRAQUINA, 2005a, p. 97). Para ele, o atributo de uma profissão está na existência de uma cultura, o que diferencia de outras. A cultura de uma profissão consiste nos seus valores, normas e símbolos. Na opinião de Traquina (2005a, p. 121) são ainda valores, responsabilidades e “representações que constituem o ar que marca a produção de notícias”.

Ao longo dos anos inúmeras associações, credenciamentos e registros foram atribuídos aos profissionais sem curso superior, ao mesmo tempo em que foram sendo criados diversos cursos superiores para a profissão de jornalista. Rocha (2008, p. 4) caracteriza este ofício:

O jornalista é um destes profissionais que trabalham na mídia. Ele faz a comunicação. O ato de informação na imprensa é acompanhado por uma estratégia de comunicação. [...] Entretanto, as ciências da comunicação é recente comparada às ciências tradicionais como medicina e direito, e também é desvalorizada.

Outra dificuldade é acrescentada por Fidalgo (2008, p. 56). Ele afirma que a carreira de jornalista é cada vez mais a de um “mero executante”.

A proletarização acaba por acarretar, assim, o declínio de competências e qualificações dos profissionais, bem como da sua autonomia de trabalho, como resultado dos esforços administrativos e burocráticos (da gestão) para aumentar o controle sobre o processo produtivo. O trabalho fica fragmentado, desqualificado e rotinizando [...].

Conforme afirma Ribeiro (1994), o que acontece, na prática, é que o jornalismo de mercado, instituído pela influência do capitalismo na comunicação, trouxe à tona uma crise de identidade para o jornalista, que pode ser vista a partir de um duplo discurso. Os discursos humanista e tecnológico-metodológica estão sintetizadas no quadro 01.

¹⁶

Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/TabelaAreasConhecimento_042009.pdf. Acesso em: 4 set. 2014.

Quadro 1 – Caracterização da fase tradicional e moderna na identidade profissional do jornalista

	Discurso Humanista: fase tradicional / ideológica	Discurso tecnológico-metodológico: fase moderna
Caráter do discurso sobre o produto jornalístico	Cultural	Industrial
Status do jornalista junto à empresa	Liberal	Disciplina
Relação com os patrões	Confiança	Competência
Percepção do jornalismo no imaginário popular	Jornalista como herói	Jornalista como operário
Status do jornalista frente à sociedade	Jornalista como uma figura pública	Anonimato

Fonte: Ribeiro (1994).

A tabela acima evidencia a discussão entre o tradicional e o tecnológico moderno. O advento da mídia multiplicou as atividades jornalísticas, o que contribuiu para uma diferenciação de funções.

Pereira e Adghirni (2011, p. 11) também analisam essa discussão ao afirmar que novas formas de fazer notícia, a partir das TICs, trouxeram novas crises ao ofício do jornalismo,

O encolhimento do número de postos de trabalho em redações tradicionais e o aumento da carga horária dos jornalistas – resultado da “crise” dos processos de convergência – vêm acompanhados de uma desregulamentação dos contratos trabalhistas. Os empregos informais, como *free-lancers* ou os contratos como pessoa jurídica predominam nas redações brasileiras. A substituição de jornalistas veteranos por outros mais jovens é outra prática recorrente. O recém-formado é maleável e se adapta mais facilmente às normas político-editoriais e a salários mais baixos.

A atividade jornalística sofreu um processo de desvalorização nos últimos anos. Um dos caminhos para uma maior valorização da carreira é emancipar o jornalismo, enquanto área acadêmica e atividade intelectual relevante. Para Meditsch (2007, p. 58-59) não só a profissão, como as escolas de jornalismo precisam ser levadas a sério.

[...] é preciso consolidar o jornalismo como disciplina de direito próprio, elevar igualmente o nível de sua prática científica, se aproximar da realidade, buscar respostas aos problemas relevantes para a profissão, projetar e construir competência profissional para o presente e o futuro, assumindo a vanguarda tecnológica, e distinguir a qualidade no jornalismo, apontando erros e alternativas pragmáticas para o seu aprimoramento.

Pensar o jornalismo a partir do ensino e buscar soluções desde a academia pode ser uma das soluções para uma nova valorização da carreira.

1.5 Formação Universitária em Jornalismo

1.5.1 Histórico

As primeiras iniciativas quanto ao ensino de jornalismo nasceram na Europa. Em 1806 foi fundado o primeiro curso dedicado às ciências da imprensa na Universidade de Breslau, na Alemanha (MARQUES DE MELO, 2004).

No continente americano, o *Washington College* da Virginia, Estados Unidos, teve a primeira iniciativa em 1869. José Marques de Melo (2004, p. 75) comenta que “o curso europeu tinha perfil academicista, orientando-se no sentido de alavancar uma ‘ciência da imprensa’. Por sua vez, o curso norte-americano era mais modesto, e pretendia simplesmente ‘aperfeiçoar tipógrafos’, ou seja, ampliar seu conhecimento no âmbito das artes e das ciências”.

Em 1893, na Universidade da Pennsylvania, foi criada uma disciplina de jornalismo prático no curso de ciências políticas e sociais. E ainda, conforme argumenta Traquina (2005a, p. 84), “a regra geral é que estas aulas eram dadas por antigos homens dos jornais”.

Na França, Dick May fundou em 1899 a Escola Superior de Jornalismo baseada na Universidade da Pennsylvania. Uma cadeira de Jornalismo foi criada no Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Filadélfia também em 1893. Na Europa em 1895 iniciou o curso de Jornalismo da Universidade de Heidelberg, na Alemanha (FIDALGO, 2008).

No início do século XX foram criadas escolas profissionais independentes de jornalismo na Universidade de Missouri, em 1908, e na Universidade de Colúmbia, em 1912 (TRAQUINA, 2005a, p. 84).

Um dos pioneiros a incentivar a formação de jornalistas em nível universitário foi o húngaro, naturalizado americano, Joseph Pulitzer, autor da obra *A Escola de Jornalismo*¹⁷ (*The College of Journalism*) publicada pela primeira vez em 1904 pela Universidade de Columbia, Nova Iorque. No livro, o autor afirma que a escola superior de jornalismo é

¹⁷ Livro traduzido para o idioma português por Jorge Meditsch e Eduardo Meditsch e publicado em 2009.

importante tanto quanto a faculdade de Medicina e Direito. Para Pulitzer (2009, p. 54), o objetivo é “formar melhores jornalistas, que farão melhores jornais, que irão servir melhor a população. Ela irá transmitir conhecimentos não para seu próprio benefício, mas para serem usados para servir o público”.

Pulitzer doou dois milhões de dólares à Universidade de Columbia e à Universidade de Missouri para ensinar os futuros jornalistas. Ele tinha dúvidas quanto a investir nas universidades de Columbia ou de Harvard, por fim, escolheu Columbia porque não concordava com as ideias do reitor de Harvard, Charles W. Eliot, que incluía disciplinas de administração e negócios no currículo da escola de jornalismo (BARREIROS, 2013). Em 1912, foi, então, fundado o curso de jornalismo de Columbia, cerca de um ano após a morte de Pulitzer.

Com a criação do curso de jornalismo de Columbia, Pulitzer contribuiu para “um melhor estatuto social e uma maior dignidade profissional aos jornalistas e ao jornalismo como também para a profissionalização e para a definição dos jornalistas como corpo profissional autônomo” (SOUSA, 2001, p. 25).

As iniciativas portuguesas surgiram em 1941 pelo Sindicato Nacional dos Jornalistas de Portugal, que estabeleceu um curso de dois anos, “onde a correspondência entre a componente teórica e prática era consubstanciada na proposta de visitas de estudo às redações e às gráficas e nas conferências livres”. No entanto, o projeto não mobilizou a classe (SOBREIRA, 2004, p. 20).

De acordo com Coelho (2015, p. 348-350), em 1971, Adriano Duarte Rodrigues, propõe a criação de uma licenciatura na área, na Universidade Nova de Lisboa, resultado do “compromisso entre a resistência acadêmica e a aspiração da classe profissional em valorizar a prática pela via universitária”. Em 1986 foram inaugurados os cursos bacharelados, no Politécnico de Lisboa e na Escola Superior de Jornalismo do Porto.

O auge do surgimento de cursos superiores de jornalismo no país foi no final da década de 80, depois da “adesão de Portugal a então Comunidade Econômica Europeia”. O primeiro curso universitário privado surgiu em 1989, na Universidade Autónoma de Lisboa como “Ciências da Comunicação”. Em 2009/2010 levantamento apontou 16 instituições que oferecem o curso em Portugal, “oito universidades e oito politécnicos” (COELHO, 2015, p. 353).

No Brasil, as discussões entre profissionais da área para a regulamentação e qualificação profissional começaram em 1915 quando a Associação Brasileira de Imprensa

(ABI)¹⁸ elaborou um documento que se tornou o primeiro projeto de um curso de Jornalismo produzido no país. O documento “previa um programa predominantemente prático, montado a partir de jornal-laboratório” aceito entre os profissionais da área no I Congresso Brasileiro de Jornalistas no Rio de Janeiro em 1918 (MEDITSCH, 1992, p. 60).

As iniciativas sobre o ensino de jornalismo no país, segundo Meditsch (1992, p. 59), partiram de jornalistas e editores que queriam melhorar seus salários a partir de um título universitário: “o nível superior representava um aumento de salário na carreira dos barnabés”. Marques de Melo (1974) também justifica a criação dos primeiros cursos de jornalismo na necessidade dos burocratas em ter ascensão profissional.

A abertura das primeiras escolas de Jornalismo no Brasil veio apenas meio século depois das iniciativas europeias e norte-americanas. O primeiro curso de jornalismo brasileiro foi criado em abril de 1935 na Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, pelo educador baiano Anísio Teixeira e organizado pelo jornalista Costa Rego (MARQUES DE MELO, 2000). A instituição era pública, financiada pelo Governo Federal e amparada pela ABI. De acordo com Marques de Melo (2000, p.84),

tratava-se de uma experiência educacional de jornalistas que se efetivou segundo padrões distintos daqueles preconizados pela ABI. Não configurava uma escola profissional para formar jornalistas em nível superior, mas de um curso universitário destinado a refletir sobre o fenômeno ascendente da cultura de massa, correlacionando duas atividades então imbricadas profissionalmente: o jornalismo e a publicidade.

A UDF fechou poucos anos depois de sua criação, “em consequência do golpe do Estado Novo desfechado pelo presidente Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937” (NUZZI, 1992, p. 23).

Em 1938, a criação de escolas de jornalismo foi prevista na regulamentação da profissão de jornalista. No entanto, os primeiros cursos foram implantados a partir da década seguinte.

Com o Decreto Lei 5.480, de 1943, foi instituído o primeiro curso superior de jornalismo do país, criado, em 1947 na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em

¹⁸ Fundada em 3 de abril de 1908 no Rio de Janeiro pelo jornalista e primeiro presidente, Gustavo de Lacerda, como ‘Associação de Imprensa’. Os objetivos iniciais da entidade eram “manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias; estabelecer um serviço de assistência médica e farmacêutica; instituir o Retiro da Imprensa, com enfermaria e residência para velhos e enfermos; habilitar por meio de título de capacidade intelectual e moral o pretendente à colocação no jornalismo; organizar o Anuário da Imprensa; prestar pública homenagem ao dia do aparecimento do primeiro jornal do Brasil” (LEUENROTH, 1987, p. 68-69).

São Paulo. Em homenagem ao jornalista Cásper Líbero (1889-1943), a instituição seguia os moldes do que havia nos Estados Unidos e na Europa.

De acordo com Hime (2005, p. 2), em seu testamento Líbero determinou a criação de uma escola de jornalismo fundamentada nas Ciências Humanas, particularmente “português, prosa, estilo, literatura, eloquência, história e filosofia”.

Outra iniciativa do fim dos anos 40 foi da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, que implantou graduação em Jornalismo em 1948 (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Na década de 50, foram criados mais cinco cursos de jornalismo no país: na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) e na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Em 1964 surgiu a primeira graduação em jornalismo da região Centro-Oeste, na Universidade de Brasília (UnB). Os cursos de comunicação social desta instituição nasceram dentro da Faculdade de Comunicação de Massas: “o Jornalismo como indústria da informação e opinião; TV-Rádio-Cinema com indústria de recreação e arte; Publicidade e Propaganda como indústria da sugestão, seja comercial, seja política, social ou ideológica” (MARQUES DE MELO, 1974, p. 47).

Segundo Meditsch (2012, p. 17), o início das escolas de Comunicação no país, nas décadas de 30 e 40, foi marcado por algumas tensões na política e na economia. Nos anos 80, boa parte da América Latina convivia com a ditadura militar e espiões dos órgãos de segurança se infiltravam dentro das salas de aula para vigiar o trabalho dos intelectuais da época.

As escolas de Comunicação eram particularmente visadas como um foco de subversivos, e não gozavam de simpatia por parte da grande imprensa da época que, embora defendesse a própria liberdade de expressão, protestando contra a censura do governo, pedia a ditadura o fechamento dessas escolas por razões ideológicas (MEDITSCH, 2012, p. 17).

O ensino superior passou por uma expansão dos anos 80 aos anos 90 devido à implantação de novas instituições, aumento de políticas públicas e universalização do ensino médio. De acordo com Loch & Reis (2004), em 1997 haviam 22.745 vagas ofertadas em 178 cursos de graduação autorizados nas 14 instituições de ensino do país, e, em 2002, eram 60.930 vagas em 465 cursos autorizados. Esse forte crescimento de mais de 250%, segundo os autores, se explica pelo aumento das faculdades privadas.

Segundo o Censo de Educação Superior realizado, anualmente, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹⁹, o aumento de matrículas no Brasil na última década de análise do censo, 2003 a 2013, é de 84%. Em 2013 foram matriculados 7.3 milhões de alunos em cursos presenciais e à distância contra quase 4 milhões em 2003. Em mesmo período, o número de cursos passou de 17,4 para 32,2 mil entre públicas e privadas. O resultado provém, segundo o documento, da busca por uma mão de obra especializada e de políticas públicas de incentivo ao acesso e à permanência na educação superior como, aumento do número de financiamento (bolsas e subsídios) aos alunos e da oferta de vagas na rede federal com a abertura de *campi* e IES. Considerando apenas os cursos presenciais em 2013 (6,15 milhões matrículas), a região que teve maior número de matrículas foi o Sudeste, com 2,9 milhões, o que representa nacionalmente 47,2% do total. No Nordeste foram realizadas 1,28 milhões de matrículas (21%), depois região Sul, com 962 mil (15,6%); Centro-Oeste, com 575 mil (9,3%); e Norte com 423 mil (6,8%). A região Centro-Oeste é a penúltima região quanto ao número de matrículas em cursos presenciais. Foram 154,19 mil matrículas em instituições públicas e 421,33 mil em instituições privadas em 2013.

Na obra *Perfil do jornalista brasileiro*, Mick e Lima (2013, p. 20) mostram o crescimento acelerado quanto ao total de cursos de jornalismo no país. Segundo os autores, até 1970 eram 18 cursos de Jornalismo com turmas abertas no país, e em 2010, somou 317 cursos (quadro abaixo).

Quadro 2 – Quantidade de cursos de Jornalismo de 1970 a 2010

	Antes de 1970	Até 1980	Até 1990	Até 2000	Até 2010
Total de Cursos	18	51	61	137	317

Fonte: eMEC/Guia do Estudante Abril/Coordenações ou secretarias de cursos/Páginas de Internet das IES *apud* Mick; Lima (2013, p. 20).

O desenvolvimento da profissão e da formação superior em jornalismo foi incentivado por alguns pesquisadores, como Luiz Beltrão e Pompeu de Souza.

Luiz Beltrão de Andrade Lima, nascido em 8 de agosto de 1918 na cidade de Olinda, Pernambuco, dedicou sua vida à atividade jornalística e à renovação da formação universitária. Ele construiu o curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, em 1961, e seus fundamentos pedagógicos renovaram o ensino de jornalismo em toda a

¹⁹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 10 fev. 2015.

América Latina (MARQUES DE MELO, 2000). Enquanto professor da Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa (PA), Beltrão acumulou conhecimento para alguns livros, entre eles *Métodos de Ensenanza de La Técnica Del periodism*, publicado em 1965 pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina (Ciespal). Ainda de acordo com Marques de Melo (2000), a aproximação de Beltrão com esse centro influenciou na criação, em 1963, do Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM), mantido por convênio com a Universidade Católica de Pernambuco. Esse centro foi responsável pela criação o primeiro periódico científico da área, *Comunicação & Problemas*.

Roberto Pompeu de Souza Brasil²⁰, político, escritor, jornalista e professor, nasceu em 1914 no Ceará e foi responsável pela direção e implantação da Faculdade de Comunicação de Massa do Brasil da Universidade de Brasília (MENDEZ, 2006). Ele foi autor do parágrafo 1º do artigo 220 da Constituição Federal, que prevê a liberdade de imprensa e, na década de 50, um dos primeiros a utilizar o lide americano -“O Quê? Quem? Onde? Quando? Como? Por Quê?”. “O objetivo do jornalista era o de criar uma técnica redacional para a imprensa brasileira, tendo como base a existente nos Estados Unidos” (MENDEZ, 2006, p. 7).

1.5.2 Currículo e Diretrizes

Para compreender as polêmicas que envolvem o ensino de jornalismo é preciso entender, em um sentido mais amplo, o que é o currículo. A palavra “currículo” é entendida ainda hoje como “currículo escolar”, um documento que compreende todas as experiências dos alunos sob influência da escola.

O aprendizado é indispensável para o êxito do ensino e, por isso, reflexões sobre os currículos estão instaladas atualmente como foco central nos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPP) das Instituições de Ensino Superior (IES).

Organizar um currículo em termos de competência significa preparar os alunos para um saber-fazer-reflexivo, crítico, no contexto de seu grupo social. Trata-se de colocar a educação a serviço das necessidades reais dos alunos em relação a sua preparação para o início do exercício da profissão (NUNEZ; RAMALHO, 2004, p. 15).

²⁰ Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dic_p1.htm>. Acesso em: 12 set. 2013.

Na década de 60, o técnico treinado pelo Ciespal, Celso Kelly, elaborou três currículos mínimos que fixava um currículo comum aos cursos de Comunicação Social, onde os egressos se formavam bacharéis para atuar em qualquer habilitação, seja Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas. Até 1969 havia o jornalista polivalente, que a partir daquele ano passou a se chamar “comunicador”. Para Marques de Melo (1974, p. 155), o currículo de 1969 estabelecia um profissional polivalente “para atuar em todos os meios de informação coletiva (rádio, televisão, imprensa, cinema), posto que a relação entre estes é complementar”.

Em 1979, o currículo foi alterado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e criado as habilitações em Jornalismo, em Rádio e TV, Cinema, Publicidade e Propaganda. Em 24 de janeiro de 1984, um novo currículo mínimo foi elaborado e fixado pela Resolução nº 002 do CFE. O currículo continha conteúdos, habilidades e um perfil específico para o profissional do jornalismo (MEDITSCH, 2012, p. 137).

De acordo com Lannes (2012, p. 19), o documento foi criticado por essa padronização: “a resolução perdurou por duas décadas sendo o modelo único como base para o funcionamento e reconhecimento das escolas nas diversas regiões brasileiras”.

Peruzzo (2003, p. 134) também criticava o currículo mínimo:

O antigo “currículo mínimo obrigatório” – que na prática se transformava em “máximo”, porque, prevendo um grande número de disciplinas obrigatórias, restava pouca margem de manobra por parte das instituições – apesar de ter sido válido, por um certo tempo, não permitia a adequação dos cursos às diferentes realidades e regiões do Brasil, entre outras distorções.

Em 24 de dezembro de 1995 a Lei nº 9.131 cria o Conselho Nacional de Educação (CNE) do Ministério da Educação (MEC), composto pelas Câmaras de Educação Básica e de Educação Superior, anteriormente nomeado Conselho Federal de Educação. O CNE tem “atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de estado da Educação e Desporto, assegurando a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional” (BRASIL, 1995). Em 20 de dezembro de 1996, pela Lei nº 9.395, que extinguiu os currículos mínimos, o Governo Federal sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estabelece no capítulo IV:

Art. 53 – No exercício de sua autonomia, são asseguradas as universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:
II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes (LDB, 1996, p. 19).

Em 1997, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) realizou o Congresso Nacional dos Jornalistas em Vila Velha, Espírito Santo, e lançou as bases do *Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação Profissional dos Jornalistas*. O documento foi elaborado conjuntamente pela Associação Brasileira de Escolas de Comunicação (ABECOM), Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação (ENECOS), Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM). Segundo o Programa, há premissas com fundamentos teóricos, culturais e técnicos, além da identificação e compreensão dos fundamentos éticos, atitude de cidadania e compreensão e a identificação do inter-relacionamento entre as funções profissionais dos jornalistas com as demais funções profissionais ou empresariais (FENAJ, 2008).

Poucos anos depois, em 2001, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram aprovadas pelo CNE e com ela as instituições tinham possibilidade de criar seus próprios currículos. Para alguns autores, como Meditsch (2012, p. 142), o currículo continuava amplo, “as diretrizes aprovadas pelo CNE são genéricas e não estabelecem nem mesmo a duração dos cursos”.

1.5.3 Dilema: a relação teoria *versus* prática

O curso de Jornalismo enfrenta vários dilemas, como a antiga polêmica pedagógica da teoria *versus* prática. Para Barreiros (2013, p. 86), o jornalismo sempre oscilou entre as disciplinas humanistas e a prática, uma “espécie de esquizofrenia: ora uma supervalorização da teoria, ora uma supervalorização da prática, muitas vezes numa relação de antagonismo (e não de complementaridade) entre teoria e prática”.

Nos Estados Unidos, Pulitzer (2009, p. 36) propunha que a formação humanística do jornalista devia ser privilegiada. “Ele deve ter senso crítico, pois todo o trabalho jornalístico envolve crítica e análise”. Para ele, as escolas deveriam ter em suas estruturas curriculares disciplinas como: Direito, Economia, Ética, Legislação, Sociologia, História, Literatura, Línguas Estrangeiras, entre outras.

O jornalista entendia que um bom jornalista precisa entender “os princípios e teorias do Direito e o quanto sua aplicação se relaciona diretamente com os direitos e o bem-estar do público” (PULITZER, 2009, p. 37-40). Quanto à Sociologia, Pulitzer (2009, p. 43) explica

que “faz parte do trabalho diuturno do jornalista”. Os estudos da Economia, da Estatística e das Ciências Físicas também são importantes porque os jornalistas precisam saber interpretar “os dados de companhias”, por exemplo. Sobre os outros idiomas, Pulitzer (2009, p. 48) entende que “é preciso ver cada língua estrangeira como uma ferramenta, uma chave para entender a vida, a literatura, a moral e os costumes do povo que a utiliza”.

Nas primeiras décadas de criação dos cursos de Jornalismo no Brasil, as disciplinas humanísticas eram supervalorizadas. O próprio curso da Cásper Libero recebeu em 1956 dos alunos um abaixo-assinado no qual reclamavam desse ensino excessivamente teórico.

As aulas que nos são ministradas, com raras exceções, além de se restringirem a um caráter eminentemente teórico, pecam pela deficiência. Jamais nos foi proporcionado um mínimo de aprendizado prático, indispensável para o exercício da profissão de Jornalista (...) O art. 4º do decreto número 28.923 de 1º de dezembro de 1950, lei em vigor para os cursos de jornalismo, determina a obrigatoriedade de estágios em redação, oficinas, organizações jornalísticas e radiofônicas, para o desenvolvimento de conhecimentos práticos dos alunos. Tal obrigatoriedade legal não está sendo cumprida pela Diretoria da Escola, uma vez que até o momento ao atual corpo discente não foi oferecido qualquer estágio (MARQUES DE MELO, 1974, *apud* BARREIROS, 2013, p. 85).

Para José Marques de Melo (1985, p. 70), essa priorização da teoria perante a prática prejudica o jornalismo porque,

durante muito tempo, os cursos de jornalismo permaneceram marginalizados da atividade profissional, porque se limitavam a formar jornalistas dotados de um acervo [sic] humanístico, mas desprovidos de qualquer habilidade para a reportagem a edição ou até mesmo a redação de textos. Essa deficiência foi corrigida, em parte, na década de 70, quando algumas escolas, como é o caso da ECA-USP, desenvolveram programas que buscavam equilibrar teoria e prática.

Essas transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas implicam em uma nova forma de pensar o jornalismo. De acordo com Meditsch (2007, p.6), alguns professores desconhecem a literatura e os ensinamentos teóricos, e reproduzem apenas o que acontece no mercado, “a miopia tecnicista (...) é uma doença comum entre os profissionais que se tornam professores de Jornalismo”.

O problema da formação universitária nas escolas de jornalismo é que “ao invés de partir dos problemas da prática para buscar respostas na teoria e devolver soluções à prática, parte da teoria, quando muito faz uma visita empírica à prática e volta a se refugiar na teoria” (MEDITSCH, 2007, p. 51).

É na prática que o estudante vai poder testar técnicas e teorias aprendidas em sala de aula. No mercado de trabalho o futuro jornalista se defrontará com o problema real, fora de um ambiente teórico. Essa oportunidade compõe o processo de aprendizado e evolução do jornalismo. Para isso, os cursos de jornalismo devem estar preparados para formar profissionais aptos ao mercado de trabalho. Conforme citava Schuch (2000, p. 1), uma das soluções está nos cursos de jornalismo adaptarem “suas metodologias de ensino, em termos de recursos humanos e infraestrutura, para atender a este novo graduando”.

Meditich (2012, p. 97) acredita que, para formar profissionais críticos e competentes, o ensino de jornalismo deve formar para a criação de conhecimento, ou seja, usar de “uma pedagogia que coloque em prática uma teoria do conhecimento com suficiente amplitude para abarcar as contradições vividas. E desta forma, [...] transformar a realidade”.

1.5.4 Novas Diretrizes Curriculares

Em 22 de fevereiro de 2013, o CNE aprovou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (DCJ). A homologação foi publicada em 12 de setembro do mesmo ano no Diário Oficial da União e em 27 de setembro foi instituída a Resolução CNE/CES nº 1.

As novas Diretrizes foram produzidas por uma Comissão de Especialistas instituída pelo MEC e entregue em 18 de setembro de 2009 com pedidos de adequações nas políticas, no processo pedagógico, no perfil técnico e na filosofia de formação dos cursos. A Comissão foi presidida pelo professor da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (USP), José Marques de Melo, com a participação de Alfredo Vizeu (UFPE), Eduardo Meditsch (UFSC), Luiz Motta (UnB), Manuel Chaparro (USP), Sérgio Mattos (UFBA) e Sônia Virgínia Moreira (UERJ), além da jornalista Lúcia Araújo (Canal Futura).

Segundo o Programa Nacional de Projetos de Estágio Acadêmico em Jornalismo da FENAJ (2008) e as DCJ/MEC (2013), a função do Jornalismo é disponibilizar para a sociedade informação ética e que atenda a critérios de qualidade, que atenda ao interesse público – assim, dependente de uma formação profissional qualificada. Para isso, as novas Diretrizes pedem adequações, como:

- I – ter como eixo do desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;
- II – utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a

interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando sua articulação com diferentes segmentos da sociedade; III – promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular; IV – inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional; V – utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem permitindo ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais; VI – propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo desde o início de sua formação, estimulando o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia (DCJ/MEC, 2013, p. 1).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento regulamentado pelo MEC que contempla indicativos para o curso, como estratégias de ensino, função social, competências e habilidades, estrutura curricular, ementas das disciplinas, perfil profissional dos egressos, corpo docente, recursos materiais, serviços administrativos e laboratórios, além da infraestrutura para o funcionamento do curso. Nele, deve conter elementos estruturais do curso, como:

I – concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social; II – condições objetivas de oferta e a vocação do curso; III – cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso; IV – formas de efetivação da interdisciplinaridade; V – modos de integração entre teoria e prática; VI – formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII – modos da integração entre graduação e pós-graduação; VIII – incentivo à pesquisa e à extensão (...) IX – regulamentação das atividades relacionadas com trabalho de conclusão de curso, como componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente; X – regulamentação das atividades de estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização; XI – concepção e composição das atividades complementares (DCJ/MEC 2013, p.1-2).

Os estudantes de jornalismo precisam estar atualizados sobre as questões do mercado de trabalho. Esse é um desafio dos projetos pedagógicos porque:

Considera-se imprescindível para os cursos de Jornalismo a existência de um projeto acadêmico do Curso que expresse claramente seus objetivos, a formulação curricular e a organização das atividades, com a definição do perfil de profissional visado pelo processo de formação (FENAJ, 2008, p. 9).

Com a aprovação das novas Diretrizes, a partir de 2015, todos os cursos de *Comunicação Social – habilitação em Jornalismo* deverão ter seus nomes alterados para *Bacharelado em Jornalismo*. Outras mudanças ocorrem no processo pedagógico, na filosofia de formação do curso e no perfil do egresso. Ainda segundo as DCJ/MEC (2013), o estágio se torna supervisionado e obrigatório nos currículos e as disciplinas devem ser divididas em

seis eixos de fundamentação humanística, específica, contextual, com formação profissional, aplicação processual e prática laboratorial.

Pela Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, é exigida dos cursos de bacharelado em Comunicação Social uma carga horária mínima de 2.700 horas, e com a aprovação das DCJ, de 2013, esse total foi ampliado para 3.000 horas.

A proposta das DCJ/MEC (2013) é que haja uma abordagem que faça relação entre teoria e prática, ou seja, não trabalhar como momentos diferentes, mas promover articulação e ligações entre as duas de maneira que sejam minimizadas as distâncias entre as chamadas disciplinas teóricas e práticas, fato esse que deve acontecer nas disciplinas específicas e nos laboratórios.

Conforme argumenta Castilho (2011), “modernizar as disciplinas” não significa mudar títulos e ementas que, na maioria das vezes, continuam a oferecer os mesmos conteúdos, como é o caso de algumas universidades. É, sim, tornar as disciplinas atuais à demanda da sociedade, em que cada disciplina desempenha sua função e que elas sejam suficientes para a formação do profissional.

Segundo as DCJ/MEC (2013, p. 6), o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é o último requisito para obter o título de jornalista. Diferente da antiga disciplina nomeada *Projeto Experimental*, o TCC precisa ser desenvolvido “individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por professores do curso e também por jornalistas profissionais convidados”.

O TCC envolve as técnicas aprendidas ao longo de todo o curso no Projeto Experimental escolhido pelo aluno e, conforme as DCJ/MEC (2013), o TCC deve ser “acompanhado necessariamente por relatório, memorial ou monografia que realize uma reflexão crítica sobre sua execução”.

As instituições têm suas próprias regulamentações e mecanismos de avaliação a respeito do TCC. Há instituições que exigem apenas um produto jornalístico, e outras que estabelecem também uma monografia.

O estágio em Jornalismo é uma polêmica antiga na comunidade acadêmica. Por muitos anos, jornalistas, professores e estudantes de jornalismo debateram em torno da necessidade e viabilidade da realização do estágio. Isso se deve ao fato de que o estágio obrigatório em jornalismo, como componente do currículo, passou por diversas fases no país. Em 1969 com a regulamentação da profissão, o estágio era permitido durante a graduação.

Em 1979, houve a proibição do estágio por meio do Decreto nº 83.284, que define no Artigo 19:

Constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento.

Para Lopes (*apud* MARQUES DE MELO, 1994, p. 42), “o desaparecimento da figura do estagiário [aconteceu] em consequência da exploração do aluno que, na maioria das vezes, não recebia nada e ainda tirava o lugar do profissional”.

Depois de várias discussões e projetos pilotos coordenados pela FENAJ, o Estágio Curricular Supervisionado do curso de Jornalismo é um componente do currículo a partir de 2015, com objetivo de consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao formando, a ser definido pela instituição, ou seja, a partir de que semestre deve ser instituído para completar o mínimo de 200 horas exigidas pelas diretrizes. Conforme as DCJ/MEC (2013, p. 6-7), o estágio deve ser realizado da seguinte maneira:

§ 1º [...] em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais. § 2º As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão. § 3º A instituição de educação superior deve incluir, no projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, a natureza do estágio curricular supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo. § 4º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente. § 5º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

Para o MEC²¹, o Estágio Supervisionado é um como um ato educativo escolar supervisionado, que deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da

²¹ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14384:perguntas-frequentes-sobre-educacao-superior&catid=127&Itemid=230#assuntos_pedagogicos> . Acesso em: 10 jan. 2015.

instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios de atividade e aprovação final.

Segundo Martins (2013), o novo modelo proposto pelas novas diretrizes quanto ao estágio supervisionado dará ao estudante a oportunidade de aliar teoria à prática. “Deveria ser um momento de inovação, em que as empresas pudessem desenvolver habilidades, novas possibilidades de geração do seu produto (...) aproveitar o potencial do ensino superior para oxigenar suas ações”.

As Atividades Complementares são também componentes das estruturas curriculares que possibilitam ao aluno o reconhecimento de suas habilidades e competências fora da sala de aula, o que enriquece o perfil do egresso. Diferente do Estágio Supervisionado e do TCC, elas podem ser realizadas pelo estudante ao longo dos quatro anos de curso. De acordo com as novas diretrizes são consideradas atividades complementares:

Atividades Didáticas – frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, cultura, esportes, ciência, tecnologia, etc. Atividades Acadêmicas – apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais (DCJ/MEC, 2013, p. 7).

O primeiro curso de Jornalismo, conforme as novas Diretrizes, foi inaugurado em 6 de março de 2014 na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Segundo a página institucional²², o estudante é “preparado com um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos sempre em harmonia, do primeiro ao último ano de estudos”.

1.6 Fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão

O Brasil é um dos poucos países que exigia diploma para exercício profissional desde o decreto de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre a profissão de jornalista, “mediante apresentação, entre outros documentos, do diploma de curso superior em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo”. Na maioria dos países essa obrigatoriedade não existe. Golzio (2009, p. 6) afirma que:

não é correto estabelecer uma ligação entre ética e a passagem por cursos de graduação em jornalismo para garantir uma melhor qualidade da informação. Seria o mesmo que dizer que, em países onde não há a exigência do diploma de

²²Disponível em: <<http://www.furb.br/web/4031/historicoenem/cursos/jornalismo>>. Acesso em: 22 set. 2014.

jornalista, o jornalismo praticado apresenta uma carência na qualidade e na ética das informações publicadas.

O exercício da profissão não exige diploma na maioria dos países europeus. Na Grã-Bretanha o ingresso à profissão se dá por meio de um estágio em empresa jornalística ou após curso no Conselho Nacional de Treinamento para Jornalistas. Grécia e Itália não exigem qualquer formação na área. Na Bélgica a profissão é regulamentada e é necessário título de jornalista profissional. O acesso à profissão na Alemanha e na Espanha é condicionado a uma experiência profissional (MATHIEN, 1995, p. 22-23).

Não há como fazer uma relação entre os casos estrangeiros e o brasileiro de acordo com Sodré (2001), porque há diferença entre “os padrões institucionais e o compromisso organizacional com o bem público. Aqui, empresário não sustenta universidades com doações [...]; aqui, empresário enriquece com fábricas de diplomas”.

O problema principal, para Guedini (2002, p. 43), está no monopólio que existe no Brasil. Há donos de veículos de comunicação no país “que formam um dos grupos mais poderosos, corporativistas e privilegiados, com inúmeras ramificações no parlamento e uma existência incestuosa com o poder”.

Rogério Christofolletti (2002, p. 106) ratifica essa perspectiva. Para o autor, a explicação está na “larga tradição de concessão de emissoras de rádio e TV como moeda política, o que não acontece acima da linha do Equador; o sistema de comunicação brasileiro é apoiado em oligopólios comerciais e oligarquias políticas, o que nem sempre se dá lá fora”.

A escola de jornalismo, para Pulitzer (2009, p. 26), deve ser anticomercial, deve sustentar ideais, “deve exaltar princípios, conhecimento e cultura, à custa do interesse comercial se necessário for”.

O fim da obrigatoriedade do diploma ocorreu em junho de 2009 por meio de uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF). No entanto, a disputa judicial sobre a constitucionalidade da exigência do diploma começou em outubro de 2001, quando a juíza federal Carla Abrantkoski Rister da 16ª vara Federal de São Paulo, concedeu uma decisão provisória que suspendia a obrigatoriedade do documento em todo o país.

Para Carla Rister (2002, p. 13), “a profissão de jornalista não requer qualificações profissionais específicas, indispensáveis à proteção da coletividade”. De acordo com o parecer da juíza,

a ré União Federal, em todo o país, não mais exija o diploma de curso superior em Jornalismo para o registro no Ministério do Trabalho para o exercício da profissão

de jornalista, informando aos interessados a desnecessidade de apresentação de tal diploma para tanto, bem assim que não execute mais fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais desprovidos de grau de nível universitário de Jornalismo, assim como deixe de exarar os autos de infração correspondentes, até decisão ulterior do presente Juízo, sob pena de comissão de multa diária, nos termos do artigo 11 da Lei nº 7.347/85.

A decisão atendia ao recurso 511.961 interposto pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo com pedido de tutela antecipada, requerida pelo procurador da República André de Carvalho Ramos, do Ministério Público Federal em São Paulo. Segundo o parecer, a exigência do diploma feita durante período do autoritarismo no regime militar fere a Constituição brasileira promulgada em 1988. Na prática, o argumento utilizado como base foi que a exigência do diploma comprometeria a liberdade de expressão e do pensamento, tendo em vista que a informação é um direito social, garantido pelo inciso XIV, artigo 5º da Constituição brasileira, segundo o qual “é assegurado a todos o acesso à informação” (BRASIL, 1988).

Para o STF, a obrigatoriedade de um diploma específico para exercício do jornalismo é contra os incisos IX – no qual “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”; e XIII – “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (BRASIL, 1988).

Outro argumento contrário à exigência do diploma, segundo o STF, está no artigo 13 da Convenção Americana dos Direitos Humanos²³, conhecida como “Pacto de San Jose da Costa Rica”, assinado em 22 de novembro de 1969 em San José, na Costa Rica. Segundo o documento:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.

Durantes os oito anos em que correram do início da ação à suspensão definitiva do diploma, houve outros recursos e decisões a favor e contra a restrição do exercício do jornalismo para quem tem o diploma universitário de jornalista. Em outubro de 2005, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (São Paulo) entendeu que o diploma é necessário para o exercício do jornalismo. A decisão produziu um novo recurso do Ministério

²³ Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/sanjose.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

Público Federal no STF. Um ano depois, em novembro de 2006, o STF decidiu liminarmente pela garantia do exercício do jornalismo aos que atuavam na profissão independentemente de diploma de nível superior ou registro no Ministério do Trabalho.

Em decisão de 17 de junho de 2009, por 8 votos a 1, os ministros do STF, derrubaram, de fato, a obrigatoriedade do diploma em todo o país. Votaram contra a exigência do diploma o relator Gilmar Mendes e os ministros Carmem Lúcia, Ricardo Lewandowski, Eros Grau, Carlos Ayres Britto, Cezar Peluso, Ellen Gracie e Celso de Mello. O único ministro que defendeu a necessidade do diploma para exercício profissional foi Marco Aurélio de Melo. “A ação referendou uma prática comum na sociedade: a contratação de profissionais sem formação específica na área, principalmente, pela iniciativa privada” (SILVA, 2012, p. 1).

A medida foi tomada 32 anos depois de promulgado o decreto-lei 972/69 que instituiu a obrigatoriedade e 13 anos depois de promulgada a Constituição de 1988.

Autores, como Holdorf (2001), comentam que exigir o documento é elitista, pois restringe a profissão a quem tem acesso à faculdade, como uma reserva de mercado, ou seja, proíbe qualquer pessoa sem graduação de exercer qualquer atividade que é de atribuição do jornalista. Holdorf (2001, p. 1) afirma que a exigência do diploma para exercício legal da profissão é ilegítima quando a própria faculdade não disponibiliza o instrumental para o exercício adequado do jornalismo. “A obrigatoriedade de se passar pela faculdade, nesse caso, parece mera proteção ao mercado de trabalho para aqueles que nele já se encontram”.

Outro posicionamento favorável a não obrigatoriedade do diploma, de Lage e Reis (2010, p. 71), entende que a decisão do STF baseada em “argumentos muito mais consistentes e com devido respaldo constitucional” estimula a concorrência.

Porém pouca coisa irá mudar na prática, pois o jornalismo não diplomado, antes informal e agora legalizado, continuará existindo, só que de tal forma que passa a facilitar o acesso às informações em centros urbanos e rurais de menor porte e afastados dos grandes centros, que por não possuírem universidades e/ou cursos técnicos, gerariam uma nova categoria de emprego e um novo serviço social.

Entre os motivos da queda do diploma também está a discussão de que o jornalismo se aprende na redação. No entanto, para Pulitzer (2009, p. 16), “ninguém numa redação tem tempo ou vocação para ensinar a um repórter cru as coisas que deveria saber antes de realizar o mais simples trabalho jornalístico”.

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) é um órgão contrário à exigência do diploma. Em uma das notas do portal na Internet²⁴, a presidente da associação em 2009, Judith Brito, comenta que o diploma como condição de empregabilidade nas redações feria a liberdade de expressão e era natural a sua revogação. Com o título *O STF e a liberdade*, ela comenta que “além de cercear a liberdade de expressão, a obrigatoriedade do diploma empobrece o jornalismo, impedindo que talentos de outras origens possam exercer a nobre atividade de informar a sociedade”.

Na decisão de colocar fim à exigência do diploma, o ministro Gilmar Mendes resumiu o jornalismo a uma técnica. Para Pechula (2000, p. 101), relacionar o jornalismo a uma técnica é desvalorizar a profissão. Ela concorda que a atividade tenha se tornado, em grande parte, técnica nos últimos anos, mas, porque há uma mera reprodução dos modelos já existentes que “empobrece a produção acadêmica e cria o imaginário de que ela se torna cada vez mais algo dispensável, fomentando o debate em favor do ensino puramente técnico-profissional”.

Conforme Mick (2002, p. 76), o jornalismo é uma técnica, mas não apenas isso, “é uma práxis, que exige reflexão teórica, lamentavelmente escassa. Uma escassez que deve ser atribuída, em parte, à miserável atitude dos empresários em relação à universidade”.

Marcondes Filho (2002) afirma que a profissão de jornalista é uma realidade cada vez mais complexa e a formação universitária cada vez mais precária, por isso alguns são contra a exigência do diploma. Para ele, as escolas de jornalismo

tentam produzir jornalistas em série, capacitá-los a redigir rapidamente uma lauda, a portar um microfone, uma câmera, um gravador, um gravador portátil. Tudo se resume ao feijão-com-arroz, do jornalismo cotidiano, dessa mesma prática hoje fragilizada e massacrada pelas informações das assessorias e da Internet (MARCONDES FILHO, 2002, p. 65).

Marcondes Filho (2002, p. 64-65) entende que a solução seria “a de construir, desde o início, nas escolas de jornalismo, a base, a infraestrutura de conhecimento elementar para dar conta dessa carga”.

O jornalismo tem compromisso com a verdade e por isso, são necessárias normas éticas no exercício da profissão. Erros de informação, como o ‘Caso Escola Base’²⁵, no qual

²⁴Disponível em: <<http://www.anj.Org.br/o-stf-e-a-liberdade?highlight=WyJkaXBsb21hI10>>. Acesso em: 14 ago. 2014;

²⁵ Título do livro de Alex Ribeiro publicado em 1995 pela Editora Ática.

um casal foi difamado pela imprensa como molestadores de crianças, acontecem, “da mesma forma que se ouve falar de um erro crasso de engenharia, constatam-se erros da imprensa com efeitos tão ou mais nefastos que os de engenharia” (LAGE, 2002, p. 56). Um jornalista precisa ser preparado para lidar com denúncias, como a de abuso sexual ocorrida em 1994 contra os donos da Escola Base no bairro da Aclimação, em São Paulo. Naquele ano, duas mães de alunos denunciaram os donos da escola, um motorista do transporte escolar e um casal de pais de aluno. Vários veículos de comunicação, como o *Jornal Nacional* da Rede Globo, os jornais impressos *Folha da Tarde* e *Notícias Populares* (editado pelo Grupo Folha) divulgaram a informação como “verdade” e os proprietários sofreram com as denúncias. A escola foi fechada e os acusados foram ameaçados de morte pela comunidade da região.

Fatos relacionados com a precarização da ética profissional, como o Caso Escola Base, servem de exemplo de como a profissão de jornalista deve ser regida por procedimentos éticos e morais. Oliveira (2002, p. 124) entende que “o jornalista tem na sua relação com a ética e a verdade a mesma relação que o médico tem com a vida e a morte”. No entanto, Gilmar Mendes afirma o contrário. Na decisão de 2009, o ministro relata que o jornalismo:

não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável à proteção da coletividade, diferentemente das profissões técnicas (a de Engenharia, por exemplo), em que o profissional que não tenha cumprido os requisitos do curso superior por vir a colocar em risco a vida de pessoas, como também ocorre com os profissionais da área de saúde (por exemplo, de Medicina ou de Farmácia) (MENDES, 2009, p. 59).

Para Sodré (2001), “é visível que a informação constitui hoje o próprio tecido orgânico da sociedade” e, por isso, o controle sobre a formação e o exercício profissional seriam medidas de proteção à população.

Guerra (2002, p. 88) afirma que o diploma reflete a preocupação com o exercício da atividade, o que representa a qualidade da produção jornalística. “O diploma funciona como um ‘selo de qualidade’ do profissional que se habilita à atividade”. “Não deve ser o único, não é 100% eficiente, mas é um instrumento, até que se possam desenvolver outros mecanismos que o substituam ou o complementem”.

A não exigência do diploma específico ao exercício da atividade, para Lage (2003), beneficia “alguns grandes empresários”, isso porque os jornalistas não são profissionais autônomos, mas que dependem das empresas jornalísticas. O fim da obrigatoriedade atinge

não só a regulamentação, mas também a estrutura sindical e “o arcabouço jurídico que protegia jornalistas do arbítrio”.

Dados do Ministério do Trabalho divulgados pelo Portal Comunique-se²⁶, após o fim do diploma, apontam que, de 1º de julho de 2010 a 29 de junho de 2011, foram concedidos 7.113 registros profissionais para jornalistas no país, destes 40% eram para “sem diplomas”, ou seja, 4.764 registros para não formados.

Outra dificuldade para evolução da atividade está na depreciação do jornalismo em relação às outras áreas do conhecimento. Pulitzer (2009) afirma que a medicina, assim como a advocacia, começou sem escolas profissionais. Antigamente, os que mais entendiam de cura eram considerados médicos, curandeiros, entre outras.

A comparação do Jornalismo com as demais áreas é vazia, conforme cita Christofolletti (2002, p. 105):

da mesma forma, fazer petições, escrever uma defesa ou representar um cliente nas barras de um tribunal são funções de um advogado. Cada um faz o que lhe cabe. Mas e se o advogado quer escrever num jornal, ele pode? Desde que seja a título de colaboração ou como comentarista de sua área específica. Reportagens e matérias noticiosas, não. Jornalistas também podem ser consultores de advogados, certo? Certo, mas representar o cliente ali diante do juiz só mesmo o seu representante legal.

Para Pulitzer (2009, p. 17), o advogado e o médico não saem do banco da universidade entendendo de tudo da profissão. Na escola profissional eles recebem a teoria sistemática e, no mercado de trabalho, a prática diária. A mesma relação deve ser feita para o jornalista:

as redações são como os hospitais (...) fornece os pacientes para os novatos, coloca bisturis nas mãos de iniciantes que não diferenciam uma artéria de um apêndice e os pagam pelos erros através dos quais, gradualmente, vão aprendendo sozinhos a exercer sua profissão.

Qualquer que seja a profissão ou atividade, não há sucesso sem treinamento. Pulitzer (2009, p. 11) recorre à literatura para exemplificar esse fato:

Toda a inteligência precisa de aperfeiçoamento. A mais alta se beneficia com ele, a inferior não tem chance alguma sem ele. A melhor peça de Shakespeare, Hamlet, foi sua décima-nona obra, não a primeira, e foi escrita depois de muito trabalho e do amadurecimento, da experiência no exercício de suas aptidões e no acúmulo de

²⁶ Disponível em: <<http://portal.comunique-se.com.br/index.php/sub-destaque-home/11-editorias/comunicacao/65771-diploma-40-dos-registros-sao-concedidos-a-jornalistas-sem-formacao>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

conhecimento adquirido ao criar as dezoito peças anteriores. Se Shakespeare já nasceu gênio, porque não começou por escrever Hamlet (PULITZER, 2009, p. 11).

O autor pretendia que as escolas de jornalismo elevassem o padrão da profissão e fossem aceitas “como um segmento especializado da educação superior, como são as escolas de direito e medicina” (PULITZER, 2009, p. 10).

A formação superior em Jornalismo não é algo determinante para o exercício da profissão, no qual o profissional está apto a trabalhar em qualquer jornal. Porém, o jornalista diplomado, que frequentou um curso superior, tem uma visão mais holística do processo comunicacional (SILVA, 2012).

Beth Costa (2002, p. 33) acredita que a formação nesta área, assim como qualquer outra, “deve ser constante e aprimorada durante toda a vida, é a base inicial para o exercício regulamentar da atividade”. Para ela, “a regulamentação brasileira para o exercício do jornalismo é um avanço, não um retrocesso”.

A obra editada e publicada pela FENAJ, em 2002, traz alguns artigos sobre a importância da formação em jornalismo. Segundo Guerra (2002, p. 86), existe liberdade garantida para quem quiser expor sua opinião, como entrevistado ou articulista de uma determinada área e, “nada garante, em consequência, que um economista possa ser melhor editor ou repórter de economia do que um jornalista. Quanto maior a especialidade, mais fechado é o foco. Pode não ser regra, mas um economista-repórter pode cair na tentação dos ministros da área e ver o mundo apenas sob o ponto de vista econômico”.

Desde o I Congresso Brasileiro de Jornalistas, em 1918, no Rio de Janeiro, quando pela primeira vez reivindicaram o estabelecimento de um curso específico de nível superior para a profissão, os jornalistas brasileiros buscam uma regulamentação que garanta qualificação profissional àqueles que pretendam trabalhar como jornalistas. Segundo o manifesto da FENAJ (2002, p. 48),

defender o contrário é favorecer o poder desmedido dos proprietários das empresas de comunicação, os maiores beneficiários da não exigência do diploma, os quais, a partir dela, seriam transformados em donos absolutos e algozes das consciências dos jornalistas.

A sociedade tem direito à informação de qualidade, ética, democrática e, para isso, o jornalismo necessita cumprir sua função social. Conforme descreve Ramalho (2009), “ser jornalista requer, também, técnicas e ética, que segundo este, só a faculdade pode oferecer

sem o prejuízo do mau profissional”. A formação acadêmica do jornalista ainda é valorizada pelo mercado de trabalho, afinal é dentro da academia que a base dos jornalistas é formada, ainda que não se deva descartar que, apenas a teoria por si só seja suficiente na formação de todo e qualquer profissional.

Na decisão de 2009, o ministro Gilmar Mendes afirmou que a graduação na área é tão importante quanto à culinária, como se a atividade seguisse uma lógica pré-determinada.

(...) são extremamente importantes para o preparo técnico e ético de profissionais que atuarão no ramo, assim como o são os cursos superiores de comunicação em geral, de culinária, marketing, desenho industrial, moda e costura, educação física, dentre outros vários, que não são requisitos indispensáveis para o regular exercício das profissões ligadas a essas áreas (MENDES, 2009, p. 63).

Para Mendes (2009, p. 90), o jornalismo não exige aporte científico e treinamento específico. O ministro do STF relatou que o jornalismo era um instrumento legal criado pela ditadura para defender seus interesses:

Está claro que a exigência de diploma de curso superior em jornalismo para o exercício da profissão tinha uma finalidade de simples entendimento: afastar dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime militar.

A obrigatoriedade do diploma foi, de fato, aprovada em pleno regime militar, assinada pela Junta Militar formada por Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares e Márcio de Souza de Mello. No entanto, do fim da década de 60 para os anos 2000 muito foi modificado na sociedade brasileira, “durante a ditadura militar, poucas pessoas tinham acesso à academia, mas hoje esse argumento já não se sustenta, visto que o acesso ao Ensino Superior está sendo facilitado” e justificar a queda do diploma “em função do período político vigente na época, é olhar muito superficialmente para a importância da formação” (SILVA, 2012, p. 4).

O jornalismo hoje é uma profissão e, de acordo com Christofolletti (2002, p. 107), “as escolas podem não oferecer a formação adequada, mas é um avanço elas existirem e permitirem que os novos profissionais cheguem ao mercado com um nível de formação formal e técnica, ao invés do que era antigamente”.

Ainda de acordo com Christofolletti (2002, p. 108), retirar a exigência do diploma é voltar ao passado, o mesmo que “rasgar o documento do obstetra e reconvocar a parteira em seu lugar. Ela pode ser hábil, atenciosa e certa, mas não teve acesso aos conhecimentos do

médico, não dispõe das mesmas condições de operação e expõe as gestantes a riscos maiores”.

Entidades como a FENAJ, o Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e a *Asociación Latinoamericana de Investigadores de Comunicación* (Alaic) contribuem para o debate sobre o Jornalismo e contra o fim da obrigatoriedade do diploma.

Além da obra “Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que interessa à sociedade”, a FENAJ publicou o Programa Nacional de Estímulo a Qualidade do Ensino de Jornalismo (2008, p. 4), que defende a profissão e estabelece que:

(...) só a formação através de um curso superior específico especializado pode tornar consistente a abordagem da multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos envolvidos na formação dos jornalistas, bem como propiciar que, através da reflexão acadêmica e da prática política e técnica, sejam equacionadas as demandas da sociedade em relação à atuação dos profissionais jornalistas.

Essas entidades articulam e formulam estratégias e ações conjuntas em defesa do diploma. Todas apoiam Propostas de Emendas à Constituição (PECs), como a PEC 33/2009, que pede o restabelecimento da exigência do curso superior específico de jornalismo ao exercício da atividade.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 33/2009, conhecida como “PEC dos Jornalistas”, que estabelece a volta da exigência do diploma de curso superior em Jornalismo para exercício profissional. O documento, segundo nota do portal do Senado Federal²⁷, acrescenta um novo artigo à Constituição, o 220-A, que estabelece o exercício do jornalismo “privativo do portador de diploma de curso superior de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, expedido por curso reconhecido pelo Ministério da Educação”.

Segundo o documento, a queda do diploma poderia trazer uma precarização à profissão:

Uma consequência óbvia da não obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão seria a rápida desqualificação do corpo de profissionais da imprensa do país. Empresas jornalísticas de fundo de quintal poderiam se proliferar contratando, a preço de banana, qualquer um que se declare como jornalista. Era

²⁷ Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2012/08/07/senado-aprova-diploma-obrigatorio-para-jornalistas>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

assim no passado, e resquícios desse período ainda atormentam a classe jornalística de tempos em tempos (BRASIL, PEC 33/2009, p. 3).

A PEC 33/2009 foi aprovada em primeiro turno em novembro de 2011 com 65 votos a favor e 7 contrários e, em segundo turno, em 7 de agosto de 2012, por 60 votos a 4. Conhecida atualmente como *PEC do diploma*, a PEC 206/2012 foi aprovada em agosto de 2014 pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional com 6 votos favoráveis e 4 contrários.

Outra iniciativa também a favor de um curso superior em Jornalismo para o exercício da profissão é a PEC 386/09 de autoria do deputado federal pelo Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta (PT/RS), aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que espera votação em Plenário. Segundo entrevista realizada por Bruno Lara com o deputado e publicada no *Observatório da Imprensa* em 3 de dezembro de 2012²⁸, o deputado acredita que sem diploma há uma precarização da profissão porque “cada vez mais os profissionais passam a ser contratados de forma a serem mais dóceis e passivos à linha editorial do veículo, sem questionarem práticas, comportamentos e filosofias”.

²⁸ Disponível em:
<http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed775_pec_do_diploma_em_jornalismo_aguarda_votacao>.
Acesso em: 30 ago. 2014.

CAPÍTULO 2 – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA EM JORNALISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE APÓS O FIM DA EXIGÊNCIA DO DIPLOMA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é o documento que orienta os objetivos e as estratégias de um curso. De acordo com Veiga (1996, p.106), o documento é um “instrumento clarificado de ação educativa”, pois ele trata não somente das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, mas de um produto específico que reflete a realidade da instituição.

A elaboração de um PPP precisa responder às necessidades da legislação brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Comunicação Social e suas habilitações, aprovadas pelo Parecer CNE/CES 492/2001, são originadas das LDB (1996) e estabelecem os seguintes itens no Projeto Político Pedagógico: 1. Perfil dos Formandos; 2. Competências e Habilidades; 3. Conteúdos Curriculares; 4. Organização do Curso; 5. Estruturação do Curso; 6. Estágios e Atividades Complementares; e, 7. Conexão com a Avaliação Institucional.

Neste capítulo é apresentada, primeiramente, a avaliação descritiva dos PPPs das instituições investigadas. Durante o período analisado (2010 a 2013), as alterações realizadas nos PPPs são caracterizadas conforme os seguintes itens: *Criação, Histórico, Objetivo Geral, Perfil Profissional do Egresso, Competências e Habilidades, Infraestrutura, Corpo Docente, Acompanhamento e Avaliação e integração Ensino, Pesquisa e Extensão*.

Na segunda parte do capítulo é apresentada a avaliação das estruturas curriculares dos cursos analisados. Este item foi escolhido para melhor análise, pois diz respeito às maiores alterações realizadas nos PPPs das instituições de 2010 a 2013. Inicialmente, a avaliação dos PPPs e das estruturas curriculares é apresentada por estado (DF, GO, MS e MT) e categoria (pública, depois privada), para depois, ser feita uma avaliação comparativa de todas as instituições.

2.1 Projeto Político Pedagógico

A UnB é a universidade que tem a graduação em jornalismo mais antiga entre as instituições analisadas, de 1964. O curso de jornalismo da PUC-GO é o mais novo, de 2006 (Tabela 4).

Tabela 4 – Ano de criação e reconhecimento dos cursos

UF	IES	CRIAÇÃO	RECONHEC. MEC
Distrito Federal	UnB	1964	1972
	UniCEUB	1972	1974
Goiás	UFG	1968	1975
	PUC-GO	2006	2007
Mato Grosso	UFMT	1990	1998
	UNIC	2003	2009
Mato Grosso do Sul	UFMS	1985	1994
	UCDB	1999	2003

Fonte: Sistema E-mec²⁹ e PPPs.

Entre os oito cursos pesquisados durante no período de 2010 a 2013, seis tinham nomenclatura *Comunicação Social – habilitação em Jornalismo* e apenas dois *Jornalismo*. O UniCEUB é a única instituição em que o curso de jornalismo está organizado em sete semestres. As demais estabelecem oito semestres (Tabela 5).

Tabela 5 – Nomenclatura, tipo, duração e turno do curso

UF	IES	NOMENCLATURA	TIPO	SEMESTRES	TURNO
DF	UnB	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Matutino
	UniCEUB	Jornalismo	Bacharelado	7	Matutino
GO	UFG	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Matutino
	PUC-GO	Jornalismo	Bacharelado	8	Matutino e Noturno
MT	UFMT	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Matutino
	UNIC	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Noturno
MS	UFMS	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Vespertino/Noturno
	UCDB	Com. Social – Habilitação	Bacharelado	8	Matutino

2.1.1 Distrito Federal

a) Universidade de Brasília (UnB)

O projeto de criação do curso é do jornalista e professor Pompeu de Souza e previa, em 1964, três escolas na Faculdade de Comunicação de Massa: Jornalismo, Publicidade e

²⁹ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

Propaganda e TV, Rádio e Cinema. Existia “um curso de jornalismo em funcionamento, o embrião da Faculdade de Comunicação de Massa”³⁰.

O curso foi autorizado por Resolução do Conselho Universitário (CONSUN/UnB) em 1º de agosto de 1971 e reconhecido em 8 de novembro de 1972 pelo Decreto Federal nº 71.337 do MEC³¹.

De acordo com o PPP/UnB (2009)³², na década de 70, o curso da UnB “perde o *status* de Faculdade, transformando-se em Departamento, vinculado à Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, (...) com os departamentos de Direito, Administração e Biblioteconomia”. Em 1989 é aprovada a Faculdade de Comunicação (FAC) com dois departamentos: a) Jornalismo e; b) Audiovisuais e Publicidade.

O PPP do curso de Jornalismo da UnB estabelece como *Perfil Profissional do Egresso* as características das DCN (2001)³³, assim como as *Competências e Habilidades*³⁴.

A *Infraestrutura* do curso, não citada no documento, inclui oito laboratórios para as aulas práticas conforme página institucional³⁵, nos quais servem para produção do jornal-laboratório quinzenal *Campus* e *Campus OnLine*, de atualização diária.

³⁰ Disponível em: <<http://www.fac.unb.br/historia>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

³¹ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mg==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MTc>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

³² Documento cedido pela instituição;

³³ “O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por: 1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referente às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas; 2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo; 3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem. 4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social” (DCN, 2001, p. 16-17);

³⁴ “registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens; - interpretar, explicar e contextualizar informações; - investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados; - formular pautas e planejar coberturas jornalísticas; - formular questões e conduzir entrevistas; - relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza; - trabalhar em equipe com profissionais da área; - compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística; - desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística; - avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos; - compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade; - buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania; - dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação; - dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação” (DCN, 2001, p. 20).

Não são relacionadas outras informações no PPP sobre a infraestrutura, como sala de aula, sala de coordenação e estúdios. Não há, ainda, qualquer menção ao *Corpo Docente, Avaliação e Acompanhamento* e integração *Ensino, Pesquisa e Extensão*.

b) Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Em 9 de novembro de 1972 foi criado o curso de *Comunicação Social – habilitação em Jornalismo* do UniCEUB pelo Decreto Federal nº 71.347. Em 6 de setembro de 1974 o curso foi reconhecido pelo MEC, por meio do Decreto Federal nº 74.517³⁶. Atualmente, o curso de Jornalismo integra a Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais e Aplicadas (FATECS).

O Projeto Político Pedagógico do curso da UniCEUB foi reformulado pela última vez em 2011³⁷, no entanto, a modificação realizada diz respeito ao currículo do curso (analisado no próximo item do capítulo).

De acordo com o PPP/UniCEUB (2011, p. 8), *o objetivo geral* do curso é

formar profissionais com uma visão ética, humana, histórica e crítica e que ao mesmo tempo atenda às características do mundo do trabalho, acompanhando as evoluções sociais, econômicas e políticas da realidade nacional e internacional, com apoio das novas tecnologias.

O curso tem por princípios: flexibilidade, interdisciplinaridade, relação teoria-prática e relação ensino-pesquisa. A flexibilidade diz respeito às disciplinas optativas, a redução de pré-requisitos e horários distintos (matutino e noturno). Conforme o documento, os alunos têm “oportunidade de realização de atividades interdisciplinares, como seminários coordenados por dois ou mais professores do mesmo semestre, além de projetos de extensão” (PPP/UniCEUB, 2011, p. 5-6).

No que se refere ao *Perfil Profissional do Egresso* do UniCEUB o Projeto Político Pedagógico relaciona as características do perfil estabelecido nas Diretrizes Curriculares

³⁵ Disponível em: http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/comunicacao_social. Acesso em: 5 set. 2013;

³⁶ Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NDAY/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NzE=>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

³⁷ Documento cedido pela própria instituição em 2013.

Nacionais (DCN, 2001), sem citar a fonte. O documento não faz alusão às *competências e habilidades* do egresso do curso.

Na *infraestrutura* são relacionados os equipamentos dos laboratórios e salas (de aula, professores, orientação e coordenação).

Ainda conforme o PPP/UniCEUB (2011, p. 35), o *corpo docente* é formado por 31 professores, 8 doutores, 14 mestres e 9 especialistas. O documento cita ainda que o corpo docente é composto por profissionais do mercado de trabalho, além de doutores e professores da área teórica porque

é necessário que ocorra uma integração entre professores da área teórica e professores específicos para disciplinas técnicas, levando os alunos a um aprendizado que associe sempre a teoria, os conceitos e os modelos à prática.

O *plano de acompanhamento e avaliação* do discente inclui critérios de assiduidade e rendimento. Conforme PPP/UniCEUB (2011), a avaliação institucional é realizada, semestralmente, pelos alunos.

A integração *Ensino, Pesquisa e Extensão* ocorre por meio de Iniciação Científica na pesquisa e monitorias no ensino. Além disso, é citado nesse tripé que o curso de Jornalismo do UniCEUB tem convênios com veículos de comunicação de Brasília, *Correio Braziliense* e TV Globo Brasília. Os estudantes participam dos jornais laboratoriais da TV UniCEUB, Rádio UniCEUB, Revista do UniCEUB e a Agência de Comunicação.

O componente “extensão” não é mencionado no Projeto Político Pedagógico do curso, porém, de acordo com o capítulo IV, Art. 43, das LDB (1996), a educação superior tem por finalidade “VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

2.1.2 Goiás

a) Universidade Federal de Goiás (UFG)

As primeiras iniciativas para a criação de um curso de jornalismo em Goiás surgiram da implantação da UFG em 1960 a partir de cinco faculdades: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina.

O curso de Jornalismo foi autorizado em 4 de outubro de 1966 pela Resolução nº 15 do CONSUN/UFG. Em 1970 foi criado o Departamento de Comunicação Social e efetivado o curso de Jornalismo, reconhecido pelo MEC em 17 de dezembro de 1975 via Decreto Federal nº 76.841³⁸.

O curso, que antes era veiculado a Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb), atualmente, integra a Faculdade de Informação e Comunicação (FIC).

No portal institucional há um link para o Projeto Político Pedagógico do curso³⁹, no entanto, diz respeito à estrutura curricular do curso. O PPP/UFG (2009), cedido pela instituição, apresenta os seguintes itens: *objetivos, perfil do egresso, competências e habilidades, acompanhamento e avaliação e estrutura curricular*. O item *ensino, pesquisa e extensão* não é mencionado, assim como *infraestrutura e corpo docente*.

O *objetivo geral* do curso, segundo documento, é “definir, orientar e regulamentar as bases conceituais e técnicas para a formação profissional do jornalista em Goiás” (PPP/UFG, p. 5).

No que diz respeito ao *perfil do egresso* há uma parte específica da UFG e outra complementada pelas DCN (2001, p. 16-17). De acordo com o PPP/UFG (2009, p. 7), o egresso tem um perfil

de profissional crítico, com formação humanística-cultural sólida. Deverá compreender a informação como um direito público. Ser um cidadão e atuar profissionalmente para a cidadania. Ter compromisso com a ética profissional; ter senso estético e ético; ser capaz de colocar a técnica a serviço da apuração e publicização da verdade dos fatos.

As *competências e habilidades* do egresso não compreendem partes específicas do curso da UFG, são mencionadas as DCN (2001, p. 20).

Conforme o PPP (2009) há dois tipos de *acompanhamento e avaliação*, a do estudante e a do curso. O documento não cita quais são as avaliações. A avaliação discente aparenta ser feita por meio das notas obtidas ao longo do curso. O curso é avaliado no que se refere à infraestrutura, corpo docente e demais funcionários, mas não é especificado o método.

³⁸ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTg0/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NzE=>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

³⁹ Disponível em: <https://jornalismo.fic.ufg.br/up/254/o/Estrutura_Curricular_1_.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

b) Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

O curso de Jornalismo da PUC-GO foi autorizado pela Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (CEPEA) nº 003/2006 em 13 de janeiro de 2006, e reconhecido pelo MEC por meio da Portaria nº 596, de 26 de junho de 2007⁴⁰.

De acordo com o PPP, atualizado pela última vez em 2009⁴¹, o curso de Jornalismo da PUC-GO tem como *objetivo geral* oferecer um instrumental tecnológico e uma base de conhecimentos adequada os usos sociais e exercício da cidadania nas relações com os processos e meios de comunicação atuais.

O *Perfil do Egresso* destaca um profissional que interprete a realidade com sensibilidade social e desenvolva atividades nas mais diversas mídias. O perfil é complementado pelas DCN (2001), assim como as *competências e habilidades*.

De acordo com a página institucional⁴², o curso tem um perfil inovador e crítico, pois estabelece que:

O profissional formado pelo curso de Jornalismo da Universidade Católica de Goiás deve ter uma ampla percepção de todo o processo comunicativo que ocorre na sociedade. Mais do que um produtor e difusor de informação, o comunicador, de um modo geral, e o jornalista, especificamente, devem executar a mediação de sentidos necessária ao diálogo social. Para isso, o comunicador em questão deve ter grande sensibilidade e percepção aguçada para detectar as necessidades sociais, capacidade de contextualizar histórica, social, política e economicamente tais indicadores e, através da criatividade e da capacidade de inovação, posicionar o texto e a ação jornalística de forma adequada ao momento histórico.

No que diz respeito à *infraestrutura* o PPP relaciona as salas, equipamentos, laboratórios e uma biblioteca setorial do curso.

Em 2009, o *corpo docente* era composto por 37 professores, sendo três doutores, 20 mestres, 13 especialistas e um graduado.

Conforme PPP/PUC-GO (2009), o *acompanhamento e avaliação* dos egressos são realizados em encontros anuais, por meio de palestras, depoimentos, trocas de experiências, além de momentos de confraternização com a participação de corpo docente e discente. A avaliação interna é feita *online*, por Conselho de Professores e Alunos e, ainda segundo o documento, há reuniões mensais de congregação. Quanto à autoavaliação, ela existe, mas não

⁴⁰ Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/NTI3/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NzE=>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

⁴¹ Documento cedido pela instituição;

⁴² Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/cursos/jornalismo/projeto-pedagogico/>>. Acesso em: 4 ago. 2014.

é informado o modo como é realizada. O modo de avaliação externa para a PUC-GO é o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), prova realizada para avaliar os conhecimentos dos estudantes ao início e fim do curso.

O curso de Jornalismo da PUC-GO é o único a submeter os alunos a uma prova de língua estrangeira (inglês, francês ou espanhol), que deve ser feita a partir do 4º período. O aluno que não obtiver a média (5,0) nesta prova poderá refazer em qualquer momento.

Na integração Ensino, *Pesquisa e Extensão* é reforçada a indissociabilidade entre esses três pilares. A extensão, segundo PPP/PUC-GO (2009), é vista como uma formação contextualizada e, o ensino tem a pesquisa como princípio educativo.

2.1.3 Mato Grosso do Sul

a) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Em Mato Grosso do Sul, a primeira instituição a criar o curso de jornalismo foi a UFMS em 24 de outubro de 1985 por meio da Resolução 53/85 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Desde o início, o curso atendeu uma demanda de qualificação do mercado de trabalho regional.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico⁴³, reformulado em 2013, o primeiro vestibular e ingresso de alunos ocorreram em 1989. O curso foi reconhecido pelo MEC pela Portaria nº 1.169 de 10 de agosto de 1994.

Segundo PPP/UFMS (2013), a profissionalização do mercado de trabalho de Mato Grosso do Sul foi reforçada com a implantação do curso da UFMS, que também constituiu “o corpo docente dos novos cursos de Jornalismo em outras instituições de ensino superior da região”.

No período de análise da pesquisa, 2010 a 2013 o PPP foi alterado duas vezes, em 2010 e em 2013.

⁴³ Documento cedido pela instituição;

Quadro 3 – Comparação dos itens do Projeto Político Pedagógico da UFMS

ITENS	2009	2010	2013
Objetivo Geral	Contribuir com a formação de um ser-profissional tecnicamente competente, eticamente comprometido e responsável para atuar de forma crítica e efetiva na sociedade.	Contribuir com a formação de um ser-profissional tecnicamente competente, eticamente comprometido e responsável para atuar de forma crítica e efetiva na sociedade.	Contribuir com a formação de um ser-profissional tecnicamente competente, eticamente comprometido e responsável para atuar de forma crítica e efetiva na sociedade.
Perfil do Egresso	DCN (2001)	DCN (2001)	DCN (2001)
Competências e Habilidades	DCN (2001)	DCN (2001)	DCN (2001)
Infraestrutura	Não relaciona	Não relaciona	Não relaciona
Corpo Docente	Efetivos: cinco doutores, três mestres (dos afastados para doutorado) e um graduado. Três professores substitutos e dois voluntários.	Efetivos: cinco doutores, três mestres (dos afastados para doutorado) e um graduado. Três professores substitutos e dois voluntários.	Cinco professores da área
Ensino, Pesquisa e Extensão	Ensino - Projetos de Ensino e bolsas de monitoria; Pesquisa - Grupos de Pesquisa e bolsas de Iniciação Científica; Extensão - projetos e bolsas de Extensão.	Ensino - Projetos de Ensino e bolsas de monitoria; Pesquisa - Grupos de Pesquisa e bolsas de Iniciação Científica; Extensão - projetos e bolsas de Extensão.	Ensino - Projetos de Ensino e bolsas de monitoria; Pesquisa - Grupos de Pesquisa e bolsas de Iniciação Científica; Extensão - projetos e bolsas de Extensão.
Acompanhamento e Avaliação	Item "Sistema de Avaliação" - aprendizagem e autoavaliação.	Item "Sistema de Avaliação" - aprendizagem e autoavaliação.	Item "Sistema de Avaliação" - aprendizagem e autoavaliação.
Currículo	2.700 horas (Ativ. Complementares - 80, TCC - 280, Optativas - 0)	2.700 horas (Ativ. Complementares - 102, TCC - 340, Optativas - 153)	2.700 horas (Ativ. Complementares - 102, TCC - 340, Optativas - 153)

Foram analisados para esta pesquisa o PPP/UFMS de 2013, última reformulação, e o PPP/UFMS de 2009⁴⁴, documento anterior.

O curso da UFMS, que tem como pilar o “Jornalismo e a cultura regional”, tem por *objetivo geral*, “contribuir com a formação de um ser-profissional tecnicamente competente, eticamente comprometido e responsável para atuar de forma crítica e efetiva na sociedade” (PPP/UFMS, 2013, p. 85; PPP/UFMS, 2009, p. 12).

⁴⁴ Documento cedido pela instituição.

Em ambos PPPs (2009 e 2013), o *perfil profissional do egresso*, as *competências e habilidades* são os mesmos estabelecidos pelas DCN (2001), como ocorre na maioria dos PPPs analisados anteriormente.

Os documentos não relacionam a *infraestrutura* do curso. Quanto ao *corpo docente*, o PPP/UFMS de 2013 cita apenas cinco professores da área. O PPP/UFMS (2009, p. 8) é mais completo e relaciona:

Cinco doutores (Daniela Cristiane Ota, Gerson Luiz Martins, Greicy Mara França, Márcia Gomes Marques e Ruth Penha Vianna), um mestre (Edson Silva), um graduado (José Márcio Licerre) de três professores substitutos (Amani Jabér, Éser Cáceres Farias e Lucas Santiago) e oito técnicos-administrativos, desses, dois são professores voluntários, um deles com mestrado na área de comunicação. Além de dois docentes afastados para doutorado.

A *Avaliação* discente interna é realizada na forma de aproveitamento conforme as notas. De acordo com o PPP/UFMS (2013 e 2009), a autoavaliação segue o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o estipulado pela instituição. O curso também é avaliado com reuniões semestrais com corpo docente e discente. O aluno também pode avaliar o curso via formulário eletrônico no sistema interno do discente. No PPP/UFMS (2009, p. 9), é relacionado que o *acompanhamento* do aluno é feito pelo coordenador que tem acesso aos seguintes relatórios:

Acadêmicos por situação atual, Acadêmicos que estiveram matriculados no período informado, Histórico Escolar do acadêmico em todo o curso ou no período letivo atual, Relação dos acadêmicos por disciplina, Relação dos endereços residenciais; título eleitoral e demais dados cadastrais dos acadêmicos, Relação dos acadêmicos com respectivo desempenho no Curso comparando seu desempenho individual à média geral do curso.

O item *Ensino, Pesquisa e Extensão* é relacionado como tripé do curso, no entanto, não há um tópico específico nos PPPs analisados para essa temática. Os dois projetos pedagógicos relacionam as atividades e ações deste tópico em meio ao item “necessidade social do curso” (PPP/UFMS, 2013, p. 70; PPP/UFMS, 2009, p. 8). Sobre o ensino, são oferecidas bolsas de monitorias. Para a parte da pesquisa são relacionados os Grupos de Pesquisa que colaboram para a produção científica. O aluno também pode se candidatar a bolsas de Iniciação Científica. A extensão é atendida por meio de práticas jornalísticas que fomentam “comunidades representativas no Estado, tais como indígenas, afrodescendentes,

população fronteiriça e comunidades carentes” (PPP/UFMS, 2013, p. 79; PPP/UFMS, 2009, p. 9).

Os jornais laboratoriais são exemplo de atividades ligadas ao ensino. No curso de jornalismo da UFMS os alunos vivenciam a prática jornalística do impresso por meio do jornal laboratorial *Projétil*, criado em 1991. Os alunos de telejornalismo tem um espaço na programação da TV Universitária/UFMS, que integra o *Canal Universitário*. Os alunos de radiojornalismo participam da *Rádio Corredor*, instrumento laboratorial a serviço do ensino. O ciberjornalismo é praticado no jornal laboratorial *Primeira Notícia*, no qual os alunos produzem notícias para a disciplina.

b) Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

O curso de Jornalismo da UCDB foi autorizado pela Resolução/CONSU/UCDB n° 004 de 13 de agosto de 1998 e reconhecido pela Portaria do MEC n° 1.813 de 11 de julho de 2003⁴⁵.

Não foi analisado o PPP do curso, uma vez que o documento não foi cedido pela instituição. Segundo o coordenador do curso, Oswaldo Ribeiro⁴⁶, o *corpo docente* é formado por oito professores, quatro formados em jornalismo e quatro formados em outras áreas.

As demais informações do PPP sobre *competências e habilidades, acompanhamento e avaliação* e a integração *Ensino, Pesquisa e Extensão* não foram informados, conforme coordenador, porque o documento está em atualização e por isso, não pode ser disponibilizado.

A página institucional do curso⁴⁷ cita que o jornalista egresso da UCDB,

(...) pode atuar como repórter, correspondente jornalístico, redator, editor ou repórter fotográfico; no gerenciamento jornalístico como secretário, chefe, diretor de redação, editor chefe ou chefe de reportagem; em empresas, como diretor de imprensa ou de comunicação, coordenador de imprensa ou de comunicação, além de poder atuar de forma autônoma.

⁴⁵ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Mzg3/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MTY4OQ==>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

⁴⁶ Entrevista concedida por RIBEIRO, Oswaldo. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Catarine Moscato Sturza;

⁴⁷ Disponível em: <<http://site.ucdb.br/cursos/4/graduacao/26/jornalismo/187/>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

Ainda conforme o portal é apresentado o Laboratório de Comunicação Social (Labcom) como infraestrutura, “seguramente é o mais moderno e aparelhado de MS”.

2.1.4 Mato Grosso

a) Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

De acordo com o PPP da UFMT⁴⁸, de 2009, a criação do curso provém de uma proposta do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso apresentada na II Semana de Propaganda de Mato Grosso em 1983.

O curso de Jornalismo da UFMT foi criado em 5 de dezembro de 1990 pela Resolução nº 141/90 do Conselho Diretor da UFMT⁴⁹. Conforme o PPPP/UFMT (2009, p. 9):

O Curso de Comunicação Social da UFMT pode ser considerado um divisor de águas no mercado profissional do jornalismo mato-grossense. Até sua implantação, início da década de 90, o mercado era caracterizado por profissionais de jornalismo que tinham a formação baseada em processos de autodidatismo, ou pela importação de profissionais em levas, do sul, sudeste e nordeste do país.

O primeiro vestibular e entrada de alunos foram realizados em 1991. O reconhecimento pelo MEC veio apenas em Portaria nº 911, de 20 de agosto de 1998.

Segundo o PPP/UFMT (2009, p. 8), o *objetivo geral* do curso é “preparar jornalistas para exercer funções nas áreas da assessoria de comunicação, de assessoria específica de imprensa, do jornalismo comunitário e para o gerenciamento e avaliação das informações jornalísticas, além da prestação de consultoria em jornalismo”.

No item *Perfil Profissional*, os egressos são caracterizados por profissionais que possuem o domínio das técnicas e o conhecimento histórico capacitado para o fazer jornalístico e analisar criticamente os produtos. Segundo o PPP/UFMT (2009, p. 9) os jornalistas egressos da UFMT

devem ser competentes para registrar os fatos jornalísticos, apurando-os, interpretando-os, editando-os e transformando-os em notícias e reportagens, buscando sempre contextualizar essas informações, interpretando-as e explicando-as ao seu público receptor.

⁴⁸ Documento cedido pela instituição.

⁴⁹ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/MQ==/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/NzE=>>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

No que diz respeito à *infraestrutura* do curso, o Projeto Político Pedagógico relaciona, com clareza, os materiais permanentes e equipamentos, salas de aula, estúdios, laboratórios e uma biblioteca setorial. Toda a infraestrutura é detalhada, em forma de quadros, com itens específicos de cada laboratório e estúdio.

O *corpo docente* do curso, segundo PPP/UFMT (2009), é composto por 28 professores, seis doutores e 19 mestres, além de três especialistas.

A avaliação interna do curso é feita por meio de autoavaliação (alunos, professores e funcionários - sistema UFMT) e a externa via Enade. O PPP/UFMT (2009) não esclarece quanto à avaliação discente do curso.

A integração *Ensino, Pesquisa e Extensão* obedece o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFMT⁵⁰. Quanto à pesquisa, são relacionados os núcleos de pesquisa e Iniciação Científica, especificando os integrantes. O documento cita ainda nove projetos de extensão em andamento.

b) Universidade de Cuiabá (UNIC)

O curso de jornalismo da UNIC foi autorizado em 6 de outubro de 2003, por Resolução do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), número 08/2003, e reconhecido pelo MEC por Portaria MEC/SESu, nº 167 de 3 de fevereiro de 2009⁵¹.

O Projeto Político Pedagógico não foi disponibilizado pela instituição. Segundo o coordenador de curso professor Rodolfo Polzin Rondon⁵², o curso de Jornalismo da UNIC foi criado para atender a demanda regional, pois “na época só havia uma instituição que oferecia Jornalismo no estado, que era a UFMT, e muitos alunos não passavam no vestibular da universidade federal”.

De acordo com a página institucional do curso⁵³, o *objetivo* é “formar jornalistas com capacidade crítica para a reflexão profunda da sociedade”. Outras informações sobre itens que compõem o Projeto Político Pedagógico não são descritas.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.ufmt.br/ufmt/site/userfiles/PDI.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015;

⁵¹ Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/Nzgw/9f1aa921d96ca1df24a34474cc171f61/MTY4OQ==>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

⁵² Entrevista concedida via telefone por RONDON, Rodolfo Polzin. Entrevista I. [out. 2014]. Entrevistador: Catarine Moscato Sturza;

⁵³ Disponível em: <<http://www.unic.br/Paginas/Detalhes-do-Curso.aspx?CD=78&Curso=Jornalismo>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

2.1.5 Comparativo dos Projetos Políticos Pedagógicos das instituições

A análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) não foi realizada em sua totalidade, como previsto inicialmente, pela falta de documentação de algumas instituições pesquisadas. Foram analisados os PPPs das seguintes instituições: UnB, UniCEUB, PUC-GO, UFG, UFMT e UFMS. As informações relacionadas aos cursos da UNIC e UCDB se referem às páginas institucionais, pois as mesmas não disponibilizaram os documentos para a pesquisa.

Verifica-se no histórico de criação dos cursos que estes, em grande parte, surgiram devido necessidade do mercado de trabalho regional. Contudo, muitas instituições mantêm uma ideia mercadológica, de apenas responder as necessidades do mercado, sem ao menos proporcionar conhecimento crítico aos alunos. Pulitzer (2009, p. 26) afirma que “a escola de Jornalismo deve ser, na minha concepção, não apenas não comercial, mas anticomercial”.

As IES tem autonomia para formular os Projetos Político Pedagógicos. No entanto, a análise permitiu concluir que na maioria das instituições, UnB, UniCEUB, PUC-GO, UFG e UFMS, o PPP compreende os parâmetros das DCN (2001) nos itens *Perfil Profissional e Competências e Habilidades*. O PPP do curso de jornalismo da UFMT é o único que caracteriza melhor o *Perfil do Egresso* e as *Competências e Habilidades*, não atrelado apenas as DCN (2001).

A *infraestrutura* foi melhor relacionada também no PPP da UFMT, com discriminação de equipamentos específicos de cada sala e laboratório. UnB, UniCEUB, UFG e PUC-GO relacionam apenas a quantidade de salas, laboratórios e estúdios. A UCDB especifica na página institucional os equipamentos do Laboratório de Comunicação (Labcom). UNIC é a única que não traz qualquer informação sobre a infraestrutura na página institucional, um vez que o PPP não foi disponibilizado.

UniCEUB PUC-GO, UFMT e UFMS informaram nos PPPs dos cursos o número de professores do *corpo docente*. Destas, UniCEUB, PUC-GO e UFMT são as que caracterizam a titulação. Sabe-se que um bom corpo docente reflete num melhor aprendizado. Com professores mais experientes e preparados para o ensino superior há um maior incentivo ao pensamento mais críticos dos alunos. Como diz Freire (1993, p. 110) “ensinar exige compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

UniCEUB, PUC-GO, UFG, UFMT e UFMS referem-se às formas e instrumentos de *Acompanhamento e Avaliação* do curso e discente. Vale ressaltar que é dado mais ênfase a

avaliação do curso do que avaliação discente, determinada apenas em critérios de desempenho e/ou aproveitamento nas disciplinas.

A integração *Ensino, Pesquisa e Extensão* é mencionada como item exclusivo nas IES: PUC-GO e UFMT. No PPP do curso de jornalismo da PUC-GO a extensão se refere a uma formação contextualizada e a pesquisa como princípio educativo de ensino. Não há referência à pesquisa. No entanto, a formação universitária deve privilegiar que a pesquisa seja parte integrante dos currículos. Para Meditsch (2007, p. 52), “o ensino e a pesquisa devem perseguir a qualidade do jornalismo – adotando uma efetiva perspectiva profissional” (MEDITSCH, 2007, p. 52). O PPP da UFMT detalha melhor as atividades e instrumentos dos três pilares, tanto ensino, como pesquisa e extensão. UniCEUB traz apenas monitorias e pesquisas. UFMS menciona o tripé dentre as atividades do curso, sem um item específico ao tema. O tripé “Ensino, Pesquisa e Extensão” auxilia na formação de profissionais, cada vez mais, capazes de buscar solução para os mais variados problemas. É na universidade que o aluno aprende a exercitar as técnicas de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística nos mais diferentes meios.

No período após o fim da exigência do diploma (junho de 2009), apenas os cursos de jornalismo do UniCEUB e UFMS fizeram modificações nos PPPs. A alteração realizada na UniCEUB diz respeito apenas a estrutura curricular. Na UFMS, o PPP do curso foi modificado em 2010 e 2013. A alteração de 2010 diz respeito somente ao currículo. O PPP anterior era de 2009, ou seja, foi realizada alteração um ano após a queda do diploma. Foram também poucas as alterações no PPP de 2013, apenas no quesito corpo docente e currículo. O corpo docente não foi caracterizado como em 2009, com os níveis de formação e nome de cada professor. O próximo item aprofunda a questão da modificação dos currículos de 2010 a 2013.

2.2 Estruturas Curriculares

O conteúdo curricular obrigatório⁵⁴ foi dividido em cinco categorias de análise: conteúdo básico, conteúdo específico, optativas, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),

⁵⁴ São especificadas nos currículos analisados apenas as disciplinas de natureza obrigatória. As disciplinas optativas são apresentadas apenas as cargas horárias totais (as quais o aluno deve cumprir obrigatoriamente). Esta forma de análise se justifica pelo fato de que a quantidade de disciplinas optativas nos cursos, em sua maioria, é grande e, com isso, o aluno pode escolher disciplinas tanto da formação básica, como da formação específica, o que se tornaria impossível categorizar. Outra justificativa está na possibilidade do aluno cursar as disciplinas optativas em outros cursos da instituição;

Atividades Complementares e Estágio. As DCN (2001, p. 23-24) serviram de referência para a composição das disciplinas dos conteúdos básico e específico, assim como estágio e atividades complementares. Foram acrescentadas como categoria de conteúdo do currículo as disciplinas optativas. Os cinco conteúdos analisados nos currículos são caracterizados abaixo:

- Básico: disciplinas caracterizadas pela formação geral da área, que “envolvem tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação” (DCN, 2001, p. 23);
- Específico: disciplinas teóricas e práticas voltadas ao Jornalismo, de modo a “organizar conhecimentos e práticas profissionais, aborda questões teóricas, elabora críticas, discute a atualidade e desenvolve práticas sobre linguagens e estruturas” (DCN, 2001, p. 23-24);
- Optativas: são apresentadas apenas a carga horária total (na qual o aluno deve cumprir obrigatoriamente);
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- Atividades Complementares;
- Estágio.

Para as IES que fizeram alterações no currículo do curso durante o período analisado é apresentado ainda um quadro comparativo voltado aos grupos de disciplinas (Epistemologia, Teorias, Técnicas, Rádio, TV, Internet, Assessoria e Administração, etc.), conforme estudo de Ana Carolina Temer e José Antônio Cirino⁵⁵. Desta forma, torna-se mais fácil a visualização das mudanças do antigo para o novo currículo, ou seja, permite visualizar melhor as modificações na carga horária dos grupos de disciplinas.

2.2.1 Distrito Federal

a) UnB

No período analisado o curso de jornalismo da UnB não passou por alterações na estrutura curricular. O currículo analisado foi estabelecido em 2009 (Quadro 4).

⁵⁵ Referenciado na Metodologia.

Quadro 4 – Currículo UnB - 2009

CONTEÚDO	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Introdução à Comunicação	60
	Fundamentos da Comunicação Visual	60
	Teoria da Comunicação	60
	Oficina Básica de Audiovisual	30
	Comunicação e Universidade	30
	Ética na Comunicação	30
	Legislação e Direito à Comunicação	60
	Comunicação e Sociedade	60
	Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação	60
	Assessoria de Comunicação	30
	Análise e Opinião	60
	Estética da Comunicação	60
	Tecnologias de Comunicação	30
	Políticas de Comunicação	60
	Obrigatória Ambiental Seletiva*	60
	Obrigatória Ambiental Seletiva*	60
	TOTAL	810
	Específico	Oficina de Texto I
Introdução ao Jornalismo		30
Introdução à Fotografia		30
Técnicas de Rádio e TV		30
Técnicas de Jornalismo		60
Fotojornalismo		45
Planejamento Gráfico		30
Jornalismo em Rádio		60
Jornalismo em Televisão		60
Campus I		120
Campus II		240
TOTAL		735
TCC		Pré-Projeto Experimental
	Projeto Experimental	90
	TOTAL	150
Atividades Complementares	Atividades Complementares	300
TOTAL		1995

* Disciplinas de conteúdos gerais que correspondem às optativas do curso.

O currículo do curso de jornalismo da UnB⁵⁶ tem ênfase nos conteúdos básicos. São 16 disciplinas que totalizam 810 horas, o que equivale a mais de 41% da carga horária total da estrutura curricular (1.995 horas). As disciplinas específicas somam 735 horas.

O quadro de disciplinas gerais é voltado, em grande parte, à Comunicação, com: introdução, fundamentos, teorias, ética, legislação e direito, métodos e técnicas de pesquisa, estética, assessoria e tecnologias da Comunicação. As disciplinas compreendem, individualmente, 30 ou 60 horas/cada.

Segundo a página institucional⁵⁷, *Obrigatória Ambiental Seletiva* é um conjunto de disciplinas introdutórias de outros campos do conhecimento, na qual o aluno deve escolher duas para cursar obrigatoriamente. As opções são: *Introdução à Filosofia, Introdução à Sociologia, Introdução à Antropologia, Introdução ao Estudo da História, Introdução ao Direito, Introdução à Economia, Introdução à Psicologia, Introdução a Ciência Política, Formação Econômica do Brasil, Cultura Brasileira* ou *História da Arte*. Verifica-se, assim, que diferente dos outros currículos não há obrigatoriedade na UnB de disciplinas voltadas a Filosofia, Sociologia ou Antropologia. No curso desta instituição o aluno pode optar por fazer *História da Arte, Introdução à Economia, etc.*

Nos conteúdos específicos, a única disciplina teórica é *Introdução ao Jornalismo*, que soma 30 horas. As outras disciplinas são voltadas a formação profissional e dizem respeito à plataforma de mídia, *Rádio e TV, Jornalismo em Rádio, Jornalismo em Televisão e Fotojornalismo*.

Campus I (120 horas no 5º semestre) e *Campus II* (240 horas no 6º semestre) se referem à produção do *Campus*, jornal laboratorial do curso da UnB, que tem a versão impressa e *online*. Chama a atenção que *Campus II* é a única disciplina obrigatória oferecida no 6º semestre, o que explica a grande carga horária de 240 horas.

O TCC, nomeado *Projeto Experimental* no currículo do curso de jornalismo da UnB, é composto por duas disciplinas, *Pré-Projeto Experimental* e *Projeto Experimental*, que somam 150 horas. Ele pode ser feito em forma de “monografias ou produtos, a exemplo de reportagens jornalísticas em mídias como jornal, revista, rádio, televisão e internet ou sob a forma de documentários, vídeos e ensaios fotográficos”⁵⁸.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.fac.unb.br/jornalismo>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

⁵⁷ Disponível em: <<http://fac.unb.br/22-jornalismo/fluxograma-jornalismo/65-obrigatoria-ambiental-seletiva>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

⁵⁸ Disponível em: <<http://www.fac.unb.br/jornalismo>>. Acesso em 10 fev. 2015.

As *atividades complementares* têm a maior carga horária no item conteúdo, são 300 horas.

Apesar de Distrito Federal ser a capital do país e sede do governo brasileiro, o currículo do curso de jornalismo da UnB não compreende disciplinas obrigatórias sobre Política ou Economia, estas fazem parte apenas das disciplinas optativas.

Nota-se que o primeiro ano do curso é uma ambientação, com ênfase na teoria, para então, chegar ao profissional. O currículo ainda não tem a disciplina *Estágio Supervisionado*, mas, assim como em outras universidades, os alunos podem fazer estágio em organizações que mantêm convênios com a FAC, com acompanhamento de um professor (PPP/UnB, 2009).

b) UniCEUB

O currículo do curso de jornalismo do UniCEUB foi modificado em 2011⁵⁹, conforme, pode-se aferir no quadro abaixo. A estrutura curricular anterior era de 2008.

Quadro 5 – Comparativo dos currículos UniCEUB - 2008 e 2011

CONTEÚDO	2011		2008	
	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Teorias da Comunicação	75	Teorias da Comunicação	75
	Filosofia	75	Filosofia	75
	Laboratório de Criatividade	75	Laboratório de Criatividade	75
	Língua Portuguesa	75	Língua Portuguesa	75
	História da Arte	75	História da Arte	75
	História da Comunicação	75	História da Comunicação	75
			Iniciação a Ciências	75
	Semiótica e Teorias da Linguagem	75	Semiótica e Teorias da Linguagem	75
	Antropologia	75	Antropologia	75
	Estética e Cultura de Massa	75	Estética e Cultura de Massa	75
	Ética e Legislação em Comunicação	75	Ética e Legislação em Comunicação	75
	Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I	30	Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I	30
	Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II	30	Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II	30
	Fotografia Básica	75	Fotografia Básica	75
	Gestão Empreendedora	75	Gestão Empreendedora	75
Sociologia	75	Sociologia	75	

⁵⁹ Disponível em: <<http://www.uniceub.br/cursos/comunicacao-social/graduacao/jornalismo/disciplinas-e-professores.aspx>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

	Assessoria de Comunicação	75	Assessoria de Comunicação	75
	Mídias Sociais	75		
	TOTAL	1185	TOTAL	1185
Específico	Fotografia	75	Fotografia	75
	Planejamento Gráfico e Editoração	75	Planejamento Gráfico e Editoração	75
	Redação para Audiovisual	75	Redação para Audiovisual	75
	Redação para Mídia Impressa	75	Redação para Mídia Impressa	75
	Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem	75	Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem	75
	Edição e Cobertura Jornalística	75	Edição e Cobertura Jornalística	75
	Teorias do Jornalismo	75	Teorias do Jornalismo	75
	Jornal Laboratório	75	Jornal Laboratório	75
	Jornalismo on line	75	Jornalismo on line	75
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	75	Métodos e Técnicas de Pesquisa	75
	Radiojornalismo I	75	Radiojornalismo I	75
	Radiojornalismo II	75	Radiojornalismo II	75
	Telejornalismo I	75	Telejornalismo I	75
	Telejornalismo II	75	Telejornalismo II	75
	Crítica da Mídia	75	Crítica da Mídia	75
Jornalismo Político e Econômico	75	Jornalismo Político e Econômico	75	
	TOTAL	1200	TOTAL	1200
Optativas*	Optativas	150	Optativas	150
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	150	Trabalho de Conclusão de Curso	150
Atividades Complementares	Atividades Complementares	140	Atividades Complementares	75
	TOTAL	2825		2760

O quadro apresenta uma carga horária total de 2.825 em 2011, sendo 1.185 horas de disciplinas básicas e 1.200 específicas, praticamente, um equilíbrio entre os dois eixos de formação. No currículo de 2008 eram 2.760 horas, com mesma distribuição de carga horária nos eixos.

De 2008 para 2011 a carga horária das disciplinas continuou a mesma, foram mínimas as modificações. Em 2008 havia a disciplina *Iniciação a Ciências*, extinta do currículo em 2011. Em 2011, foi incluída a disciplina *Mídias Sociais*. Outra alteração foi realizada no que diz respeito ao *TCC*, que passou de 75 horas, em 2008, para 150 horas, em 2010.

Ao todo são 33 disciplinas em 2011, destas 31 tem 75 horas. *Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II* são as únicas com menor carga horária, 30 horas/cada.

As disciplinas de *Radiojornalismo* e *Telejornalismo* são as únicas na formação específica, ofertadas em duas etapas (em semestres diferentes).

Dentre a formação geral destaca-se *Laboratório de Criatividade*, disciplina não visualizada em qualquer outra estrutura curricular investigada. Segundo ementa da disciplina

no Projeto Político Pedagógico são ensinadas as teorias da criatividade e o comportamento criativo, por meio de técnicas de intuição, percepção e referências. Outra disciplina do UniCEUB não encontrada nos outros currículos é *Mídias Sociais*, na qual o aluno aprende as características e formas das mídias sociais.

O currículo do UniCEUB oferece *Crítica de Mídia e Jornalismo Político e Econômico*, disciplinas que se justificam pela localidade da instituição, em Brasília. Em *Jornalismo Político e Econômico* o estudante aprende, conforme PPP/UniCEUB (2011, p. 26):

Conceitos de inflação, recessão, câmbio, desemprego, estagflação, dívida interna e dívida externa, balança comercial, PIB, balança de pagamentos. Principais crises econômicas do Brasil República – principais crises econômicas mundiais e seus reflexos no Brasil. Planos Cruzado, Bresser, Collor e Real. Sistema Tributário, sistema previdenciário e relações trabalhistas.

O *Trabalho de Conclusão de Curso*, elaborado individualmente, pode ser feito em forma de monografia ou projeto experimental, e é avaliado por uma banca de professores.

A estrutura curricular não prevê a disciplina de Estágio Supervisionado, porém, segundo o Projeto Pedagógico a IES dá suporte aos alunos que querem estagiar nos veículos locais e acompanha por meio de relatórios técnicos feitos pelos responsáveis do estágio nas empresas.

Há uma estrutura de apoio ao estágio voluntário junto à Agência de Empreendedorismo, que além de estabelecer convênios (CIEE, IEL e outras entidades), divulga as oportunidades oferecidas e dá suporte legal ao aluno na sua relação com as empresas. [...] a Coordenação do Curso procura acompanhar os aspectos didáticos dessas práticas, por meio de relatórios encaminhados pelos responsáveis técnicos pelos estágios e da avaliação dos próprios estagiários quanto à adequação e à importância das atividades desempenhadas (PPP/UniCEUB, 2011, p. 6).

Quadro 6 – Comparativo dos grupos de disciplinas UniCEUB – 2008 e 2011

	2011		2008	
GRUPO	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Epistemologia e Teorias	Teorias da Comunicação, Filosofia, História da Imprensa, História da Arte, Antropologia, Sociologia, Estética e Cultura de Massa, Teorias do Jornalismo, Crítica de Mídia, Laboratório de Criatividade.	750	Teorias da Comunicação, Filosofia, História da Imprensa, História da Arte, Antropologia, Sociologia, Estética e Cultura de Massa, Teorias do Jornalismo, Crítica de Mídia, Laboratório de Criatividade, Iniciação a Ciências.	825
Legislação e Ética	Ética e Legislação em Comunicação, Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I, Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II.	135	Ética e Legislação em Comunicação, Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I, Ética, Cidadania e Realidade Brasileira II.	135
Edição, Redação e Produção de Texto	Redação para Audiovisual, Redação para Mídia Impressa, Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem, Edição e Cobertura Jornalística, Jornal Laboratório.	375	Redação para Audiovisual, Redação para Mídia Impressa, Técnicas de Entrevista, Apuração e Reportagem, Edição e Cobertura Jornalística, Jornal Laboratório.	375
Fotografia e Imagem	Fotografia Básica, Fotojornalismo.	150	Fotografia Básica, Fotojornalismo.	150
Produção Gráfica	Planejamento Gráfico e Editoração.	75	Planejamento Gráfico e Editoração.	75
Rádio	Radiojornalismo I, Radiojornalismo II.	150	Radiojornalismo I, Radiojornalismo II.	150
TV	Telejornalismo I, Telejornalismo II.	150	Telejornalismo I, Telejornalismo II.	150
Internet	Jornalismo <i>on line</i> , Mídias Sociais.	150	Jornalismo <i>on line</i> .	75
Especializado	Jornalismo Político e Econômico.	75	Jornalismo Político e Econômico.	75
Projeto, Pesquisa e Metodologia	Métodos e Técnicas de Pesquisa.	75	Métodos e Técnicas de Pesquisa.	75
Assessoria e Administração	Assessoria de Comunicação, Gestão Empreendedora.	150	Assessoria de Comunicação, Gestão Empreendedora.	150
Línguas	Língua Portuguesa, Semiótica e Teorias da Linguagem.	150	Língua Portuguesa, Semiótica e Teorias da Linguagem.	150
	TOTAL	2.385	TOTAL	2.385

O currículo implantado em 2011 tem uma estrutura dominante no grupo de *Epistemologia e Teorias da Comunicação* com carga horária de 750 horas, o que representa 32% da carga horária total do curso. Esse grupo é importante para a formação básica do jornalista. Conforme Rocha (2011, p. 25), a falta de "referências epistemológicas consistentes" dificulta o "desempenho excelente do jornalista para a construção de uma notícia de qualidade".

O segundo grupo de maior carga horária é *Edição, Redação e Produção de Texto*, com 375 horas, ou seja, 16% do total. Este grupo contribui, essencialmente, para o "eixo de formação profissional" que deve propiciar "técnicas de apuração, redação e edição jornalística" e capacitar para "exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos" (DCJ/MEC, 2013).

Os demais grupos mantêm uma carga horária semelhante, com destaque para *Fotografia e Imagem, Rádio, TV, Internet, Assessoria e Administração e Línguas*, cada um com 150 horas. Os grupos *Especializado* e *Projeto, Pesquisa e Metodologia* compreendem apenas uma disciplina no currículo do UniCEUB, com isso, apenas 75 horas.

O jornalismo especializado é uma disciplina relacionada a outros tipos de jornalismo, que não Impresso, Rádio, TV e Internet. No UniCEUB a disciplina deste grupo é *Jornalismo Político e Econômico*. Outras instituições de Brasília também denotam esta particularidade em seus currículos como é o caso do Instituto de Educação Superior de Brasília⁶⁰. A UnB oferece também as disciplinas *Jornalismo e Poder* e *Jornalismo Literário*, mas apenas como optativas.

O curso de Jornalismo do UniCEUB apresenta, de 2008 para 2011, uma significativa semelhança na carga horária total e na distribuição entre os grupos das disciplinas. A carga horária total mostrou-se, rigorosamente, a mesma nas grades, 2.385 horas. Esta regra também se aplica na distribuição da carga horária nos diferentes grupos, para os períodos. Isso significa que o fim da obrigatoriedade do diploma não trouxe mudanças na estrutura curricular do curso.

Nota-se ainda uma formação profissional preocupada com as questões éticas, com quatro disciplinas vinculadas à Ética e carga horária de 135 horas.

2.2.2. Goiás

a) UFG

⁶⁰ Disponível em: <<http://www.iesb.br/grade-curricular/jornalismo/318/>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

O currículo do curso de Jornalismo da UFG não foi alterado no período investigado. Para análise, atualização considerada é de 2009⁶¹, como mostra quadro abaixo:

Quadro 7 – Currículo UFG 2009

CONTEÚDO	DISCIPLINA	C.H.	Natureza*
Básico	Teoria da Comunicação	64	OB
	Teoria da Imagem	64	OB
	História da Imprensa	64	OB
	Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação	64	OB
	Ética da Comunicação	64	OB
	Direito da Comunicação	32	OB
	Língua Portuguesa – Redação e Expressão I	64	OB
	Língua Portuguesa – Redação Expressão II	64	OB
	Projeto de Pesquisa	32	OB
	Seminário Temático I	32	OB
	Seminário Temático II	32	OB
	Cultura Brasileira I	64	OP
	Cultura Brasileira II	64	OP
	Sociologia	64	OP
	História Contemporânea	64	OP
	Psicologia Social	64	OP
	Ciência Política	64	OP
	Filosofia	64	OP
	Cinema Documentário	64	OP
	Tópicos em Comunicação I	32	OP
	Tópicos em Comunicação II	32	OP
	Tópicos em Comunicação III	32	OP
	Tópicos em Comunicação IV	32	OP
	História do Cinema	64	OP
	Epistemologias da Comunicação**	64	OP
	Comunicação e Cidadania	64	OP
TOTAL	1408		
Específico	Teorias do Jornalismo	64	OB
	Produção de Texto Jornalístico I	64	OB
	Produção de Texto Jornalístico II	64	OB
	Cinema e Jornalismo	64	OP
	Produção Radiofônica	64	OP
	Produção Audiovisual	64	OP
	Planejamento Gráfico e Editorial	64	OP

⁶¹ Disponível em: <https://jornalismo.fic.ufg.br/up/254/o/Estrutura_Curricular_1.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

	Jornal Impresso I***	64	OP
	Jornal Impresso II***	64	OP
	Fotojornalismo	64	OP
	Radiojornalismo****	64	OP
	Telejornalismo****	64	OP
	Webjornalismo****	64	OP
	Laboratório de Pesquisa**	48	OP
	Laboratório Orientado	48	OP
	Jornalismo Especializado I	64	OP
	Jornalismo Especializado II	64	OP
	Supervisão de Estágio em Jornalismo	32	OP
	TOTAL	1088	
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	96	OB
Atividades Complementares	Atividades Complementares	150	OB
TOTAL		2742	

*Nesta IES é apresentada a natureza das disciplinas porque, segundo currículo, os estudantes são obrigados a cursar 1.421 horas em carga horária OP (optativa);

**Ênfase em Pesquisa em Comunicação - disciplinas Epistemologias da Comunicação e Laboratório de Pesquisa;

*** Ênfase Mídia Impressa - disciplinas Jornal Impresso I e Jornal Impresso II;

**** Ênfase Audiovisual - Telejornalismo, Radiojornalismo e Webjornalismo.

O curso de Jornalismo da UFG registra um foco maior na formação básica em Comunicação. São 1.408 horas contra 1.088 das disciplinas específicas do Jornalismo. Nesta IES, o acadêmico deve escolher quais disciplinas do núcleo específico cursar, que tem três ênfases: Audiovisual, Mídia Impressa ou Pesquisa em Comunicação. De acordo com o documento da estrutura curricular da instituição⁶², o acadêmico não é obrigado a cursar todas as disciplinas, ele tem opção de “escolher as disciplinas que o tornarão capaz de atuar profissionalmente nas áreas que compõem a Comunicação Social”.

No total, são 15 disciplinas obrigatórias (864 horas) e 30 optativas (1.421 horas). A maioria das disciplinas somam 64 horas. A diferença está em *Tópicos em Comunicação I, II, III e IV*, que tem 32 horas/cada, além de *Supervisão de Estágio em Jornalismo* também com 32 horas. *Laboratório de Pesquisa* e *Laboratório Orientado* contabilizam 48 horas/cada.

O curso de jornalismo da UFG oferece duas disciplinas de Jornalismo Especializado (I e II). Essa disciplina é importante à formação do jornalista e se justifica pela “segmentação do mercado como uma estratégia de atingir os grupos que se encontram tão dissociados entre si” (ABIAHY, 2000, p. 5).

⁶² Disponível em: <https://jornalismo.fic.ufg.br/up/254/o/Estrutura_Curricular_1_.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014;

Na UFG, estágio é uma disciplina nomeada *Estágio Supervisionado*, com 32 horas obrigatórias. Nesta, não são realizadas aulas presenciais, apenas “reuniões coletivas no início do semestre letivo, com presença obrigatória de todos os matriculados na disciplina”⁶³.

O TCC, momento de integração entre o aprendizado e a prática, compreende 96 horas. Quanto às *atividades complementares* são exigidas 150 horas obrigatórias.

O curso de Jornalismo da UFG, por contemplar três focos diferentes, tem disciplinas variadas e o aluno pode escolher o que cursar. Há disciplinas voltadas ao audiovisual, como: *Teoria da Imagem, Cinema Documentário, Cinema e Jornalismo, Produção Radiofônica*, entre outras. O acadêmico que escolhe focar sua graduação em *Pesquisa em Comunicação*, tem oportunidade de cursar *Epistemologia da Comunicação*. Isso demonstra uma preocupação da instituição em formar jornalistas que valorizem a pesquisa, que possam seguir uma carreira docente depois da graduação. Esta disciplina não é ofertada em qualquer outra graduação analisada.

b) PUC-GO

A estrutura curricular do curso de jornalismo da PUC-GO foi alterada em 2010⁶⁴, após quatro anos da mudança anterior, ocorrida em 2006⁶⁵. Abaixo o quadro comparativo dos currículos:

Quadro 8 – Comparativo dos currículos PUC-GO - 2006 e 2010

CONTEÚDO	2010		2006	
	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Básico			Língua Portuguesa e Comunicação Social	60
			Língua Portuguesa I	60
			Teoria da Informação e da Mídia	60
			Políticas de Comunicação	60
			Teoria Econômica	60
	Teorias da Comunicação	60	Teorias da Comunicação	60
	Antropologia e Comunicação	60	Antropologia e Comunicação	60
	Psicologia da Comunicação	60	Psicologia da Comunicação	60
	Linguagem e Comunicação	60		
	Técnicas de Comunicação	60		

⁶³ Disponível em: <https://jornalismo.fic.ufg.br/up/254/o/Informativo_Curricular_Pedag_gico.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014;

⁶⁴ Disponível em: <<http://sites.pucgoias.edu.br/cursos/jornalismo/wp-content/uploads/sites/20/2013/04/Matriz-Curricular-2010.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014;

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.pucgoias.edu.br/ucg/prograd/graduacao/ArquivosUpload/30/file/065-20061.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

	Fotografia	60			
	Filosofia, Estética e Comunicação	60	Filosofia e Comunicação	60	
	Sociologia Geral e da Comunicação	60	Sociologia Geral e da Comunicação	60	
	Teoria Política	60	Teoria Política	60	
	Comunicação e Cidadania	60	Jornalismo comunitário	60	
	Pesquisa de Opinião e de Mercado	60	Projeto e Empreendedorismo	60	
	Teologia e Ciências Sociais e Humanas Aplicadas	60	Teologia e Ciências Sociais e Humanas Aplicadas	60	
	Assessoria de Comunicação	60	Jornalismo Institucional e Assessoria de Imprensa	60	
	Pesquisa em Comunicação	60	Métodos de Pesquisa em Comunicação	60	
	Comunicação em Rádio	60			
	Comunicação em Televisão	60			
	Comunicação na Web	60			
	Planejamento de Comunicação Integrada	60			
	TOTAL	1080	TOTAL	960	
Específico			Introdução às Técnicas de Produção Jornalística	60	
			Jornalismo e Opinião Pública	60	
			Análise do Discurso Jornalístico	60	
		História do Jornalismo	60	História do Jornalismo	60
		Teorias do Jornalismo	60	Teorias do Jornalismo	60
		Ética e Jornalismo	60	Ética e Jornalismo	60
		Estudos Contemporâneos de Jornalismo	60		
		Jornalismo Científico e Ambiental	60	Jornalismo Científico	60
		Jornalismo Especializado	60	Jornalismo Especializado	60
		Fotojornalismo	60	Fotojornalismo	60
		Produção e redação jornalística I	60	Produção e Redação Jornalística I	60
		Produção e redação jornalística II	60	Produção e Redação Jornalística II	60
				Produção e Redação Jornalística III	60
		Planejamento Gráfico e Visual	60	Produção Gráfica em Jornalismo I	60
		Planejamento Gráfico e Editorial	60	Produção Gráfica em Jornalismo II	60
		Infografia e Videografia	60	Infografia e Videografia	60
		Radiojornalismo	60	Radiojornalismo I	60
				Radiojornalismo II	60
		Telejornalismo	60	Telejornalismo I	60
				Telejornalismo II	60
				Telejornalismo III	60
		Edição Jornalística	60	Edição Jornalística	60
		Webjornalismo	60	Webjornalismo I	60
				Webjornalismo II	60
		Legislação da Comunicação e do Jornalismo	60	Legislação da Comunicação e do Jornalismo	60
		Estágio Supervisionado	60	Estágio Supervisionado	120
		TOTAL	1080	TOTAL	1560

Optativas*	Optativas	120		
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso I	60	Projeto Experimental	180
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60		
	TOTAL	120	TOTAL	180
Estágio	Estágio Supervisionado	300		
Atividades Complementares	Atividades Complementares	200	Atividades Complementares	160
TOTAL		2900		3040

* Disciplinas que podem ser gerais ou específicas

Ao comparar as duas estruturas curriculares percebe-se que não houve grandes mudanças na carga horária total, que passou de 3.040 para 2.900 horas. As *atividades complementares* aumentaram de 160 para 200 horas e o *estágio supervisionado* de 120 para 300 horas.

Nota-se que desde 2010 são ofertadas 1.080 horas em disciplinas gerais e 1.020 em específicas do Jornalismo, carga horária semelhante entre as partes, praticamente um equilíbrio entre a formação básica e específica. Importante ressaltar que anteriormente o curso tinha um foco maior nas específicas que contabilizavam 1.560, enquanto as disciplinas gerais, de formação básica compreendiam 960 horas.

Várias disciplinas foram retiradas do currículo de 2010 comparado a 2006, como: *Língua Portuguesa I, Língua Portuguesa e Comunicação Social, Teoria da Informação e da Mídia, Políticas da Comunicação, Teoria Econômica, Introdução às Técnicas de Produção Jornalística, Jornalismo e Opinião Pública e Análise do Discurso Jornalístico* (optativa em 2010). Para autores como Campos e Rocha (2011, p. 17) os acadêmicos devem ser conduzidos do 1º ao 4º ano de modo gradual. Disciplinas básicas dão uma melhor compreensão do mundo, de modo a desenvolver análise crítica. “Porém, nem todos os currículos de Jornalismo estão estruturados de tal modo que no primeiro termo os estudantes possam ter disciplinas que favoreçam o conhecimento, levando-se em conta as deficiências do Ensino Fundamental”.

Outras modificações feitas no currículo da PUC-GO foram na divisão das disciplinas *Produção e Redação Jornalística*, que em 2006 era dividida em três disciplinas, atualmente em duas. *Radiojornalismo* e *Telejornalismo* apresentava em 2006 divisões em *I* e *II*, na estrutura curricular de 2010 a divisão foi excluída e mantida apenas uma disciplina.

Outras quatro disciplinas foram inseridas no currículo de 2010, são elas: *Comunicação em Rádio, Comunicação em Televisão, Comunicação em Web e Planejamento de Comunicação Integrada*.

Em 2006, *Estágio Supervisionado* era trabalhado apenas como disciplina de 120 horas. Em 2010, o *Estágio Supervisionado* na forma de disciplina tem a carga horária de 60 horas (30 horas de teoria e 30 horas de laboratório). O *Estágio Supervisionado*, como modalidade específica no currículo, foi introduzido na grade de 2010 com carga horária de 300 horas. De acordo com a DCJ/MEC (2013) é solicitado no mínimo 200 horas a este “ato educativo escolar supervisionado”, momento de aliar a teoria à prática. Segundo o PPP da instituição, a disciplina Estágio Supervisionado propicia aos alunos a prática jornalística baseada nos conhecimentos adquiridos pela teoria. O aluno precisa produzir um relatório mensal, e um semestral como requisito na disciplina, que tem orientação de um professor do corpo docente.

O *Trabalho de Conclusão de Curso I e II*, que tem no total 120 horas, contabilizava em 2006, 180 horas com a nomenclatura *Projeto Experimental*.

As disciplinas optativas são elencadas no documento do currículo. Em 2006 eram: *Editoração Eletrônica, Planejamento e Comunicação, Livro-reportagem, Criação e Editoração de Revistas, Locução e Apresentação em Rádio e TV, Estética e Cultura de Massa, Comunicação e Cultura Popular, Documentário em Vídeo e Semiótica*. Dessas disciplinas, quatro continuam sendo oferecidas em 2010, acrescidas de: *Laboratório de Rádio, Laboratório de Televisão, Globalização Mídia e Poder, Criação e Produção de Websites, Documentário Jornalístico, Projeto e Empreendedorismo, Análise do Discurso Jornalístico e Libras*.

Para atividades complementares são exigidas 200 horas na forma de:

I- Participação em Eventos Científicos e Culturais, tais como Conferências, Simpósios, Congressos, Seminários, Fóruns, relativos à Área Específica do Curso; II - Participação em Eventos Científicos e Culturais, tais como Conferências, Simpósios, Congressos, Seminários, Fóruns, relativos a outras Áreas de Conhecimento; III - Participação em Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, Programas e Cursos de Extensão Universitária, relativos à Área Específica do Curso; IV - Participação em Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, Programas e Cursos de Extensão Universitária, relativos a outras Áreas de Conhecimento; V - Participação em apresentações públicas de Monografias, Dissertações, Teses Universitárias, Relatórios de Pesquisa e outros tipos de trabalhos científicos, relacionados à Área Específica do Curso; VI - Exercício de Monitoria em disciplinas do Curso (são oferecidas 2 vagas para monitoria remunerada); VII - Participação em projetos de Iniciação Científica e de Pesquisa, na qualidade de aluno pesquisador, bolsista ou colaborador, realizados sob orientação de docentes, com ou sem apoio financeiro institucional; VIII - Cursos livres de idiomas e informática; IX - Participação em atividades voluntárias relacionadas à Área Específica do Curso.

A seguir, o quadro comparativo (2006 x 2010) das disciplinas do curso de jornalismo da PUC-GO distribuídas em grupos:

Quadro 9 – Comparativo dos grupos de disciplinas PUC-GO - 2006 e 2010

	2010		2006	
GRUPO	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Epistemologia e Teorias	Teorias da Comunicação, Teoria Política, Teorias do Jornalismo, Antropologia e Comunicação, Psicologia da Comunicação, Filosofia, Estética e Comunicação, Sociologia Geral e da Comunicação, Teologia e Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, História do Jornalismo, Estudos Contemporâneos de Jornalismo, Comunicação e Cidadania.	660	Teoria da Informação e da Mídia, Políticas de Comunicação, Teoria Econômica, Teorias da Comunicação, Antropologia e Comunicação, Psicologia da Comunicação, Filosofia e Comunicação, Sociologia Geral e da Comunicação, Teoria Política, Teorias do Jornalismo, História do Jornalismo, Teologia e Ciências Sociais e Humanas Aplicadas, Jornalismo e Opinião Pública, Análise do Discurso Jornalístico.	840
Legislação e Ética	Ética e Jornalismo, Legislação da Comunicação e do Jornalismo.	120	Ética e Jornalismo, Legislação da Comunicação e do Jornalismo.	120
Edição, Produção e Redação de Texto	Produção e redação jornalística I, Produção e redação jornalística II, Edição Jornalística.	180	Produção e redação jornalística I, Produção e redação jornalística II, Produção e redação jornalística III, Edição Jornalística, Introdução às Técnicas de Produção Jornalística.	300
Fotografia e Imagem	Fotojornalismo, Fotografia	120	Fotojornalismo	60
Produção Gráfica	Planejamento Gráfico e Visual, Planejamento Gráfico e Editorial.	120	Produção Gráfica em Jornalismo I, Produção Gráfica em Jornalismo II.	120
Rádio	Radiojornalismo, Comunicação em Rádio.	120	Radiojornalismo I, Radiojornalismo II.	120

TV	Infografia e Videografia, Telejornalismo, Comunicação em Televisão.	180	Infografia e Videografia, Telejornalismo I, Telejornalismo II, Telejornalismo III.	240
Internet	Webjornalismo, Comunicação na Web.	120	Webjornalismo I, Webjornalismo II.	120
Especializado	Jornalismo Científico e Ambiental, Jornalismo Especializado.	120	Jornalismo comunitário, Jornalismo Institucional e Assessoria de Imprensa, Jornalismo Científico, Jornalismo Especializado.	240
Projeto, Pesquisa e Metodologia	Técnicas de Comunicação, Pesquisa de Opinião e de Mercado, Pesquisa em Comunicação, Planejamento de Comunicação Integrada.	240	Métodos de Pesquisa em Comunicação, Projeto e Empreendedorismo.	120
Assessoria e Administração	Assessoria de Comunicação.	60	-----	----
Língua	Linguagem e Comunicação.	60	Língua Portuguesa e Comunicação Social, Língua Portuguesa I.	120
Estágio	Estágio Supervisionado.	60	Estágio Supervisionado.	120
	TOTAL	2.160	TOTAL	2.520

O quadro apresenta uma carga horária maior no antigo currículo do curso, de 2006. Naquele ano (antes da queda do diploma) eram 2.520 horas. Em 2010 (pós-queda do diploma) o curso passou a exigir 2.160 horas distribuídas em 14 grupos. Isso demonstra uma diminuição de 360 horas de 2006 para 2010.

A distribuição da carga horária de 2006, nos grupos curriculares, mantém uma proporção semelhante na maioria dos grupos. Entretanto, há uma maior carga horária nos grupos *Epistemologia e Teorias da Comunicação* (960 horas); *Edição, Produção e Redação de Texto* (300 horas) e *Jornalismo Especializado* (300 horas), representando 63,4% da carga horária total.

Para 2010, os grupos com maior carga horária foram: *Epistemologia e Teorias da Comunicação* (780 horas) e *TV* (180 horas), representando 48,4% da carga horária total. O grupo de *Epistemologia e Teorias da Comunicação* se manteve como grupo de maior carga horária e peso curricular nas grades de 2006 e 2010, com diminuição em apenas 18,8% de carga horária. Isso denota que a base epistemológica e teórica predomina na estrutura curricular, sendo de fundamental importância na formação do profissional. Também se

percebe que o núcleo *Edição, Produção e Redação de Texto* diminuiu em 60% da carga horária na grade de 2010, em relação à de 2006.

2.2.3 Mato Grosso do Sul

a) UFMS

O curso de jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul passou por alteração em sua grade de disciplinas em 2010⁶⁶, a estrutura curricular anterior era de 2009⁶⁷. Segundo Projeto Político Pedagógico do curso (2013, p. 85), a reformulação da matriz curricular destaca,

o equilíbrio entre a formação humanista e técnica assim como de conhecimentos gerais, específicos e/ou profissionais ao longo de toda a sua estrutura curricular. Desta forma privilegia a integração horizontal e vertical que proporciona a desejada interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, fundamentais para a formação jornalística.

Ao se comparar as duas estruturas, 2009 (exigência do diploma) e 2010 (diploma não era mais exigido), encontra-se a seguinte situação (Quadro 10):

Quadro 10 – Comparativo dos currículos UFMS - 2009 e 2010

CONTEÚDO	2010		2009	
	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Fotografia	51	Fotografia	60
	Geopolítica	51	Geopolítica	60
	Sistemas de Comunicação	51	Sistemas de Comunicação	60
	Teorias da Comunicação	68	Teorias da Comunicação	80
	Cultura de Massa	51	Cultura de Massa	60
	Metodologia da Pesquisa Científica	51	Metodologia da Pesquisa Científica	60
	Filosofia	68	Filosofia	80
	Psicologia da Comunicação	68	Psicologia da Comunicação	80
	Sociologia da Comunicação	51	Sociologia da Comunicação	60
	Antropologia da Cultura Brasileira	68	Antropologia da Cultura Brasileira	60
	TOTAL	578	TOTAL	660
Específico	Teorias do Jornalismo	68	Teorias do Jornalismo	80
	História da Imprensa e Midialogia	51	História da Imprensa e Midialogia	60
	Legislação e Ética em Jornalismo	68	Legislação e Ética em Jornalismo	80
	Planejamento de Pesquisa em	51	Planejamento de Pesquisa em	60

⁶⁶ Disponível em: <<http://www.jornalismo.ufms.br/wp-content/uploads/2012/05/estrutura-curricular-grade-14.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2014;

⁶⁷ Documento cedido pela instituição.

Jornalismo		Jornalismo		
Administração da Empresa Jornalística	68	Administração da Empresa Jornalística	60	
Assessoria de Imprensa	68	Assessoria de Imprensa	80	
Jornalismo, Cidadania e Tecnologias	68	Jornalismo, Cidadania e Tecnologias	60	
Jornalismo Científico	68	Jornalismo Científico	80	
Jornalismo Rural	68	Jornalismo Rural	60	
Jornalismo Ambiental	68	Jornalismo Ambiental	60	
Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística	68	Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística	80	
Informática aplicada ao Jornalismo	51	Informática aplicada ao Jornalismo	60	
Fotojornalismo	51	Fotojornalismo	60	
Planejamento Gráfico I	51	Planejamento Gráfico I	60	
Planejamento Gráfico II	68	Planejamento Gráfico II	80	
Planejamento Gráfico III	68			
Redação Jornalística I	51	Redação Jornalística I	120	
Redação Jornalística II	51			
Redação Jornalística III	68	Redação Jornalística II	160	
Redação Jornalística IV	68			
Redação Jornalística V	68	Redação Jornalística III	80	
Edição I	51	Edição I	60	
Edição II	68	Edição II	80	
Redação para Radiojornalismo	51	Redação para Radiojornalismo	60	
Laboratório de Radiojornalismo I	68	Laboratório de Radiojornalismo	120	
Laboratório de Radiojornalismo II	68			
Redação para Telejornalismo	51	Redação para Telejornalismo	60	
Laboratório de Telejornalismo I	68	Laboratório de Telejornalismo	120	
Laboratório de Telejornalismo II	68			
Laboratório em Ciberjornalismo I	68	Laboratório em Ciberjornalismo	120	
Laboratório de Ciberjornalismo II	68			
Laboratório de Produção Gráfica I	68	Laboratório de Produção Gráfica	80	
Laboratório de Produção Gráfica II	68			
TOTAL	2074	TOTAL	2080	
Optativas*	Optativas	153	Optativas	0
TCC	Projetos Experimentais	340	Projetos Experimentais	280
Atividades Complementares	Atividades Complementares	102	Atividades Complementares	80
TOTAL		3247		3100

* Disciplinas que podem ser gerais ou específicas

O currículo de 2010 do curso de jornalismo da UFMS (Quadro 10) apresenta foco maior nas disciplinas da formação específica. São 32 disciplinas (2.074 horas) contra 11 disciplinas de conteúdos básicos (578 horas).

As maiores modificações no currículo do curso de jornalismo da UFMS, de 2009 para 2010, dizem respeito à carga horária de cada disciplina e do total das disciplinas optativas.

As disciplinas que em 2009 estabeleciam 80 horas passaram a exigir 68 horas. As de 60 horas foram alteradas para 51 horas.

A principal mudança está nas disciplinas optativas. Em 2009 não era exigido (obrigatório) que o aluno cursasse optativas. A partir de 2010, foram estabelecidas como obrigatórias 153 horas de disciplinas optativas.

Comunicação e Saúde, Estudo de Libras, Jornalismo de Revista, Jornalismo Político, Linguagens e Ferramentas para a Produção Web I e II, Prática em Reportagem Fotográfica, Realidade Regional em Jornalismo, Redação e Expressão oral, Produção de texto, Tópicos Especiais em Jornalismo I e II são as disciplinas optativas no currículo de 2010. Verificam-se disciplinas tanto na formação básica, como na específica. A maioria das disciplinas contém 68 horas, apenas *Linguagens e Ferramentas para a Produção Web I e II*, apresenta carga horária diferente, 51 horas.

Laboratório de Radiojornalismo, que estabelecia 120 horas, passou a duas disciplinas *Laboratório de Radiojornalismo I e II*, com 68 horas/cada (total de 136 horas). Mesma configuração foi verificada em Laboratório de Telejornalismo e Ciberjornalismo.

A elaboração do TCC, aqui nomeado *Projetos Experimentais*, aumentou de 280 para 340 horas. Em 2010 também passaram a ser exigidas 102 horas de atividades complementares, 22 horas a mais que no currículo anterior, quando eram estabelecidos 80 horas.

Os dois currículos analisados, 2009 e 2010, não estabelecem disciplinas voltadas a Política. Realidade regional aparece apenas como disciplina optativa.

O *Estágio* obrigatório não existe no currículo do Jornalismo da UFMS. A partir do 5º semestre, os alunos podem fazer estágio em empresas locais desde que a carga horária diária não ultrapasse 5 horas ou 20 horas semanais.

Abaixo, o quadro comparativo com os grupos das disciplinas e alterações de 2009 para 2010:

Quadro 11 – Comparativo dos grupos de disciplinas UFMS - 2009 e 2010

GRUPO	2010		2009	
	DISCIPLINA	C.H.	DISCIPLINA	C.H.
Epistemologia e Teorias	Teorias da Comunicação, Teorias do Jornalismo, Sistemas de Comunicação, Psicologia da Comunicação, Sociologia da Comunicação, Filosofia, Antropologia da Cultura Brasileira, Cultura de Massa, Geopolítica, História da Imprensa e Midiologia.	595	Teorias da Comunicação, Teorias do Jornalismo, Sistemas de Comunicação, Psicologia da Comunicação, Sociologia da Comunicação, Filosofia, Antropologia da Cultura Brasileira, Cultura de Massa, Geopolítica, História da Imprensa e Midiologia.	680
Legislação e Ética	Legislação e Ética em Jornalismo.	68	Legislação e Ética em Jornalismo.	80
Edição, Redação e Produção de Texto	Redação Jornalística I, Redação Jornalística II, Redação Jornalística III, Redação Jornalística IV, Redação Jornalística V, Edição I. Edição II.	425	Redação Jornalística I, Redação Jornalística II, Redação Jornalística III, Edição I, Edição II.	500
Fotografia e Imagem	Fotografia, Fotojornalismo.	102	Fotografia, Fotojornalismo.	120
Produção Gráfica	Planejamento Gráfico I, Planejamento Gráfico II, Planejamento Gráfico III, Laboratório de Produção Gráfica I, Laboratório de Produção Gráfica II.	323	Planejamento Gráfico I, Planejamento Gráfico II, Laboratório de Produção Gráfica.	220
Rádio	Redação para Radiojornalismo, Laboratório de Radiojornalismo I, Laboratório de Radiojornalismo II.	187	Redação para Radiojornalismo, Laboratório de Radiojornalismo.	180
TV	Redação para Telejornalismo, Laboratório de Telejornalismo I, Laboratório de Telejornalismo II.	187	Redação para Telejornalismo, Laboratório de Telejornalismo.	180
Internet e Tecnologias	Laboratório de Ciberjornalismo I, Laboratório de Ciberjornalismo II, Informática aplicada ao Jornalismo, Jornalismo, Cidadania e Tecnologias.	255	Informática aplicada ao Jornalismo, Jornalismo, Cidadania e Tecnologias, Laboratório em Ciberjornalismo.	240

Pesquisa	Planejamento de Pesquisa em Jornalismo, Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Metodologia da Pesquisa Científica.	170	Planejamento de Pesquisa em Jornalismo, Reportagem, Entrevista e Pesquisa Jornalística, Metodologia da Pesquisa Científica.	200
Especializado	Jornalismo Rural, Jornalismo Ambiental, Jornalismo Científico.	204	Jornalismo Científico, Jornalismo Rural, Jornalismo Ambiental.	200
Assessoria e Administração	Assessoria de Imprensa, Administração da Empresa Jornalística.	136	Assessoria de Imprensa, Administração da Empresa Jornalística.	140
	TOTAL	2.652	TOTAL	2.740

O quadro acima mostra que a carga horária total das disciplinas diminuiu de 2.740 horas, em 2009, para 2.652 horas em 2010. Esse cenário veio dos grupos: *Epistemologia e Teorias; Legislação e Ética; Edição, Redação e Produção de Texto; Fotografia e Imagem; Pesquisa; Assessoria e Administração*, que apresentaram menor carga horária no currículo de 2010. Os grupos *Produção Gráfica; Rádio; TV; Internet e Tecnologias; Especializado* tiveram aumento nas cargas horárias.

Os resultados confirmam a ênfase dada nas disciplinas profissionais, como no grupo *Produção Gráfica*, que passou de 220 horas em disciplinas em 2009 para 323 horas em 2010. Outro exemplo disso é a diminuição no grupo de disciplinas teóricas (*Epistemologia e Teorias*), de 680 para 595 horas.

b) UCDB

O currículo do curso de jornalismo da Universidade Católica Dom Bosco⁶⁸ não passou por mudanças no período de análise desta pesquisa, 2010 a 2013. O currículo analisado diz respeito a 2007.

⁶⁸ Disponível em: <<http://site.ucdb.br/cursos/4/graduacao/26/jornalismo/187/disciplinas/284/>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Quadro 12 – Currículo UCDB - 2007

CONTEÚDO	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Comunicação na Era Pós-Moderna	120
	Comunicação, Cultura e Cidadania	80
	Comunicação Integrada	120
	Comunicação Multimídia	120
	Gestão e Empreendedorismo em Comunicação	120
	Pesquisa em Comunicação	40
	Metodologia Científica em Comunicação	40
	Linguagens em Comunicação I	120
	Linguagens em Comunicação II	120
	Princípios Éticos e Legais da Comunicação	120
	Fundamentos da Comunicação I	120
	Fundamentos da Comunicação II	120
	Fundamentos de Audio-Visual	120
	Produção em Comunicação I	120
	Produção em Comunicação II	120
	Tópicos em Comunicação	120
	Cibercultura	120
	Doutrina Social Cristã	40
	Cultura Teológica	40
TOTAL	1920	
Específico	Teorias Contemporâneas do Jornalismo	80
	Jornalismo, Ética e Mercado de Trabalho	80
	Mídia Digital	80
	Fotojornalismo	80
	Assessoria de Imprensa	80
	Jornal Impresso I	120
	Jornalismo Impresso II	120
	Jornalismo Especializado	120
	Telejornalismo	120
	Radiojornalismo	120
	TOTAL	1000
TCC	Projeto Experimental I: Planejamento	80
	Projeto Experimental II: Planejamento e Execução	200
	TOTAL	280
Atividades Complementares	Atividades Complementares	160
TOTAL		3360

As disciplinas do conteúdo básico representam mais da metade do currículo do curso. Este eixo compreende 19 disciplinas com 1.920 horas, ou seja, 57% da carga horária total do

currículo. A maioria destas, 14, estabelecem 120 horas, o que explica a grande carga horária total. Há várias disciplinas de Comunicação. A explicação para essa ênfase na comunicação está na organização curricular do curso. Do primeiro ao quarto semestre os alunos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda estudam juntos, com o mesmo currículo. Os conteúdos da formação específica começam no quinto semestre.

Legislação e Ética é representada na disciplina *Princípios Éticos e Legais da Comunicação*, com 120 horas, importantes para a formação. Verifica-se que a disciplina *Comunicação na era Pós-Moderna* dá uma base mais reflexiva ao aluno, que, segundo ementa, introduz, discute e avalia os fundamentos da pós-modernidade e transformações políticas e econômicas do capitalismo no final do século XX.

O conteúdo específico é apresentado em 1.000 horas, distribuídas em nove disciplinas. As disciplinas profissionais voltadas ao jornalismo praticado nos meios de comunicação têm 120 horas/cada. O currículo dá maior ênfase ao *Jornalismo Impresso*, que compreende duas disciplinas (*Jornal Impresso I* e *Jornalismo Impresso II*), o que totaliza 240 horas.

Destaca-se, também, a pequena carga horária para disciplinas teóricas do jornalismo (*Teorias Contemporâneas do Jornalismo* e *Jornalismo, Ética e Mercado de Trabalho*), apenas 160 horas em duas disciplinas (80 horas/cada).

Verifica-se, ainda, que um déficit em disciplinas voltadas à realidade regional e crítica de mídia, assim como disciplinas de outros campos do conhecimento, como Filosofia, Antropologia e Sociologia.

O TCC, nomeado *Projetos Experimentais*, abrange duas disciplinas, *Planejamento e Execução*, 80 e 200 horas, respectivamente. Com isso, o currículo da UCDB totaliza 3.360 horas, sendo 1.920 horas para a formação geral, 920 horas de disciplinas específicas e 280 horas de TCC.

2.2.4 Mato Grosso

a) UFMT

A organização do currículo do curso de jornalismo da UFMT tem uma peculiaridade entre as instituições analisadas. Do primeiro ao terceiro semestre os alunos de Jornalismo, Radialismo e Publicidade e Propaganda estudam juntos, com o mesmo currículo. Os conteúdos específicos de cada habilitação começam no quarto semestre.

O currículo não sofreu alteração no período analisado, a última modificação foi em 2009⁶⁹ (Quadro 13).

Quadro 13 – Currículo UFMT - 2009

EIXO	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Comunicação em Língua Portuguesa I	72
	Comunicação em Língua Portuguesa II	72
	Teoria da Comunicação I	72
	Teoria da Comunicação II	72
	Fundamentos das Mídias	72
	Métodos e Técnicas de Pesquisa	72
	Semiótica e Comunicação	72
	Introdução ao Design	72
	Teoria Política	72
	Teoria das Ciências Humanas	72
	Psicologia da Comunicação	72
	Fotografia	72
	Comunicação Global, Regional e Local	72
	Sociologia da Comunicação	72
	Pesquisa em Comunicação	72
	Economia em Comunicação	72
	TOTAL	1152
Específico	Redação Jornalística	72
	Historia do Jornalismo	72
	Fotojornalismo	72
	Linguagem de Vídeo	72
	Direito e Ética em Jornalismo	72
	Gêneros do Jornalismo	72
	Técnicas do Radiojornalismo	72
	Técnicas do Telejornalismo	72
	Planejamento Gráfico em Jornalismo	72
	Reportagem e Entrevista I	72
	Reportagem e Entrevista II	72
	Jornalismo de Revista	72
	Produção e Difusão em Radiojornalismo	72
	Produção e Difusão em Telejornalismo	72
	Jornalismo <i>On line</i>	72
	Jornalismo Segmentado	72
	Jornal Laboratório	144
Organização de Projeto em Jornalismo	72	
Assessoria de Comunicação	72	
Administração em Jornalismo	72	

⁶⁹ Documento cedido pela instituição.

	TOTAL	1512
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso	144
Atividades Complementares	Atividades Complementares	144
TOTAL		2952

O quadro acima apresenta uma carga horária total de 2.952 horas distribuídas em 1.152 disciplinas gerais e 1.512 específicas. A maior parte deste currículo destina-se a disciplinas que envolvem as técnicas, a redação e a edição de notícias e reportagens nos mais diversos meios, rádio, TV, revista, Internet e impresso.

Cada disciplina tem 72 horas. *Jornal Laboratorial* é a única que totaliza o dobro da carga horária normal, ou seja, 144 horas. *Atividades complementares* somam 144 horas, assim como *TCC*.

Há disciplinas de outras áreas que complementam o currículo geral, como *Introdução ao Design* e *Economia em Comunicação*. O quadro de disciplinas gerais apresenta um foco na teoria, com *Teoria da Comunicação I e II*, *Teoria Política*, *Teoria das Ciências Humanas*, *Semiótica e Comunicação*, *Psicologia* e *Sociologia da Comunicação*, além de *Pesquisa em Comunicação* e *Fundamentos das Mídias*.

Não há disciplinas específicas nomeadas Radiojornalismo ou Telejornalismo, como na maioria dos currículos regionais, aqui são nomeadas *Técnicas do Radiojornalismo/Telejornalismo* e *Produção e Difusão em Radiojornalismo/Telejornalismo*. Antes destas disciplinas, o aluno ainda precisa cursar *Linguagens do Vídeo*, pré-requisito para as disciplinas anteriores.

A disciplina *Organização de Projeto em Jornalismo*, não encontrada em outra instituição analisada, orienta os estudantes na elaboração do projeto de pesquisa para o *Trabalho de Conclusão de Curso* (144 horas). O TCC é visto, de acordo com o PPP do curso, como a primeira atividade profissional do acadêmico e, pode ser desenvolvido como monografia ou produto experimental.

O curso de jornalismo da UFMT ainda oferece uma disciplina voltada ao regional e global, *Comunicação Global, Regional e Local*.

Na organização curricular não há a disciplina de *Estágio Supervisionado*. Quanto às atividades complementares, são consideradas:

Participação em Projetos de Extensão; Participação em Projetos de Pesquisa; Participação simples em Eventos científicos, tais como, Seminários, Encontros e Congressos relacionados à área de formação; Participação, com apresentação de trabalho em Seminários, Encontros e Congressos relacionados à área de formação; Monitorias; Projetos de iniciação científica; Oficinas e cursos relacionados à área de formação ou áreas afins; Atividades de Representação Acadêmica em órgãos colegiados; Participação em Comissão Organizadora de Eventos; Visitas Técnicas; Aulas de Campo (PPP/UFMT, 2009, p. 44).

b) UNIC

A estrutura curricular analisada no curso de Jornalismo da UNIC é de 2009⁷⁰. Sem qualquer alteração desde o fim da obrigatoriedade do diploma (Quadro 14).

Quadro 14 – Currículo de 2009

EIXO	DISCIPLINA	C.H.
Básico	Teoria da Comunicação	60
	Análise da Realidade Brasileira Contemporânea	60
	Ética, Política e Sociedade	60
	Metodologia Científica	60
	Computação Gráfica	60
	Homem, Cultura e Sociedade	60
	Comunicação Empresarial	60
	Sistemas Brasileiros de Comunicação	60
	Fotografia	60
	Estética e História da Arte	60
	Psicologia da Comunicação	60
	Pesquisa em Comunicação	60
	Legislação e Ética da Comunicação	60
	Estudos do Contemporâneo	60
	Gestão de Projetos e Eventos	60
	Novas Tecnologias Aplicadas à Comunicação	60
	Comunicação Integrada Organizacional	60
	E.D. 1	46
	E.D. 2	46
	E.D. 3	46
E.D. 4	46	
E.D. 5	46	
E.D. 6	46	
E.D. 7	46	
E.D. 8	46	

⁷⁰ Disponível em: <<http://www.unic.br/Paginas/Detalhes-do-Curso.aspx?CD=78&Curso=Jornalismo>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

	TOTAL	1388
Específico	Redação Jornalística I	60
	Redação Jornalística II	60
	Produção Gráfica	60
	Técnicas de Gêneros Jornalísticos	60
	Técnica de Reportagem e Entrevista	60
	Planejamento Gráfico	60
	Fotojornalismo	60
	Jornalismo Especializado I	60
	Jornalismo Especializado II	60
	Webjornalismo	60
	Radiojornalismo	60
	Assessoria de Imprensa	60
	Jornalismo Impresso Aplicado	60
	Produção Multimídia	60
	Telejornalismo I	60
	Telejornalismo II	60
	Produção Audiovisual	60
	Produção em Rádio	60
	TOTAL	1080
Optativas*	Optativa	30
TCC	Projeto Experimental em Jornalismo	120
TOTAL		2618

* Disciplinas que podem ser gerais ou específicas.

O currículo do curso de jornalismo da UNIC tem ênfase na formação básica, principalmente voltadas à comunicação empresarial/institucional. São apresentadas as seguintes disciplinas com este foco: *Análise da Realidade Brasileira Contemporânea, Comunicação Empresarial, Comunicação Integrada Organizacional, Gestão de Projetos e Eventos, Sistemas Brasileiros de Comunicação, além de uma base com Ética, Política e Sociedade, Homem, Cultura e Sociedade, Estudos do Contemporâneo e Legislação e Ética da Comunicação.*

A maioria das disciplinas tem 60 horas. Estudos Dirigidos (E. D.) é a única que contabiliza 46 horas para cada semestre, ou seja, do 1º ao 8º. O TCC, aqui nomeado *Projeto Experimental* como no currículo de 1984, tem 120 horas.

As disciplinas optativas do curso são: *Libras e Tópicos Especiais em Comunicação*, com 30 horas/cada.

Muitas das disciplinas ofertadas neste currículo têm mesma nomenclatura que no currículo mínimo de 1984, como: *Teoria da Comunicação, Legislação e Ética, Psicologia,*

Técnica da Reportagem e Entrevista, Planejamento Gráfico, Fotojornalismo, Radiojornalismo e Telejornalismo. A disciplina que em 1984 era nomeada Sistemas Internacionais de Comunicação, passou a Sistemas Nacionais de Comunicação. História da Arte é intitulada Estética e História da Arte. Tais dados revelam um currículo sem muitas alterações desde a década de 80, e com ausência de disciplinas voltadas ao regionalismo.

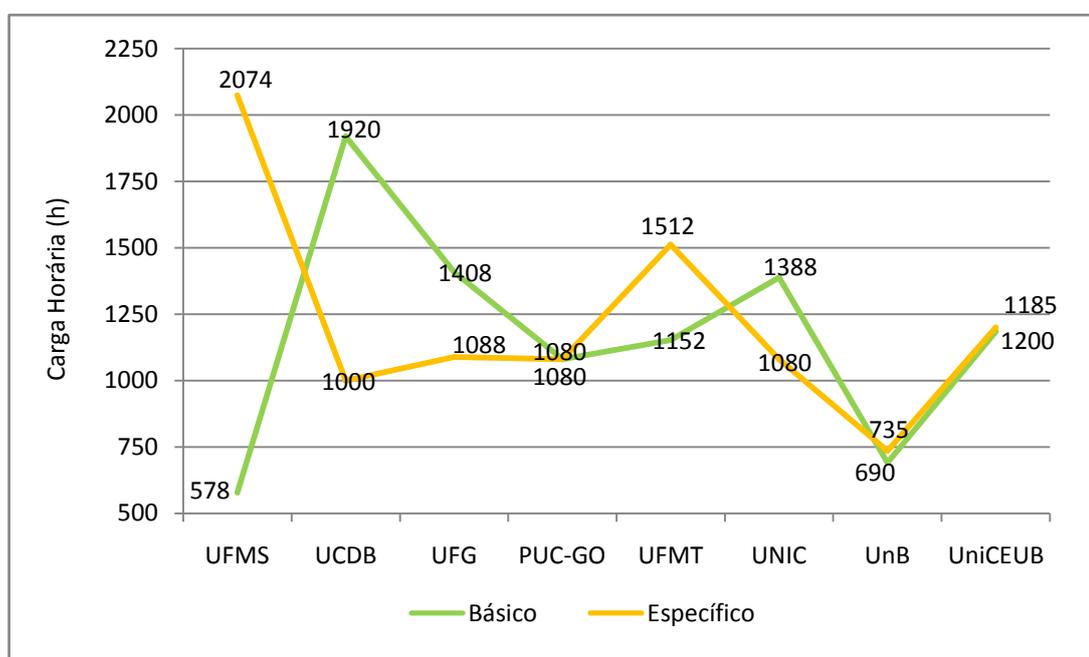
No total, as disciplinas do currículo apresentam 1.388 horas em conteúdos básicos e 1.080 em específicos, o que totaliza 2.618 horas.

2.2.5 Comparativo dos currículos das instituições

a) Comparativo Geral

O quadro abaixo apresenta um comparativo dos conteúdos básicos e específicos oferecidos nas estruturas curriculares das instituições públicas e privadas analisadas:

Gráfico 1 – Comparativo do conteúdo dos currículos



Os resultados da pesquisa permitem concluir que os cursos de graduação em jornalismo das universidades da região Centro-Oeste pesquisadas apresentam, na maior parte, ênfase na formação específica (UFMS, UFMT, UnB, UniCEUB), seja com disciplinas profissionais ou técnicas. Entre as oito IES pesquisadas, apenas nas instituições: UCDB, UFG e UNIC, as disciplinas de formação geral tem maior carga horária.

Para entender como é dado um foco maior na formação específica na região Centro-Oeste basta somar a carga horária total das IES. Na soma total, são 9.769 horas de disciplinas específicas contra 9.401 horas de disciplina gerais.

Gráfico 2 – Comparativo do conteúdo básico nos currículos

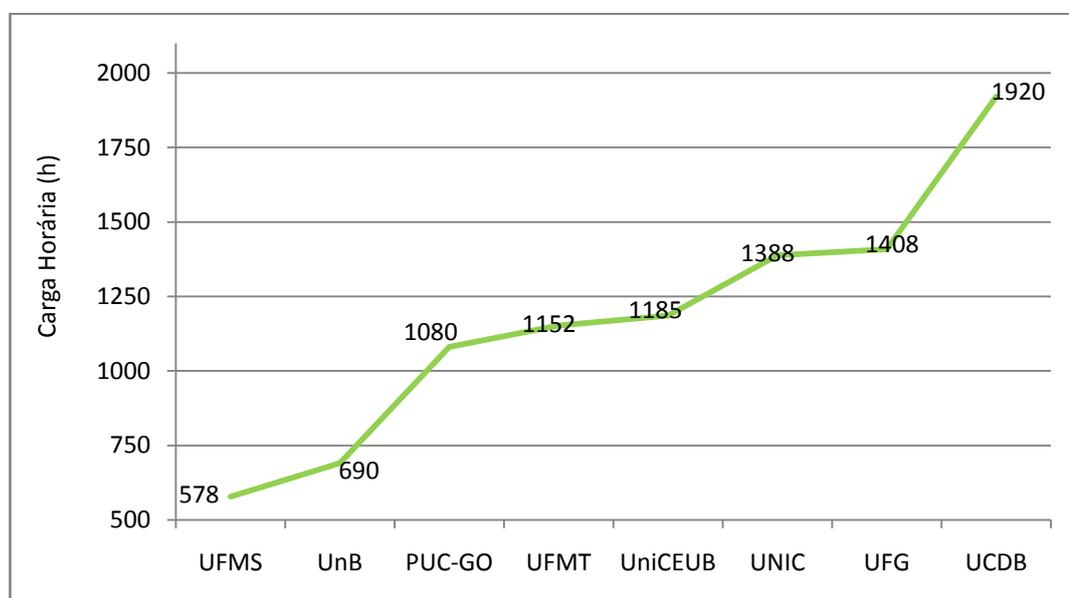
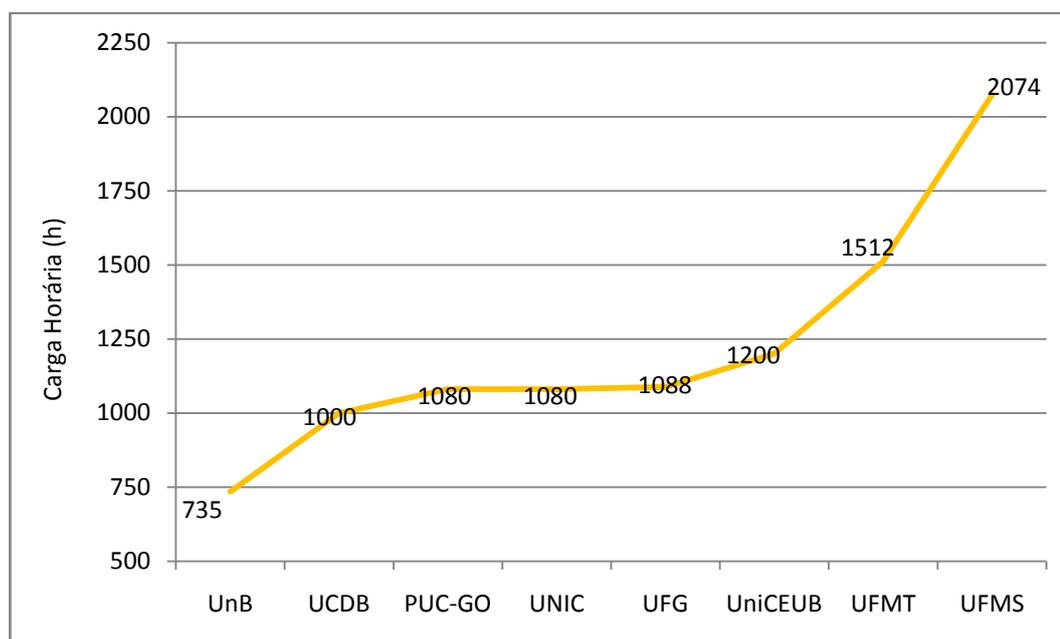


Gráfico 3 – Comparativo do conteúdo específico nos currículos



As maiores cargas horárias em cada conteúdo, geral ou específico, são atribuídas a currículos de instituições do Mato Grosso do Sul. Sobre o conteúdo básico, UCDB é a instituição que tem a maior carga horária, 1.920 horas, e UFMS a menor, 578 horas. Na UFMS há um maior enfoque na formação prática, ou seja, maior carga horária para disciplinas específicas da região Centro-Oeste. Apenas nesta instituição são mais de 2 mil horas. A menor carga horária deste eixo é verificada na UnB (735 horas).

A PUC-GO foi a única da região a equilibrar a carga horária dos conteúdos geral e específica, com 1.080 horas em ambos.

O ensino de jornalismo deve garantir aos futuros jornalistas não apenas conhecimento específico da área, mas gerais para que este reflita sobre sua atividade na sociedade. Um currículo para a formação geral introduz sempre novos conhecimentos e possibilita que o aluno receba o embasamento necessário a sua formação técnica. A formação específica traz o conhecimento técnico e profissional ao estudante, assim como experiências práticas que o introduzem na rotina do mercado de trabalho.

Na UFG, os estudantes têm autonomia na sua formação e, ele determina a ênfase que dará no currículo do curso: *Mídia Impressa*, *Audiovisual* ou *Pesquisa em Comunicação*.

Numa comparação geral, não há um padrão nas estruturas curriculares analisadas. Para Ortega e Humanes (2000 *apud* GOLZIO, 2009) não há dúvidas de que é necessário definir um

corpo de conhecimento próprio do jornalismo. “*El mundo académico tampoco ha llegado a un acuerdo sobre los contenidos que deben enseñar-se para periodistas*”⁷¹ (ORTEGA e HUMANES *apud* GOLZIO, 2009, p.107).

A tarefa do ensino de jornalismo, de acordo com Carlos Chaparro⁷², não é apresentar “o modelo ideal de currículo” porque ele “não existe”. O curso de jornalismo de uma instituição deve “assumir, preservar e desenvolver uma vocação própria (de ensino, pesquisa e extensão), assumindo preponderâncias que o tornem referência em determinadas vertentes disciplinares do jornalismo”.

Segundo as DCN (2001), o formado em jornalismo deve ter competência na leitura e no uso da língua para interpretação e produção de textos gerais e especializados na área, além da habilidade em dominar, experimentar e inovar no emprego das linguagens características dos processos de comunicação. As disciplinas de Línguas ou Português foram verificadas nos seguintes currículos: UFG (*Língua Portuguesa – Redação e Expressão*), UFMT (*Comunicação em Língua Portuguesa*) e UniCEUB (*Semiótica e Teorias da Linguagem e Língua Portuguesa*). No currículo da UFMS de 2009 havia Redação e Expressão Oral, no entanto, a disciplina foi retirada em 2010. A PUC-GO oferecia em 2006 a disciplina Língua Portuguesa e Comunicação Social, extinta em 2010.

No que diz respeito às disciplinas específicas de cada meio de comunicação, todas as instituições oferecem-nas, seja *Radiojornalismo*, *Telejornalismo* ou *Jornalismo Impresso*. Disciplinas com nomenclatura voltadas as novas TCIs são encontradas na UFMS (*Laboratório em Ciberjornalismo*), UCDB (*Comunicação Multimídia e Mídia Digital*), PUC-GO (*Webjornalismo*), UFMT (*Jornalismo On line*), UNIC (*Webjornalismo*) e UniCEUB (*Jornalismo on line*).

A disciplina de *Língua Inglesa* foi verificada apenas no antigo currículo da UFMS, disciplina que foi extinta em 2010. No entanto, segundo Projeto Político Pedagógico da PUC-GO, o aluno do curso é obrigado a fazer uma prova de língua estrangeira (inglês, francês ou espanhol). “A prova é aplicada aos alunos de 4º período pelo Católica Idiomas. A média para cumprimento do requisito é 5,0. Caso seja reprovado, o aluno poderá fazer o exame até a conclusão do Curso” (PPP/PU-GO, 2009, p. 33).

⁷¹ O mundo acadêmico ainda não chegou a um acordo sobre os conteúdos que devem ser ensinados para os jornalistas (tradução nossa);

⁷² Artigo “A difícil tarefa de fazer jornalistas”, publicado no Observatório da Imprensa, edição 511, de 11 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-dificil-tarefa-de-fazer-jornalistas>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

As disciplinas de outras áreas do conhecimento como Filosofia, Sociologia, Antropologia são oferecidas em todas as instituições. No entanto, na UnB esse campo de disciplinas é optativo, são disciplinas intituladas *Obrigatória Ambiental Seletiva*. O aluno é obrigado a cursar 120 horas (duas disciplinas) mas, escolhe quais disciplinas vai cursar. Cada uma tem 60 horas.

A instituição privada de Brasília, UniCEUB, é a única a exigir a disciplina *Jornalismo Político e Econômico* no currículo obrigatório. Nas outras instituições, não há disciplinas voltadas a esse tema, no entanto, pode ser ensinado em outras disciplinas, como em *Jornalismo Especializado*.

As instituições UCDB e PUC-GO, por se tratarem de instituições católicas, têm disciplinas voltadas à religião. *Doutrina Social Cristã* e *Cultura Teológica* são disciplinas obrigatórias no currículo da UCDB e, na PUC-GO, a exigência é *Teologia e Ciências Sociais e Humanas Aplicadas*.

De acordo com o capítulo IV, Art. 43 das LDB (1996), é necessário que a educação superior estimule “o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais”. No entanto, disciplinas voltadas à realidade regional não são mencionadas na maioria dos currículos.

As disciplinas de Ética compõem o currículo de todas as instituições analisadas, com as seguintes nomenclaturas: UFMS (*Legislação e Ética em Jornalismo*), UCDB (*Princípios Éticos e Legais da Comunicação*), UFG (*Ética da Comunicação*), PUC-GO (*Ética e Jornalismo*), UFMT (*Direito e Ética em Jornalismo*), UNIC (*Ética, Política e Sociedade*), UnB (*Ética na Comunicação*) e UniCEUB (*Ética e Legislação em Comunicação; Ética, Cidadania e Realidade Brasileira I e II*). O jornalista precisa estar preparado para lidar com a informação porque ele é o mediador entre o fato e a notícia divulgada. Para Rossi (1985, p. 9), esse profissional tem uma formação cultural e uma visão de mundo pessoal com “opiniões muito firmes a respeito do próprio fato que está testemunhando”.

Fonseca (2013, p. 179) afirma “deficiências nesse campo de estudo podem formar um profissional ingênuo e, por isso mesmo, reproduzidor involuntário de uma ideologia que não é capaz de perceber em seu próprio discurso”.

As *atividades complementares* são obrigatórias na maioria das IES, seis das oito pesquisadas. UCDB e UNIC são as únicas em que essa categoria não é exigida para obtenção do título. Entre as IES, o curso de jornalismo da UnB é o que exige maior carga horária, 300 horas. Na UFMS são exigidas apenas 102 horas, a menor das analisadas.

Sobre o *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*, apenas UFG exige menos que 100 horas. O curso da UFMS tem, novamente, a maior carga horária. São 340 horas para os Projetos Experimentais. Nas IES do Mato Grosso do Sul o TCC tem nomenclatura *Projetos Experimentais*, assim como na UNIC e UnB.

O *Estágio Supervisionado* foi verificado apenas no curso da PUC-GO, com 300 horas. A UFG tem uma apenas disciplina intitulada *Supervisão de Estágio em Jornalismo*, com 32 horas.

O estágio é componente fundamental à formação do futuro jornalista. Para Valverde (2006, p. 83), é o momento em que o aluno “inicia a criação de sua identidade profissional”. Por isso, a disciplina Estágio Supervisionado é indispensável ao currículo do futuro jornalista. Para Buriolla (2001, p. 11) a importância da disciplina de *Estágio Supervisionado* vai além do currículo, “extrapolando o nível do fazer-fazer e enfatizando uma atitude de busca de conhecimentos teóricos e metodológicos que não se esgotam no curso, podendo interferir direta e efetivamente no exercício da profissão”.

Qualquer estágio no país, seja a nível médio ou superior, é regido pela Lei nº 6.494/77, de 7 de dezembro de 1977. Conforme artigo do parágrafo segundo:

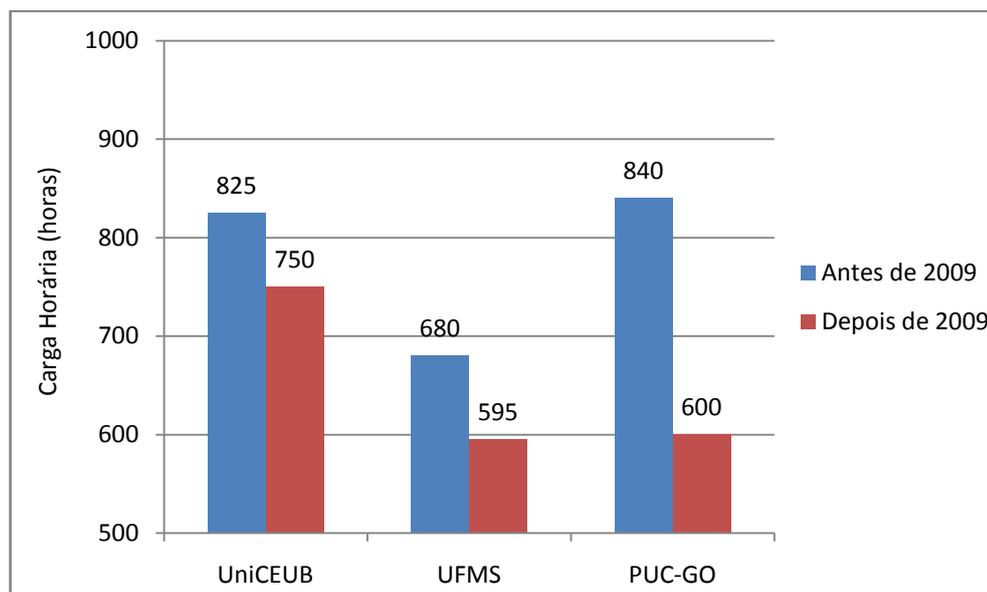
Os estágios devem propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem a serem planejados, executados, acompanhados e avaliados em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

b) Comparativo das mudanças pós fim da exigência do diploma

As instituições que modificaram as estruturas curriculares após o fim da obrigatoriedade do diploma foram: UniCEUB (2011), UFMS (2010 e 2013) e PUC-GO (2011).

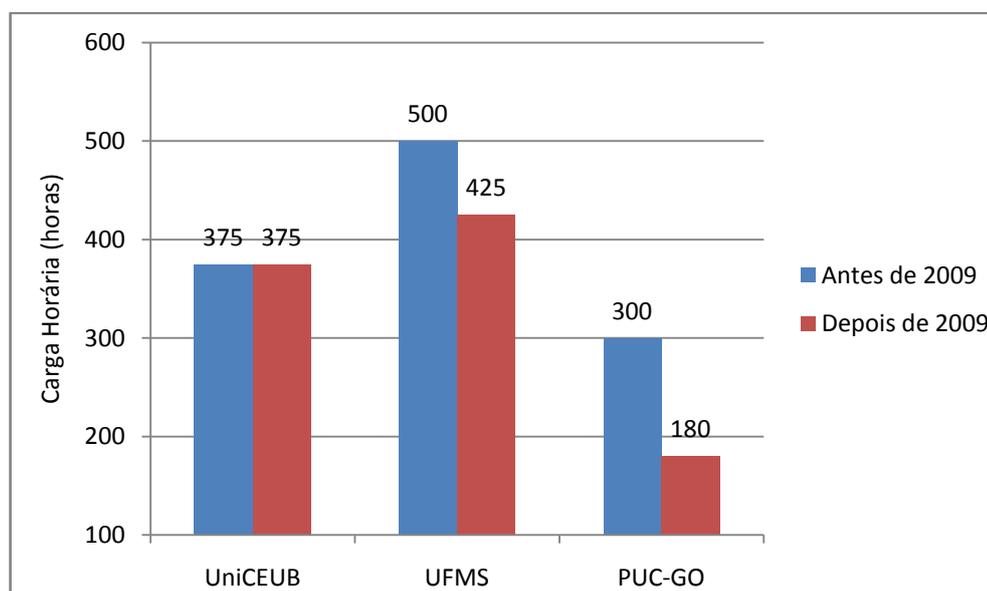
Os grupos de disciplinas que sofreram as maiores modificações nas três instituições são apresentados em forma de gráficos (Epistemologia e Teorias; *Edição, Redação e Produção de Texto; Fotografia e Imagem; Internet e Tecnologias e Especializado*) em duas categorias, “antes de 2009”, data anterior ao fim da obrigatoriedade do diploma, e “depois de 2009”, período pós fim da exigência do diploma.

Gráfico 4 – Grupo *Epistemologia e Teorias*



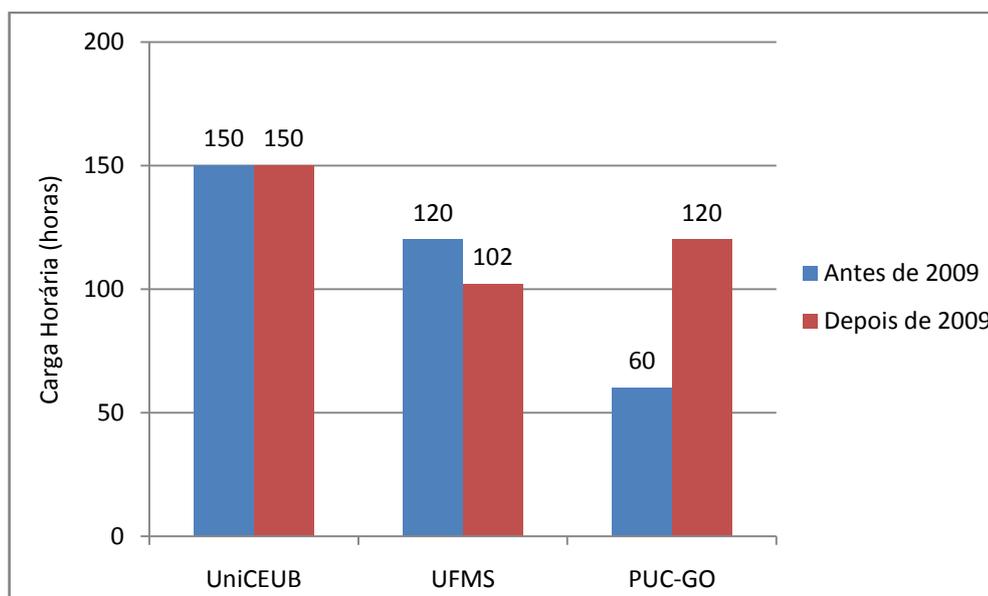
O gráfico elenca as alterações da carga horária da UniCEUB, UFMS e PUC-GO. Antes da exigência do diploma, ou seja, até 2009, as três instituições tinham uma carga horária alta no grupo *Epistemologia e Teorias*. Depois de 2009, as disciplinas referentes a esse grupo tiveram diminuições entre 9% e 30% nas três instituições. Esse grupo compreende, em sua maioria, as disciplinas de conteúdo básico, como Filosofia, Sociologia, Antropologia, Cultura e Teorias da Comunicação.

Gráfico 5 – Grupo *Edição, Redação e Produção de Texto*



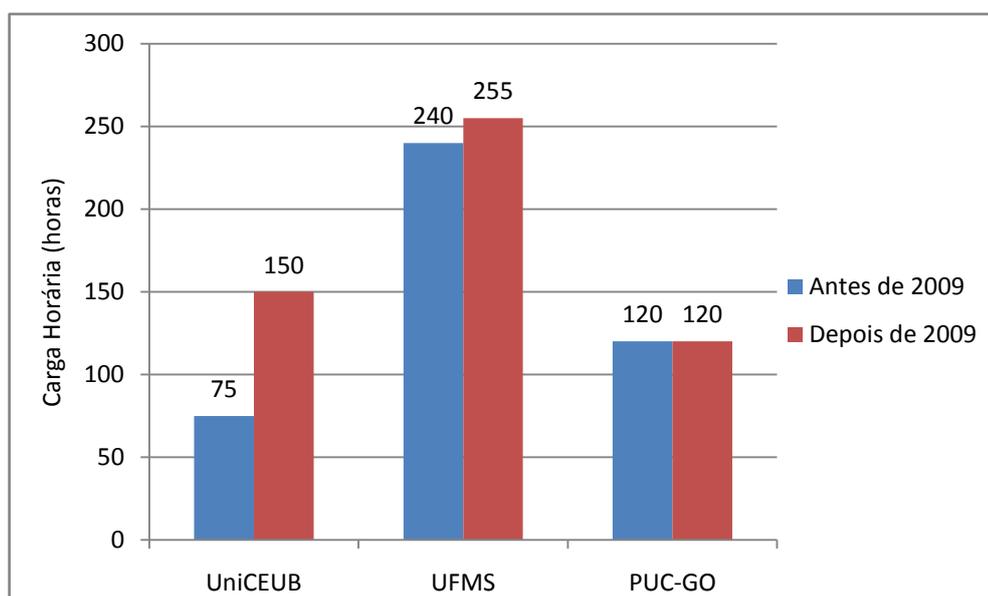
O grupo *Edição, Redação e Produção de Texto* relacionado às disciplinas específicas do currículo, aquelas voltadas à formação profissional do jornalista, apresentou redução na UFMS (-19%) e PUC-GO (-40%). No currículo do UniCEUB o grupo manteve mesma carga horária.

Gráfico 6 – Grupo *Fotografia e Imagem*



As instituições apresentaram cenários diferentes sobre o grupo *Fotografia e Imagem*. O currículo da UFMS teve uma diminuição, enquanto PUC-GO ampliou a carga horária. Apenas UniCEUB manteve a carga horária em ambos currículos, antigo e novo.

Gráfico 7 – Grupo *Internet e Tecnologias*



As novas tecnologias tiveram um reflexo decisivo sobre o Grupo *Internet e Tecnologias* da UniCEUB e UFMS, os quais tiveram que se adaptar às necessidades específicas desses novos suportes. UniCEUB apresentou uma alta de 100% e UFMS elevou apenas 6% a carga horária para esse grupo. Disciplinas relacionadas a esse grupo são importantes, pois representam a atualidade, na qual “o trabalho dos jornalistas passará a ser multitarefa, e orientado para multiplataformas, pelo que o ensino só tem uma saída: formar profissionais para esta nova realidade” (CANAVILHAS, 2009, p. 51).

Entre as três instituições em que houve alteração curricular de 2010 a 2013, UFMS e PUC-GO tiveram as maiores modificações devido, em grande parte, as disciplinas relacionadas às novas tecnologias. Para Pereira (2011, p. 104), “as transformações tecnológicas, suas implicações na comunicação na cultura, num ambiente novo de cibercultura, forçam o jornalismo a se repensar”.

Voltar-se às novas tecnologias, a realidade do mercado de trabalho deve estar entre os currículos das instituições. Porém, produzir um currículo exige domínio, não apenas no campo do jornalismo, curso a ser ensinado, mas também na educação. A estrutura curricular precisa responder aos valores e conceitos do Projeto Político Pedagógico da instituição. “Um currículo é uma tentativa de comunicar os princípios e aspectos essenciais de um propósito educativo, de modo que permaneça aberto a uma discussão crítica e possa ser efetivamente realizado” (STENHOUSE, 1984, *apud* SILVA, 2006, p. 4).

Conclui-se, assim, que as alterações curriculares das instituições UFMS, PUC-GO, UniCEUB não são mudanças ocorridas devido a “não” exigência do diploma, mas reformulações que muitas vezes respondem a alterações institucionais ou, até mesmo, em resposta ao novo mercado de trabalho, que exige cada vez mais conhecimentos específicos e profissionais relacionados às novas tecnologias, aos novos suportes técnicos para a transmissão de informações e ao advento das redes sociais.

CAPÍTULO 3 - PROCESSOS SELETIVOS PARA INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES

Os processos seletivos das instituições compreendidas nesta pesquisa foram analisados no período de 2009 a 2013 para revelar se houve ou não diminuição na relação candidato/vaga, ou seja, uma menor ou maior procura para o curso de jornalismo após o fim da obrigatoriedade do diploma. O período de análise foi estendido para melhor obtenção de dados e visualização da diferença de 2009 (antes) e 2010 (pós queda do diploma).

As instituições públicas analisadas oferecem além das vagas de ampla concorrência, vagas para cotas, seja de renda familiar, autodeclarados “pretos, pardos ou indígenas” ou/e que tenha cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

3.1. Distrito Federal

a) UnB

O ingresso no curso de jornalismo da UnB acontece por meio de vestibular. São dois vestibulares por ano, inverno (entrada no 2º semestre) e verão (entrada no 1º semestre). A demanda de candidatos por vaga foi encontrada no portal do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da UnB.

No período analisado, 2009 a 2013, foram realizados dez processos seletivos. A maior concorrência para o curso, no período, foi pelo vestibular de verão (Quadro 15).

Quadro 15 – Processo seletivo UnB - 2009 a 2013

ANO	SEMESTRE	INSCRITOS	VAGAS	C/V
2009	1	1127	33	34,2
	2	1099	66	16,7
2010	1	987	33	29,9
	2	678	66	10,3
2011	1	915	33	27,7
	2	774	66	11,7
2012	1	856	33	25,9
	2	793	66	12,0
2013	1	833	33	25,2
	2	750	66	11,4

O quadro demonstra que a maior concorrência para entrada no curso de jornalismo da UnB foi encontrada no 1º semestre de 2009, de 34,2 inscritos por vaga. Naquele vestibular o diploma ainda era exigido para exercício profissional.

No ano seguinte (sem obrigatoriedade do diploma), a procura pelo curso diminuiu em mais de 140 inscritos e, a relação resultou em 30 candidatos por vaga.

Após quatro anos do período inicial, quando o diploma era exigido, a concorrência passou a 25,2 em 2013. Isso demonstra uma diminuição de 8,9 candidatos/vaga.

No processo seletivo de inverno de 2009, para entrada no 2º semestre daquele ano, quase 1.100 vestibulandos procuraram o curso de jornalismo da UnB, o que resultou numa relação de 16,7 candidatos/vaga. Em 2010, após a queda do diploma a busca pelo curso foi de 678 para as mesmas 66 vagas. A concorrência no vestibular de 2010 foi a menor no período analisado, apenas 10,3 candidatos/vaga. Supõe-se que o número, em grande parte, vem da não mais exigência do diploma para a profissão, que fez várias pessoas não se candidatarem ao curso.

No fim do período investigado, 2013, a concorrência foi de 11,4 candidatos/vaga (-5,3 candidatos/vaga a menos que em 2009).

b) UniCEUB

O curso de jornalismo do UniCEUB oferece 50 vagas no vestibular de verão. Os dados quanto aos números de inscritos e relação candidato/vaga no vestibular não foram disponibilizados pela instituição.

De acordo com o portal da UniCEUB⁷³, a única forma de entrada é via vestibular que ocorre anualmente com duração de 3 horas, composto por Redação, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Ciências e Estudos Sociais (Figura 1).

⁷³ Disponível em: <<http://www.uniceub.br/processo-seletivo/vestibular.aspx>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

Figura 1 – Página institucional do processo seletivo da UniCEUB



O resultado da 1ª chamada do vestibular é divulgado no dia seguinte ao processo seletivo, e da 2ª chamada na mesma semana. O manual do vestibular⁷⁴ da Comissão Permanente de Processo Seletivo (COPEVE) do UniCEUB afirma que, em caso de vagas remanescentes, poderão ser efetuadas novas chamadas ou novo processo seletivo a critério.

3.2. Goiás

a) UFG

A entrada para o curso de jornalismo da UFG é realizada por meio de um processo seletivo de verão para ingresso no 1º semestre (Quadro 16).

Quadro 16 – Vestibular UFG - 2009 a 2013

ANO	VAGAS	INSCRITOS	C/V
2009	50	561	11,22
2010	50	360	7,20
2011	50	408	8,16
2012	40	317	7,93
2013	40	355	8,88

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.uniceub.br/media/504427/manualvestibulardeverao2015.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2015.

O vestibular realizado para entrada de alunos no curso de jornalismo da UFG em 2009 teve 561 inscritos e uma concorrência de 11,22 inscritos por vaga. O diploma ainda era exigido naquele ano. Verifica-se que, um ano depois, em 2010, a procura pelo curso caiu 56%, ou seja, o fim da exigência do diploma implicou em apenas 360 inscritos para o vestibular, 201 pessoas a menos que no ano anterior. Em mesmo período, a concorrência passou de 11,2 para 7,2 candidatos por vaga.

Em 2011, 408 vestibulandos se inscreveram para as 50 vagas oferecidas pela instituição, uma concorrência de 8,2 candidatos/vaga. Em 2012 foram 317 inscritos, relação de 7,9 candidatos/vaga.

Os dados revelam que desde 2009 não é verificada concorrência maior que 10 inscritos/vaga. De lá pra cá, as vagas para o curso de jornalismo diminuíram em 25%, de 50 para 40 vagas e, a procura passou de 561 para 355 inscritos.

b) PUC-GO

A PUC-GO não disponibilizou as informações quanto aos inscritos e relação candidato/vaga dos vestibulares de 2009 a 2013, período analisado. De acordo com a página do vestibular da instituição⁷⁵ (Figura 2), são ofertadas 60 vagas para o matutino e 60 para o noturno.

Figura 2 – Página do vestibular da PUC-GO



⁷⁵ Disponível em: <<http://vestibular.pucgoias.edu.br/>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

A entrada de alunos na PUC-GO pode ser feita de três maneiras: a) Boletim Individual de Desempenho do Enem nos últimos três anos (o aluno que obter pontuação acima de 300 pontos garante a vaga); b) notas obtidas na avaliação por área de conhecimento e Redação em Língua Portuguesa (prova 1); c) notas obtidas na avaliação discursiva, mediante Redação em Língua Portuguesa (prova 2). Para a entrada no curso de jornalismo o vestibular é realizado em várias datas. Exemplo disso foram as provas de 11 de outubro⁷⁶ e 1º de novembro de 2014⁷⁷ para ingresso em 2015.

Os inscritos realizam duas provas e podem escolher a modalidade de entrada. A *prova 1* é composta por Linguagens, Códigos e Ciências Sociais, Língua Estrangeira, Ciência da Natureza e Matemática. A *prova 2* é a redação em Língua Portuguesa. O resultado do processo seletivo é divulgado na mesma semana em que o concorrente faz a prova.

3.3. Mato Grosso

a) UFMT

O curso de jornalismo da UFMT realizou vestibular até 2009. Desde 2010, a instituição seleciona os estudantes por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁷⁸. O Sisu é um processo seletivo desenvolvido pelo MEC para selecionar candidatos às vagas de instituições públicas de ensino superior por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). No portal, os candidatos consultam os cursos que tem vagas disponíveis conforme a nota obtida na prova do Enem.

São ofertadas 30 vagas ao curso de jornalismo da UFMT. Os primeiros 15 colocados iniciam o curso no primeiro semestre letivo do ano e os 15 restantes no segundo semestre.

Os dados referentes ao vestibular de 2009 da UFMT foram obtidos no portal institucional⁷⁹ e de 2010 a 2013 via solicitação ao MEC (Quadro 17).

⁷⁶ Disponível em: <<http://vestibular.pucgoias.edu.br/vestibularsocial/arquivospublicados/edital-89-2015-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015;

⁷⁷ Disponível em: <<http://vestibular.pucgoias.edu.br/vestibular/arquivospublicados/edital-90-2015-1.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015.

⁷⁸ Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/#/principal.php>>. Acesso em: 20 jan. 2015;

⁷⁹ Disponível em: <http://www.cev.ufmt.br/portal/concursos/ufmt2009/documentos/concorrenca_2008_10_28.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Quadro 17 – Vestibular UFMT - 2009 a 2013

ANO	VAGAS	INSCRITOS	C/V
2009	30	285	9,50
2010	30	640	21,33
2011	30	870	29,00
2012	30	677	22,57
2013	30	631	21,03

A concorrência pelo curso de jornalismo da UFMT, que em 2009 era de 9,5 candidatos/vaga, passou a 21,3 em 2010. A justificativa para este aumento está na troca do sistema de ingresso, que mudou de vestibular tradicional para Sisu.

No período analisado, a maior procura dos vestibulandos ocorreu em 2011, de 29 candidatos por vaga, 870 se inscreveram para as 30 vagas oferecidas pelo curso.

Em 2013 a procura pelo curso de jornalismo da UFMT diminuiu, de 677 no ano anterior para 631 candidatos, o que fez com a relação passasse de 22,57 para 21,03 candidatos/vaga. Verifica-se que desde a adesão ao Sisu (2010), o ano de 2013 foi o que registrou a menor procura e, respectivamente, menor concorrência.

b) UNIC

O curso de jornalismo da UNIC oferece processo seletivo de verão. Os dados quanto aos números de inscritos e relação candidato/vaga nos vestibulares de 2009 a 2013 não foram encontrados no portal institucional e nem disponibilizados pela direção da instituição, segundo o coordenador de curso professor Rodolfo Polzin Rondon⁸⁰.

De acordo com o Manual do Candidato⁸¹ ao processo seletivo⁸², a prova é elaborada com base no conteúdo do Ensino Médio, com Linguagem (incluindo Literatura Brasileira, Língua Estrangeira Moderna – Inglês e Espanhol), Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, além da Redação.

Além deste processo, há outras formas de entrada no curso de Jornalismo da UNIC (Figuras 3, 4 e 5).

⁸⁰ Entrevista concedida via telefone por RONDON, Rodolfo Polzin. Entrevista I. [out. 2014]. Entrevistador: Catarine Moscato Sturza;

⁸¹ Disponível em: <<http://unic.vestibularja.com.br/candidatos/manual-do-candidato>>. Acesso em: 20 jan. 2015;

⁸² Disponível em: <<http://www.unic.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

Figura 3 - Página institucional do vestibular da UNIC

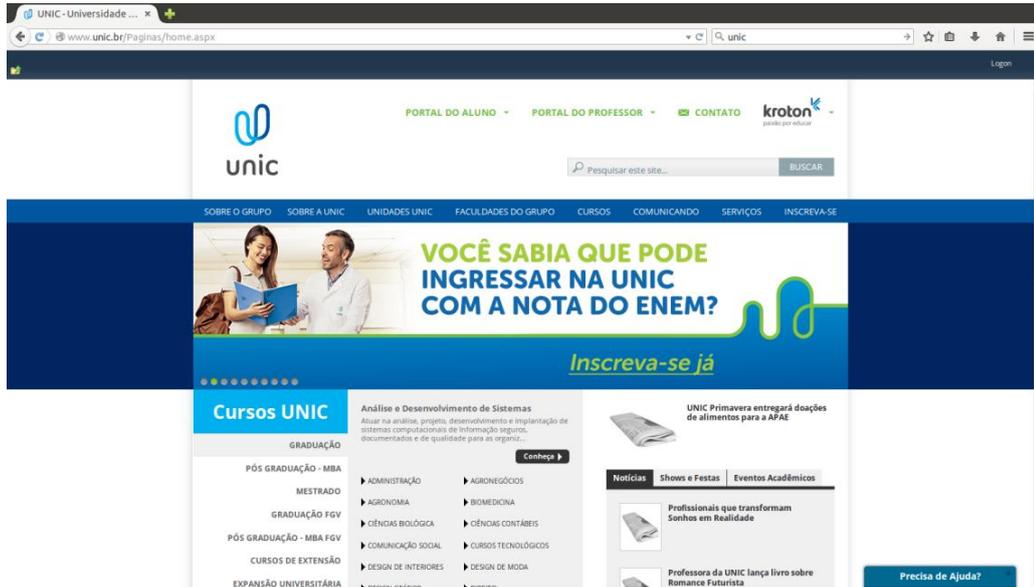


Figura 4 - Página institucional do vestibular da UNIC

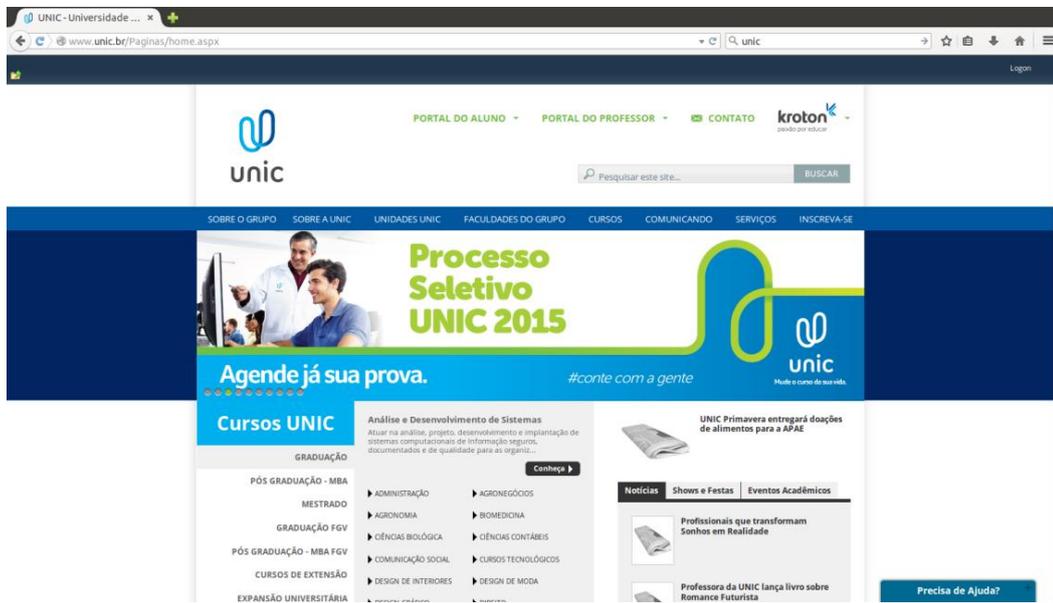
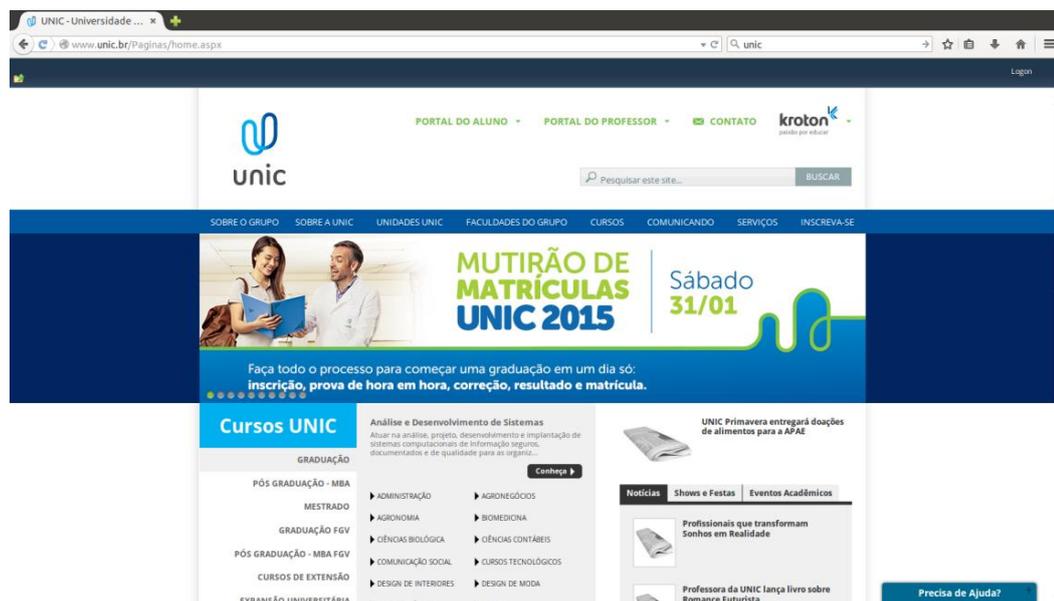


Figura 5 - Página institucional do vestibular da UNIC



O processo seletivo para entrada na instituição é simples. O concorrente tem a possibilidade de entrar com a nota obtida no Enem (Figura 3); agendar uma prova na IES (Figura 4) ou realizar todos os processos para ingresso num só dia, como inscrição, prova, correção, resultado e matrícula (Figura 5).

3.4. Mato Grosso do Sul

a) UFMS

O curso de jornalismo da UFMS oferece 50 vagas no processo seletivo via Sisu. O curso funciona em tempo integral. Até 2014 o curso funcionava em turno vespertino e noturno e a partir de 2015, matutino e vespertino.

Em 2009, as vagas eram preenchidas pelo vestibular de inverno realizado pela Comissão Permanente do Vestibular (COPEVE/UFMS) e desde 2010 o ingresso é realizado via Sisu. Os dados do vestibular de 2009 foram encontrados na página da Copeve⁸³ e com referência ao Sisu, via formulário eletrônico no portal do E-sic⁸⁴. Abaixo a tabela com as referidas informações:

⁸³ Disponível em: <http://www.copeve.ufms.br/Vst2009i/Stat/Stat2009i_f.html>. Acesso em: 11 nov. 2014;

⁸⁴ Disponível em: <<http://www.acaoainformacao.gov.br/sistema/>>.

Quadro 18 - Vestibular UFMS - 2009 a 2013

Ano	Vagas	Inscritos	C/V
2009	45	486	10,8
2010*	45		
2011	50	911	18,2
2012	50	735	14,7
2013	50	513	10,3

* Dados não disponibilizados pelo Sisu.

Em 2009 e 2010, o curso de jornalismo da UFMS oferecia 45 vagas. Em 2009, ainda pelo vestibular tradicional, 486 pessoas se inscreveram, o que resultou numa procura de 10,8 candidatos por vaga. Os dados de 2010 não foram encontrados na Copeve/UFMS e no MEC.

Em 2011, o ingresso na UFMS começou a ser feito pelo Sisu e, por isso, houve uma maior procura naquele ano, foram 911 inscritos para 50 vagas, uma relação de 18,2 candidatos/vaga.

A concorrência pelo curso em 2012 foi de 14,7 candidatos por vaga. Em 2013, o curso voltou a receber um procura de cerca de 10 candidatos por vaga (10,3), resultado de apenas 513 inscrições para as mesmas 50 vagas.

b) UCDB

O curso de Jornalismo da UCDB oferece vestibular de verão com 70 vagas para ingresso no turno matutino. Os dados quanto aos números de inscritos e relação candidato/vaga nos vestibulares de 2009 a 2013 não foram encontrados no portal institucional⁸⁵ e não foram cedidos pela direção da instituição. No entanto, o coordenador do curso, Oswaldo Ribeiro⁸⁶, informou que ingressam no curso “de 30 a 40 alunos por ano”. “Apenas no início da criação do curso, essas 70 vagas eram alcançadas”.

Os alunos que ingressam em jornalismo cursam, do 1º ao 4º semestre, disciplinas de tronco comum junto com os alunos do curso de Publicidade e Propaganda (“entram de 40 a 50 alunos”). “Nos dois primeiros anos dos cursos os alunos estudam juntos para depois irem para as disciplinas específicas”.

⁸⁵ Disponível em: <<http://www.virtual.ucdb.br/inscricoes/>> Acesso em: 20 jan. 2015;

⁸⁶ Entrevista concedida por RIBEIRO, Oswaldo. Entrevista I. [mar. 2014]. Entrevistador: Catarine Moscato Sturza.

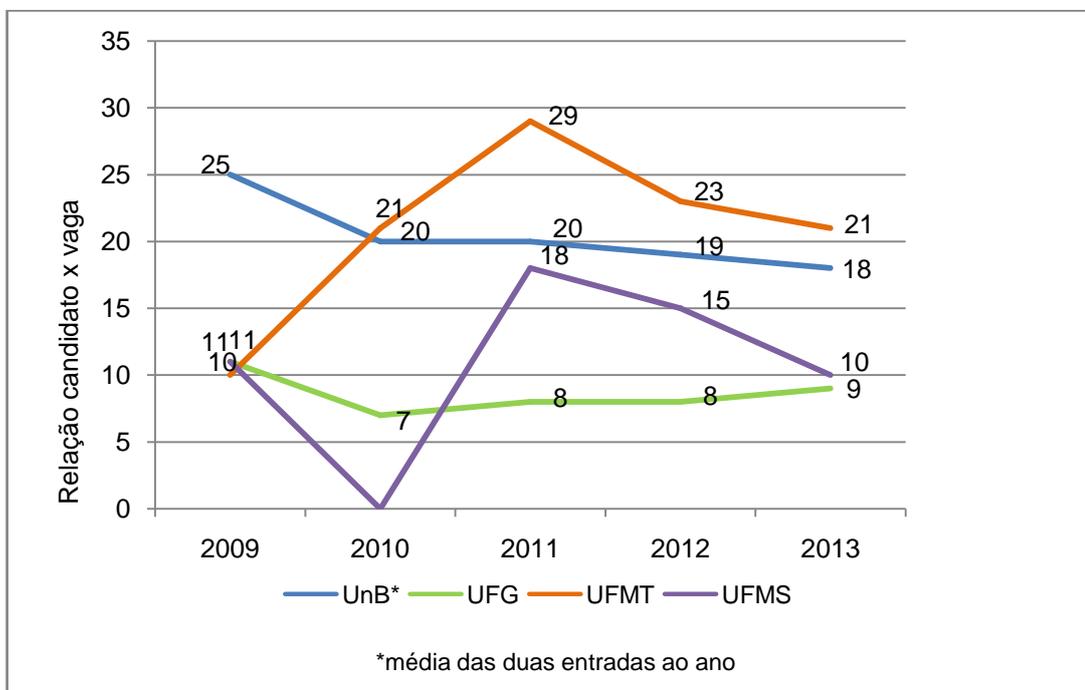
Ainda de acordo com o coordenador, o fim da exigência do diploma influenciou o número de ingressos no curso. “Em 2010, após o fim da obrigatoriedade do diploma, entraram pouquíssimos alunos no curso, até a instituição se assustou naquele ano”. Segundo ele, no ano posterior, 2011, o número de entrada no curso de jornalismo da UCDB voltou a normalizar (entre 30 e 40 alunos). Nota-se que, são 70 vagas e ingressam cerca da metade de alunos do total fornecido pela instituição.

3.5. Comparativo Geral das instituições

A entrada nos cursos de jornalismo da UFG e da UnB depende de vestibular próprio das instituições, diferente da UFMT e UFMS, em que o candidato faz o Enem e o acesso ocorre pelo Sisu.

No período analisado (2009 a 2013), a concorrência para os cursos ficou entre 7,2 e 38 candidatos/vaga. O gráfico abaixo mostra os dados da relação candidato x vaga nas instituições públicas pesquisadas.

Gráfico 8 - Relação Candidato x Vaga nas instituições públicas - 2009 a 2013



Os processos seletivos da UnB e UFMS apontaram, de 2009 para 2013, diminuição na concorrência. UFMT foi a única instituição que houve maior procura no período analisado, no

entanto, a explicação está no Sisu, sistema no qual o candidato de qualquer local do país pode concorrer à vaga.

A UFG teve certa regularidade na relação C/V durante o período analisado, o que denota que o fim da obrigatoriedade do diploma não influenciou, diretamente, na procura pelo curso de Goiás. Conforme o gráfico, a procura pelo curso da UFG teve uma baixa apenas no ano imediatamente posterior à queda do diploma. No entanto, a partir de 2011 essa demanda voltou a aumentar.

Na UnB, a concorrência e, a respectiva procura de vestibulandos pelo curso de jornalismo reduziu desde 2009. A procura pelo curso, que em 2009 chegava a 1.127 inscritos, em 2013 foi de 750 inscritos.

Os dados condizem com um cenário verificado em outras partes do país, como é o caso da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), conforme notícias divulgadas no fim de 2009 pelo portal Vermelho⁸⁷ e portal institucional da UnB⁸⁸. De acordo com as notícias, na USP foram registradas 2.197 inscrições em 2009 e 1.941 inscrições em 2010, uma queda de 12% na procura pelo curso. Na Unesp Bauru houve baixa de 10% neste período, de 1.513 para 1.365. Esta diminuição na procura também ocorreu na Universidade Federal da Bahia (21%) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (14%).

Para entrada em 2010, sete meses após o fim da exigência do diploma para exercício do jornalismo, o Sindicato dos Jornalistas no Ceará (Sindjorce)⁸⁹ divulgou uma matéria, com referência a uma pesquisa do Portal Comunique-se, na qual 14 universidades do país tinham registrado queda na procura pelos cursos de jornalismo de 2009 para 2010. O coordenador do curso de jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (procura passou de 16,58 para 10,35 candidatos/vaga), Carlos d'Andrea, foi entrevistado pelo portal e, segundo ele, o fim da obrigatoriedade do diploma tinha relação com a baixa procura. “Não foi um acontecimento isolado. [...] Mas acredito que o impacto maior deve ser nesse primeiro ano, porque a questão está um pouco confusa, ainda nebulosa”.

A análise das instituições privadas quanto à relação candidato/vaga não se concretizou como o previsto inicialmente, pois os dados dos processos seletivos não foram

⁸⁷ Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=118208&id_secao=6>. Acesso em: 12 nov. 14;

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=46534>>. Acesso: 12 nov. 14;

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/blog/sindjorce-noticias/categoria/sem-categoria/de-17-universidades-federais-14-registram-queda-na-procura-por-cursos-de-jornalismo>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

disponibilizados pelas instituições. O coordenador de curso da UCDB foi a único a ceder algumas informações que pudessem caracterizar o cenário.

As informações das páginas dos vestibulares destas instituições permitiram observar que o processo seletivo é mais simples e menos demorado do que das universidades federais. As provas costumam ser realizadas em um período com duração média de quatro horas. A entrada de alunos é feita por diversas modalidades, como processo seletivo, nota do Enem ou prova agendada.

Algumas divulgam em sua página institucional, como é o caso da UNIC, que a inscrição, a prova, o resultado e a matrícula podem ser feitos no mesmo dia. Vale destacar que, diferente das universidades federais, nas privadas nem sempre há abertura de turma em jornalismo, uma vez que é preciso um número mínimo de alunos. Exemplo disso ocorre no UniCEUB, instituição onde nenhum curso é oferecido com menos de 40 alunos por sala. Na UNIC há uma exigência mínima da instituição de turmas com 60% das vagas.

Na UCDB, a procura pelo curso de jornalismo é menor do que a quantidade de vagas. A saída encontrada pela instituição foi unir os dois primeiros anos de jornalismo ao curso de Publicidade e Propaganda. Com isso, há um tronco comum da comunicação do primeiro ao quarto semestre e, depois, a habilitação específica, conforme escolha de cada aluno no vestibular.

De acordo com o Censo de Educação Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)⁹⁰, de 2009 a 2013, o número de matrículas no país subiu 22%, de cerca de 6 milhões para 7,3 milhões. Os cursos superiores aumentaram 11%. Foram 2,75 milhões de ingressos em 2013 contra 2,08 milhões em 2009. Nesta pesquisa, os resultados dos cursos de jornalismo de algumas instituições analisadas mostram que a demanda está na contramão do que acontece junto à educação superior no país. Como mostra o gráfico 8, a procura pelos cursos de jornalismo na UnB, UFMT e UFMS diminuiu nos últimos anos. O coordenador da UCDB também afirmou que a turma de alunos matriculados é pouco mais que a metade do que é ofertado pelo curso, ou seja, cerca de 40 alunos para uma oferta de 70 vagas.

O presidente do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ), em nota do portal Sindjorce de 2 de dezembro de 2009⁹¹, Edson Spenthof, concordava no sentido de que

⁹⁰ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8>. Acesso em: 10 fev. 2014;

⁹¹ Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/blog/sindjorce-noticias/categoria/sem-categoria/de-17-universidades-federais-14-registram-queda-na-procura-por-cursos-de-jornalismo>>. Acesso em: 15 fev. 2015;

a queda do diploma diminuiu a procura de alunos pelo curso de jornalismo e, ele ainda afirmava ser necessário um tempo maior em relação ao fim da exigência e uma análise mais profunda para entender o cenário.

Para Coelho (2015, p. 8-9) a diminuição na procura e o fechamento de cursos de algumas instituições pelo mundo estão relacionados às dificuldades encontradas no mercado do jornalismo. Na obra *Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação*⁹² o autor identificou que em Portugal “na viragem do século, o mercado entrou em queda”. Para ele, a profissão de jornalista passa por uma desvalorização, com a precariedade da classe e uma onda de desemprego. Coelho (2015) cita pesquisa realizada por Mário Mesquita e Cristina Ponte, que identificou 24 licenciaturas em jornalismo/comunicação durante 1996/1997 em Portugal, que gerava 1.755 vagas. Em 2009/2010 eram ofertadas 1.661 vagas nas 31 licenciaturas com cursos na área. Isso demonstra uma diminuição de 94 vagas em universidades, institutos politécnicos, públicos e privados em Portugal. Uma das explicações é que a diminuição das vagas é fruto do setor privado, que “em 13 anos, baixou 440 vagas”.

Conclui-se, assim, que há diminuição na demanda pelo curso de jornalismo nas instituições analisadas desde o fim da exigência do diploma, ocorrida em junho de 2009. A procura pelo curso caiu, nitidamente, em 2010, e o cenário ainda não voltou a normalizar. UFG foi a única instituição em que foi possível observar um leve aumento na procura em 2013, ou seja, a procura pelo curso de jornalismo voltou a aumentar.

⁹² Livro que deu origem a tese de doutoramento *A Formação Académica para o Jornalismo do Século XXI: Sobre Questões de Prática e Técnica. Jornalismo e mercado – os novos desafios lançados à formação*, defendida na UNL em março de 2014.

CAPÍTULO 4. O ENSINO DE JORNALISMO E O FIM DA EXIGÊNCIA DO DIPLOMA NA OPINIÃO DOS ALUNOS CONCLUINTES E COORDENADORES DE CURSOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Neste capítulo é apresentado o resultado dos questionários aplicados aos alunos concluintes e coordenadores dos cursos analisados sobre a avaliação do ensino de jornalismo após o fim da obrigatoriedade do diploma.

Na primeira parte são analisadas as respostas dos alunos concluintes de 2013, ou seja, aqueles que entraram na graduação em 2010 - um ano após o fim da exigência do diploma para exercício da profissão. Num segundo momento é analisada a opinião dos coordenadores sobre o assunto.

4.1 Avaliação dos alunos concluintes

Nesta parte da análise são avaliadas as opiniões dos alunos concluintes a respeito do problema da pesquisa. As perguntas respondidas tem por objetivo um diagnóstico da ótica dos alunos sobre o ensino de jornalismo e o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão.

As informações dos questionários foram agrupadas em três eixos gerais: *avaliação do curso, jornalismo como profissão e fim da exigência do diploma*, assim denominados conforme os propósitos da pesquisa.

O eixo *Avaliação do curso* considera as respostas dos alunos às perguntas sobre *conhecimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), linha pedagógica, estrutura curricular, relação teoria x prática, infraestrutura, corpo docente, avaliação e expectativa com o curso*.

Em *Jornalismo como profissão* foram avaliadas as seguintes questões: *escolha pelo curso de Jornalismo, estágio na área e preparação para o mercado de trabalho*.

No eixo *Fim da exigência do diploma* são discutidas as respostas dos alunos às questões sobre o diploma em jornalismo: *concordância com a obrigatoriedade, influência do fim da exigência do diploma na escolha pelo curso, na qualidade do curso, no mercado de trabalho e no ensino*.

Os dados são apresentados a seguir e divididos por instituições: públicas (UnB, UFG, UFMS e UFMT) e privadas (UniCEUB, PUC-GO, UCDB e UNIC).

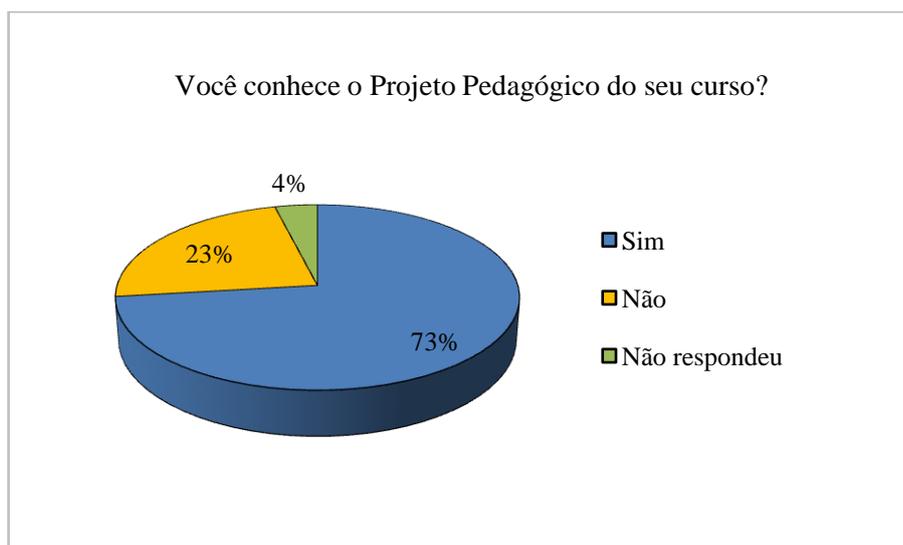
4.1.1 Instituições Públicas

Neste item são avaliadas as respostas dos estudantes concluintes em 2013 das instituições públicas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

a) Avaliação do curso

O gráfico abaixo apresenta o nível de conhecimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento importante na organização das atividades, objetivos e metas de um curso de jornalismo.

Gráfico 9 – Conhecimento do Projeto Político Pedagógico



A maioria dos alunos concluintes das instituições públicas que respondeu ao questionário da pesquisa, 73%, demonstrou conhecer o PPP do curso de jornalismo da universidade onde estudou. Uma porcentagem grande de alunos não conhece o PPP, 23%, ou seja, terminaram seus estudos sem ler o documento que traz os objetivos e perfil do curso. Outros 4% não responderam a pergunta. É imprescindível que o PPP seja conhecido pela comunidade acadêmica, seja alunos ou professores, para que assim haja uma colaboração para

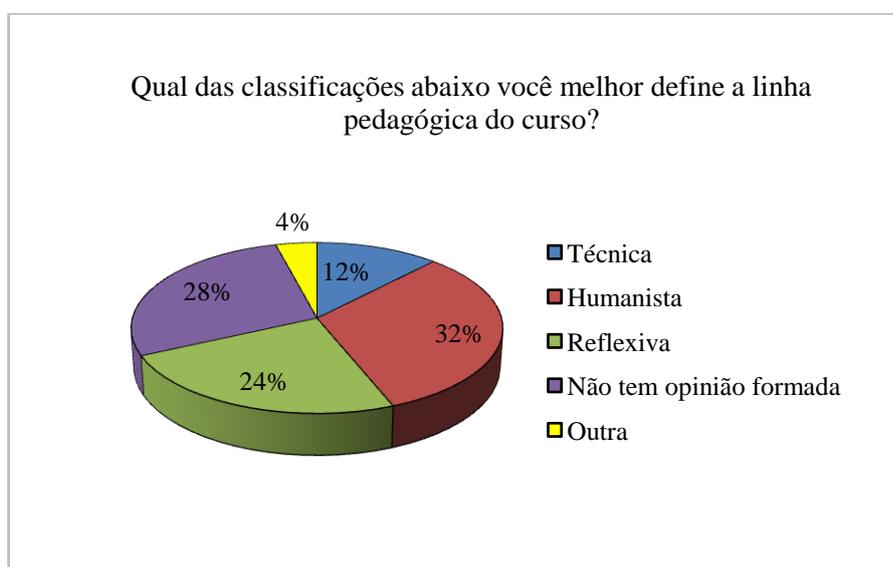
a construção do documento. O maior conhecimento do PPP entre os alunos traria maiores atualizações no documento e objetivos mais bem representados aos cursos.

Para levantar a predominância de uma linha pedagógica nos cursos (Gráfico 10), esta questão foi organizada em três tipos: Técnica, Humanista e Reflexiva. A divisão seguiu as principais ênfases encontradas na evolução dos cursos de Comunicação Social no Brasil, com base no Parecer nº 1.203/77 de 5 de maio de 1977 do Conselho Federal de Educação (CFE). Segundo o Parecer (*apud* ANTONIOLI, 2006, p. 14), o curso teve três fases: clássico-humanista, científico-técnica e crítico-reflexiva.

Clássico-humanista: • do início dos cursos até a segunda metade da década de sessenta; • predominância da orientação europeia clássica; • ensino, quase que exclusivo, do jornalismo gráfico; • aspectos principais: literário, ético-jurídico e histórico; • pouca ênfase para o treinamento técnico, haja vista que os estabelecimentos de ensino não dispunham de equipamentos e laboratórios.

Científico-técnica: • início na primeira metade de década de sessenta, consolidando-se em seu final; • inspiração no modelo norte-americano de ensino da Comunicação Social; • ênfase no tratamento técnico-científico do fenômeno da Comunicação; • introdução na estrutura curricular de matérias de cunho psicológico, sociológico e antropológico da Comunicação Social e um número maior de disciplinas técnicas; • recrutamento de professores no mercado de profissionais de Comunicação Social; • aquisição e implantação de laboratórios e equipamentos; • conotação pragmática dos cursos; • conservação de uma orientação gutenberguiana, com excessivo peso às matérias destinadas ao preparo de profissionais para veículos impressos, embora o currículo implantado, em, 1969, tenha criado habilitações em Relações Públicas, Propaganda e Publicidade e Editoração. **Crítico-reflexiva:** • crescimento moderado do ensino da Comunicação, após um crescimento acelerado; • falta de professores qualificados, desorganização administrativa, baixo nível de ensino e deficiências de equipamentos e laboratórios, consequência da expansão que o período anterior trouxe para o ensino de Comunicação; • desenvolvimento do nível de reflexão teórica pelo corpo docente dos estabelecimentos de ensino; • surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação em nível de mestrado.

Gráfico 10 – Linha pedagógica do curso



Os dados expressam, claramente, não haver a predominância de uma tendência quanto à linha pedagógica do curso, pois os percentuais de respostas atribuídas as três, sugeridas na questão, foram próximos.

Para 32% dos estudantes, a linha pedagógica que mais representa seu curso é a humanista, o que reflete um duplo discurso de entrecruzamento da "fala humanista e fala tecnológico-metodológica" (RIBEIRO, 1994, p. 195). Na opinião de 24% dos alunos, a linha pedagógica do curso é reflexiva, ou seja, que a ação pedagógica predominante reflete atitude e postura de crítica e reflexão. Outros 12% dos alunos consideram a linha pedagógica técnica, isto é, que prioriza o tecnicismo. "Não tenho opinião formada" representou 28% das respostas. Apenas 4% acredita ser outra a linha pedagógica do curso. Um estudante acredita que a linha pedagógica do curso era "teórica" e outro não respondeu.

A estrutura curricular (Tabela 6) é um componente importante do curso de jornalismo que afeta diretamente o percurso e o desempenho do aluno. Para esta pesquisa, este item foi analisado em função da adequação e atualização. A pergunta tinha quatro categorias de resposta: a) adequada; b) atualizada; c) inadequada; e, d) defasada. Para uma melhor avaliação e pelos itens se aproximarem, as respostas foram consideradas na forma mista de dois conceitos: inadequada/defasada ou adequada/atualizada.

Tabela 6 – Avaliação da estrutura curricular

Avaliações	Nº de respostas	%
Inadequada/Defasada	19	73,1
Adequada/Atualizada	7	26,9
TOTAL	26	100,0

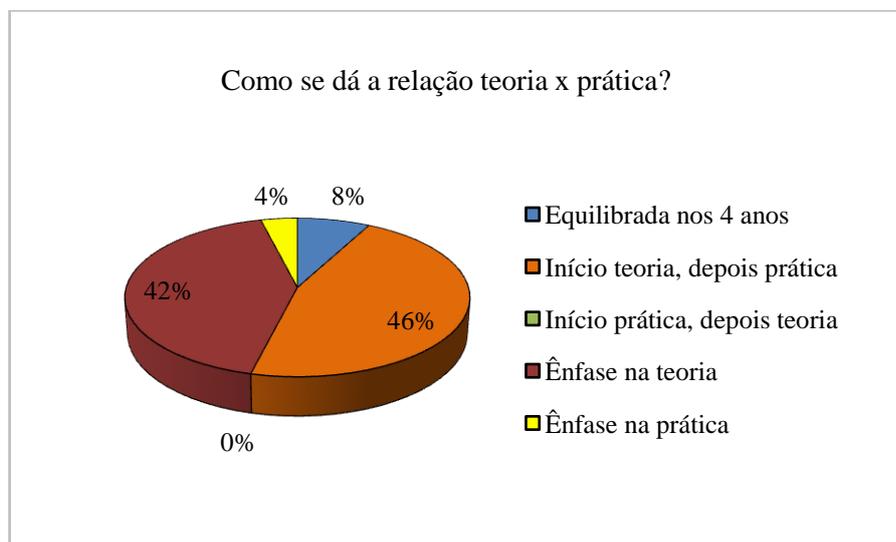
Na opinião dos alunos concluintes, 73%, consideram que a estrutura curricular do curso é inadequada ou defasada. Apenas 23% dos estudantes julgam que o currículo é atualizado e adequado ao ensino/aprendizagem.

Essas respostas negativas são justificadas pela análise anterior, da estrutura curricular, na qual boa parte dos currículos não sofreu qualquer alteração no período analisado, ou seja, que o currículo foi modificado pela última vez em 2009. Na visão dos alunos mudanças devem ser feitas para atender as necessidades atuais da formação. O mercado de trabalho do jornalismo sofre mudança a cada nova tecnologia, sistema ou até um novo *software*. Os cursos

precisam estar com os currículos atualizados, seja no que diz respeito a novas disciplinas ou em planos de ensino e metodologia em sala de aula.

O currículo é um componente do PPP, assim como a relação teoria x prática, tema de larga discussão no ensino superior e de difícil resolução, dado as peculiaridades intra e interdisciplinares. Esta relação (Gráfico 11) foi questionada aos alunos por meio de respostas sugeridas de acordo com a distribuição e sequência entre a teoria e a prática.

Gráfico 11 – Relação teoria x prática

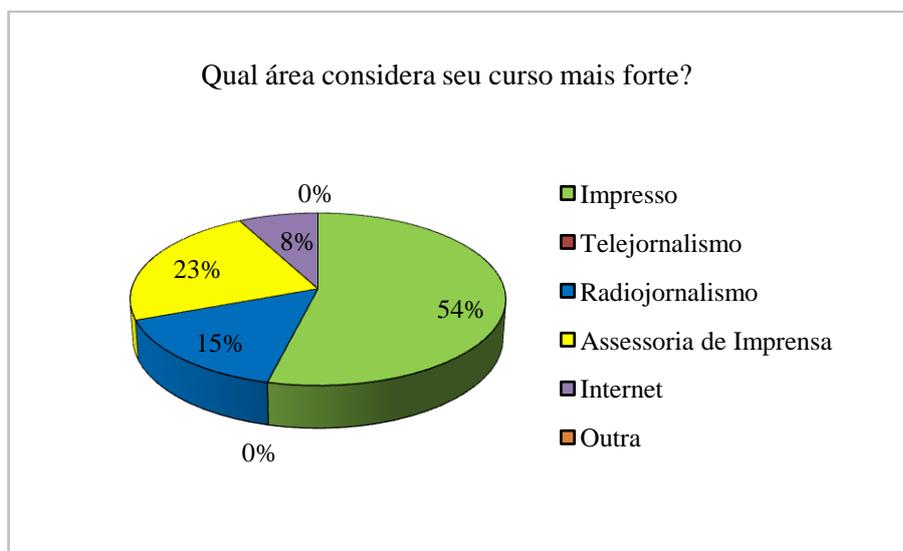


O dilema da articulação entre teoria e prática ainda é verificado em algumas instituições. Quase metade dos alunos, 46%, considera que os primeiros anos de curso são representados pela teoria, para, depois, partir para a experiência prática. Para 42% dos concluintes é dado ênfase na teoria. É importante salientar que apenas 8% avalia o currículo do curso equilibrado nos quatro anos.

As respostas confirmam o cenário que acontece em uma das instituições analisadas. No curso de jornalismo da UFMT, existe um tronco comum no início do curso e, posteriormente, tronco específico. Segundo PPP/UFMT (2009, p. 14), “até o terceiro semestre, os conteúdos ministrados são comuns às três habilitações, observando as concepções gerais que norteiam o Curso de Comunicação Social. A partir do 4º semestre os conteúdos são específicos da habilitação Jornalismo”.

Uma estrutura curricular pode apresentar diferentes e numerosas áreas e/ou disciplinas, sendo uma ou mais predominantes e mais fortes na formação, como visto anteriormente. No próximo gráfico são apontadas as áreas mais fortes indicadas pelos alunos.

Gráfico 12 – Área mais forte



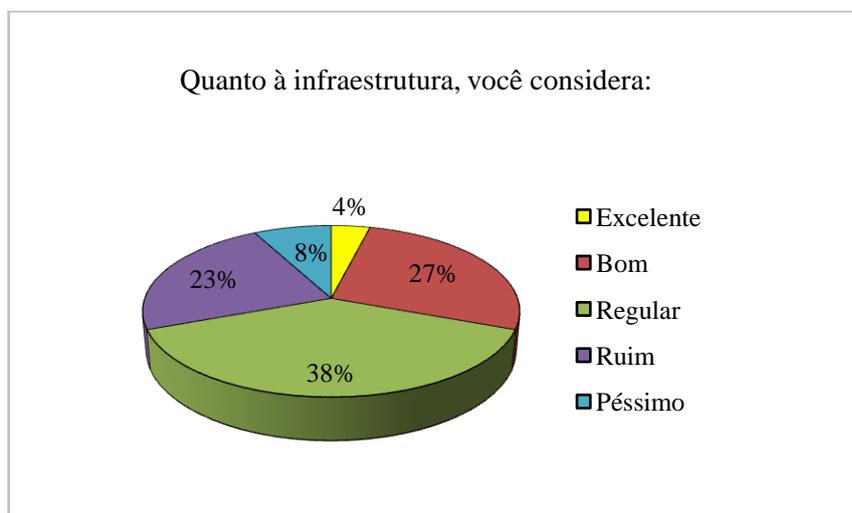
A área mais forte do curso na visão de 54% dos estudantes das instituições públicas investigadas é o Impresso. Este dado revela uma marca antiga da forte presença do jornalismo impresso nos cursos e que as novas DCJ/MEC (2013, p. 2), homologados em setembro de 2013, questionam. O documento aponta a necessidade de que os projetos pedagógicos indiquem como “horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão”.

Nas universidades federais investigadas, nas quais o curso de jornalismo tem mais de duas décadas de existência, os jornais laboratoriais em impresso foram os primeiros a serem criados. No curso de jornalismo da UnB, por exemplo, o *Campus Impresso* foi o primeiro jornal laboratorial do curso, criado em 1970. Na UFMS, o *Projétil* surgiu em 1991. O jornal laboratorial do curso de jornalismo da UFG, *Samambaia*, foi criado em 2000.

De acordo com as respostas, 23% dos alunos consideram a Assessoria de Imprensa a área mais forte do curso. Para 15% dos alunos, é o Radiojornalismo e 8% acredita que a Internet é o meio de comunicação mais forte do curso.

A infraestrutura (Gráfico 13) é outro componente avaliado na pesquisa, por meio de conceitos: excelente, bom, regular, ruim ou péssimo.

Gráfico 13 – Avaliação da infraestrutura

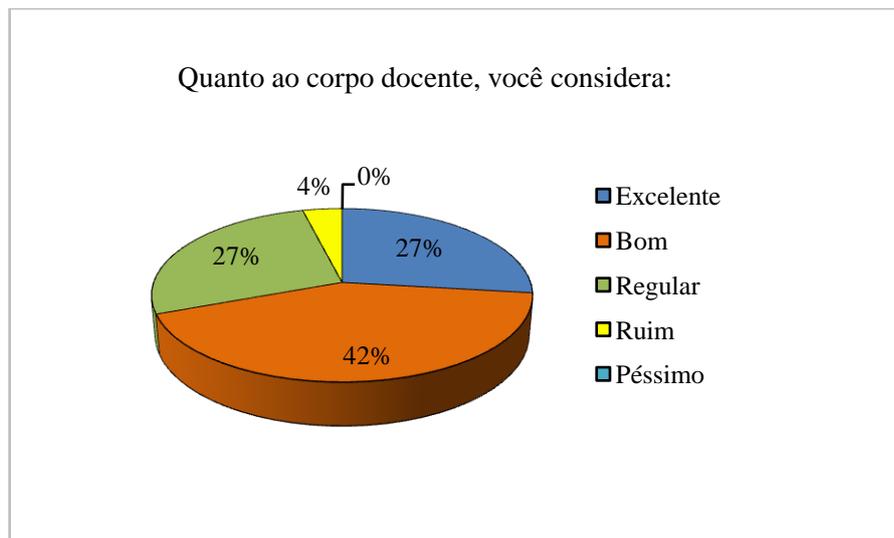


A avaliação dos alunos sobre a infraestrutura física do curso não mostrou resultados muitos positivos. Para a maioria, 38%, o curso da universidade pública que cursou tem infraestrutura “regular”. Ainda segundo as respostas, 27% considera uma “boa” infraestrutura, 23% julga ser “ruim”, 8% “péssima”, ou seja, uma condição precária de ensino. Apenas 4% avalia o espaço físico do curso como “excelente”.

Um curso de jornalismo, para atender às demandas do mercado de trabalho, precisa qualificar os futuros jornalistas nos mais diversos meios e isso, requer boa infraestrutura. Atividades laboratoriais como jornalismo impresso, telejornalismo e, ciberjornalismo, demandam laboratórios e equipamentos de boa qualidade. No entanto, na opinião dos alunos nas universidades públicas que estudaram a infraestrutura deixa a desejar.

O corpo docente é um componente de relação direta com o sucesso de um curso, podendo ser avaliado, de forma rápida e eficiente, por meio de avaliações como no gráfico abaixo:

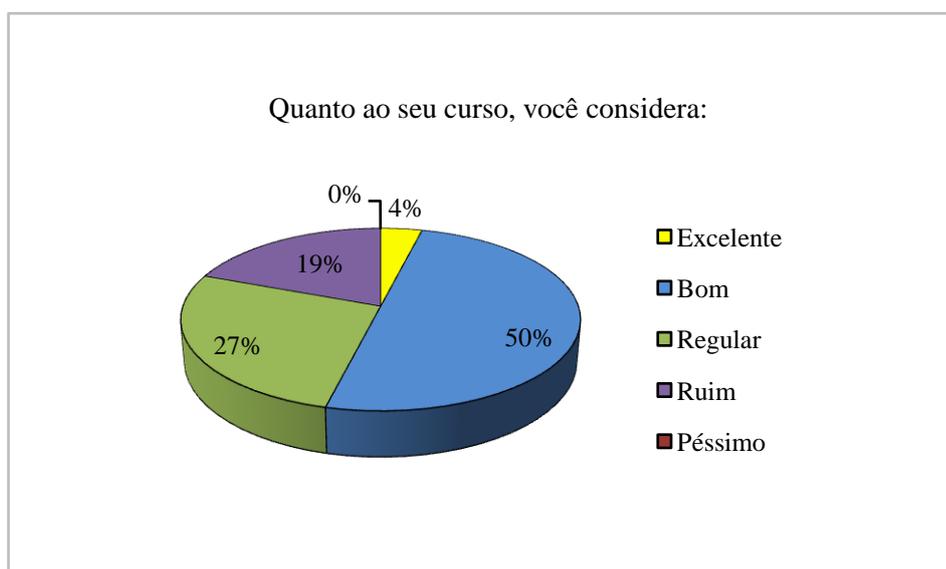
Gráfico 14 - Avaliação do corpo docente



O corpo docente é avaliado, segundo 42% dos alunos, como “bom”. Para 27% dos concluintes, os professores estão acima da média, são excelentes, e outros 27% consideram o quadro de professores regular. Somente 4% das respostas avaliaram o corpo docente das instituições como ruim. Somando as percentagens de conceitos “excelente” e “bom” (69%) podemos afirmar que a maioria dos alunos entrevistados está satisfeito com os professores, nos diferentes cursos das universidades federais investigadas.

A seguir, foi solicitado aos alunos, uma avaliação geral do curso (Gráfico 15), indicada também na forma dos conceitos: excelente, bom, regular, ruim e péssimo.

Gráfico 15 - Avaliação do curso



Os dados expressam uma ligeira satisfação dos alunos com o curso. Se somarmos os percentuais dos conceitos “regular” e “ruim”, que é 46%, isso indica que quase a metade de alunos está, minimamente, satisfeita com o curso.

Ainda no que diz respeito à avaliação do curso, a pesquisa levantou se a expectativa deste foi alcançada pelos alunos (Tabela 7).

Tabela 7 – Atendimento da expectativa com o curso

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Sim (13)	Ofereceu teoria e prática	7	26,9
	Bom ensino	2	7,7
	Conteúdos reflexivos	1	3,8
	Possibilitou experiências práticas	1	3,8
	Não justificou	2	7,7
	Total	13	50,0
Não (13)	Faltou prática	8	30,8
	Faltaram pesquisas	2	7,7
	Mercado exige mais do que o curso ensina	1	3,8
	Insatisfação profissional	1	3,8
	Faltou infraestrutura	1	3,8
	Total	13	50,0
Soma (26)	TOTAL	26	100

Não houve um consenso entre os alunos quanto à expectativa com o curso ser ou não alcançada. Para 50% dos alunos, o curso da instituição alcançou sua expectativa. A explicação mais frequente, para 26,9% é que a expectativa foi alcançada porque o curso "ofereceu teoria e prática". Para 7,7% o curso ofereceu "bom ensino" e, outros 7,7% dos alunos não justificaram a resposta "sim".

A expectativa do curso não foi alcançada por 50% dos estudantes que justificaram, em grande parte (30,8%), na falta de experiência prática. Um dos estudantes afirmou que “pretendia aprender mais e gostar mais que hoje”. Ainda de acordo com 7,7%, faltou incentivo à pesquisa. Entende-se que a pesquisa é componente indispensável ao curso e que merece ser estimulado por meio de projetos, seja em Grupos de Pesquisa ou com a Iniciação Científica. Para Martins (2007, p. 8), este item é importante "para desenvolver a atividade jornalística e proporcionar às empresas, profissionais, instituições, sociedade o que pode ser chamado de qualificação jornalística ou do jornalismo”.

b) Jornalismo como profissão

Em tempos de discussão e regulamentação da profissão de jornalista é importante conhecer as razões para a escolha do jornalismo (Tabela 8). A pergunta teve como categoria de resposta: mercado de trabalho, remuneração, melhorar a sociedade ou outro. Essas respostas foram baseadas na fundamentação teórica (PULITZER, 2009; TRAQUINA, 2005a; COELHO, 2015). Nesta questão os alunos ainda podiam sugerir “outra” justificativa a escolha da graduação.

Tabela 8 – Escolha pelo curso de jornalismo

Justificativas	Nº de respostas	%
Mercado de trabalho	0	0,0
Remuneração	0	0,0
Melhorar a sociedade	1	3,8
Não sabe	9	34,6
OUTRAS		
Identificação/afinidade	11	42,3
Gosta de comunicação	3	11,5
Gosta da rotina	1	3,8
Não justificou	1	3,8
Total	16	61,5
TOTAL	26	100

A maioria dos estudantes, 42%, escolheu jornalismo porque sentem afinidade ou se identificam com o curso. A escolha do curso, para 12%, se deu por gostar da área da comunicação. Alguns alunos justificaram a escolha porque "gosta da rotina" (4%). Um deles acredita que pode melhorar a sociedade. Coelho (2015, p. 7) afirma que muitos estudantes escolhem a área da comunicação porque tem um “fascínio pela profissão de jornalista”.

A imagem romântica que muitos cristalizaram da profissão, amplamente difundida pelo cinema e em séries televisivas; a ideia de que o jornalista é alguém que ergue barreiras contra a progressão de poderes instalados, que protege os fracos e ataca os fortes... Essa ideia permanece viva no imaginário coletivo. Certamente também no espírito de muitos destes alunos quando começaram a ter consciência da profissão que gostariam de ter; e essa consciência assumiu a dimensão de um sonho que os guiou até à faculdade (COELHO, 2015, p. 7).

Outro dado importante desta questão é o número expressivo de alunos que não sabem explicar o porquê escolheram a profissão (35%). No entanto, destaca-se o cunho social na

preocupação com a profissão e as preferências individuais, condições imprescindíveis para o sucesso profissional e a função social do jornalista.

Na categoria *estágio* foram agrupadas as questões ligadas à experiência e importância do estágio para o grupo de estudantes.

Gráfico 16 – Realização de estágio na área

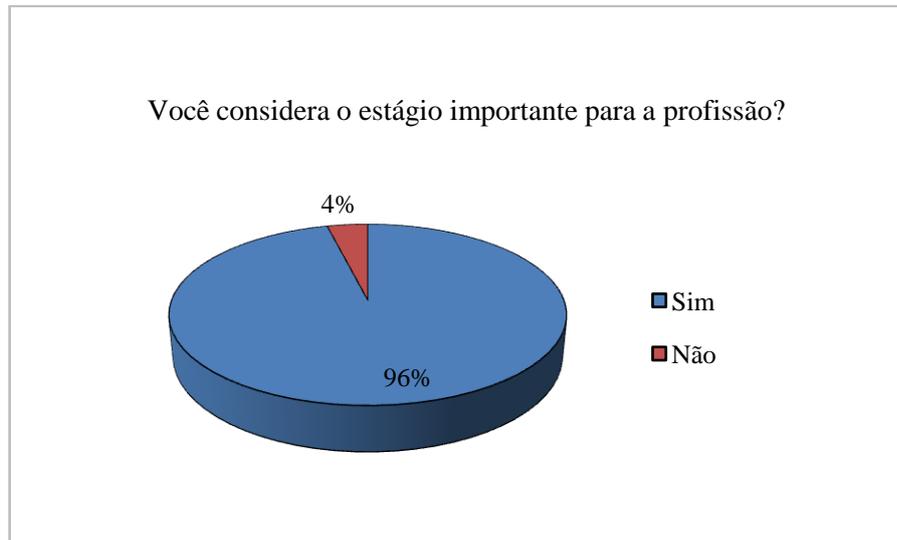


Embora apenas uma das instituições federais analisadas (UFG) tenha disciplina de estágio na estrutura curricular, a maioria dos estudantes (88%) fizeram estágio na área (Gráfico 16). Segundo o PPP da UFG (2009, p. 19), a ementa da disciplina “Estágio Supervisionado em Jornalismo” estabelece “Projeto de estágio em Jornalismo; normas de estágio e legislação brasileira; normas específicas da UFG; FENAJ e agências; relatórios periódicos dos grupos; socialização das experiências”. No entanto, a disciplina compreende apenas 32 horas em reuniões semanais que acontecem somente no início do semestre letivo. O PPP do curso de jornalismo da UFG também estabelece estágios extracurriculares, nos quais os alunos podem buscar estágio em empresas de comunicação.

Nas outras instituições, o estágio não é obrigatório e realizado, conforme análise dos PPPs, por meio de regulamentos específicos dos cursos. UFMS e UFMT citam a supervisão de um professor para a atividade, sem outras informações sobre este componente.

Para a formação do futuro jornalista, é importante conhecer a importância do estágio atribuída pelos alunos apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 17 – Importância do estágio na formação



Quase todos os concluintes, 96%, consideram o estágio importante para quem quer trabalhar com o jornalismo. O estágio é fundamental para a formação do profissional, como afirma Valverde (2006, p. 91), pois é com a experiência prática que o aluno adquire a identidade da profissão.

A realização de um estágio que siga todas essas premissas dá ao aluno a possibilidade de complementar a sua formação profissional, preparando-o para atuar de uma maneira mais segura, tendo plena consciência do seu papel social no desempenho da profissão que escolheu (VALVERDE, 2006, p. 91).

Por outro lado o estágio é uma questão polêmica, não somente no curso de jornalismo. Apesar de se tornar uma atividade obrigatória, conforme as novas DCJ/MEC (2013), merece ponderação e melhor análise, pois como cita Marcondes Filho na edição 188 da Revista Cult⁹³, pode tornar-se menos interessante aos alunos que às empresas, intensificando o processo de mão de obra barata. "O espírito crítico se aprende e se desenvolve nos bancos universitários, não nos computadores as redações de jornal".

⁹³ Um passo atrás na formação do jornalista brasileiro. Edição 188, maio de 2014. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/05/um-passo-atras-na-formacao-do-jornalista-brasileiro/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

A seguir, a opinião dos alunos sobre a preparação dos jornalistas para o mercado de trabalho:

Gráfico 18 – Preparo para o mercado de trabalho



Na visão de 81% dos estudantes, os jornalistas não são bem preparados para o mercado de trabalho e, apenas 19% acredita que eles são preparados. Esta questão pedia uma justificativa para a avaliação de que os jornalistas não são bem preparados para o mercado profissional. As justificativas respondiam a falta de preparo com base nos itens do PPP analisados no capítulo anterior. Foram colocadas seis justificativas para esta questão: o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, a infraestrutura, o corpo docente, o currículo, um perfil do egresso ou concepção do curso diferente da realidade, ou seja, “PPP defasado/inadequado”. Também foi relacionada à falta de relação da academia com o mercado profissional.

Tabela 9 – Justificativa da falta de preparo

Justificativas	Nº de respostas	%
Falta relação com o mercado profissional	15	32,6
Faltam disciplinas adequadas	9	19,6
Infraestrutura inadequada	7	15,2
Projeto Pedagógico defasado/inadequado	6	13,0
Falta corpo docente qualificado	5	10,9
Faltam pesquisas para qualificar o ensino	4	8,7
TOTAL	46	100%

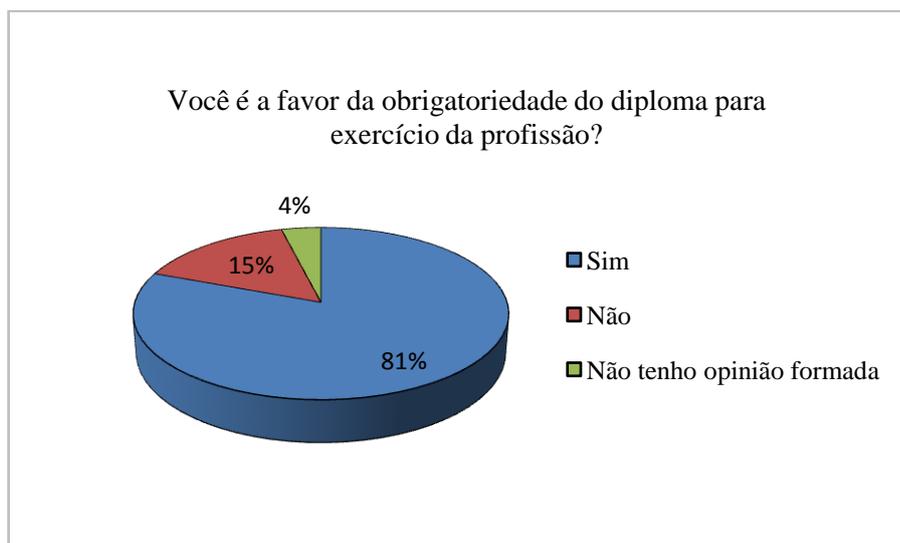
Quando questionados sobre o porquê dos jornalistas não serem bem capacitados para o mercado profissional, os estudantes fizeram múltiplas escolhas, ou seja, assinalaram mais de uma justificativa para essa falta de preparo. A maioria, 32,6% das 46 respostas, acredita que os jornalistas não são bem preparados porque falta relação com o mercado de trabalho. Neste resultado, pode-se relacionar a falta de prática verificada por alguns alunos de cursos investigados, assim como a falta de estágio como disciplina durante a graduação. Coelho Sobrinho (1999, p. 177) ressalta que “não se pode desprezar o mercado. Afinal, a escola deve formar o profissional para a sociedade e para o mercado”.

Para 20% das respostas, faltam disciplinas adequadas à formação. Isso confirma o que alguns alunos afirmaram sobre a estrutura curricular, que está defasada ou inadequada. As condições de funcionamento do curso são apontadas por 15% dos alunos, uma vez que eles acreditam que a instituição não oferece uma infraestrutura adequada para funcionamento do curso. Para 13% dos estudantes, o Projeto Político Pedagógico está defasado/atrasado. Falta de corpo docente qualificado aparece em 11% das respostas. Também são indicadas por 9% dos alunos as dificuldades relativas a faltam de pesquisas para qualificar o ensino. Vale ressaltar aqui que um dos alunos marcou todas as justificativas como falta de preparo para os futuros jornalistas.

c) Fim da exigência do diploma

Os alunos concluintes de 2013, público desta pesquisa, responderam a cinco perguntas sobre o fim da exigência do diploma para o jornalismo: se são ou não a favor, se a decisão do STF implicou na escolha pelo jornalismo, se houve mudanças na qualidade do curso, no mercado de trabalho e no ensino.

Gráfico 19 - Obrigatoriedade do diploma



A maioria dos respondentes, 81%, é a favor da obrigatoriedade do diploma para exercício da atividade, 15% são contra e 4% não tem opinião formada sobre o assunto.

Junto ao item da obrigatoriedade, também foi questionado se a decisão do STF interferiu na escolha do curso. Quase a totalidade dos alunos respondeu que a decisão não influenciou na escolha, por várias razões (Tabela 10) que contemplam a escolha por opção própria, exigências do mercado de trabalho e exercício anterior/paralelo ao curso.

Tabela 10 – Decisão do STF x escolha pelo Jornalismo

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Não (26)	Curso sempre foi opção	13	50,0
	Mercado de trabalho contrata somente diplomados	10	38,5
	Já exercia a profissão	1	3,8
	Não justificou	2	7,7
Soma (26)	TOTAL	26	100

Metade dos estudantes das instituições federais analisadas afirma que tinha decidido cursar jornalismo antes da decisão do STF e, que não seria por causa disso que mudaria a escolha (“sempre quis”). Este dado vai ao encontro de Buongermino (2001) que afirma que os alunos buscariam os cursos “exclusivamente pela vontade de aprender, pela qualidade do ensino [...], não pela reserva de mercado profissional que supostamente geram”.

A maior possibilidade de conseguir emprego diplomado é apontada como sendo um fator de importância para 38,5% dos discentes. Assim, o diploma é um requisito importante para ingressar no mercado de trabalho. Essa justificativa vai ao encontro do que afirma Guimarães (2004, p. 187-8), que “o recrutamento hoje é feito essencialmente entre os graduados em jornalismo, embora haja forte resistência, inclusive judicial, de empresas jornalísticas”.

O questionário formulado também teve intuito de analisar a qualidade do curso a partir do fim da obrigatoriedade do diploma, isto é, levantar eventuais mudanças identificadas pelos alunos. O gráfico e tabela a seguir mostram a opinião dos concluintes sobre o fim da obrigatoriedade do diploma ter influenciado a qualidade do curso e justificativas:

Gráfico 20 – Decisão do STF x qualidade do curso

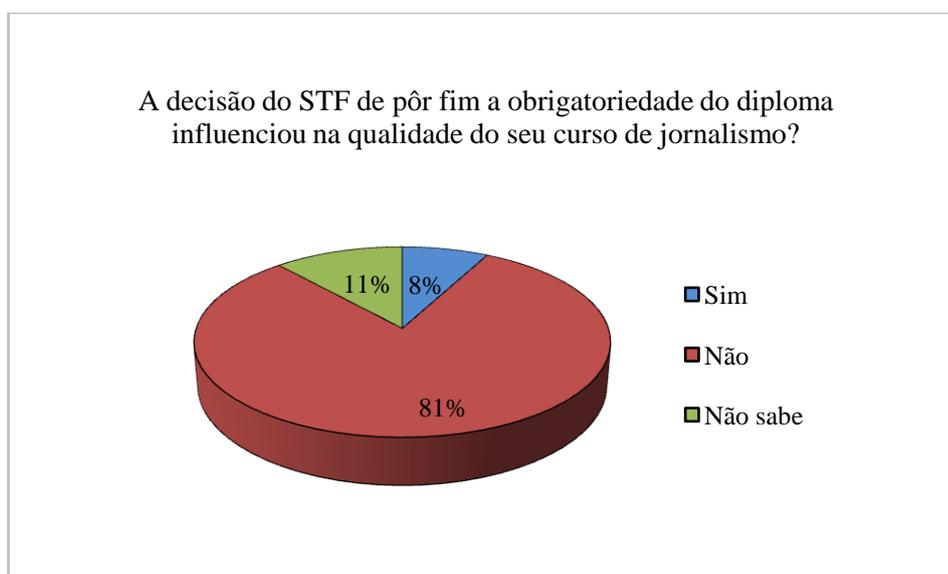
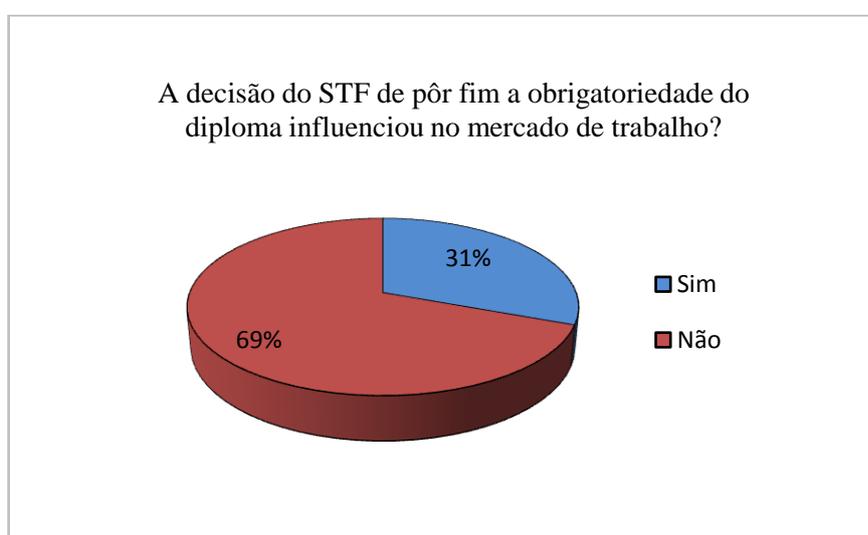


Tabela 11 – Influência da queda do diploma na qualidade do curso

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Sim (2)	Professores passaram a buscar melhor qualidade	2	7,7
	Total	2	7,7
Não (24)	Não houve mudanças	11	42,3
	Professores continuam a buscar melhor qualidade	3	11,5
	Mas, fomentou discussões	1	3,8
	Mas, infraestrutura precisa melhorar	1	3,8
	Não justificou	8	30,8
	Total	24	92,3
Soma (26)	TOTAL	26	100

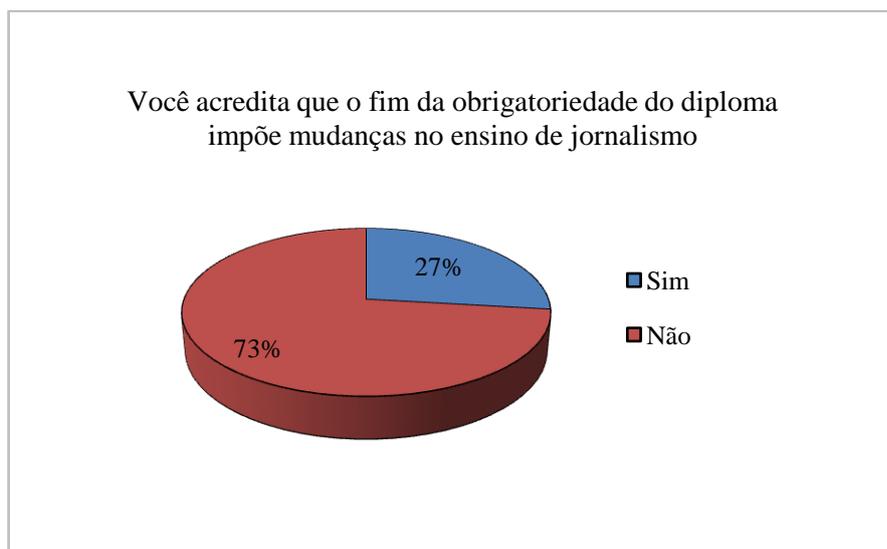
No que diz respeito ao fim da exigência do diploma ter influenciado a qualidade do curso, a maior parte dos estudantes das instituições públicas investigadas, 92,3%, entendem que não interferiu na qualidade do curso. Apenas 7,7% (dois estudantes) consideram que teve modificações na qualidade de seu curso. Para eles, após a queda do diploma os professores passaram a cobrar mais e buscar uma melhor qualidade para a formação dos discentes. Destaca-se aqui que um percentual grande de alunos, 30,8%, não justificou a questão, sendo também compreensível pela complexidade do tema onde está em jogo a formação acadêmica e o mercado de trabalho (LOPES, 2013; COELHO, 2015).

Gráfico 21 - Influência da queda do diploma no mercado de trabalho



De acordo com 69% das respostas, o fim da exigência do diploma não influenciou o mercado de trabalho, no entanto, 31% acredita que houve mudanças. Verifica-se, na visão dos estudantes em respostas anteriores que, cada vez mais, as empresas contratam apenas diplomados, o que pode ser verificado como uma mudança imposta pelo fim da exigência do diploma no mercado de trabalho.

Gráfico 22 - Mudanças no ensino de jornalismo após a queda do diploma



O fim da exigência do diploma para exercício da profissão não impõe mudanças no ensino de jornalismo para 73% dos estudantes das instituições públicas analisadas. Para 27%, a formação dos futuros jornalistas precisa ser modificada com a queda do diploma. A qualidade e adequação do ensino de jornalismo não estão atreladas apenas a exigência do diploma, pois é uma questão mais delicada que envolve fatores institucionais e as exigências do mercado de trabalho.

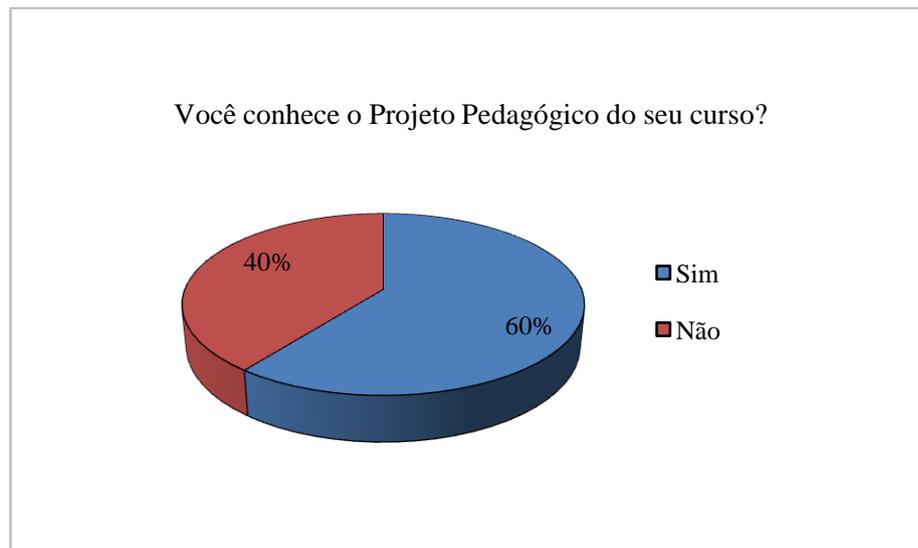
4.1.2. Instituições Privadas

As respostas dos alunos das instituições privadas foram reunidas neste item. Foram analisados os questionários aplicados no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Universidade de Cuiabá (UNIC) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).

a) Avaliação do curso

Os estudantes avaliaram neste eixo itens como linha pedagógica do curso, estrutura curricular, corpo docente, infraestrutura, entre outros.

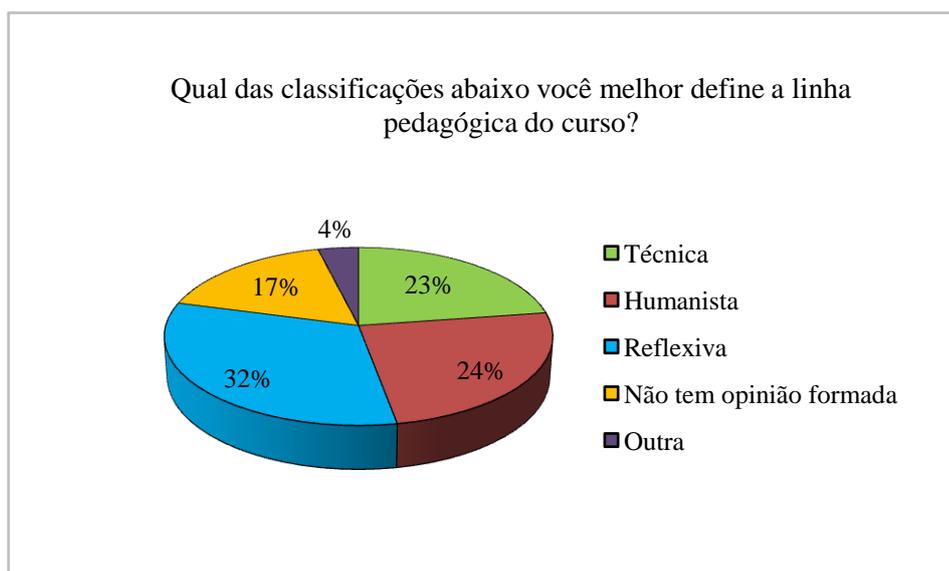
Gráfico 23 - Conhecimento do Projeto Político Pedagógico



A maioria dos estudantes, 60%, demonstrou conhecer o *PPP* do curso (Gráfico 23), documento que orienta à prática pedagógica, estrutura curricular, ementas, bibliografia, perfil do egresso, estratégias de ensino, recursos e serviços.

A linha pedagógica (Gráfico 24), item que delimita as características e princípios do curso, além das diferentes áreas do conhecimento que compõem o currículo, também foi avaliada e as respostas foram as seguintes:

Gráfico 24 - Linha Pedagógica do curso



Nesta categoria, 32% da amostra acredita que a linha pedagógica do curso é reflexiva. Para 24% dos alunos, a linha é humanista, 23% entende como técnica e 17% não tem opinião formada. Outros 4% acreditam que seu curso possui uma linha pedagógica “ultrapassada” e “teórica”.

Segundo PPP/UniCEUB (2011, p. 11), o ensino é voltado para prática reflexiva do aluno. “O processo de ensino-aprendizagem refletirá a atualidade de uma sociedade pós-moderna, com paradigmas globais e linguagens igualmente mundializadas”. O PPP da PUC-GO (2009, p. 14-15) também prioriza uma formação reflexiva e humanista, mas sem esquecer o instrumental tecnológico, “uma base de conhecimentos que alimente a reflexão sobre os usos sociais desse instrumental, das condições de possibilidade do exercício da cidadania nesse tempo global e de suas relações com os processos e meios de comunicação”.

Nas instituições privadas as avaliações sobre a estrutura curricular dos cursos (Tabela 12) são melhores que nas instituições públicas.

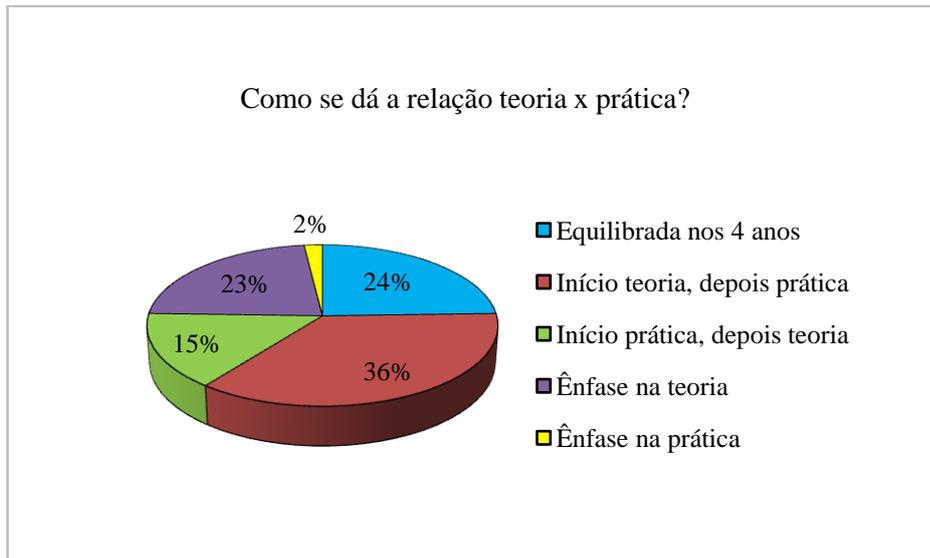
Tabela 12 - Avaliação da estrutura curricular

Avaliações	Nº de respostas	%
Adequada/Atualizada	35	66,0
Inadequada/Defasada	18	34,0
TOTAL	53	100

De acordo com a maioria dos estudantes (66%) das instituições privadas analisadas, a estrutura curricular é “adequada/atualizada”. Para 34% o currículo está inadequado/defasado. Um dos estudantes afirmou “falta atualização e flexibilidade”.

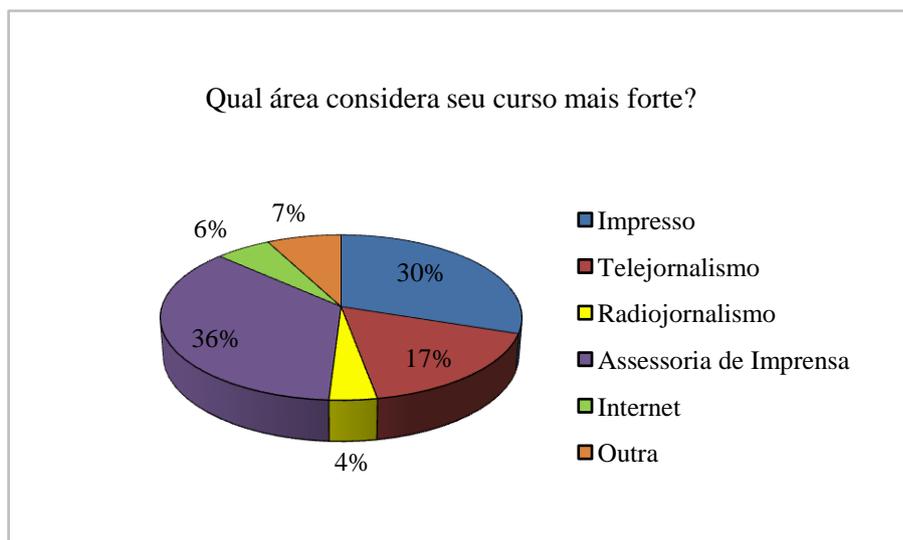
A relação teoria x prática (Gráfico 25) é um dado importante interligado à operacionalização da estrutura curricular do curso.

Gráfico 25 - Relação teoria x prática



Na relação *teoria x prática* (Gráfico 25), 36% dos alunos acreditam que o curso de jornalismo inicia com a teoria para, posteriormente, inserir a prática. Este tipo de situação também tinha sido verificada nas instituições públicas. A ênfase na teoria é observada em 23% das respostas, supervalorização que acontece desde a criação dos cursos de jornalismo no país como afirma Marques de Melo (1985). Para 15% dos estudantes, os primeiros anos de curso são de conteúdo prático e, depois, são apresentadas as disciplinas teóricas. Por fim, 2% avaliaram que o curso tem ênfase na prática. Dentre todos os estudantes questionados, apenas 24% avaliam que a estrutura curricular é equilibrada nos quatro anos de curso.

Gráfico 26 - Área mais forte do curso



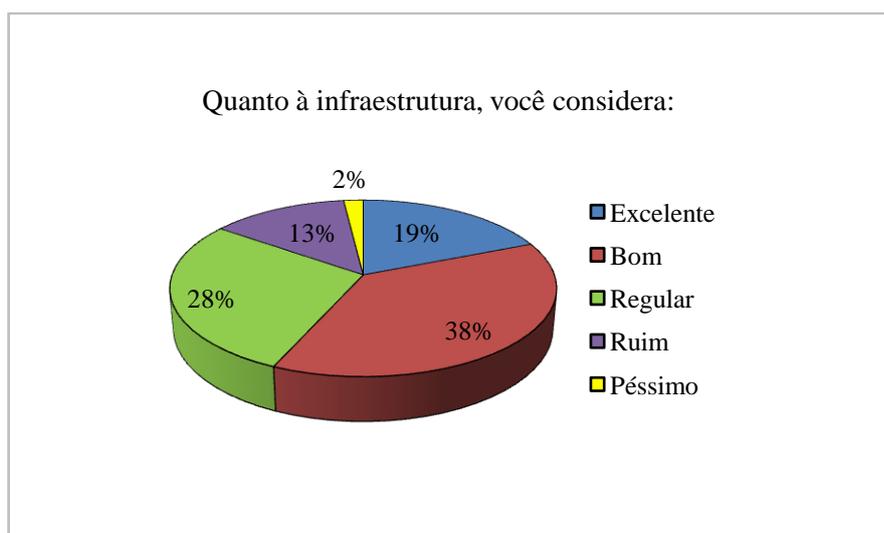
Para 36% dos alunos a área mais forte dos cursos analisados é a Assessoria de Imprensa. O jornalismo impresso é a área mais forte para 30% dos estudantes e, para 17% a área de maior concentração do curso é o Telejornalismo. Menos de 10% das respostas foram verificadas para as seguintes áreas: Internet (6%), Radiojornalismo (4%) e outros (7%). Os concluintes que escolheram outras respostas citaram “Teoria” e “Iniciação Científica” como áreas de grande representatividade no seu curso.

Para os alunos do UniCEUB, o jornalismo impresso é a área mais forte, pois, de acordo com o PPP, os discentes dispõem do jornal-laboratorial “Esquina” e da Revista do UniCEUB, além de outros veículos comunicacionais institucionais, como, TV UniCEUB, Rádio UniCEUB e Agência de Comunicação.

Conforme a resposta dos alunos da PUC-GO, a Assessoria de Imprensa é a área mais forte do curso. Segundo PPP, esta área é incentivada na disciplina de Estágio obrigatório, na qual o aluno tem possibilidade de trabalhar na Agência Experimental de Notícias (Católica Digital) e na Assessoria de Comunicação da PUC-GOÍÁS (Ascom). Os PPPs da UNIC e da UCDB não foram disponibilizados, contudo, as respostas verificadas na UNIC dizem respeito ao radiojornalismo como área mais forte e na UCDB a área mais forte é o telejornalismo.

A infraestrutura (Gráfico 27) não teve uma avaliação geral positiva, fato destacada também nas instituições públicas.

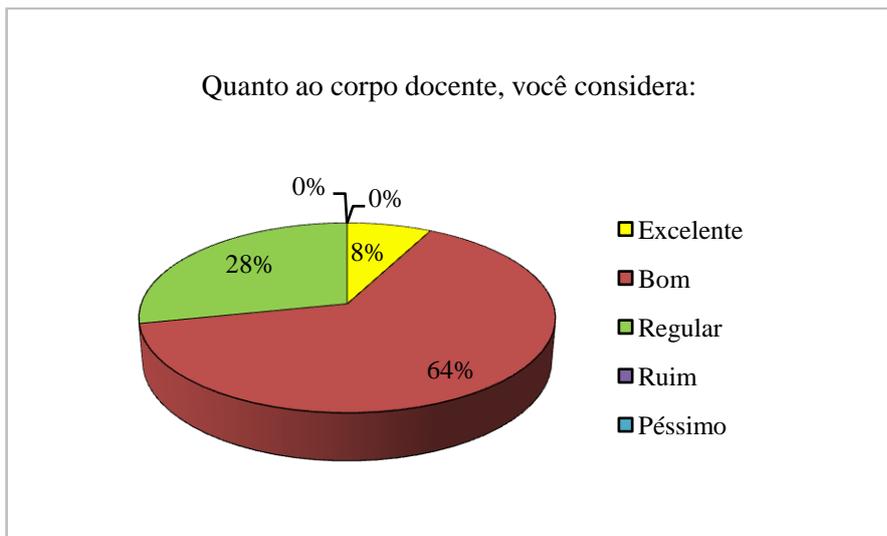
Gráfico 27 - Avaliação da infraestrutura



A infraestrutura foi avaliada como boa por 38% dos concluintes; 28% consideram regular; 19% excelente; 13% ruim e 2% péssima. Os números mostram certa semelhança nos percentuais atribuídos aos conceitos “bom” e “regular” para as públicas e as privadas.

A avaliação do corpo docente foi mais positiva, como mostra gráfico abaixo:

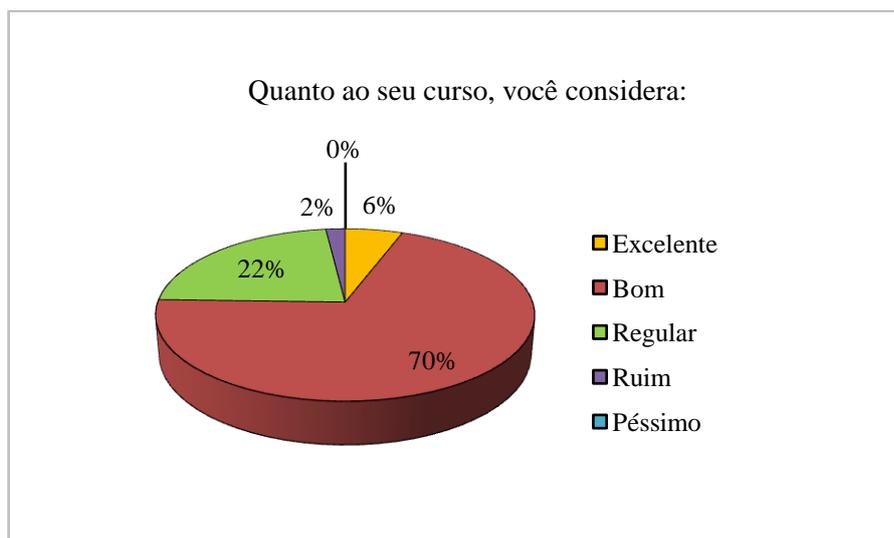
Gráfico 28 - Avaliação do corpo docente



Sobre o *corpo docente* (Gráfico 28) apenas 8% dos alunos avaliaram este como excelente. Mais da metade dos discentes (64%) avalia como bom o quadro de professores de suas instituições e 28% consideram regular, o que demonstra que existe certa satisfação dos discentes neste quesito. O conceito “bom” nas privadas foi mais frequente do que nas públicas, entretanto o conceito “excelente” representou apenas um terço (8%) na comparação.

Na avaliação mais geral do curso (Gráfico 29) predominou uma ampla satisfação onde 70% afirmaram que o curso é bom e, para outros 22%, apenas regular.

Gráfico 29 - Avaliação do curso



Os dados da avaliação do curso condizem, de certo modo, com as expectativas e justificativas destas, citadas pelos respondentes.

Tabela 13 – Atendimento das expectativas com o curso

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Sim (39)	Ofereceu conhecimento teórico e prático	11	20,8
	Bom ensino, corpo docente e infraestrutura	8	15,1
	Possibilitou ferramentas necessárias ao aprendizado	8	15,1
	Curso importante para o sucesso profissional	3	5,7
	Estrutura curricular atual	1	1,9
	Bom aprendizado no estágio	1	1,9
	Mas, precisa focar mais no jornalismo	1	1,9
	Jornalismo esportivo suficiente	1	1,9
	Não justificou	5	9,4
	TOTAL	39	74,0
Não (14)	Insatisfação profissional	7	13,2
	Mercado exige mais do que o curso ensina	3	5,7
	Faltou prática	2	3,8
	Faltou assessoria de imprensa	1	1,9
	Não gostou	1	1,9
	TOTAL	14	26,0
Soma (53)	TOTAL	53	100

A maior parte dos alunos concluintes, 74%, responderam que suas expectativas foram alcançadas com o curso. Para 21% dos estudantes, o curso ofereceu conhecimento teórico e prático. De acordo com Meditsch (1992, p. 81), o ensino de Jornalismo “só pode atingir a competência através de uma pedagogia que coloque em prática teoria do conhecimento com suficiente amplitude para abarcar as contradições vividas”.

Os estudantes que tiveram suas expectativas alcançadas com o curso ainda justificaram: 15% um bom ensino, corpo docente e infraestrutura, 15% entenderam que o curso possibilitou ferramentas necessárias ao aprendizado e 6% avaliaram que o curso que fizeram é importante para o sucesso profissional.

Ainda segundo as respostas, 26% dos alunos não tiveram suas expectativas com o curso alcançadas. Entre as respostas, grande parte, 13%, está insatisfeito com a profissão. Marcondes Filho (2002) afirma que muitas profissionais perderam o fascínio com a carreira por causa da precarização da profissão. Ele afirma que “o trabalho aumentou, o contingente foi reduzido e as responsabilidades se tornaram mais individuais” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 58).

Para 6% dos alunos, o mercado de trabalho exige mais do que o curso ensinou e ainda 4% sentiu falta de prática durante o curso, ou seja, que houve um foco maior na teoria. Os dados revelam ainda que ainda permanece o dilema teoria x prática, como aconteceu com a Faculdade Cásper Libero em 1956, quando esta recebeu um documento dos estudantes de Jornalismo que reclamavam do excesso de teoria nos primeiros anos de graduação (MARQUES DE MELO, 1974).

A relação teoria x prática é uma polêmica antiga na academia. A Portaria nº 203/2009, de 12 de fevereiro de 2009⁹⁴, que originou as novas diretrizes, documento elaborado por uma Comissão de Especialistas nomeada pelo MEC, cita que “os alunos “têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do ‘espírito crítico’, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acríica e envergonhada”.

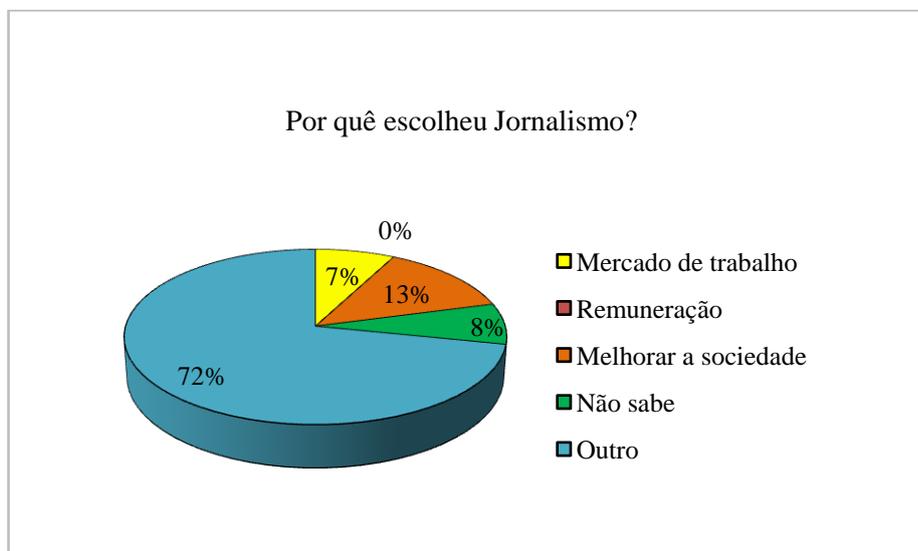
b) Jornalismo como profissão

Neste item foram avaliadas as seguintes questões: *escolha pelo curso de Jornalismo, estágio na área e preparação para o mercado de trabalho.*

⁹⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2013.

Na escolha pelo curso (Gráfico 30), apenas 28% dos alunos justificou sua resposta nas sugestões oferecidas na questão, por isso predominou razões não listadas entre as sugestões.

Gráfico 30 - Escolha pelo curso de Jornalismo



Entre as alternativas de respostas, 13% optaram pelo curso para melhorar a sociedade, 7% pelo mercado de trabalho e outros 8% não souberam responder. O restante de 72% dos alunos listaram outras seis razões para a escolha do curso (Tabela 14).

Tabela 14 - Escolha pelo curso de Jornalismo

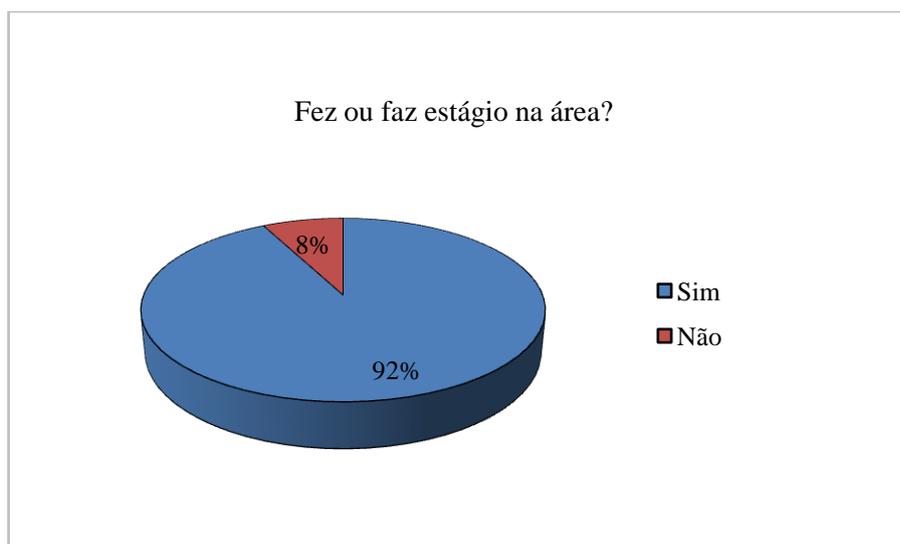
Justificativas	Nº de respostas	%
Gosta de comunicação	12	22,6
Interesse/trabalha na área	9	17,0
Identificação/afinidade	9	17,0
Jornalismo esportivo	6	11,3
Função social	1	1,9
Influência da família	1	1,9
Total	38	71,7
TOTAL	53	100

Dentre as justificativas, 23% dos alunos escolheram cursar jornalismo porque gostam de comunicação. As outras duas respostas que mais apareceram foi interesse ou por já trabalhar na área (17%) e identificação ou afinidade (17%). Verifica-se que os alunos gostam do jornalismo ou acreditam ter uma relação de afinidade com a área, o que proporciona

melhor aprendizado e vontade de seguir a carreira. Para Pulitzer (2009, p. 12), antes de tudo o jornalista precisa gostar do que faz e, para isso, a vocação é a chave do sucesso. “Nenhuma faculdade vai formar um bom advogado sem um cérebro voltado para o Direito, nem transformar um médico competente em um jovem que nasceu para ser balconista”.

A realização de estágio na área é uma prática bastante frequente entre os alunos de jornalismo dos cursos investigados (Gráfico 31).

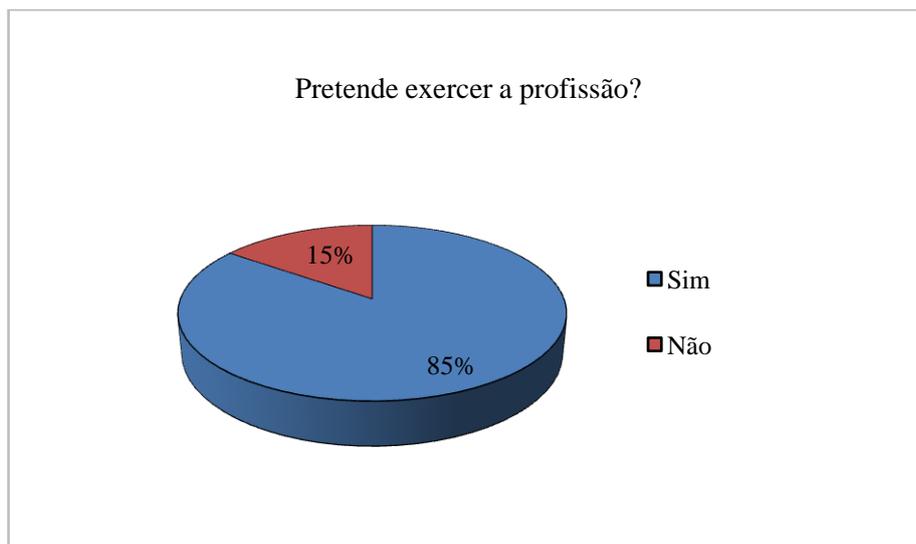
Gráfico 31 - Realização do estágio na área



De acordo com os questionários respondidos, 92% dos discentes fazem ou fizeram *estágio* na área, e quase todos (98%) acreditam que essa experiência com a prática é importante para a atividade jornalística. Conforme análise das estruturas curriculares, apenas uma universidade (PUC-GO) das quatro instituições privadas analisadas oferecem o Estágio Supervisionado como componente do currículo. No entanto, as outras três instituições estão de acordo com o estágio extracurricular. Como exemplo disso, o PPP/UniCEUB (2011, p. 6) cita que há um “estímulo e um esforço institucional permanente para que os alunos do curso de Jornalismo busquem e participem, de forma voluntária, de estágios junto aos veículos locais”.

Questionados se vão exercer a profissão (Gráfico 32), a ampla maioria respondeu que sim (83%).

Gráfico 32 – Intenção em exercer a profissão



Apesar de muitos alunos terem feito estágio na área e vivenciado a prática do jornalismo, não são todos os concluintes que estão interessados em exercer a profissão. Assim, 15% deles não tem interesse em seguir carreira no jornalismo. Para Marcondes Filho (2002, p. 54-55), a explicação para muitos não quererem seguir a carreira está no ingresso. Os que buscam a profissão são “um certo tipo de jovens que vivem a contradição de ter um ideal e não poder realizá-lo, de aspirarem a uma profissão mais reconhecida e não tolerarem segui-la”.

Outras perguntas do questionário dizem respeito ao preparo dos jornalistas para o mercado de trabalho (Gráfico 32). Marques de Melo (1974) e Meditsch (2007) comentam que há uma formação deficiente nas faculdades de jornalismo. As respostas dos estudantes concluintes mostram, de fato, essa grande insatisfação com a formação acadêmica. A maioria, 64%, avalia que falta preparo na formação deste futuro profissional.

A pergunta permitia seis respostas como justificativa para a má preparação profissional, envolvendo diversos aspectos, que vão desde o PPP até a falta de relação curso x mercado (Tabela 15).

Tabela 15 – Justificativas da falta de preparo na formação dos jornalistas

Justificativas	Nº de respostas	%
Falta relação com o mercado profissional	17	38,6
Faltam pesquisas para qualificar o ensino	13	29,5
Infraestrutura inadequada	5	11,4
Falta corpo docente qualificado	3	6,8
Faltam disciplinas adequadas	3	6,8
Projeto Pedagógico defasado/inadequado	3	6,8
Total	44	100%

Observou-se que, grande parte dos estudantes, 39%, justificou a falta de preparo dos novos jornalistas como decorrente da ausência de contato da academia com o mercado de trabalho. Na sequência, 30% dos concluintes, acreditam que faltam pesquisas para qualificar o ensino. Conforme Martins (2007, p. 8), o ensino de jornalismo “deve voltar-se para a pesquisa, para desenvolver a atividade jornalística e proporcionar às empresas, profissionais, instituições, sociedade o que pode ser chamado de qualificação jornalística ou do jornalismo”.

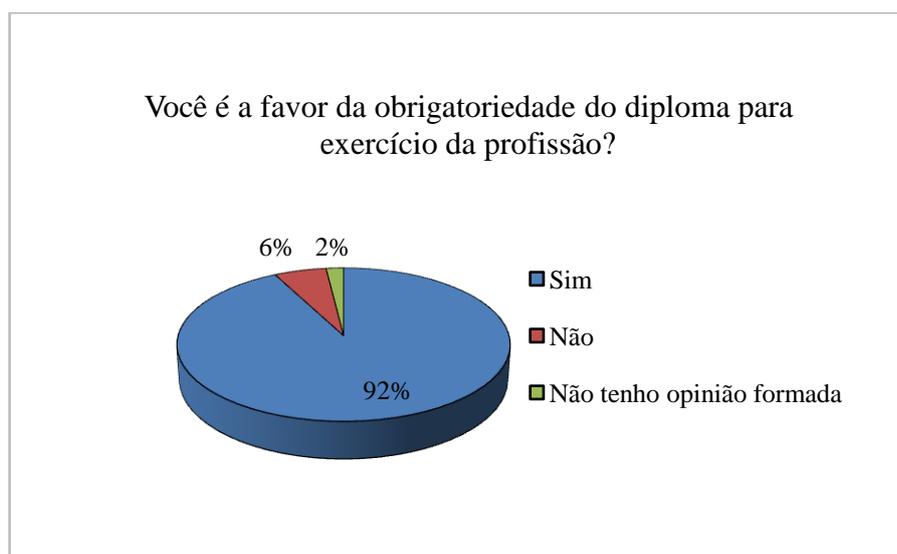
A tabela mostra ainda que a infraestrutura é inadequada para 11%. Para 7% falta um corpo docente qualificado, 7% considera que as disciplinas não são adequadas e outros 7% acha que os estudantes não são bem capacitados porque o PPP dos cursos é defasado. As mudanças na atividade profissional, com inclusão das novas tecnologias, demanda que os cursos de jornalismo estejam em constante atualização. No entanto, nem sempre as disciplinas ou PPPs estão aptos a formar um profissional qualificado e atualizado para o mercado de trabalho. Para Meditsch (2007, p. 52), “a perspectiva de mutação desafia a pesquisar e ensinar coisas novas, e as escolas não têm claro ainda o que nem como ensinar”.

Por outro lado, 36% dos estudantes acreditam que os jornalistas são bem preparados para o mercado de trabalho.

c) Fim da exigência do diploma

Nesta categoria, grande parte dos estudantes (92%), são a favor da exigência do diploma para exercício da profissão (Gráfico 33), 6% são contra e 2% não tem opinião formada.

Gráfico 33 - Concordância com a obrigatoriedade do diploma



A exigência do diploma, defendida por muitos entrevistados, não interferiu na escolha do curso (Tabela 16).

Tabela 16 – Influência da queda do diploma na escolha pelo jornalismo

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Sim (3)	Mercado de trabalho contrata somente diplomado	2	3,8
	Pensou em desistir	1	1,9
	Total	3	5,7
Não (50)	Curso sempre foi opção	17	32,1
	Já estava no curso quando soube/já tinha iniciado	11	20,8
	Mercado de trabalho contrata somente diplomado	9	17,0
	Procurava qualificação e formação técnica e científica	8	15,1
	Mas favorece no mercado de trabalho	3	5,7
	Não justificou	2	3,8
	Total	50	94,3
Soma (53)	TOTAL	53	100

De acordo com 4% dos alunos questionados o fim da obrigatoriedade influenciou a escolha pelo curso de jornalismo, porque, para eles, o mercado de trabalho contrata apenas diplomados. Essas justificativas vão ao encontro do que afirmam Lage e Reis (2010, p. 71), que apesar de serem contra a exigência do diploma, entendem que quem terá “melhores funções e empregos, provavelmente, serão os que têm curso superior na área de

comunicação”. Destaca-se ainda 2% dos questionários, no qual um aluno cita que “pensou em desistir” da graduação enquanto cursava por causa do fim da exigência do diploma.

Sobre as respostas negativas, a maioria dos concluintes, 32%, diz que o curso sempre foi opção, “desde criança”. Entre os questionários respondidos, 21% afirma que já tinha iniciado o curso quando ocorreu a decisão do STF ou, que quando soube da decisão já estava cursando jornalismo. Entre as outras respostas, 17% dos alunos acreditam que o mercado de trabalho continua a contratar profissionais com diploma, o que não mudaria a escolha da profissão, e 15% procurava qualificação e formação técnica e científica mesmo sem a exigência do diploma.

A influência do fim da obrigatoriedade do diploma na qualidade do curso (Tabela 17), segundo os alunos, envolve outros aspectos como: a diminuição na quantidade de alunos, o menor investimento da IES, entre outros citados a seguir:

Tabela 17 – Influência da queda do diploma na qualidade do curso

Alunos	Justificativas	Nº de respostas	%
Sim (16)	Diminuiu a quantidade de alunos	7	13,2
	Menor investimento da IES no curso	2	3,8
	Desvalorização da profissão	2	3,8
	Continua ruim	2	3,8
	Atualizações no curso	2	3,8
	Professores desmotivados	1	1,9
	Total	16	30,2
Não (37)	Não teve mudanças	19	35,8
	Alunos continuam interessados	4	7,5
	Professores continuam a buscar melhor qualidade	2	3,8
	Mercado de trabalho contrata somente diplomado	2	3,8
	Atualizaram a grade	2	3,8
	Continua péssima, principalmente, a infraestrutura	2	3,8
	Mas, diminuiu a quantidade de alunos	1	1,9
	Não justificou	5	9,4
Total	37	69,8	
Total (53)	TOTAL	53	100

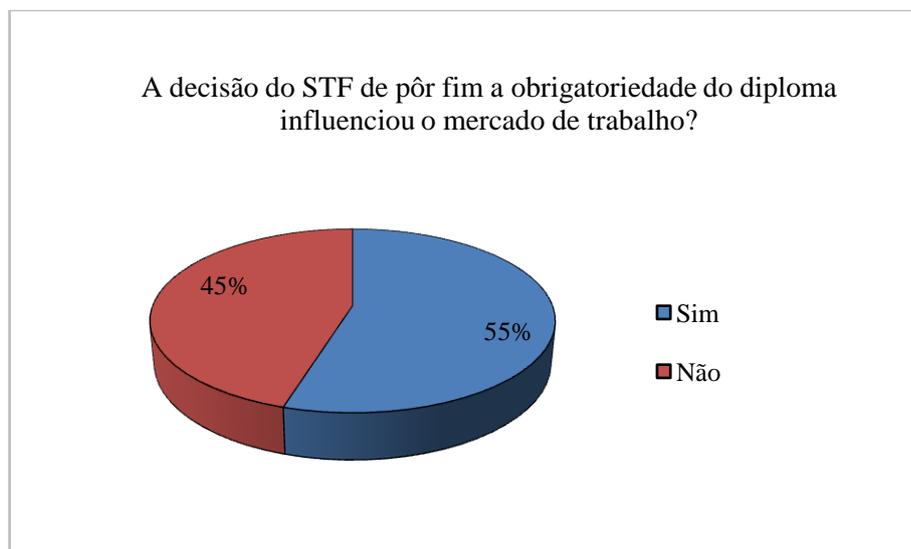
O quadro acima mostra que houve influência na qualidade do curso para 30% dos alunos. A maioria, 44%, justifica na menor quantidade de alunos no curso. Dois alunos justificaram esse item na mudança de instituição. Segundo as respostas, eles começaram a graduação na turma matutina da Faculdades Alfa e mudaram para a PUC-GO porque a turma anterior foi fechada devido a baixa quantidade de alunos da faculdade.

A maioria dos estudantes, 70%, considera que não ocorreram mudanças após o fim da exigência do diploma nas instituições que cursaram. Para 36%, não houve influência na qualidade do curso porque não houve modificações após decisão do STF. Um dos alunos citou que o fim da exigência profissional foi “indiferente” em seu curso.

A qualidade do curso não foi alterada, segundo 8% dos estudantes questionados, porque os alunos continuam interessados em buscar uma melhor formação. Para um dos discentes, “depende do aluno ser bom”. Outros itens considerados por 4% dos alunos foram: professores continuam a buscar melhor qualidade e mercado de trabalho contrata somente diplomado. Ainda foi destacado pelos estudantes (2%) que a instituição em que estudam sofreu com a diminuição da quantidade de alunos. Outros 4% dos concluintes questionados acreditam que a infraestrutura da instituição é precária, que não atende as necessidades dos alunos e mesmo após a queda do diploma esta não foi melhorada.

O gráfico 34 apresenta a opinião dos alunos quanto a mudanças ou não, no mercado de trabalho, a partir do fim da obrigatoriedade do diploma.

Gráfico 34 - Decisão do STF x mudanças no mercado de trabalho

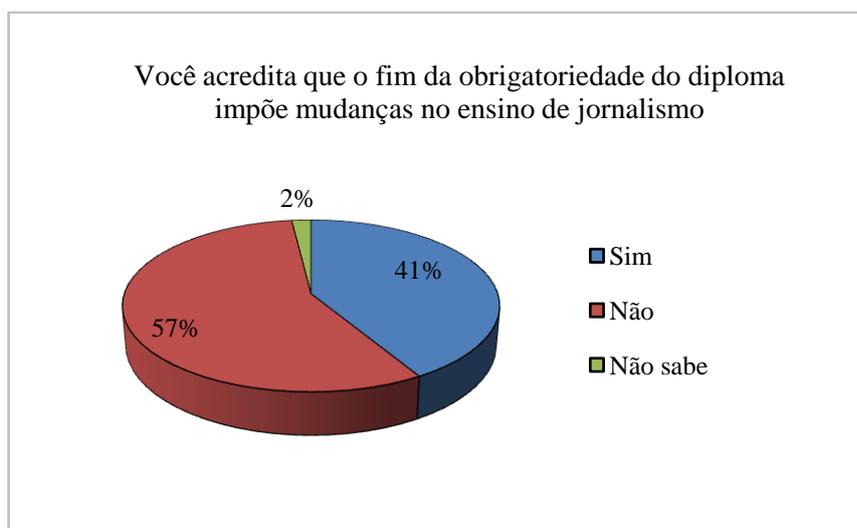


A decisão do STF de colocar fim a exigência do diploma de curso superior em jornalismo influencia, para 55% dos alunos, diretamente, o mercado de trabalho. Verifica-se que a maioria dos estudantes concorda com o que afirmam muitos pesquisadores da área. A exemplo disso, Melo (2002, p. 135) acredita que o fim da exigência do diploma traz

problemas como: “a precariedade das condições de trabalho e de grande parte dos profissionais, o piso entendido como teto salarial, a autocensura, a falta de ética”.

As mudanças podem ter ocorrido também no ensino de jornalismo (Gráfico 35), a partir do fim da obrigatoriedade do diploma.

Gráfico 35 - Decisão do STF x mudanças no ensino de jornalismo



Sobre o fim da obrigatoriedade do diploma impor mudanças no ensino de jornalismo, 57% consideram que não e 41% acreditam que sim, ou seja, que deve haver mudanças nas escolas de jornalismo.

4.1.3.Comparativo das instituições públicas e privadas

Para responder ao problema da pesquisa, foi preciso selecionar alguns dados do questionário voltados, exclusivamente, ao ensino de jornalismo e a questão do diploma. São apresentados, a seguir, os itens escolhidos e a opinião dos alunos das instituições públicas e privadas. Os dados dos gráficos referem-se à quantidade de alunos.

4.1.3.1. O ensino de Jornalismo

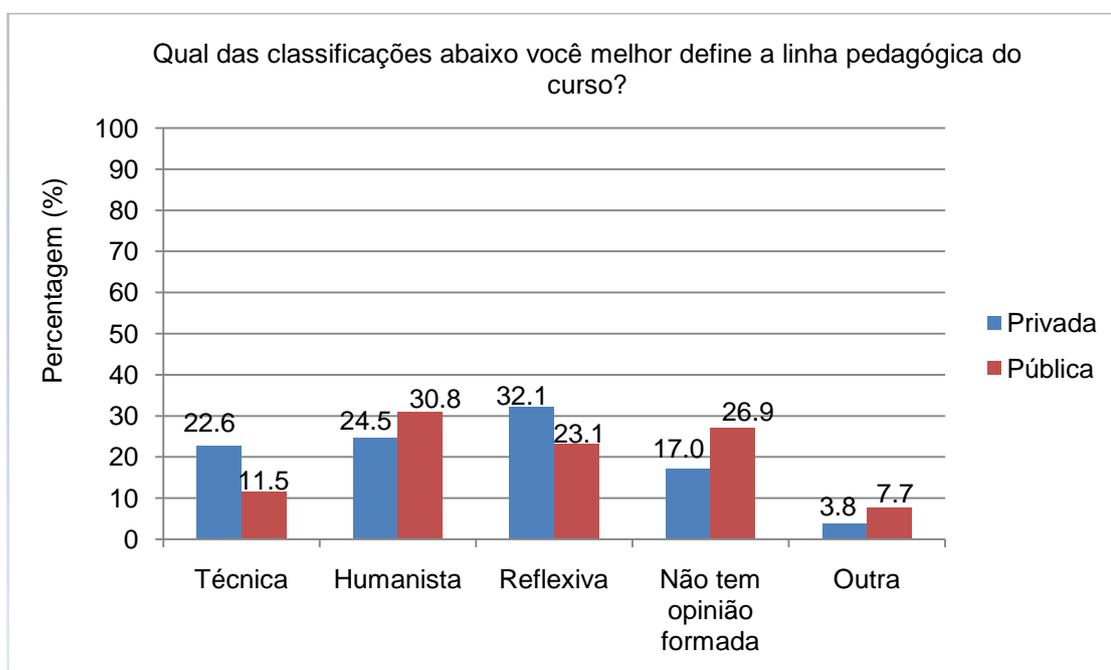
Neste item foram selecionados quatro aspectos importantes para avaliar o ensino do curso: *linha pedagógica, relação teoria e prática, corpo docente e infraestrutura.*

a) Linha pedagógica

A linha pedagógica (Gráfico 36) foi escolhida como um dos itens principais deste tópico porque a qualidade de um curso tem relação com o foco filosófico e pedagógico predominante, desde a estrutura curricular até o perfil do egresso almejado.

Pode-se verificar que boa parte dos estudantes conhece o Projeto Político Pedagógico do curso frequentado. É importante que os alunos conheçam esse documento porque é ele que estabelece os objetivos, diretrizes e ações do curso. Porém, não houve um consenso sobre a linha pedagógica do curso, crítica, humanista, reflexiva, etc.

Gráfico 36 - Linha pedagógica do curso

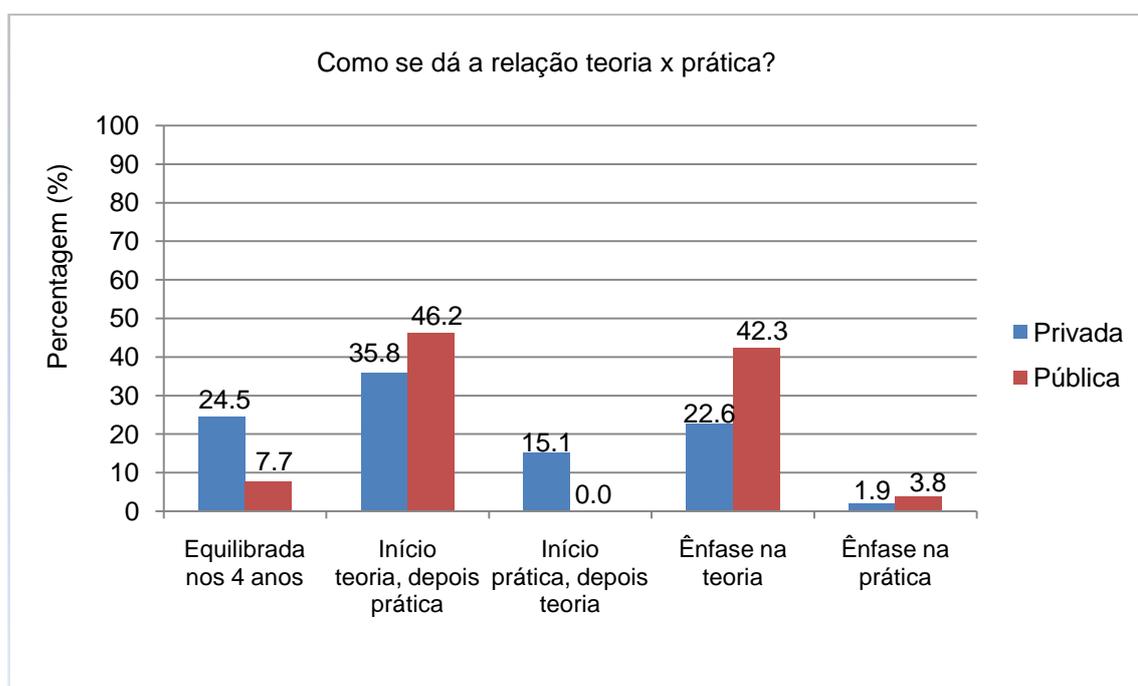


Os dados dos cursos das IES públicas e privadas expressaram um direcionamento pedagógico predominante nas linhas humanista e reflexiva. Isso significa que não se nota ainda o processo forte do "tecnicismo", presente em outras IES e exigência do mercado de trabalho, ou seja, a "miopia tecnicista" nas palavras de Meditsch (2007). Pode-se notar que muitos alunos, em especial nas públicas, não conseguem definir a linha pedagógica, o que pode indicar um desconhecimento da proposta ou desinteresse pelo curso.

b) Relação teoria x prática

A análise de um currículo depende da relação teoria *versus* prática (Gráfico 37) em termos de equilíbrio, ênfase e/ou predominância nos quatro anos de curso.

Gráfico 37 - Relação teoria x prática



A resposta dos alunos concluintes das instituições da região Centro-Oeste investigadas mostram que os cursos iniciam com a teoria para, posteriormente, irem à prática. Ênfase na teoria também foi apontada como resposta a relação teoria x prática, ou seja, o curso dá um foco maior nas disciplinas teóricas. A articulação entre teoria e prática é uma questão bastante polêmica e de difícil equilíbrio, sendo exigido que não haja um momento específico para uma ou outra, mas que sejam trabalhadas no decorrer do curso e, se possível, dentro das próprias disciplinas (DCJ/MEC, 2013).

Um equilíbrio entre teoria e prática nos cursos de jornalismo é necessário no país (PERUZZO, 2003; BARREIROS, 2013; MEDITSCH, 2007). O conteúdo teórico precisa embasar o aluno para a prática e fornecer conhecimento crítico e reflexivo. Para Meditsch (2007, p. 54), não basta dar atenção apenas às técnicas.

Na sociedade do conhecimento, mais do que nunca é necessário afirmar o jornalismo enquanto atividade intelectual. Na perspectiva do jornalismo, é preciso transformar os atuais cursos de comunicação em cursos de conhecimento, lugares de ‘aprender a aprender’ e de ‘ensinar a aprender’. Mas, principalmente, de ‘aprender a apreender a realidade’, aproximando-se dela, a partir de um lugar profissional específico (MEDITSCH, 2007, p. 54).

O conteúdo teórico é de suma importância para a formação básica do jornalista, mas, é na prática que as dúvidas serão sanadas. A prática em jornais laboratoriais, seja impresso, rádio, TV ou assessoria, proporcionará a experimentação da atividade jornalística. Outro componente importante para mais de 95% dos estudantes é o estágio, momento de aprendizado da atividade jornalística.

A natureza do curso de jornalismo impõe, de certo modo, alguma predominância de disciplinas chamadas teóricas e outras práticas, aglutinadas em eixo teórico e um eixo laboratorial, respectivamente. Mesmo assim, é possível e necessário que cada disciplina tenha atividades teóricas e práticas para um melhor ensino, contribuindo para a formação de um profissional mais apto às exigências do mercado de trabalho.

A fim de equilibrar os quatro anos de curso, as novas DCJ/MEC (2013, p. 1) buscam minimizar a dicotomia teoria x prática e

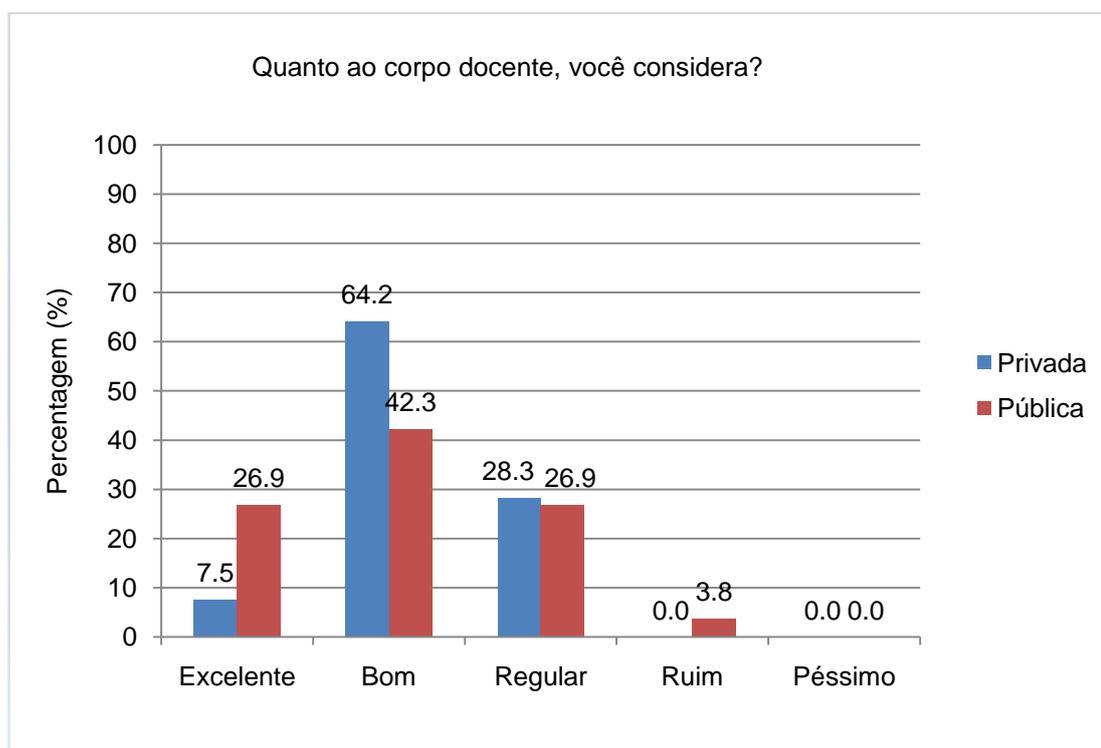
[...] promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular. Outra iniciativa está no estímulo de atividades que unam o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando sua articulação com diferentes segmentos da sociedade.

Segundo algumas respostas analisadas faltam, em grande parte, pesquisas para qualificar o ensino. A pesquisa precisa ser incentivada durante a graduação, assim como as outras pontas do tripé, ensino e extensão. Atividades como Iniciação Científica estimulam a construção do pensamento crítico.

c) Corpo docente

O corpo docente (Gráfico 38) é um dos principais indicadores da qualidade do ensino do curso, por isso considerado também nesta comparação das IES.

Gráfico 38 – Avaliação do corpo docente

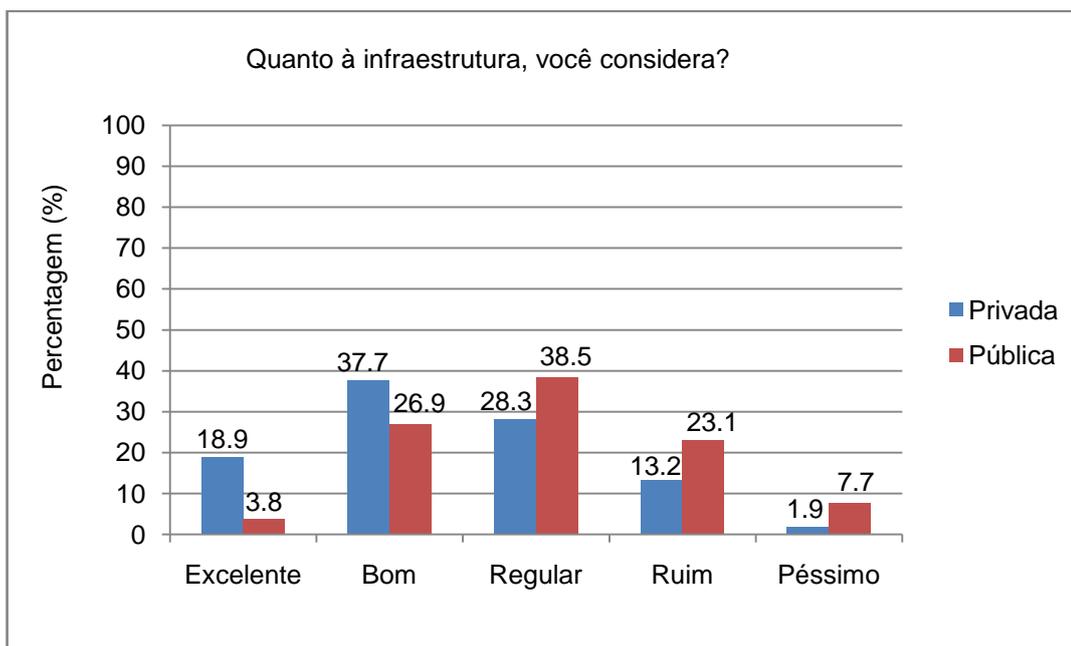


A avaliação do corpo docente foi positiva em relação aos outros itens. Na opinião da maioria dos alunos, os professores são “excelente” ou “bom”. Nas IES privadas esses resultados apontaram 71,7% e nas IES públicas quase 70%. Outra avaliação apontada pelos alunos concluintes das instituições públicas foi “regular”. Na opinião dos alunos, o corpo docente foi melhor avaliado nas IES privadas do que nas IES públicas.

d) Infraestrutura

Pela a natureza do curso de jornalismo, que demanda de equipamentos e laboratórios para um melhor ensino, a infraestrutura (Gráfico 39) é um elemento importante nesta análise.

Gráfico 39 – Avaliação da infraestrutura



A infraestrutura foi considerada melhor nas instituições privadas do que nas públicas, uma vez que mais da metade dos 53 alunos, avaliaram-na como “excelente” (18,9%) e “bom” (37,7%). Por outro lado, a avaliação menos satisfatória nas instituições públicas, de 26 alunos, foi expressa em conceitos “regular” (38,5%) e “bom” (26,9%).

4.1.3.2. A obrigatoriedade do diploma

Trata-se de um item importante na pesquisa que tem como foco principal investigar as mudanças nas instituições analisadas, após a extinção da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Neste intuito, foram selecionados três elementos de análise com a opinião dos alunos, que são: *concordância com a obrigatoriedade do diploma, influência na escolha do curso e as mudanças no ensino.*

a) Concordância com a obrigatoriedade

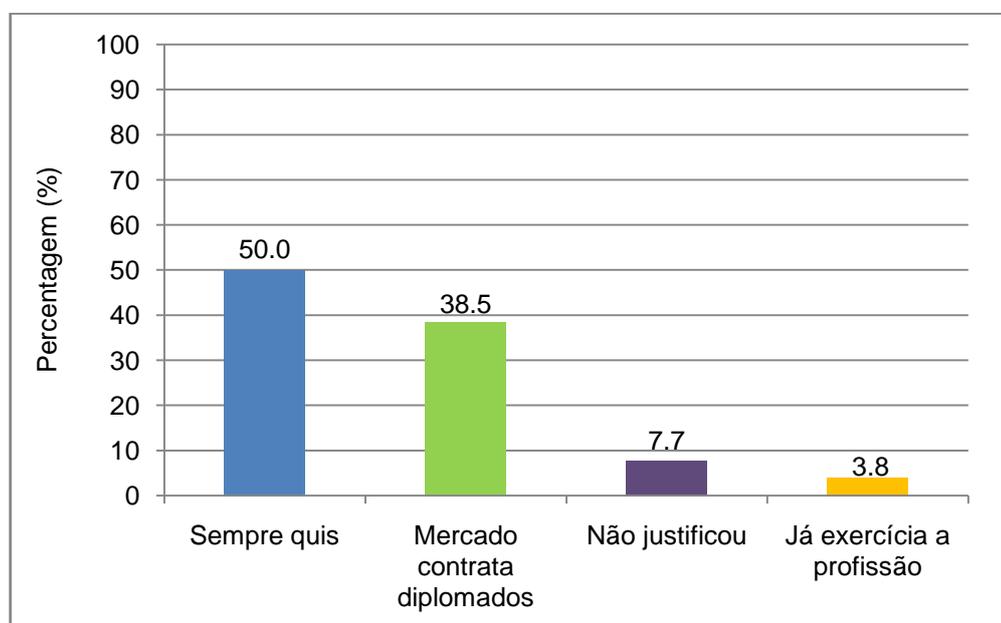
Grande parte dos alunos concordam com a obrigatoriedade do diploma, 81% nas instituições públicas e 92% nas privadas. Da mesma forma, concordaram que este fato não

interferiu na escolha do curso; 100% de alunos nas universidades públicas e 94%, nas privadas.

b) Fim da obrigatoriedade e a escolha do curso

Por se tratar de uma questão bastante subjetiva e particular, foram indicadas diversas justificativas (Gráfico 40) para influência ou não na escolha do curso. Nas instituições públicas e privadas foram apontadas diversas razões para justificar que não houve influência do fim a obrigatoriedade, na escolha do curso.

Gráfico 40 - Justificativas para não influência na escolha do curso nas IES públicas

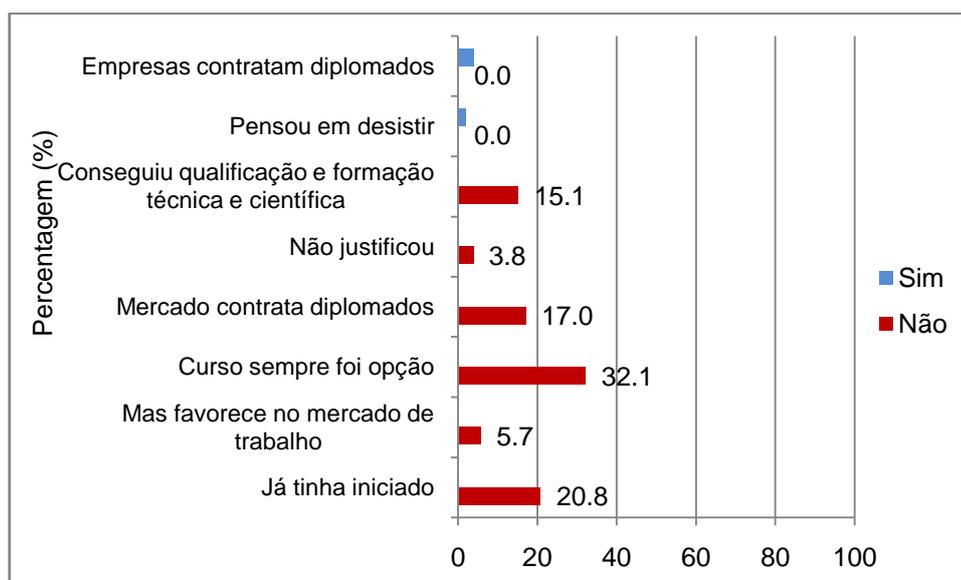


Nas razões apresentadas, é evidente dois fatores importantes para a escolha do curso que não foram influenciados pelo fim da obrigatoriedade do diploma: o gosto pelo curso ("sempre quis") e o mercado que, segundo os alunos, contrata apenas profissionais formados.

O mercado profissional valorizará, na seleção de novos profissionais, não apenas aqueles possuidores do diploma, mas que tenham uma boa formação. O problema não é o reconhecimento do profissional diplomado, mas a desvalorização salarial deste profissional. E o fato primordial a discutir é o aprimoramento, a qualidade na formação e não simplesmente a exigência do diploma (MARTINS, 2005).

No caso das instituições privadas (Gráfico 41), não houve uma opinião unânime, foram três respostas afirmativas em relação à influência da questão aqui tratada na escolha do curso.

Gráfico 41 - Justificativas que influenciaram ou não na escolha do curso nas IES privadas



Assim como foi nas instituições públicas, uma maioria (32% dos alunos) opinou que o "curso sempre foi opção", ou seja, escolheu por gosto e afinidade. Para outra parcela (20,8% dos alunos), o fato não interferiu, pois já tinham iniciado o curso. Outro dado também comum na análise acima das instituições públicas é um mercado de trabalho que prefere jornalistas diplomados. Ainda é importante frisar que oito alunos procuram, realmente, uma formação qualificada que somente podem encontrar nos cursos superiores das IES.

c) Mudanças na qualidade do curso após fim da obrigatoriedade do diploma

Na pesquisa pressupôs-se que a decisão do STF, em junho de 2009, poderia acarretar em mudanças na qualidade nos cursos de jornalismo da região investigada, Centro-Oeste do país.

De um modo geral, na opinião dos alunos das instituições públicas e privadas, não foram notadas mudanças importantes na qualidade do curso após o fim da obrigatoriedade do diploma.

A diversidade de justificativas para as respostas "sim" e "não" da questão aplicada, pode indicar uma maior criticidade dos alunos das instituições privadas em relação às das públicas. Outro aspecto a ser levantado em relação às justificativas está no maior número de alunos respondentes nas privadas (53 para 26 alunos das públicas).

Muitos estudantes afirmaram ter ocorrido diminuição no número de alunos como justificativa a menor qualidade do curso desde o fim da exigência do diploma. Nesta questão, deve-se considerar a menor procura pelo curso, fato confirmado na análise dos processos seletivos, em algumas instituições públicas. No entanto, deve-se considerar que não foram obtidos os números das instituições privadas.

O ensino foi questionado apenas quanto à existência de mudanças e as opiniões foram semelhantes às das mudanças no curso. Isso demonstra que a avaliação de um curso tem como variável importante o ensino. A situação do curso de jornalismo, no que tange a atualização e ensino, foi descrita em capítulos anteriores e as opiniões dos alunos vêm respaldar o que foi tratado.

A análise dos dados destes três elementos mostra que o fim da obrigatoriedade do diploma não teve muitas repercussões, na opinião dos alunos concluintes do curso de jornalismo. Grande parte deles é contrária ao fim da obrigatoriedade; opinou que este fato não influenciou na escolha do curso e que este não sofreu mudanças mais significativas após a chamada queda do diploma.

Os três temas tratados neste capítulo mostraram que o curso de jornalismo precisa ser melhor estruturado e adaptado às necessidades do mercado, especialmente, em relação ao estágio como componente curricular e que foi presenciado apenas na PUC-GO. A profissão é bem vista pelos alunos que a escolhem por gosto/afinidade/identificação, embora seja encontrado um percentual considerável de alunos que a escolheram sem saber as razões. O fim da obrigatoriedade não interferiu na escolha, qualidade do curso e no mercado de trabalho na opinião da maioria dos alunos.

4.2 Avaliação dos coordenadores de curso

Esta avaliação tem como objetivo principal identificar a percepção dos coordenadores sobre a influência do fim da exigência do diploma e sua avaliação quanto ao curso que coordena.

A análise dos questionários aplicados aos coordenadores de curso foi realizada a partir dos itens: *dados da formação; disciplinas ministradas; autoavaliação e dificuldades; conteúdos e/ou disciplinas ausentes e importantes na formação do jornalista; e fim da obrigatoriedade do diploma para exercício do jornalismo.*

Os questionários foram encaminhados a todos os coordenadores dos oito cursos analisados: Brasília (UnB e UniCEUB), Goiás (UFG e PUC-GO), Mato Grosso do Sul (UFMS e UCDB) e, Mato Grosso (UFMT e UNIC). Assim, como nos questionários aplicados aos alunos, esta etapa é dividida em: públicas e privadas.

4.2.1 Instituições Públicas

Os coordenadores/professores que responderam à pesquisa foram: Prof^a Dr^a Luciene de Oliveira Dias (UFG), Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva (UFMS) e Prof. Me. José da Costa Marques (UFMT).

A formação superior dos três professores é em Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas), dois são doutores (em Comunicação Social e Antropologia, respectivamente) e um têm mestrado em Ciências da Comunicação.

Os coordenadores responderam que ministraram, no total, dez disciplinas diferentes na graduação durante 2014 (Tabela 18, 19 e 20).

Tabela 18 – Disciplinas ministradas pelo coordenador da UFG

NÍVEL	DISCIPLINA	C.H.
Graduação	Jornalismo Impresso	64
	Cultura Brasileira	64
	Produção de Texto Jornalístico	64
	Laboratório Orientado	48
	Jornalismo Especializado	64
	Total	304

Tabela 19 – Disciplinas ministradas pelo coordenador da UFMS

NÍVEL	DISCIPLINA	C.H.
Graduação	Teorias do Jornalismo	68
	Redação Jornalística I	51
	Jornalismo, Cidadania e Tecnologias	68
	TOTAL	187

Tabela 20 – Disciplina ministrada pelo coordenador da UFMT

NÍVEL	DISCIPLINA	C.H.
Graduação	Reportagem e Entrevista I	72
	Reportagem e Entrevista I	72
	Total	144

A coordenadora da UFG foi a que mais ministrou aulas em 2014. No total, ela lecionou cinco disciplinas na graduação, que somaram 304 horas. O coordenador da UFMS ministrou 187 horas à graduação em 2014, além de Projetos Experimentais (TCC), no qual é exigido do aluno 340 horas, enquanto do professor são exigidas, no mínimo, 34 horas de orientação.

O coordenador da UFMT lecionou apenas uma disciplina durante o semestre, *Reportagem e Entrevista I*, com 72 horas semestrais. Como a disciplina foi lecionada nos dois semestres de 2014, foram 144 horas ao ano.

Estas informações permitem observar que dois coordenadores (UFG e UFMS) têm uma carga horária semanal alta, o que pode prejudicar muitas vezes as outras atividades acadêmicas de pesquisa e extensão e, até o desenvolvimento das atividades de coordenação. O coordenador precisa acompanhar de perto as atividades de ensino, dedicar seu tempo à coordenação e estar bem preparado para lidar com os alunos e professores.

Dentre os três coordenadores que responderam ao questionário, Luciene Dias (UFG) e Marcos Paulo da Silva (UFMS) afirmaram realizar projetos de pesquisa ou extensão. O coordenador da UFMS realiza o projeto de Pesquisa “Cotidiano e Noticiabilidade na Imprensa Sul-Mato-Grossense: Interfaces entre Jornalistas, Assessores e Público”, e os seguintes projetos de extensão: “Cobertura jornalística na área de cultura: aspectos práticos, mercadológicos e regionais” (curso), “Curso de Revisão de Textos Jornalísticos” (curso) e “Semana de Cineclubismo e Produção Audiovisual Independente” (evento). A coordenadora da UFG diz realizar o Projeto de Extensão “Jornalismo e Diferença”.

Em uma das perguntas “Quais conteúdos ou disciplinas não constam na matriz curricular do curso que atua e que você acha interessante ao futuro jornalista?”, os coordenadores da UFMT e UFMS sugeriram *Cultura e História* e alguma disciplina voltada às *Novas Tecnologias*, respectivamente. No entanto, o Prof. José da Costa Marques ressaltou que o novo currículo de 2015, que segue as novas DCJ/MEC (2013) tem uma disciplina voltada a essa demanda do mercado. A demanda de novos componentes curriculares

(*conteúdos/disciplinas*) citados pelos coordenadores refletem a urgência na clarificação de "conceitos plurais - éticos, técnicos, estéticos - para uma nova compreensão do Jornalismo" (MARQUES DE MELO, 2009, p. 233).

A dicotomia ainda existente em alguns currículos entre *teoria x prática* foi assunto de uma das perguntas do questionário e, os três coordenadores pesquisados afirmaram não ter e estarem preparados para lidar com essa relação em suas aulas.

A maior dificuldade encontrada, em termos pedagógicos, segundo Marcos Paulo da Silva (UFMS) é a "falta da cultura de leitura dos alunos". Essa problemática verificada pelo coordenador não é nova. Marcondes Filho (2002, p. 65-66) afirma que os futuros jornalistas precisam ter uma base intelectual acompanhado de uma "prática no saber pensar". Esse é o melhor investimento para a base do jornalista, a formação intelectual, pois ela "consolidaria os bons profissionais no mercado e teria como resultado uma melhora na qualidade das notícias". O autor reforça ainda que os jornalistas precisam ter "uma boa cabeça, uma capacidade de discernimento, critérios de julgamento, valores consolidados" (MARCONDES FILHO, 2002, p. 65).

Outro problema encontrado por Marcos Paulo, também verificado por José da Costa Marques (UFMT), é a infraestrutura da universidade federal. Para o coordenador da UFMT é preciso uma "melhor estrutura para desenvolvimento de atividades laboratoriais". Luciene Dias (UFG) diz não ter dificuldades ao lecionar.

A decisão do STF que extinguiu a *obrigatoriedade do diploma* foi também avaliada pelos coordenadores. Todos são favoráveis à obrigatoriedade e afirmaram que esta decisão não influenciou no curso deles. Da mesma forma, esta decisão não interferiu na demanda dos cursos das universidades federais em que atuam.

Nos questionários respondidos se destacam algumas afirmações sobre a importância do diploma:

A diplomação, somada à cobrança de indicadores quanti-qualitativos de ensino, pesquisa e extensão nas universidades, bem como à regulamentação do campo jornalístico, é essencial para a profissionalização e para a democratização da comunicação num país com distorções históricas como o Brasil, fenômeno que inclui a constituição de monopólios e oligopólios, além de simbioses históricas entre imprensa, poder político e poder econômico (Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva).

Embora existam bons profissionais autodidatas, é a academia que o futuro jornalista recebe a formação humanística, sociológica, filosófica, teórica (Teorias da Comunicação e do Jornalismo) e técnica para o exercício da profissão (Prof. Me. José da Costa Marques).

A formação em uma universidade qualifica não só jornalistas, mas qualquer campo (Prof. Dr. Luciene de Oliveira Dias).

As respostas mostram que o coordenador da UFMS enfatiza a necessidade da democratização da comunicação no Brasil. Esse processo é resultado de uma histórica oligarquia, cartelização e poder da mídia brasileira e alvo de investigação em diversos trabalhos (JOSÉ, 1996; MOTA, 2002; MORAES et al., 2013; LIMA e GUIMARÃES, 2013). Para o coordenador da UFMT, um bom jornalista é formado a partir de uma formação básica e específica, conteúdos apreendidos durante a graduação. A coordenadora da UFG também concorda que a formação de um jornalista depende da faculdade, assim como em qualquer outra área.

4.2.2 Instituições Privadas

Dentre os coordenadores dos cursos de jornalismo das instituições privadas analisadas (UniCEUB, PUC-GO, UCDB e UNIC) apenas um respondeu ao questionário, Prof. Dr. Oswaldo Ribeiro, da UCDB. Ele é formado em Com. Social – habilitação em Jornalismo, e tem Doutorado em Educação.

As disciplinas ministradas pelo professor foram as seguintes:

Tabela 21 – Disciplinas ministradas pelo coordenador da UCDB

NÍVEL	DISCIPLINA	C.H.
Graduação	Produção em Comunicação I	120
	Produção em Comunicação II	120
	Fundamentos do Audiovisual	120
	Metodologia Científica em Comunicação	40
	Pesquisa em Comunicação	40
	Radiojornalismo	120
	Telejornalismo	120
	Total	680

O coordenador da UCDB ministrou sete disciplinas em 2014, que totalizaram 680 horas. Isto demonstra uma alta carga horária, principalmente, porque o coordenador afirmou ministrá-las há mais de cinco anos.

De acordo com Oswaldo Ribeiro, ele ainda desenvolve Projeto de Extensão (“Jornalismo Laboratorial Em Foco: produção de conteúdo impresso, sonoro e audiovisual”) e

Pesquisa (“Pesquisa em Jornalismo: Ensino, Mercado de Trabalho/Emprego e Tecnologia/Fator Humano”).

Conteúdos e/ou disciplinas ausentes e importantes na formação do jornalista não foram citadas pelo coordenador. Segundo Oswaldo Ribeiro, a grade curricular da UCDB atende as necessidades, “temos acompanhado as mudanças quanto aos conteúdos e a matriz curricular tem atendido às necessidades dos acadêmicos e professores”.

No que diz respeito à docência, Oswaldo Ribeiro considera não ter dificuldades ao lecionar, entende estar “preparado tanto para conteúdos teóricos quanto práticos”, resposta que justifica a pergunta anterior sobre as dificuldades em aliar teoria e prática no ensino de jornalismo, na qual o coordenador considerou não ter problema.

A avaliação foi positiva quanto à obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão de jornalista. O coordenador afirmou ser a favor da exigência do documento:

Seria uma incoerência não defender o diploma formando acadêmicos num curso de graduação. Além disso, fui formado pelo mesmo processo e acredito que a escolarização do conhecimento é uma necessidade que leva à organização de um campo profissional. Quanto mais organizado mais condições são dadas aos seus integrantes, assim como a sociedade, a partir desta organização, que a possibilidade de cobrar deste campo também.

Segundo o coordenador, a decisão do STF influenciou o curso de jornalismo e a demanda de aluno da UCDB. “Em 2010 a procura caiu, no entanto insistimos e conseguimos abrir turma”. A resposta confirma a análise do processo seletivo, que demonstrou uma baixa nos anos seguintes a decisão do STF. Para Oswaldo Ribeiro, “o ponto positivo foi que quem procurou o curso após a decisão pareceu mais determinado em investir na área”.

O coordenador do UniCEUB, de Brasília, não respondeu o questionário, assim como os outros coordenadores. No entanto, Manoel Henrique Tavares Moreira afirmou que houve grandes mudanças nos cursos de Comunicação Social do UniCEUB após a queda do diploma para exercício do jornalismo. Segundo o coordenador, a turma noturna do curso foi fechada após a decisão do STF por causa da baixa procura. A estrutura curricular também foi modificada. Ele ainda afirmou que, depois do fim da exigência do diploma, a instituição abriu turma para os cursos de Produção Audiovisual e Designer Gráfico.

Manoel Henrique Tavares Moreira é formado em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo pela Faculdades Integradas Augusto Motta, mestre em Comunicação Social pela UnB, onde faz doutorado.

4.2.3 Comparação das Instituições

Cada curso de graduação possui uma coordenação responsável pelo desenvolvimento das atividades de ensino de graduação. De acordo com Rangel (2001), são várias as competências deste profissional, entre essas: a) elaborar, executar e rever o Projeto Político-Pedagógico; b) ocupar-se da promoção de encontros acadêmicos; c) incentivar os docentes na confecção e publicação de textos científicos; d) incentivar a regularidade de avaliações desenvolvidas no curso de graduação.

A coordenação dos cursos analisados é exercida por um professor efetivo com formação na área. Todos os questionados se formaram em Comunicação Social e, a maioria fez Doutorado. Apenas um tem Mestrado.

As disciplinas ministradas pelos professores/coordenadores, em sua maioria, são lecionadas há mais de cinco anos. Esse dado aponta que os professores têm uma alta carga horária em sala de aula, mesmo sendo coordenadores de curso. A coordenação é uma atividade que exige tempo e dedicação do professor, como ressalta Rangel (2001), refere-se ao verbo *co-ordenar*, ou seja, é organizar em comum, é um modo de integrar, de promover ações de ensino. Dessa forma, as atividades dos coordenadores estão ligadas a um trabalho em conjunto, entre professores, alunos e servidores da instituição (RANGEL, 2001).

Nenhum dos coordenadores afirmou ter dificuldade para aliar teoria e prática no ensino de jornalismo. Eles consideraram estar “preparados tanto para conteúdos teóricos quanto práticos”. Em termos pedagógicos, a infraestrutura foi a maior dificuldade encontrada nas avaliações, item apontado por dois coordenadores de universidades federais (UFMS e UFMT).

No que diz respeito à obrigatoriedade do diploma, todos são a favor da exigência do documento para exercício profissional. Ressalta-se, de um modo geral, a consciência por parte dos coordenadores de curso de que o diploma é importante para o conhecimento do jornalismo como campo de atuação.

A avaliação das respostas obtidas mostra ainda que a decisão do STF influenciou apenas o curso da UCDB. Segundo o coordenador, não houve impacto nas universidades federais. Oswaldo Ribeiro foi o único a afirmar que a UCDB passou por mudanças após o fim da exigência do diploma. Ele citou como impacto da decisão do STF a menor quantidade de alunos nos vestibulares para ingresso nos anos seguintes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo passou por transformações históricas ao longo dos anos. A atividade jornalística, conhecida atualmente, começa na passagem do século XIX para XX.

No Brasil, assim como acontece em alguns países do mundo, a baixa remuneração, as difíceis condições de trabalho e o pouco prestígio repercutiram na profissão durante o século XX e, desde então, o campo do jornalismo passa por uma fragilização identitária. A profissão é uma atividade sociocultural, construída com o tempo e que muda a cada transformação da sociedade.

Com o advento das novas tecnologias houve mudança no fazer jornalístico e, a cada nova modificação, a atividade deve ser repensada. Assim como a Medicina ou o Direito, o jornalismo é uma atividade profissional e, por isso, exige uma regulamentação e uma formação superior. Em tempos de Internet, as notícias tomam proporção cada vez maior e os jornalistas agentes influenciados pelo tempo, o que mostra que os desafios não mudaram com a simples mudança de século.

A regulamentação profissional remonta de 17 de outubro de 1969, ano em que o diploma passou a ser exigido para exercício da atividade. No entanto, 40 anos depois, em 17 de junho de 2009, o STF derrubou a exigência do diploma. O órgão pecou quando entendeu que o jornalismo tem um caráter apenas opinativo, técnico e desconsiderou as demais funções da atividade.

A formação universitária na região Centro-Oeste remonta dos anos 60 do século XX. Em metade das instituições analisadas os cursos de jornalismo foram criados depois de 1990, com isso, as experiências pedagógicas são, historicamente, recentes. A decisão do STF ainda trouxe à tona essa adequação do ensino universitário perante as constantes mudanças da profissão.

A pesquisa desta dissertação teve por objetivo avaliar o impacto do fim da exigência do diploma na formação da região Centro-Oeste. A avaliação feita nas instituições investigadas mostra que os itens analisados, como o Projeto Político Pedagógico (PPP), precisam de constante atualização visando a melhor formação. Abaixo, são apresentadas algumas reflexões conforme as análises realizadas, em breves considerações a fim de retomar e concluir o tema investigado:

a) Projetos Pedagógicos

Uma das dificuldades encontradas para avaliação dos PPPs foi, justamente, o acesso aos documentos. Apenas a UFMT disponibilizava o PPP no portal institucional. Os PPPs das outras instituições analisadas foram conseguidos por meio de contato com os coordenadores de curso. É importante que este documento, que define as normas, objetivos e perfil do curso, estivesse acessível a todos da instituição, seja professor, aluno ou funcionário. No entanto, a pesquisa mostrou que para conseguir o documento é preciso pedir à secretaria.

Nenhum PPP data de antes de 2009, no entanto, apenas os das instituições UniCEUB, PUC-GO e UFMS fizeram alterações após o fim da exigência do diploma. As mudanças foram, em maioria, realizadas visando o currículo. Apenas na UFMS foram realizadas modificações em itens como perfil do egresso e competências e habilidades.

Os cursos têm autonomia na elaboração do Projeto Político Pedagógico, no entanto, na maioria das instituições investigadas, o documento não reflete a realidade e as atuais necessidades do mercado profissional, uma vez que os mesmos seguem em grande parte dos itens os parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001. Se o PPP é o documento que estabelece os objetivos e metas do curso, até que ponto copiar as DCN constroem a identidade de um curso?

Os cursos precisam estabelecer perfis e objetivos próprios e não apenas copiar um documento do início dos anos 2000. As IES precisam priorizar a atualização e a reformulação dos programas de graduação. O mercado de trabalho e atividade jornalística está em mutação e, por isso, demanda que os PPPs estejam atualizados.

O corpo docente é essencial na busca por uma melhor formação. Parte dos professores ensinar os alunos e incentivá-los a desenvolver um pensamento reflexivo e crítico da realidade.

Os PPPs analisados mostram que não é dada a devida atenção ao componente “Ensino, Pesquisa e Extensão”. A pesquisa precisa ser um item neste tripé de suma importância. É impossível oferecer bom ensino superior sem promover a pesquisa acadêmica, a produção científica, etc.

Os alunos de jornalismo não costumam ser incentivados a seguirem a carreira docente. Para isso, alguns estímulos são necessários. A iniciação científica durante a graduação é um componente necessário à formação desses profissionais, é um apoio teórico e metodológico. Nessa etapa, o estudante que pretende se tornar pesquisador e professor tem a oportunidade de

ingressar na pesquisa científica. Essa proximidade amplia a reflexão que tem do mercado de trabalho, desenvolve senso crítico e aprimora suas habilidades. Com isso, o aluno fica mais bem preparado para as etapas seguintes, Especialização, Mestrado e Doutorado.

b) Estruturas curriculares

A avaliação das estruturas curriculares apontou que UniCEUB, PUC-GO e UFMS foram as únicas instituições a fazerem modificações após a decisão do STF. As alterações, em sua maioria, dizem respeito à formação específica do jornalismo, ou seja, foi dado um maior foco (acréscimo de disciplinas ou carga horária) nas disciplinas da formação profissional. Apenas o coordenador de curso do UniCEUB afirmou que a alteração no currículo foi uma resposta, ou seja, uma implicação dessa nova demanda do mercado, na qual não é exigido um diploma para exercício da profissão.

É importante que o currículo responda às necessidades do mercado de trabalho. No entanto, ainda há muita defasagem em alguns currículos. O uso das redes sociais para a atividade jornalística, mídia que vem sendo cada vez mais utilizada pelas empresas, é um exemplo de novas TICs que nem sempre é abordada nos currículos das universidades.

As instituições analisadas também não mostram um equilíbrio entre as disciplinas do núcleo básico (Teoria da Comunicação e outras áreas do conhecimento, como Sociologia, Antropologia, Filosofia, entre outras) e específico (Radiojornalismo, Telejornalismo, entre outras). Este cenário de distribuição uniforme entre os núcleos de formação foi verificado apenas em uma instituição, a PUC-GO. UniCEUB e UnB têm núcleos, também, praticamente equilibrados, com diferença mínima. Quanto às outras instituições, ora há uma ênfase na formação básica, ora na profissional. Na UFMS, as disciplinas específicas compreendem três vezes mais carga horária que as básicas.

É necessária uma distribuição mais equilibrada entre os núcleos básicos e específicos das disciplinas para uma formação mais contextualizada e atual. A formação básica precisa superar as deficiências da formação básica, dar uma ampla visão da comunicação, embasar o senso crítico e responsabilidade para a atividade jornalista perante a sociedade. As disciplinas do conteúdo específico devem priorizar a parte profissional, específica do jornalismo. Nessa etapa são primordiais as atividades laboratoriais, como Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Ciberjornalismo, indispensáveis à formação técnica e profissional.

Além da formação humanística e técnica do jornalismo, há a necessidade de formação acadêmica e tecnológica, pois a profissão de jornalista trata com a informação que, antes de ser vista como mercadoria, é conhecimento que deve ser distribuído no espaço social e não apropriado por uma pequena parcela da sociedade.

Um bom jornalista é feito de um bom conhecimento e experiência adquirido não apenas nos bancos da universidade, mas, também, do mercado de trabalho. Por isso, o estágio é muito importante para a entrada na atividade jornalística e deve ser um componente do currículo. Logo, este foi verificado apenas em Goiás, como componente na PUC-GO e como disciplina na UFG.

Mudanças foram feitas nos currículos pensando na melhor formação, no entanto, ainda há muito a melhorar. É preciso levar em conta que, o que se deve fazer com relação a uma reforma curricular nos cursos de Jornalismo é de responsabilidade não apenas dos coordenadores, mas de todos os professores. Os cursos de Jornalismo precisam estar atualizados perante a um mercado de trabalho em transformação. Espera-se que a reforma curricular que está sendo realizada em 2015 nas instituições analisadas, conforme as novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo aprovadas em 2013, venham a suprir as ausências verificadas nos currículos.

c) Processos Seletivos

Com base nos resultados alcançados, confirmamos a hipótese de que houve menor procura pelo jornalismo. Verificou-se no mapeamento dos cursos de jornalismo da região Centro-Oeste que houve uma diminuição na entrada de alunos e até fechamento de alguns cursos, como o da Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande – MS⁹⁵. O turno noturno do curso de jornalismo do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), segundo o coordenador de curso, foi fechado, assim como o matutino da Faculdades Alves Faria (Alfa) de Goiânia – GO por baixa procura.

Conclui-se na avaliação dos processos seletivos das instituições investigadas que houve menor procura pelo curso de jornalismo desde 2010 (ano posterior à queda do diploma) e o ocorrido está relacionado ao fim da exigência do diploma para exercício profissional. Em 2009, as instituições tinham uma boa procura pelo curso de jornalismo, mas os vestibulares posteriores sofreram com a não obrigatoriedade do diploma, ou seja, menos alunos

⁹⁵ Disponível em: < <http://www.douradosagora.com.br/noticias/dourados/estacio-de-sa-nao-preenche-vagas-para-curso-de-jornalismo>>. Acesso em: 14 dez. 2013.

procuraram o curso. Esse fato preocupa não apenas os coordenadores de curso, como professores e pesquisadores da área.

A exigência do diploma criava uma reserva de mercado, na qual se sabia que as vagas disponíveis eram preenchidas pelos mais bem preparados. Por outro lado, hoje algumas empresas não exigem mais o diploma. Pessoas sem formação na área assumem cargos de jornalistas e isso pode impactar em danos para o futuro da profissão e da sociedade, que receberá as informações transmitidas por esses profissionais.

d) Avaliação dos questionários aplicados a alunos concluintes e coordenadores

A maioria dos alunos concluintes decidiu fazer jornalismo antes do vestibular, ou seja, já havia escolhido a profissão a se dedicar. Os alunos optaram pela carreira porque gostam ou sentem afinidade com a área. Apesar do interesse dos alunos em exercerem o jornalismo, muitos terminaram a graduação sem ler o PPP do curso e mal sabe quais itens o integram.

O PPP deve ser de interesse de todos, alunos, professores e envolvidos do curso porque ele é o documento para o aluno saber se o ensino que recebe vai de acordo com o projeto do curso. O maior conhecimento do PPP entre os alunos traria maiores atualizações no documento e objetivos mais bem traçados aos cursos.

Os PPPs dos cursos analisados caracterizam a relação teoria x prática como equilibrada, mas o indicado pelos alunos é que isso, praticamente, não acontece. A pesquisa confirma que a dicotomia entre teoria e prática ainda não foi superada. Com tais considerações, é incontestável a lacuna que existe entre o que é colocado nos PPPs e o que é, de fato, ensinado e aprendido.

Não há dúvida de que os alunos concluintes, hoje egressos dos cursos analisados, entendem, em sua maioria, que o jornalismo precisa ser uma atividade com exigência de diploma superior.

A resposta dos alunos mostrou que o fim da exigência do diploma influenciou menos na escolha da profissão e mais no mercado de trabalho. Os argumentos quanto ao enfraquecimento da profissão são vários. A pergunta aqui é se - um cenário de não obrigatoriedade do diploma influencia na formação? A resposta, para boa parte dos estudantes, é que o ensino necessita de avanços por causa desse cenário, mas que isso não implicou em uma menor qualidade.

Os jovens, que são a maioria dos ingressantes atualmente na educação superior, buscam uma formação que dê uma perspectiva de crescimento e realização profissional.

Segundo as análises realizadas, tanto na procura pelos cursos de jornalismo, quanto na expectativa dos concluintes, o jornalismo não traz mais uma satisfação profissional como antigamente. Afinal, o diploma trouxe um peso significativo a essa decisão? Os estudantes de Ensino Médio decidem sua carreira conforme o que veem no mercado e, neste, o diploma não é mais um reserva de mercado.

Será o fim do jornalista? As empresas continuam a contratar diplomados segundo questionários respondidos pelos estudantes e, por isso, não será o fim da profissão de jornalista. O futuro da profissão está, em certa parte, indefinido. Não será o fim do jornalista, claro que não, mas há uma necessidade de se voltar à profissão com outros olhares e perspectivas.

A avaliação dos coordenadores vai ao encontro da opinião dos alunos acerca do diploma. Todos são a favor da exigência do diploma para o exercício profissional e entendem que é uma incoerência não exigí-lo. Eles afirmam que o jornalismo é uma atividade essencial à sociedade e que merece ser tratada como um campo autônomo. É na universidade que o futuro jornalista tem uma base teórica e técnica ou profissional da atividade, afinal, o jornalista precisa de habilidades específicas que incentivem o lado social e humanístico das pessoas, para que não mostre à sociedade apenas o cruel, o insensível, o sensacionalista, mas o real, o fato em si.

d) Para pensar o jornalismo de hoje

O jornalismo merece ser tratado como um tema de interesse social e, para isso, deve ser encarado como tal, e ser reconhecido como uma atividade profissional. É inquestionável o papel do jornalismo na produção e reprodução do conhecimento da realidade para as sociedades e os indivíduos. É preciso esquecer um pouco daquela profissão heroica do início de sua criação no país e reconhecer que o jornalista não desfruta de tal autonomia. Um exemplo disso foi à derrubada da exigência do diploma.

A obrigatoriedade do diploma não resolveria todos os problemas do jornalismo atualmente, mas, é claro que sua extinção traz problemas ainda maiores para a profissão, conforme avaliação desta dissertação.

Para que o jornalismo tenha uma maior profissionalização é preciso uma cultura profissional desenvolvida, e o principal fator que corrobora para isso é um bom nível acadêmico. É na universidade que o estudante vai, não apenas aprender e exercitar as técnicas

de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística nos mais diferentes meios, mas, sobretudo, aprender a refletir sobre o seu trabalho e o processo comunicativo midiático. É preciso que essa formação contemple a multiplicidade dos aspectos filosóficos, teóricos, culturais e técnicos. Só assim o estudante estará mais bem qualificado e melhor preparado para as adversidades que encontrará na saída da universidade. Um bom ensino superior permite que os jornalistas trabalhem de forma apropriada às demandas impostas pela sociedade.

O diploma de nível superior não é a única maneira de qualificar o jornalista, mas dá base para sua carreira que deve preceder de estudos e experiência na área – uma constante busca pela atualização profissional. E isso não apenas para o jornalismo, mas em qualquer carreira. Os métodos mudam, as tecnologias avançam e com elas, o profissional precisa se manter atualizado.

Os aspectos levantados nesta dissertação reforçam a noção do quanto à formação num curso superior de jornalismo é importante e precisa ser cuidadosa naquilo que se propõe a realizar, tanto na postura ética, como no compromisso com a verdade.

Entende-se que a continuidade de pesquisas, diálogos e reflexões em torno dessa área são questões pertinentes a formação profissional, tendo em vista melhores resultados para a atividade jornalística e para a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **O jornalismo especializado na sociedade da informação**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação da Universidade da Beira Interior (BOCC). Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/abiahya-ana-jornalismo-especializado.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

ANTONIOLI, Maria Elisabete. **Ensino de Jornalismo e Legislação Educacional**. São Paulo: L'Editora, 2006.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARREIROS, Tomás Eon. O ensino superior de Jornalismo na visão dos estudantes concluintes: pesquisa em instituições de ensino de Curitiba, Paraná. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 3, n. 12, p. 79-95, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://www.fnpi.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/308/192>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, Vozes, 2011.

BERNARDO, Cristiane Hengler Corrêa; LEÃO, Inara Barbosa. **Análise das matrizes curriculares dos cursos de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Brasil: um retrato da realidade nacional**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação (Intercom). São Paulo, v.35, n.1, p. 253-274, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1107/1006>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUONGERMINO, Cláudio. Jornalista sem diploma é um fato. **Observatório da Imprensa** n. 147, 14/11/2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da141120015.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 2001.

CAMPOS, Pedro Celso; ROCHA, Eleni Oliveira. **Ensino de Jornalismo: perfil profissional, regionalização das habilidades técnicas e competências**. REVISTA Conexão – Comunicação e Cultura, UCS, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/viewFile/346/821>>. Acesso em: 12 jan. 14.

CANAVILHAS, João. Ensino do jornalismo: o digital como oportunidade. Em Fidalgo, J. & Marinho, S. (Org.) **Actas do Seminário “Jornalismo: Mudanças na Profissão, Mudanças**

na **Formação**". Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), 2009.

CASTILHO, Carlos. O ensino do jornalismo na contramão da evolução da comunicação. **Observatório da Imprensa**, 24 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/o-ensino-do-jornalismo-na-contramao-da-evolucao-da-comunicacao-online>>. Acesso em: 23 ago. 2014.

COELHO, Pedro. **Jornalismo e Mercado: os novos desafios colocados à formação**. LabCom Books, 2015. Disponível em: <http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20150223-2015_08_pedro_coelho.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2015.

COELHO SOBRINHO, José. **Sobre as Diretrizes Curriculares**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 22, nº 1, p.177, jan./jun., 1999.

COSTA, B. Diploma em jornalismo: uma exigência que interessa a sociedade. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 29-33.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. O jornalismo é uma profissão, sim! In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 104-108.

DINIZ, L. Costa Rego e o Curso Pioneiro de Jornalismo da Universidade do Distrito Federal. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2010, Caxias do Sul - RS. **Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom)**, 2010, p. 1-15.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas (Org.). Manifesto em defesa do Jornalismo. 28 de novembro de 2001. In: **Formação Superior em Jornalismo – uma exigência que interessa a sociedade**. 2º. ed. Florianópolis: UFSC, 2002.

_____. **Programa Nacional de Estímulo à Qualidade da Formação em Jornalismo**. 2008. Disponível em: <http://www.fenaj.Org.br/educacao/programa_qualidade_ensino_2008.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

FIDALGO, Joaquim. **O jornalista em construção**. Porto: Porto Editora, Coleção Comunicação, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FONSECA, André Azevedo da. **A pedagogia de Paulo Freire e o projeto pedagógico de Jornalismo**. Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, Brasília, v. 3, n. 13, p. 168-184, jul./out. 2013. Disponível em: <<http://www.fnpij.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/viewFile/330/205>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLZIO, Derval G. A formação dos jornalistas diante dos novos suportes midiáticos e do fim da obrigatoriedade do diploma. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba**. Ano II, n. 02 – jul./dez., 2009. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufpb.br%2Fojs%2Findex.php%2Fcm%2Farticle%2Fdownload%2F11704%2F6729&ei=y_d5U4uGLbTQsQT0_oGwDg&usg=AFQjCNHUsI4JfKxGTT3aqgAl-EUPq4ToCA&bvm=bv.66917471,d.cWc&cad=rja>. Acesso em: 13 nov. 2013.

GUEDINI, F. Jogo dos sete erros: desmascarando algumas falácias sobre a regulamentação profissional dos jornalistas. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 40-44.

GUERRA, J. Diploma e liberdade de expressão. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 83-88.

GUIMARÃES, Manoel Marcos. **Sociologia do jornalismo: o caso Brasil**. In: NEVEU, Érik. Sociologia do jornalismo. São Paulo: Loyola, 2006, p. 185-194.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22 n. 2, p. 201-210, mai./ago., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. **Construindo a profissão de jornalista: Cásper Líbero e a criação da primeira escola de Jornalismo do Brasil**. Trabalho apresentado no Núcleo de Pesquisa 02 – Jornalismo do Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.Org.br/pdfs/125406421967807345272755170441800930965.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

HOLDORF, Ruben Dargã. **Quanto vale um diploma de jornalista?** Observatório da Imprensa, 07 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/da0711200197.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

JOSÉ, Emiliano. **Imprensa e poder: ligações perigosas**. Salvador/São Paulo: Edufba / Hucitec, 1996.

KELLY, Celso. **As novas dimensões do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

LAGE, Nilson. À frente, o passado. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 55-70.

_____. O jornalismo perdeu sua cidadania. Observatório da Imprensa n. 207, 15/1/2003. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/da150120031.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LAGE, Daniel Dore; REIS, Nathan Ramalho. **Exigência de diploma do curso de Jornalismo e não recepção RE 511961**. Alethes: Periódico Científico dos Graduandos em Direito/UFJF, nº 2, mai./out., 2010. Disponível em: <<http://periodicoalethes.com.br/media/pdf/2/exigencia-de-diploma-do-curso-de-jornalismo-e-nao-recepcao-re-511961.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

LANNES, Joaquim Sucena. Polêmicas, discussões, avanços e tendências na trajetória dos cursos de comunicação no Brasil. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 12, n. 1, p. 14-26, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/artigo2vol12-1.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

LIMA, Venício A. de; GUIMARÃES, Juarez (Orgs.). **Liberdade de expressão. As várias faces de um desafio**. São Paulo: Paulus, 2013 (Coleção Temas de comunicação).

LOCH, João Matias; REIS, Dálcio Roberto dos. A expansão do Ensino Superior: um comparativo do crescimento no Brasil, no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba. In: *World Congress on Engineering and Technology Education*, 2004, São Paulo. **Anais do World Congress on Engineering and Technology Education**. São Paulo: 2004, p. 1605-1608. Disponível em: <<http://www.pg.utfpr.edu.br/ppgep/Ebook/ARTIGOS/44.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

LOPES, Dirceu Fernandes. Formação de Jornalistas Sete Propostas à Procura da Prática. In MELO, José Marques de (coord.). **Transformações do Jornalismo Brasileiro: Ética e Estética**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 1994.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação**. São Paulo: Paulus, 2013 (Coleção Temas de Comunicação).

MACHADO, Elias. **Três pressupostos para que o estudo do jornalismo seja levado a sério**. XV Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPOS). Anais. UMESP, Bauru, SP, jun. 2006. Disponível em: <<https://restolab.files.wordpress.com/2014/01/elias-machado-trc3aas-pressupostos-para-que-o-estudo-do-jornalismo-seja-levado-a-sc3a9rio.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

MARANHÃO FILHO, Luiz. **Legislação e Comunicação: Direito de Comunicação**. São Paulo, LTr, 1995.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002, 2ª ed.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas 2003.

MARQUES DE MELO, José Marques de. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974.

_____. O ensino de jornalismo na batalha decisiva pela qualidade. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, ano 8, n. 52, jan./jun. 1985.

_____. **Transformações do Jornalismo Brasileiro: Ética e Técnica**. São Paulo: Intercom, 1994.

_____. **Costa Rego, o primeiro catedrático de jornalismo do Brasil**. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 79-117, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/ojs-2.3.1-2/index.php/revistaintercom/article/view/548/517>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Os primórdios do ensino de Jornalismo. Florianópolis: **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. I nº 2, jun./dez., 2004. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.ufsc.br%2Findex.php%2Fjornalismo%2Farticle%2Fdownload%2F2074%2F1816&ei=yxX1UvLeIILekQeFsYHABQ&usg=AFQjCNHxfQJX4Yc9xiRx0wVOblR2MIG29g&bvm=bv.60799247,d.eW0&cad=rja>>. Acesso em: 7 fev 2014.

_____. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARTINS, Gerson Luiz. O papel do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo para o SINAES. **São Paulo** - Volume XXVIII, nº. 2, Julho/Dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewFile/388/1165>>. Acesso em 10 janeiro de 2015.

_____. Ensino de Jornalismo e Produção de Conhecimento. **Revista Comunicarte**, Campinas, v. 26, nº 34, p. 61-76, 2007.

_____. Estágio em Jornalismo: a hora de formar um bom profissional. **Jornal O Estado**, Campo Grande - MS, 12 dez. 2013. Opinião, p. A-2.

MATHIEN, Michel. **Les Journalistes**. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

_____. **O Jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis, UFSC: 1997. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

_____. Novas e velhas tendências: os dilemas do ensino de jornalismo na sociedade da informação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v.1, n.1, p.41-62, abr/jul., 2007. Disponível em: <<http://www.fnnpj.org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/106/61>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização.** Florianópolis: Insular, 2012.

MELO, Clóvis Augusto. Patrão, o maior interessado. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade.** Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 133-135.

MENDES, Gilmar. **Relatório.** 2009. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/brasil/2009/06/17/diploma_jornalismo.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2013.

MENDEZ, Rosemary Bars. **Pompeu de Sousa: jornalista, professor e político.** VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação (Intercom). Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/3328519647857085355001472646325494331.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2014.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias e PALÁCIOS, Marcos (orgs.) **Modelos de Jornalismo Digital.** Salvador, Calandra, 2004.

MICK, J. Para além do diploma e do canudo. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade.** Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 75-79.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012.** Florianópolis: Insular, 2013.

MORAES, Dênis de; SERRANO, Pascual & RAMONET, Ignácio. **Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação.** Tradução Karina Patrício. São Paulo: BOITEMPO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOTTA, Luiz G. **Imprensa e poder.** Brasília: Editora UnB, 2002.

NEVEU, Erik. **Sociologia do Jornalismo.** São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NÚÑEZ, Isauro Beltrán; RAMALHO, Betania Leite (Org.). **Fundamentos do Ensino-Aprendizagem no Novo Ensino Médio: das Ciências Naturais e Matemática.** Porto Alegre: Sulina, 2004.

NUZZI, E. 40 anos de ensino de jornalismo no Brasil: relato histórico. In: KUNSCH, M. (Org.). **O ensino de comunicação – análises, tendências e perspectivas.** São Paulo: Abecom, 1992, p. 20-39.

OLIVEIRA, A. Sem canudo e sem ética. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade.** Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 123-125.

PECHULA, Marcia Reani. O conhecimento e a formação do jornalista. **Revista Comunicarte**, PUC-Campinas, v. 17, p. 99-108, 2000.

PEREIRA, Jorge Arlan de Oliveira. A teorização no ensino de jornalismo: o sentido da complexidade como orientador da formação. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Ponta Grossa, v.1, n.8, p.97-127, jan/jun., 2011. Disponível em: <<http://www.fnpj.Org.br/rebej/ojs/index.php/rebej/article/view/188/133>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. **O Jornalismo em Tempo de mudanças estruturais**. Porto Alegre: Revista Intexto, UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/19208/12362>>. Acesso em: 25 set. 2014.

PERUZZO, C. Tópicos sobre o ensino de comunicação no Brasil. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; SILVA, Robson Bastos da (Orgs.). **Retrato do ensino em comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, Taubaté: Unitau, 2003. p. 119-135.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. Tese apresentada a Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 2007.

PPP/PUC-GO. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. PUC-GO, 2009.

PPP/UFG. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UFG, 2009.

PPP/UFMS. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UFMS, 2009.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UFMS, 2010.

_____. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UFMS, 2013.

PPP/UFMT. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UFMT, 2009.

PPP/UnB. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UnB, 2009.

PPP/UniCEUB. Projeto Político Pedagógico do curso de jornalismo. UniCEUB, 2011.

PULITZER, Joseph. **A escola de jornalismo: a opinião pública**. Tradução de Jorge Meditsch e Eduardo Meditsch. Florianópolis: Insular, 2009.

RAMALHO, Roberto. Exercício profissional: a atividade jornalística e o STF. **Observatório da Imprensa**, edição 536 de 05 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=536JDB006>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

RANGEL, Mary. **Coordenação para qualidade dos cursos: repensando conceitos e competências**. Revista Olho Mágico. [s.l.], v. 8, n. 3, set./dez. 2001.

RENAULT, D. O jornalismo sem diploma e o mercado de trabalho. In: MOURA, Dione Oliveira; ADGHIRNI, Zélia; PEREIRA, Fábio Henrique. **Jornalismo e Sociedade Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012. p. 99-119.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Jornalismo, Literatura e Política: a modernização da Imprensa carioca nos anos 1950**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 31, 2003. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2186>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre Alerta - condições e contradições do trabalho jornalístico**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

RISTER, C. A decisão da juíza. In: FENAJ, Federação Nacional de Jornalistas (Org.). **Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade**. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 2002, p. 13-17.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres jornalistas no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rocha-paula-melani-mulheres-jornalistas.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. **A importância da formação do profissional jornalista e sua relação com o meio ambiente social no século XXI**. Biblioteca Online das Ciências da Comunicação (BOCC), Universidade Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/rocha-paula-importancia-da-formacao-do-jornalista.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

ROCHA, Heitor C. L. **A importância da epistemologia na Teoria do Jornalismo: a teoria pragmática do conhecimento e a qualidade da notícia**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 8 Nº 1, Janeiro a Junho de 2011, pp. 20 - 36. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/1984-6924.2010v8n1p276/18956>. Acesso em 20 jan. 2015.

ROSSI, Clóvis. O que é jornalismo. Editora Brasiliense, São Paulo, 5ª edição, 1985.

SALAVERRIA, Ramon. **Redacción Periodística en Internet**. Pamplona: Eunsa, 2005.

SCHUCH, A. Hélio. **Qualidade no ensino de jornalismo**. Sala de Prensa, 2000. Disponível em: <<http://www.saladeprensa.org/art126.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2013.

SILVA, Maiara Sobral. **As implicações da queda da obrigatoriedade do diploma de Jornalismo na sociedade**. Anais VII CONNEPI, Palmas, Tocantins, 2012.

SILVA, Mérli Leal. **Currículo e ensino de comunicação**. UNIrevista. São Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 1-13, jul. 2006.

SOBREIRA, Rosa Maria. **O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal (1933-1974)**. Media & Jornalismo, nº 3: 17-36, 2004. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/viewFile/6122/5582>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

SODRÉ, Muniz. **Para que serve um diploma.** Observatório da Imprensa, n. 146, 7/11/2001. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimpresa.com.br/artigos/da071120014.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro de. **Elementos de jornalismo impresso.** Porto: Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. **Desafios do ensino universitário do jornalismo ao nível da graduação no início do século XXI.** Biblioteca Online das Ciências da Comunicação (BOCC), Universidade Fernando Pessoa, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-desafios-do-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

TEMER, Ana Carolina Temer; CIRINO; José Antônio. **O Ensino de Comunicação Social no Centro-Oeste do Brasil: análise crítica da matriz curricular das graduações das Universidades Federais.** XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Foz do Iguaçu, 2014.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo. Questões, Teorias e "Estórias".** Lisboa: Veja, 1993.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** Vol. 1. Florianópolis: Insular, 2 ed., 2005a.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Insular, 2005b.

VALVERDE, Franklin Larrubia. **O papel pedagógico do estágio na formação do jornalista.** São Paulo: Tese apresentada ao Programa de Pós-. Graduação, em Ciências da Comunicação da USP, 2006. Disponível em: <<http://www.franklinvalverde.com.br/tese.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.) **Projeto Político-Pedagógico: uma construção possível.** 2ª ed. Campinas, SP. Papirus, 1996.

Documentos legais:

BRASIL. DECRETO-LEI nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre exercício da profissão de jornalista. Brasília, DF.

BRASIL Lei nº 6.494/77, de 7 de dezembro de 1977. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16494.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BRASIL. DECRETO-LEI nº 83.284, de 13 de março de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto-lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 25 nov., 1995, edição extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19131.htm>. Acesso em: 2 out. 2014.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 33, de 2009. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=62024&tp=1>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

DCJ/MEC. Ministério de Educação. **Resolução Nº 1, de 27 de setembro de 2013** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866>. Acesso em 20 jan. de 2015.

DCN, **Diretrizes Curriculares Nacionais.** Parecer CNE/CES 492/2001 – HOMOLOGADO. Despacho do Ministro em 04/7//2001, publicado no Diário Oficial da União de 09/7/2001, Seção 1, p. 50. Brasília: Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2013.

LDB, **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.395, 20 dez. 1996. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/diretrizesbaseseducacao.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2014.

APÊNDICE

APÊNDICE I - Modelo de questionário aplicado aos alunos concluintes de 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Instituição: _____

Semestre: _____

Nome: _____

Idade: _____

E-mail: _____

1 - Por que escolheu Jornalismo?

() Pelo mercado de trabalho

() Pela remuneração

() Para ajudar a melhorar a sociedade

() Não sabe

() Outro: _____

Quanto ao seu curso:

2 - Considera:

() Excelente

() Bom

() Regular

() Ruim

() Péssimo

3 - Qual área considera seu curso mais forte:

() Impresso

() Telejornalismo

() Radiojornalismo

() Assessoria de Imprensa

() Internet

() Outra: _____

4 - Você conhece o Projeto Pedagógico do seu curso?

() Sim

() Não

5 - Qual das classificações abaixo você melhor define a linha pedagógica do curso?

() Técnica

() Humanista

() Reflexiva

() Não tenho opinião formada

() Outra: _____

6 - Quanto à infraestrutura (laboratórios, biblioteca, salas de aula) você considera:

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Péssimo

7 - Quanto ao corpo docente (professores):

- () Excelente
- () Bom
- () Regular
- () Ruim
- () Péssimo

8 - Quanto à estrutura/matriz curricular?

- () atualizada
- () defasada
- () adequada
- () inadequada

Quanto às disciplinas:

9 - Como se dá a relação teoria x prática?

- () Equilibrada nos 4 anos
- () Início teoria, depois prática
- () Início prática, depois teoria
- () Ênfase na teoria
- () Ênfase na prática

10 - Fez ou faz estágio na área?

- () Sim
- () Não

11 - Você considera o estágio importante para a profissão?

- () Sim
- () Não

12 - Pretende exercer a profissão?

- () Sim
- () Não

13 - Sua expectativa para o curso foi alcançada?

- () Sim
- () Não

Justifique:

14 - Você acha que os jornalistas são, adequadamente, preparados para o mercado profissional?

Sim

Não

a) Se não, por quê?

Falta corpo docente qualificado

Faltam disciplinas adequadas

Faltam pesquisas para qualificar o ensino

Falta relação com o mercado profissional

Infraestrutura inadequada

Projeto Pedagógico defasado/inadequado

15 - Você é a favor da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão?

Sim

Não

Não tenho opinião formada

16 - A decisão do STF de pôr fim a obrigatoriedade do diploma:

a) influenciou a sua opção pelo curso de jornalismo?

Sim

Não

Justifique:

b) influenciou na qualidade do seu curso de jornalismo?

Sim

Não

Justifique:

c) influenciou o mercado de trabalho?

Sim

Não

17 – Você acredita que o fim da obrigatoriedade do diploma impõe mudanças no ensino de jornalismo (Ex: Projeto Pedagógico, como estruturas curriculares, corpo docente, infraestrutura, etc)?

Sim

Não

APÊNDICE II - Modelo de questionário aplicado aos alunos coordenadores de 2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Nome:

Instituição:

e-mail:

1 - Quais disciplinas você leciona?

R:

2 - Há quanto tempo leciona essas disciplinas?

() Há menos de 2 anos

() Há mais de 2 anos e menos de 5

() Há mais de 5 anos

3 - Qual foi seu curso de Graduação?

() Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou Relações Públicas)

() Direito

() Filosofia, Sociologia, Teologia

() Letras

() Outro: _____

4 - Tem Pós-Graduação?

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

() Pós-doutorado

a) Em quê?

R:

5 - Desenvolve algum projeto, pesquisa ou atividade de extensão?

() Sim () Não

a) Se sim, qual?

R:

6 - Há dificuldades em aliar teoria e prática no ensino de jornalismo?

() Sim () Não

a) Se a resposta for afirmativa explique.

R:

7 - Como você se avalia na docência?

- Melhor preparado teoricamente
- Melhor preparado tecnicamente
- Preparado tanto para conteúdos teóricos quanto práticos

8 - Em termos pedagógicos, qual a sua maior dificuldade ao lecionar?

- Bibliografia escassa
- Pouco material de apoio
- Falta didática própria
- Não tenho dificuldades
- Outro: _____

9 - Quais conteúdos ou disciplinas não constam na matriz curricular do curso que atua e que você acha interessante ao futuro jornalista?

R:

10 - Você é a favor da obrigatoriedade do diploma para exercício profissional?

- Sim
- Não

a) Justifique:

R:

11 - A decisão do STF influenciou o seu curso de jornalismo?

- Sim
- Não

a) Justifique:

R:

12 - A decisão do STF influenciou a demanda de alunos (candidatos) no curso de jornalismo que atua?

- Sim
- Não

a) Justifique:

R: